

DIARIO



OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO LXIV — 37ª DA REPUBLICA — N. 100

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1925

SUMMARIO

DIARIO OFFICIAL
Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da decima segunda legislatura pelo Presidente da Republica Dr. Arthur da Silva Bernardes.
SECRETARIAS DE
Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio — Expediente das Directorias Geraes de Agricultura e de Contabilidade.
Tribunal de Contas — Notuario — Editaes e avisos — Patentes de invenção — Annuncios.

DIARIO OFFICIAL

Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da decima segunda legislatura pelo Presidente da Republica Arthur da Silva Bernardes — 1925

Senhores Membros do Congresso Nacional

As vicissitudes da phase politica e social que a Nação atravessa não permitem que os responsaveis pelos seus destinos lhe dissimulem a realidade da situação e os perigos que a ameaçam.

A alta e sincera concepção dos nossos deveres de brasileiro e de Chefe de Estado e as apprehensões que nutrimos pela sorte do paiz nos induzem a fallar á Nação com toda a clareza e sem ambages, definindo attitudes e discriminando responsabilidades, para resalva das nossas, na defesa dos altos interesses da Patria e na orientação dos seus destinos.

Vinte annos de actividade politica, dos quaes, até agora, doze foram applicados ás funções de governo, compelliram-nos á meditação dos nossos problemas e deram-nos experiencia para conhecer as nossas mais prementes necessidades.

Reivindicamos, por isso, alguma auctoridade para porrmos em realce tacs necessidades e suggerirmos medidas capazes de suppril-as ou attenual-as.

O cidadão que attingiu o supremo posto de Chefe da Nação não pôde ter outra aspiração sinão a de ser util á sua Patria, honrando-a e servindo-a com todas as energias de sua intelligencia e todas as dedicações do seu espirito, promovendo um melhor futuro para os seus compatriotas. São esses os unicos sentimentos que nos têm inspirado no Governo e que nos levam a expôr-vos o nosso pensamento deante dos males que ora nos affligem.

Revisão das leis de organização politica

Os trinta e cinco annos, já decorridos, de vida republicana são sufficientes para que conheçamos, pela observação e pela experiencia, não raro dolorosa, as fallhas da nossa organização politica.

É assim que a mais urgente, a mais imperiosa das nossas necessidades, cuja satisfação é quasi vital e de cujo exame não podem já descurar os representantes da Nação, sem sacrificar os interesses fundamentais do paiz, consiste na revisão de algumas de suas leis organicas, a começar pela sua Constituição, como condição da propria vida interna e internacional da Republica e do regimen federativo.

Elaboradas foram quasi todas essas leis em uma phase de idealismo entusiastico e generoso, por homens que não tinham a experiencia e o conhecimento pratico da nova forma de governo e que haviam pregado o regimen republicano como um systema de excepçionaes liberdades, com o exagero proprio dos apostolos de idéas novas. Era, pois, natural que essas causas e o desejo de realçar a superioridade do regimen republicano sobre o monarchico, alliado ao de consolidar, quanto antes, as novas instituições, concorressem para a votação de leis excessivamente adiantadas, pouco adequadas ao nosso paiz, á nossa raça, á nossa indole, á nossa cultura social e politica.

Foi effectivamente o que, na pratica, se verificou: a nova organização desarmou o governo para defender convenientemente,

mente a ordem, que é o supremo bem, para fazer respeitada a lei e obedecida a auctoridade, compellindo-o a empregar, como tem acontecido em oito dos nove periodos presidenciaes, a medida excepcional do estado de sitio; excedeu do que fôra conveniente na concessão das autonomias locais, deixando a União enfraquecida e males graves sem remedio, como os resultantes da impontualidade de alguns Estados na satisfação dos seus compromissos externos; collocou os interesses dos individuos acima dos da collectividade, impedindo o emprego de medidas salutaes á existencia commum, como acontece com o phenomeno inquietador da carestia da vida e da desarrazoada elevação dos preços, e entregando-lhes riquezas que a Nação devia conservar para sua defesa, como as minas de ferro, petroleo e outras; concedeu aos estrangeiros todos os direitos do cidadão brasileiro, sem nenhum dos seus deveres, permittindo-lhes, como ainda agora se viu, que, generosamente acolhidos para fins de trabalho honesto, se organisassem em bandos armados para atacar impunemente a ordem constitucional do paiz, a vida, a honra e a propriedade dos nacionaes; enfeixou em normas rigidas a competencia dos tribunaes, impedindo reformas aconselhadas para desafogar e permittir a rapida distribuição da justiça; gerou outros males que já expuzemos na Mensagem do anno passado, em que preconizámos a necessidade da revisão de alguns preceitos constitucionaes.

Ainda agora, alguns militares sediciosos traem a Patria; roubam-lhe as armas; rebellam-se contra a auctoridade; levam o panico a uma das maiores, mais cultas e populosas cidades do Brasil; assassinam, depredam, roubam, incendiam; assalariam mercenarios estrangeiros para matar os proprios irmãos; attentam contra a honra e o pudor das familias; dynamitam valerosos cabos de guerra, creanças, mulheres e innocentes funcionarios publicos, sem que a nossa legislação idealista permita medidas bastante severas e efficazes para castigar taes monstruosidades e impedir que se reproduzam.

Constituímos nisso, entre os povos civilizados, que sabem defender-se, uma excepção, que pôde ser generosa, mas também pôde conduzir á dissolução da Republica.

A Constituição reservou a pena de morte para os tempos de guerra e os auctorizados interpretes entendem que tal disposição não se applica á guerra civil ou interna, mas somente á guerra internacional. Assim, ao passo que as forças legaes se mantêm dentro da orbita strictamente legal, sem meios muitas vezes indispensaveis para a sua cohesão, as sediciosas empregam todos os meios, inclusive os fuzilamentos summarios, para manter a sua propria disciplina e infundir terror aos que as combatem e ás populações inermes.

Necessidade da educação moral

Si esta é a nossa organização politica, não é mais auspiciosa a social ou moral, nem mais confortadora a financeira, embora nos possa animar e consolar o progresso economico, apesar daquelles factores contrarios.

Separados que foram, com o novo regimen, o Estado e a Igreja, as nossas leis não cogitaram de substituir, no ensino, de modo efficaz e obrigatorio, a instrucção religiosa pela educação moral, elemento de felicidade, de progresso, de espirito de disciplina, de civismo e de solidariedade para qualquer povo. Nem se diga que essa educação incumbe ao lar, pois que, por um lado, é certo que a intensidade e as exigencias da vida distraem e absorvem, para o trabalho diuturno, os paes e os proprios filhos, sem oportunidade para o salutar ensino, e, por outro lado, é evidente que não o podem transmittir aquelles que não o tenham recebido.

Impõe-se, pois, providencia efficiente no sentido de tornar real, effectiva e obligatoria a educação moral das novas gerações.

A Allemanha, apesar da sua disciplina moral, não descurot o grave problema. A sua recente Constituição prescreve que, em todas as escolas, os esforços devem tender para o desenvolvimento da educação moral, dos sentimentos civicos e do valor pessoal e profissional, sob a inspiração de um alto espirito de nacionalidade e de reconciliação dos povos. É um exemplo digno de ser imitado, de preferencia a outras imitações, contrarias ás nossas tradições, cultura, indole e interesses sociaes. O Codigo Penal não pôde ser a unica regra de conducta e a unica determinante da actividade individual, no seio de um povo civilizado. A nossa experiencia o demonstra.

Ordem nas finanças e equilibrio orçamentario

A má organização financeira tem sido a geradora das successivas crises que temos soffrido e é uma das determinantes da actual situação financeira, que está exigindo os nossos mais serios cuidados. O desgoverno chronico das finanças publicas é o maior factor de desmoralização de um povo. Constitue a característica dos povos inferiores, em cujo numero o Brasil não pôde, nem deve, querer inscrever-se. Ha longos annos, entretanto, que elle se debate entre grandes difficuldades financeiras, apesar de conhecermos que taes difficuldades promanam do constante desequilibrio orçamentario.

Vem-nos á memoria a idéa de que são os povos que traçam o caminho da sua felicidade e da sua ruína.

Esse illusionismo orçamentario gera os deficits annuaes que, accumulados, provocam graves crises, as quaes entorpecem toda a actividade creadora do paiz. Este, para remedial-as, recorre a emissões de papel moeda e a empréstimos não

reproductivos, cujos efeitos vão pesar nos orçamentos futuros e no credito da Nação, originando novos males.

É o circulo vicioso, de que urge sahir resolutamente, si não quizermos naufragar no opprobrio de uma derrocada financeira, que, prevista, conhecida, denunciada, não foi a tempo evitada por uma Nação de fartos recursos.

Forçoso é reconhecer que o caminho da salvação está no equilibrio real dos orçamentos, sem o qual será van qualquer tentativa de restauração financeira, como o demonstram a observação e a experiencia, do quatriennio Campos Salles até hoje. E não se diga que, para isso, ha o recurso aos empréstimos externos, porquanto já temos usado e abusado desse recurso e o mesmo arruina as Nações que lançam mão d'elle para fins improductivos. Os empréstimos são, nesses casos, méros paliativos e seus efeitos, transitorios.

Desfructando actualmente uma invejável situação economica, nosso dever indiscutivel é tirar della o proveito necessario á melhora da situação financeira.

A verdade é que o Brasil poderá, com o desenvolvimento economico a que attingiu, realizar o seu progresso sem necessidade de empréstimos externos, uma vez amortizada a divida fluctuante e normalizada a situação do Thesouro. Si ainda o não conseguiu, é porque requer um pouco mais do nosso devotamento e do espirito de sacrificio que lhe devemos na vida publica. No dia, porém, em que, mais claramente, comprehendemos esse dever, o paiz bastará a si mesmo em materia financeira, gastando menos, talvez, e com mais proveito do que tem feito até agora. Para mostrar a exactidão do asserto, é bastante tomar-se o pulso á sua situação economica e observar-se o crescimento da renda, apenas o Governo exerce um pouco mais de rigor e vigilancia na arrecadação desta.

O correctivo para o mal, porém, só pôde vir, constitucionalmente, do Congresso, por isso que é sua prerogativa decretar os impostos e fixar a despesa annual da Republica, competindo-lhe, assim, provêr ás necessidades do Thesouro, de modo que este possa honrar os compromissos da Nação.

O actual Governo não tem poupado esforços para levar seu concurso a essa obra patriotica, recommendando e praticando rigorosa economia, suspendendo obras, fiscalizando meticulosamente a arrecadação dos impostos, aconselhando e pedindo côrtes nas despesas e augmento nas receitas, sem temer as ephemerias, mas infalliveis, odiosidades que taes medidas acarretam, antes supportando-as, com a tranquillidade que lhe inspiram o seu patriotismo e o seu dever.

À semellhança do que, ainda ha pouco, fez a Inglaterra, applicou para o patriotismo e o concurso de uma commissão

de pessoas extranhas á politica e pertencentes a varias classes sociaes, no sentido de auxiliarem o estudo do orçamento e suggerirem economias de despesas consideradas superfluas.

O Ministerio da Fazenda, por sua vez, e a Camara dos Senhores Deputados, por ultimo, examinaram detidamente o projecto; mas a minoria do Senado, por espirito de opposição ao Governo, o obstruiu, á ultima hora, sob o fundamento da aggravação de impostos.

O Governo não ficou prejudicado com essa obstrucção; mas ficou o paiz, com o desapreço pela sua situação financeira, sem precedentes na vida nacional, e com a paralização das obras, para cujo custeio se tornou patente a falta de recursos. Entretanto, não só aquella aggravação é necessaria a uma distribuição mais justa dos encargos fiscaes, pois pede maior contribuição ás classes abastadas, como é indispensavel á satisfação das despesas crescentes do Estado.

Nenhum outro alvitre foi suggerido, em substituição á proposta do Governo, nem tão pouco se cogitou de emendal-a ou refundil-a, mas tão somente de recusal-a.

A proposito, o illustre relator da Receita disse, da tribuna do Senado, com precisão e clareza, que uma das causas da não passagem da Receita foi "principalmente a acção protellatoria desenvolvida por alguns dos membros da Casa". E accrescentou que não queria entrar na apreciação daquella conducta, cujo julgamento devia ser feito pela opinião publica. Precisava, entretanto, salientar que, si a lei era má, o que cumpria aos seus impugnadores era corrigil-a e não combatel-a à outrance. Porque a verdade era que os obstructores não se opunham á má receita, mas á votação da receita. E concluiu: "quanto ao imposto, é uma necessidade; deixar de votal-o é desservir á causa publica. Não votar o imposto para recorrer ás emissões é illudir á opinião nacional, porque a emissão é o peor de todos os impostos. Quiz apenas demonstrar que o pretexto dos que combateram o orçamento da Receita, considerando-o uma lei draconiana, não tinha cabimento, porque o projecto podia ter defeitos, mas defeitos corrigiveis".

Entretanto, não podemos calar que a organização constitucional do nosso regimen financeiro impede uma acção systematica, continua e constante da vida orçamentaria, perturbada pela mudança periodica de governos e parlamentos, com programmas e orientações diversas e muitas vezes antagonicas. Um conjuncto de preccitos constitucionacs sobre a elaboração e execução dos orçamentos, inspirados nos males observados e nas suas causas, é o unico meio efficaz de remover os obstaculos apontados e postos a uma salutar administração das finanças nacionaes.

Tudo, pois, que levamos exposto, com a maior franqueza a que nos sentimos obrigados, tudo que deixamos dito na Mensagem inaugural dos vossos trabalhos do anno passado, nos leva a insistir pela necessidade da revisão constitucional, no sentido de supprimir os males focalizados e outros, que a vossa experiencia conhece, e de crear os meios de evital-os no futuro.

Fallamos, agora, com tanto maior liberdade e tanto maior desprendimento civico, quanto é certo que qualquer reforma constitucional não aproveitará á acção do governo actual. Fallamos exclusivamente em beneficio da Patria e do regimen republicano federativo, com a convicção de que as providencias preconizadas constituem exigencias da propria existencia, integridade e futuro da Nação.

Dentro da nossa acção constitucional, sem outra iniciativa mais do que a de fallar-vos com franqueza e com conhecimento da situação, quizemos, com a suggestão e com o aviso, deixar a salvo a nossa responsabilidade, como brasileiro e como governo, perante o futuro da Patria.

Imperiosa necessidade da mudança da Capital da Republica

Outra medida que a experiencia exige é a mudança da Capital da Republica, em bôa hora prevista pela Constituição.

Os poderes publicos, para uma actuação proveitosa ao paiz, precisam de uma atmosphera de completa liberdade moral, de grande serenidade de espirito e de perfeita tranquillidade de acção, isenta de preocupações locais e de solicitações de classes, que, em seu proveito, podem, mesmo involuntariamente, causar damnos ao interesse geral da Nação.

Não foi por outro motivo que o senso pratico dos fundadores da grande republica norte-americana collocou a séde do seu Governo em uma cidade de pequena população, não agitada pela intensidade da vida dos grandes centros commerciaes e industriaes. O Rio de Janeiro, cidade populosa e cosmopolita, centro industrial do paiz e seu grande emporio commercial, tem uma vida tumultuosa e agitada, de vantajosa influencia na vida economica do Brasil, mas de preponderancia innegavel na orientação dos governos, assim por vezes impedidos de melhor attender aos interesses e necessidades mais geraes do nosso vasto territorio.

Urge, pois, realizar a mudança da Capital da União, entregando ao Districto Federal a ampla autonomia que a Constituição lhe outorga e elevando-o á categoria de Estado.

É certo que a situação financeira do paiz não permite ao Governo construir, agora, a nova capital a expensas da União. Parece, no entanto, que lhe não seria difficil encontrar solução

para o problema, si, por editaes, publicados dentro e fóra do paiz, capitalistas fossem convidados a apresentar propostas naquelle sentido, mediante pagamento em concessões de luz, agua, esgotos, viação e terrenos, na futura capital, consoante os termos de um projecto em andamento no Senado.

Reorganização do Districto Federal

Enquanto, porém, não se effectua a mudança, a que acabamos de nos referir, não pôde o Governo, como é obvio, ficar indifferente á vida administrativa desta Capital, em cujos serviços despende vultosa somma das rendas geraes e cuja saúde, ordem publica, regularidade de vida commercial e industrial e constante progresso directamente lhe interessam.

Eis porque não podemos deixar de preconizar a reforma da organização administrativa do Districto Federal. O que nesta materia existe está condemnado pelos seus effectos, pela experiencia e pela unanimidade dos que têm examinado o assumpto.

É preciso dar a todas as opiniões e interesses uma legitima representação no Conselho Municipal, crear normas insophismaveis sobre a iniciativa das despesas e regular, em melhores moldes, a vida orçamentaria do Districto.

A base de toda a reforma está, é claro, no systema eleitoral. A revisão, já auctorizada, do actual alistamento e a ampliação dos serviços de identificação eleitoral são medidas que se impõem desde já.

A instituição do voto cumulativo e absolutamente secreto é condição de completo exito de qualquer reforma. O voto cumulativo e secreto assegura a representação das minorias e de todos os interesses ponderaveis, impedindo a formação de "caucus", que tanto têm prejudicado este Districto e tanto infelicitaram as municipalidades norte-americanas. Só elle produzirá, desde logo, effectos beneficos e apreciaveis.

Está em adiantado andamento no Congresso Nacional um projecto de reforma, nesse sentido. É de esperar que seja convertido em lei, nesta sessão legislativa, com as providencias e modificações que as vossas luzes e experiencias indicarem.

Movimentos sediciosos

Desde o anno passado, tivestes conhecimento dos tristes e degradantes successos que tiveram por principal scenario a rica e bella cidade de São Paulo e se estenderam a outros pontos do paiz. Alguns militares, esquecidos dos seus deveres, sem causa que legitimasse o negregado attentado, sublevaram parte das forças federaes da guarnição daquella cidade e da policia militar do Estado e com ellas tentaram subverter a ordem constitucional.

Previamente combinados com os rebeldes de São Paulo, outros officiaes das guarnições do Amazonas, Pará, Sergipe e Matto Grosso tambem tentaram, ao mesmo tempo, identico movimento. O levante do Amazonas foi rapidamente dominado pelas forças do Exercito e da Marinha, sob o commando do valoroso General Menna Barreto. O do Pará foi suffocado pela acção conjuncta, enérgica e rapida, do illustre governador do Estado e do commandante da Região, com o auxilio da disciplinada policia estadual. O de Sergipe foi vencido pelo concurso das forças do Exercito, da Marinha e das policias da Bahia e Alagoas, sob o commando do distincto General Marçal de Faria. O de Matto Grosso não logrou o menor exito graças á acção disciplinadora e immediata do energico General Nepomuceno Costa e ao valioso auxilio que lhe prestou, desde logo, o prestigioso Presidente do Estado, amparado pela força policial e por devotados patricios.

Encurralados os cabeças da rebellião na cidade de São Paulo; desamparados da grande maioria das forças armadas; repellidos pelos Governos Estadocaes, pelas Municipalidades e pelo povo das demais unidades da federação, que prestigiaram nobilitantemente o Governo da União; fracassado o auxilio com que esperavam dificultar a acção do poder constituido, a braços com o movimento sedicioso em os outros referidos Estados; atacados pelas forças do Exercito e da Marinha, pelas policias de Minas, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pela parte fiel da policia paulista e por batalhões patrióticos, embora manietada a acção das forças legaes pela necessidade e pelo dever de poupar as propriedades e as vidas da população de uma grande cidade, retiraram-se os rebeldes em direcção a Matto Grosso, na esperança de alli se manterem.

O que foi essa retirada — com seu cortejo de assassinatos, de incendios, de roubos e saques, de destruição de vias ferreas e de seu material rodante sem nenhum proveito para os rebeldes — está na memoria das populações que assistiram, desarmadas, á nefanda empreza.

Repellidos, valente e decisivamente, mais de uma vez, de Matto Grosso, pelas forças commandadas, a principio, pelo citado General Nepomuceno Costa e, depois, pelo bravo General Malan d'Angrogné (então coronel), desceram os rebeldes pelo leito e margens do rio Paraná, indo estabelecer-se na foz do Iguassú, com os mercenarios estrangeiros que levaram de São Paulo e com os que alliciaram naquellas paragens como grosso de suas forças.

O Governo, fiel ao seu dever imprescriptivel de manter a ordem constitucional e o prestigio da auctoridade, tratou de preparar, com segurança e methodo, a acção militar necessaria

para vencer esse ultimo foco de rebeldia e restaurar a ordem legal alli perturbada. As distancias, os sertões, a falta de meios de transporte, as molestias, as difficuldades de abastecimento e outras, naturaes em zonas despovoadas, não permittiam uma acção rapida, mas reclamavam-n'a calma e preparada, para ser efficiente e decisiva.

Assegurada preliminarmente a ordem nos Estados do Paraná e Santa Catharina, seguiam as forças em operações o plano que lhes fôra traçado, sob a direcção actual do intemerato General Rondon, quando sobreveiu a revolta do Rio Grande do Sul, por parte de alguns elementos militares e adversarios civis do Governo do Estado.

Dominada essa nova tentativa, pela acção forte e serena do digno Presidente do Rio Grande do Sul e do illustre General Andrade Neves, com o concurso das forças do Exercito fieis á legalidade e da valorosa policia militar do Estado, passaram estas a cooperar efficazmente no ataque aos rebeldes do Iguassú, no qual tomaram parte tambem as policias da Bahia, Paraná, Santa Catharina e São Paulo.

Batidos nesse ultimo reducto, tiveram os sediciosos de evacuar a foz do Iguassú, sendo, assim, expulsos do territorio da Patria, que mostraram não amar e que desmoralizaram tanto, e tanto sacrificaram.

Si os "incapazes de conhecer a vantagem da ordem e da disciplina", tentaram, com essa revolta, desmentir nossa cultura politica, ella serviu, ao menos, para mostrar que a Nação, consciente de seus deveres e de suas responsabilidades perante a civilização e perante a historia, não tolera manifestações de violencia e de desordem, quer a paz creadora do trabalho e do progresso e não consente que, a golpes de força e de audacia, aventureiros assaltem a direcção dos seus destinos, annullem seus designios e as conquistas moraes e politicas, que ella sedimentou no corpo de suas leis.

Dignos da gratidão nacional são os brasileiros que, servindo no Exercito e na Marinha, se mantiveram fieis ao dever e á Patria, de cuja defesa foram guardas avançadas e de cuja grandeza futura são segura garantia. Aos governos dos Estados, devemos uma palavra de agradecimento pelo concurso prestado á defesa da ordem, pelos contingentes de suas policias, cuja efficiencia e valor ficaram brillantemente comprovados. Igual agradecimento devemos, ainda, aos patriotas, civis, que formaram batalhões e auxiliaram a combater a revolta, merecendo elogios o seu procedimento e o seu amor á estabilidade da ordem.

— Na manhã de 4 de novembro do anno findo, parte da guarnição do couraçado *São Paulo* tambem se revoltou, tendo á sua frente oito dos mais novos tenentes da Marinha. Verifi-

Fando o isolamento em que estava, graças á patriotica fidelidade da Marinha e á acção energica do Almirante Alexandrino de Alencar, seu digno Ministro, que, hasteando seu pavilhão no couraçado *Minas Geraes*, se preparou para debellar a rebeldia, o couraçado *São Paulo*, sem offerecer resistencia, fugiu em demanda de portos estrangeiros, onde se rendeu, sendo sempre perseguido nas aguas nacionaes pelo couraçado *Minas Geraes*. Fechou-se, assim, esse lamentavel episodio do espirito de indisciplina, a que ainda nos referiremos, linhas adeante.

Diversas tentativas de subversão da ordem, preparadas por alguns officiaes do Exercito e da Marinha e elementos civis, têm sido descobertas e reprimidas pela policia desta Capital, a cuja frente se acha o velho e leal servidor da Republica, Marechal Carneiro da Fontoura, que se mantém vigilante e conhece que a nevrose da anarchia e do attentado ás auctoridades constituídas ainda continúa a dar demonstrações de sua inutil renitencia.

Por todos esses factos, o Congresso Nacional decretou o estado de sitio e o Governo o tem prorogado, por julgar-o ainda indispensavel á manutenção da ordem e á defesa da auctoridade constitucional, seu precipuo dever, que cumprirá sem desfallecimentos e com a necessaria energia.

Estão sendo processados os responsaveis pelos acontecimentos narrados e a Justiça Federal, no desempenho de sua nobre função, está exercendo a sua acção processual na forma das leis, para punição dos culpados.

Banco do Brasil e emissões

O Banco do Brasil continúa a prestar excellentes serviços ao desenvolvimento economico do paiz, especialmente ao seu commercio e ás suas industrias, para cujo alto gráo de prosperidade tem francamente concorrido.

Graças aos favores que lhe tem o Governo concedido, elle proprio se ha desenvolvido e prosperado de modo consideravel.

É, portanto, de justiça que na sua direcção não se tenham, como escôpo principal, lucros fabulosos para os accionistas, cujos interesses, legitimos, se acham assegurados pela massa e natureza dos negocios bancarios, e devem, sempre, harmonizar-se com os grandes interesses nacionaes que lhe foram confiados. Nem foi para fim diverso que a Nação lhe conferiu os privilegios que elle desfructa, entre os quaes é digno de menção o de emitir para redescontos, e para descontos em operações do proprio Banco.

Pela natureza de suas funções, cumpre, hoje, ao Banco regular a circulação monetaria e contribuir para a alta do cambio, sendo-lhe, assim, defeso fazer a inflacção, que con-

traria aquelles objectivos, desvaloriza a moeda e encarece o custo da vida, pela elevação dos preços de todas as utilidades.

Verdade é que o Governo, conferindo-lhe a faculdade emissora, teve tambem em vista auxiliar o desenvolvimento economico do paiz, como factor de cambio favoravel, supprindo as deficiencias de numerario, quando se tornasse necessario.

Mas é força convir que, para usufruir os beneficios desse aparelho, maravilhoso em phases de aperturas, é indispensavel que se faça delle uso prudente e moderado, ou, antes, que se não abuse delle, para não desmoralizalo, transformando em instrumento de desgraça para o paiz um instituto destinado, em toda a parte, a estimular a prosperidade geral.

É, por isso, de seu dever evitar, não só a inflacção por meio das emissões, como as facilidades de credito, que geram abusos e geram tambem a inflacção, pois é sabido que a ampliação do credito costuma produzir transacções artificiaes no giro dos negocios e augmentar o volume dos cheques, ocasionando effeitos eguaes aos da inflacção do papel moeda.

Actualmente, a elevação dos preços e o sensível encarecimento da vida coincidiram com as emissões do Banco do Brasil e com os creditos por elle facilitados, em virtude, talvez, da faculdade emissora.

Em vez, porém, de incrementar-se a producção, esta soffreu apreciavel redução em varias mercadorias, que, por necessarias ao consumo interno, teve o Governo de importar.

O que se deu foi uma valorização de productos, com enorme alta nos preços dos generos de alimentação, determinada pela inflacção do papel moeda e pela facilidade do credito.

Contra a expectativa e o desejo do Governo, as emissões do Banco attingiram, em 6 de outubro do anno passado, á cifra de 752.900.000\$000.

Vivamente empenhado em que esse estabelecimento retroceda, um pouco, no caminho das emissões, no qual avançou demais, o Governo julga indispensavel que elle deflaccione o meio circulante, até o limite que determine uma elevação razoavel no valor da nossa moeda.

Esse trabalho, que já foi iniciado, com bons resultados, está sendo e precisa ser continuado, até consecução daquelle objectivo.

De accordo com esse pensamento, já o Banco retirou da circulação 97.900.000\$000 e, além disso, recolheu á Caixa de Amortização, em virtude de clausula contractual, a parte

do 2º semestre de 1924, até o presente, as seguintes quantias, em papel moeda do Thesouro:

no 2º semestre de 1924.....	12.000:000\$000
em janeiro de 1925.....	7.312:958\$000
em fevereiro de 1925.....	7.312:950\$000
em março de 1925.....	7.312:950\$000
em abril de 1925.....	7.312:950\$000
Total.....	41.251:808\$000

Assim, a massa de notas em circulação soffreu uma redução, total, de 139.151:808\$000, no alludido periodo.

A perseverança nessa politica trará inestimaveis beneficios ao paiz, já augmentando o poder acquisitivo da moeda e, consequentemente, barateando a subsistencia, que se tornou insupportavel para a grande maioria da população, já auxiliando a elevação das taxas cambiaes, ora deprimidas por esse e outros factores.

Paginas adeante, dar-vos-emos outros informes sobre a vida desse importante estabelecimento de credito.

JUSTIÇA

Tendo sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal o Dr. João Luiz Alves, que, durante mais de dois annos, se consagrou, com devotamento, ao estudo dos assumptos affectos á pasta da Justiça, como seu Ministro, nomeámos para substituil-o o Dr. Affonso Penna Junior, ora em exercicio desse alto cargo.

Intervenção no Amazonas

Na Mensagem que tivemos a honra de vos dirigir, em 17 de setembro ultimo, expuzemos as razões que tornavam imprescindivel a intervenção federal no Estado do Amazonas, auctorizada pelo decreto legislativo n. 4.860, de 29 daquelle mez, na forma do art. 6º, n. 2.ª da Constituição, para manter, alli, a forma republicana federativa. Elaboradas pelo Governo as instrucções, que baixaram com o decreto n. 16.624, de 1º de outubro seguinte, foi, no dia 8 desse mez, nomeado interventor o bacharel Alfredo Sá, que tomou posse, a 27 do mesmo, e assumiu o exercicio, a 2 de dezembro findo.

Logrou, felizmente, essa medida extraordinaria os resultados que se esperavam. Aquella unidade da federação voltou ao regimen da ordem, da tranquillidade e da probidade administrativa de que tanto carecia. Poucos mezes depois, o auspicioso congraçamento das suas forças politicas veio consolidar a situação, o que permite esperar que, em curto prazo, seja possivel reintegrar o Estado na plenitude de suas prerogativas constitucionaes.

Justiça Federal

O mais alto tribunal judiciario do paiz continúa a dar cabal desempenho ás suas arduas funções, sob a mesma zelosa orientação dos annos anteriores.

Preside-o o Sr. Ministro André Cavalcanti, vulto venerando em nossa magistratura, e exerce as funções de Procurador Geral da Republica, que em bôa hora lhe foram confiadas, o integro Sr. Ministro Pires e Albuquerque.

Não nos parece demásiado insistir pela realização de certas providencias, mais de uma vez suggeridas em circumstancias identicas, e mediante as quaes seria possivel, com evidente vantagem para a distribuição da Justiça, alliviar o Supremo Tribunal Federal de uma parte do consideravel trabalho que lhe cabe.

A consolidação das leis processuaes da Justiça Federal, com alterações que visem simplificar os processos e acelerar a respectiva marcha, constituiria, a nosso vêr, medida de grande alcance, cuja adopção se aconselha como um dos meios de conseguir aquelle objectivo.

Considerando as condições especiaes dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, reconhecestes a conveniencia de regular, em lei especial, a aposentadoria desses altos magistrados. Resultou dessa iniciativa o decreto n. 4.837, de 10 de julho de 1924.

Justiça local

Reorganizada a justiça local do Districto Federal, não descurou o Governo de uma obra complementar que se impõe, a installação dos respectivos serviços em edificio adrede construido. As obras do Fôro já se acham adeantadas, sendo de esperar que, em breve, estejam concluidas. Terá o actual Governo, então, dado cabal cumprimento a um dos compromissos que assumira.

O Juizo de Menores vac produzindo os beneficos resultados que da sua instituição se esperavam. Da data de sua criação, até dezembro do anno findo, amparou a 1.058 menores abandonados e processou 93 menores delinquentes.

Estão em pleno funcçionamento duas escolas de preservação, para o sexo masculino, e uma, para o feminino.

Pelo decreto n. 16.388, de 27 de fevereiro de 1924, foi aprovado o regulamento do Conselho de Assistencia e Protecção aos Menores.

O Abrigo de Menores, cujo regulamento baixou com o decreto n. 16.444, de 2 de abril daquelle anno, acha-se, presentemente, em vias de installação definitiva, que depende, apenas, da conclusão das obras do edificio que occupa.

A Escola de Reforma, da qual se creou unicamente uma

secção, em dependências da Casa de Detenção, passará a funcionar, dentro de breve prazo, em uma parte do edificio do ex-hotel Sete de Setembro, onde permanecerá, em character provisório, até que seja possível construir o seu edificio definitivo.

Codigos do Processo Civil e Commercial e do Processo Penal

Valendo-se da auctorização, que lhes destes na lei organimentaria de 1924, o Governo decretou os codigos do Processo Civil e Commercial e do Processo Penal, para o Districto Federal, os quaes começaram a vigorar em abril do corrente anno, embora submettidos ao vosso estudo e homologação.

Acertadamente agistes auctorizando a execução provisoria desses dois importantes codigos, reclamados, havia tanto tempo, pela evolução do nosso Direito Judiciario, que muito se resentia de sua falta. O Governo logrou, assim, apressar a revisão dos projectos em andamento no Congresso, confiando-a a competentes especialistas, que diligentemente se desobrigaram do encargo, elaborando um trabalho que foi acolhido com applausos geraes.

É evidente que uma obra de tamanha magnitude, sujeita á fallibilidade das creações humanas, não póde estar isenta de senões e deficiencias, que, melhor do que quaesquer criticas ou juízos precipitados, o tempo e a experiencia hão de fazer resaltar. Releva, além disso, notar que os codigos processuaes não se devem afastar das leis substantivas, de que são o natural complemento, e, dessas, duas, das mais importantes que nos regem, o Código Commercial e o Penal, não soffreram ainda o bemfazejo influxo das modernas correntes do Direito, constituindo projectos pendentes de vosso estudo e discussão, até agora não convertidos em lei.

Por isso mesmo, entendeu conveniente o Governo entrassem, desde logo, em vigor aquelles codigos, podendo assim o resultado da observação dos estudiosos e interessados manifestar-se, no sentido de se corrigirem os senões acaso existentes. E ninguém melhor do que o Congresso Nacional, por intermedio de suas doutas commissões especiaes, poderá, com tempo, effectuar esse trabalho de correcção e aperfeiçoamento, fazendo desses codigos uma obra á altura das exigencias do fôro e dos creditos de nossa cultura juridica.

Lei do "sursis" — Livramento condicional

O Código Penal da Republica, que data de 1890, precepeu o livramento condicional, embora subordinasse a de-

para as quaes seriam transferidos os condemnados a tempo excedente de seis annos, que houvessem cumprido metade da pena demonstrando bom comportamento.

O livramento condicional, porém, continuou longo tempo como letra morta na legislação penal brasileira, porque as difficuldades de character financeiro, com que tem luctado a administração publica, forçaram o adiamento da construcção daquellas penitenciarias, para melhores dias.

A lei n. 4.577, de 5 de setembro de 1922, auctorizou o Governo a revêr e reformar os regulamentos das Casas de Detenção e Correcção, colonias e escolas correccionaes ou preventivas, bem como a verificar a situação dos presos pelos juizes seccionaes do Districto Federal e dos Estados, no sentido de se uniformizar e unificar a direcção dos estabelecimentos penaes dependentes do Governo Federal e de se tornar effectivo o livramento condicional e o regimen penitenciario legal, modificando-o no que fosse necessario, de accordo com os ideaes modernos tendentes á regeneração dos criminosos, e os relativos aos incorrigiveis, á creação de penitenciarias agricolas, suspensão da condemnação (*sursis*), encurtamento da pena pelo bom procedimento (lei americana do *good-time*), providenciando, a respeito, do modo mais conveniente.

Baseados nessa auctorização, foram expedidos os decretos ns. 16.588 e 16.665, de 6 de setembro e 5 de novembro ultimos, respectivamente, estabelecendo a condemnação condicional, em materia penal, e regulando o livramento condicional.

São medidas cuja falta era sensivel no organisimo jurídico-penal da Republica e que hão de ter, na pratica, resultados animadores, na obra social do combate ao crime e da regeneração dos delinquentes.

Leis novas, inspiradas em um espirito moderno, seus fructos dependem, principalmente, da interpretação que lhes fôr dada, na pratica, adstricta ao intelligente e cauteloso arbitrio dos juizes que as vão executar ou fazer cumprir. O Governo e a sociedade confiam na illustração e no criterio da magistratura brasileira, certos de que as duas leis não serão desvirtuadas quanto aos intuitos superiores que tiveram em mira.

A situação financeira do paiz não permittiu, infelizmente, a realização das outras reformas auctorizadas, nem a construcção das penitenciarias agricolas, que a moderna sciencia penal tanto preconiza. Compete ao Congresso habilitar o Executivo a resolver, de vez, esse problema, votando creditos parciaes, em varios exercicios, afim de que, dentro de alguns annos, as penitenciarias agricolas possam recolher os delinquentes e contribuir para sua rehabilitação.

Ensino superior e secundario

Absorventes preocupações, a que se teve de consagrar a pasta da Justiça, impossibilitaram, no decurso do anno de 1924, a decretação da reforma do ensino, nos termos da autorização que havieis outorgado ao Governo. Funcionaram, por esse motivo, de accordo com o decreto n. 11.530, de 1915, os institutos de ensino secundario e superior, continuando suspenso o provimento de logares vagos, de substitutos, em consequencia do que dispunha aquella autorização legislativa.

Retardada, embora, a elaboração da reforma, continuava o Governo ouvindo o parecer de profissionais de reconhecida competencia nos diversos ramos do ensino, examinando as suggestões que espontaneamente solicitára e que receberá de grande numero de pessoas e instituições, reunindo, em summa, todos os elementos cujo estudo se fazia mistér, para que a remodelação emprehendida resultasse uma obra capaz de corresponder á sua elevada finalidade e á expectativa da opinião culta do paiz.

Posto se achasse definitivamente concluída desde meados de janeiro ultimo, a reforma, para a qual renovastes, em relação ao corrente anno, a autorização anterior, só foi dada á publicidade em 7 de abril proximo findo. Essa demora resultou de conveniencias de ordem administrativa, entre as quaes a de não perturbar os exames de 2ª época, os exames vestibulares e o regimen de matriculas então vigente.

Foi, assim, que baixou com o n. 16.782-A e a data de 13 de janeiro ultimo, o decreto que estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino e reforma o ensino secundario e superior a cargo do Ministerio da Justiça.

O novo regimen está, ainda, na phase inicial de sua organização e execução. Quaesquer considerações sobre os resultados de sua applicação carecem de fundamento, porque é demasiadamente cedo para se poder ajuizar do exito de uma obra que apenas se inaugura. Certo, a critica, poucas vezes constructora e disposta sempre a demolir, encontrará, na reforma do ensino, amplo terreno para o exercicio de seu facil processo de apreciação. Espíritos cultos, porém, têm com imparcialidade e elevação de vistas, se manifestado favoráveis á mesma, reconhecendo-lhe orientação capaz de produzir os dois fins essenciaes que a dictaram: a eficiencia e a moralização do ensino secundario e superior.

Taes objectivos constituem, com effeito, os principios fundamentaes a que se subordina todo o systema da reforma. As exigencias impostas para o ingresso de alumnos nas escolas superiores, visando elevar o nivel cultural dos candidatos; a

prescrição da seriação para os cursos de humanidades; o processo, novo em nosso meio, para os exames pelas juntas nomeadas para os institutos secundarios que o requererem; o rigor nos concursos para a selecção do professorado; a effektividade das aulas; a frequencia dos alumnos; a exigencia dos trabalhos práticos; a discriminação e a distribuição das cadeiras; todo o mecanismo da nova organização, enfim, gira em torno daquelles propositos principaes, sem esquecer a preocupação da educação moral e civica da mocidade, inteiramente descurada, até agora, com grave damno para o futuro da patria.

Além dos estabelecimentos de ensino secundario e superior, em seus diferentes ramos, a reforma abraçou os de instrucção artistica, profissional, o que revela o intuito de os encadear, na medida do possivel, ao mesmo regimen, uniformizando e systematizando institutos que viviam sem outra ligação a não ser a subordinação commum ao mesmo departamento administrativo.

Ensino primario

A Conferencia Inter-estadoal de Ensino Primario, reunida, em 1921, nesta Capital, por iniciativa do Governo da União, approvou uma serie de conclusões em que suggeria medidas de grande alcance em prol da diffusão e da nacionalização do ensino popular no paiz.

Desde então, cessaram as controversias e desapareceram as duvidas que ainda havia, no tocante á legalidade e á necessidade da interferencia da União em tal materia. Si fosse possivel levar a cabo todas as providencias aconselhadas por aquella assembléa de especialistas, teriamos resolvido um problema da mais alta importancia para a nacionalidade.

Infelizmente, as condições financeiras do paiz não permitem a realização do programma por ella traçado. O decreto n. 16.782-A, que reorganizou o ensino, consagra, apenas, os pontos essenciaes desse programma, regulando o processo do accordo entre a União e os Estados para a criação e manutenção de escolas primarias rurais subvencionadas pelo Governo Federal, como inicio da cooperação da União, que poderá ser ampliada e desenvolvida em melhores oportunidades.

A União terá a seu cargo o pagamento aos professores e a fiscalização superior do ensino. Caberá aos Estados fornecer casa para o funcionamento das escolas e o material escolar necessário. É condição principal obrigarem-se os Estados a não reduzir o numero de escolas existentes no seu territorio e a applicar 10 %, no minimo, de sua receita, na instrucção primaria e normal. Os accordos regulares,

consoante as condições especiaes de cada Estado, os demais pontos e detalhes da organização e funcionamento das escolas subvencionadas.

A reforma do ensino veio, portanto, concretizar e dar o impulso inicial a uma obra que deve ser mantida com perseverança e ampliada, de anno para anno.

Em 1924, funcionaram, regularmente, as escolas primarias que a União mantém, desde 1918, nos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, como auxilio para a nacionalização da infancia nos nucleos formados pela immigração européa.

Essas escolas, em numero superior a 400, apresentaram, naquelle anno, matrículas e percentagens de frequencia sensivelmente maiores que as do anterior. Subordinadas, doravante, ao regimen creado pela reforma do ensino, é de crêr produzam resultados ainda mais animadores, que compensem os sacrificios feitos pela União com o seu custeio.

Ensino artistico

Pelo decreto n. 16.753, de 31 de dezembro ultimo, foi approvedo o novo regulamento do Instituto Nacional de Musica.

De ha muito se fazia sentir a necessidade da reorganização desse estabelecimento, por isso que, na vigencia do regimen anterior, não lhe era possivel amoldar-se ás modernas exigencias do ensino, e, tão pouco, acompanhar os progressos obtidos pelos melhores institutos congeneres de outros paizes.

Severo espirito de economia presidiu á elaboração dessa reforma. Verifica-se que a despesa com o pessoal, apesar das alterações feitas, é menor que a correspondente ao quadro antigo, circumstancia que permite a execução immediata do novo regimen, dentro das verbas votadas para o exercicio corrente.

Devemos solicitar vossa attenção para a Escola Nacional de Bellas Artes. O desenvolvimento do ensino artistico e, especialmente, o das artes decorativas no paiz, a organização definitiva do museu, que, sendo riquissimo, permanece, ha muitos annos, fechado á visita publica, e varias outras questões e lacunas, que resultam do exame do que presentemente existe em relação a esse ramo do ensino, tornam opportuna e conveniente uma remodelação completa da mesma, a bem dos fôros de nossa cultura.

Polícia civil

Circunstancias varias têm dificultado a execução da reforma da Polícia civil. Tudo aconselha, porém, que se realize esse trabalho, que deverá ser ponderado e definitivo, attenta

relevancia das funções commettidas a esse órgão da administração publica.

Não obstante as lacunas e defeitos que tornam necessaria a reforma alludida, a Polícia civil tem conseguido manter os serviços pertinentes á ordem e segurança dos direitos individuais, nesta Capital.

Por decreto n. 16.590, de 10 de setembro de 1924, foi approvedo o novo regulamento das casas de diversão publica, no qual se contém todas as disposições que, de accordo com as exigencias modernas e as indicações da experiencia, regulam a fiscalização e o funcionamento desses estabelecimentos.

Pelo decreto n. 16.670, de 17 de novembro ultimo, deu o Governo nova organização ao antigo Gabinete Medico Legal, que, desmembrado da Polícia civil, passou a constituir instituto autonomo, em condições que o tornam um dos mais perfeitos estabelecimentos no genero.

Polícia militar

As tentativas de subversão da ordem publica, nesta Capital, a que nos temos referido, impondo á Polícia militar a necessidade de uma constante e cuidadosa vigilancia, revelaram, mais uma vez, a insufficiencia do seu pessoal, que só á custa de exhaustivos sacrificios tem conseguido cumprir os seus penosos mistéres.

Manda, porém, a mais rudimentar justiça que se asigne, e o fazemos com prazer, a par do serviço inestimavel que essa corporação prestou ao paiz, o louvavel espirito de disciplina alli dominante, graças ao qual, a despeito dos esforços empregados por elementos perturbadores, numa época e num ambiente de agitação e anormalidade, a corporação soube manter-se digna da confiança de que desfructa. Desde o commandante, até as praças de funções mais modestas, todos se conservaram fides no cumprimento do dever, mallogrando-se, ante essa attitude, o trabalho pertinaz de individuos apostados em arfistar, para a causa da anarchia, forças armadas cuja missão precípua consiste em evital-a.

Quanto á eficiencia da Polícia militar, folgamos em reconhecer que de muito valeram ás providencias determinadas pelo decreto n. 16.540, de 5 de agosto ultimo, creando mais um batalhão de infantaria, organizando um quadro de sargentos aspirantes, augmentando o pessoal do Serviço de Saúde e alterando o regulamento em vigor, no tocante á Escola Profissional e ás promoções de officiaes e sargentos.

Abstracção feita, embora, das circumstancias anormais por que passou a cidade, é forçoso convir em que o incessante desenvolvimento desta e o augmento da população exigem

uma ampliação proporcional do aparelhamento de sua policia, sob pena de ficar a ordem publica á mercê do espirito irrequieto e ambicioso de agitadores contumazes que procuram os grandes centros para ahi exercerem sua acção perniciososa. Plenamente reproductivas afiguram-se-nos as despesas que se façam para assegurar a eficiencia da Policia, porquanto a manutenção rigorosa da ordem é factor indispensavel para que as forças economicas da metropole possam incrementar, com proveito, a sua actividade.

Proseguem os trabalhos de construcção do novo hospital da Policia, nos terrenos adjacentes aos da Casa de Detenção. Para essa construcção concorreu a Companhia Industrial Santa Fé com a importancia de 500.000\$000, no cumprimento de clausula contractual a que se obrigára.

Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros da Capital da Republica, considerado outrora como instituição modelar no genero, está, presentemente, em condições que exigem a attenção dos poderes publicos.

Nada ha que dizer, com relação ao pessoal sinão que, a despeito de todas as difficuldades, continúa a se esforçar, de modo altamente louvavel, no cumprimento de seus deveres.

Já se notam os resultados beneficos da reforma feita pelo decreto n. 16.274, de 20 de dezembro de 1923. A instrucção technica dos officiaes e sargentos recebeu, com as creações decorrentes desse acto, um apreciavel impulso, com dispendio relativamente pequeno. Em março de 1924, abriram-se, com animadora concorrência, as matriculas da Escola de Aperfeiçoamento para officiaes, da Escola de Sargentos, do curso de hydrantes para officiaes e sargentos, do de enfermeiros e padioleiros e de varios cutros.

O material da corporação, porém, exige uma restauração urgente, cuja necessidade se ha demonstrado em mais de uma occorrença lamentavel. Está, ainda, na lembrança de todos a luctuosa catastrophe da ilha do Cajú, durante a qual se patenteou a precariedade dos meios de que dispõe o Corpo de Bombeiros para debellar os incendios daquela natureza e de tamanhas proporções. Tanto pela quantidade, como pela qualidade, o material de extincção do fogo, vehiculos e demais aparelhos, que, ha alguns annos, já não bastavam, hoje, são, de todo, insufficientes para os fins a que se destinam. Por outro lado, o crescimento da cidade, a construcção de edificios de grandes dimensões e muitos andares, o desenvolvimento de industrias que utilizam explosivos e inflammaveis em avultada escala, a creação de novas casas de diversões e outros factos

impõem providencias que tenham por objectivo acutelar vidas e propriedades contra os riscos provaveis de incendios.

Ha, sem duvida, medidas de prevenção que, systematicamente organizadas e adoptadas, com o concurso da Prefeitura e de varias repartições federaes, poderão diminuir o numero e a gravidade dos incendios. É materia digna de estudo, para a qual esperamos ter, ainda, ensejo de solicitar vossa attenção. Entretanto, a remodelação do material do Corpo de Bombeiros parece de maior urgencia, afim de que não tenhamos o desgosto de assignalar novas catastrophes, de consequencias talvez mais lamentaveis ainda.

Commercio de armas

O commercio de armas, sobretudo o das armas brancas e armas curtas de fogo, está a exigir legislação especial, a bem dos creditos do paiz.

Ao passo que o porte dellas é prohibido pela lei penal, nada lhes veda a importação, o fabrico e a venda. -- de onde resultar em letra morta a prohibição do porte e se multiplicarem, por toda a parte, os attentados contra as pessoas.

Acreditamos que a nossa é, nesse particular, uma situação singular entre as nações civilizadas, pois em todas ellas o respeito á vida humana, que é um dos mais seguros e bellos indices de cultura e progresso, tem imposto restricções cada dia mais estreitas a esse barbaro commercio.

Certo, não é esta uma peculiaridade da qual nos orgulhemos, causando-nos, muito ao contrario, o mais justo vexame a certeza de que essas armas, que tantos crimes provocam e nos custam tantas vidas, nos vêm, muitas vezes, de paizes onde o seu commercio interno é absoluta e rigorosamente prohibido.

Cumprimos um dever de patriotismo e consciencia recomendando-vos, com o maior empenho, o exemplo desses paizes e pedindo-vos a votação de lei que seja a interdicção, pura e simples, desses instrumentos de homicidio.

Serviço eleitoral

Proseguem, com grande intensidade, os serviços do alistamento eleitoral do Districto Federal, ora a cargo do Juizo creado pelo decreto n. 16.273, de 20 de dezembro de 1923, cujas attribuições ficaram definidas pelo regulamento respectivo e pelo decreto n. 4.907, de 7 de janeiro ultimo.

Carece, agora, o novo Juizo de pessoal auxiliar e, tambem, de uma installação condigna, visto que se acha, provisoriamente, localizado em dependencias do Archivo Nacional, com graves inconvenientes para os seus trabalhos e para os da repartição que o acolheu.

Commemorações

Em virtude do decreto legislativo n. 4 859, de 26 de setembro de 1924, foi incluído, entre os feriados nacionais, o dia 1º de maio. A significação que essa data passou a ter, nestes ultimos tempos, consagrando-se, não mais a protestos subversivos, mas á glorificação do trabalho ordeiro e util, justifica plenamente o vosso acto.

Convém lembrar, entretanto, que a lista, não pequena, de nossos dias de gala, acaba de ser accrescida desse feriado, em um mez em que já figuram dois outros, além da commemoção militar do dia 24. Aconselha a prudencia não augmentemos o numero de festas nacionais, afim de que não se paralize o movimento do commercio, das operações de toda natureza e, especialmente, da administração.

Instituiu-se, ainda, em 1924, o dia 12 de outubro, como Dia da Criança, deliberação tanto mais louvavel quanto é certo que não incide no inconveniente acima alludido.

Em 1924, por decreto de 8 de dezembro, declarou-se de festa nacional o dia 9 desse mez, em que se commemorava o centenario da batalha de Ayacucho.

Limites inter-estaduaes

Não convém abandonar em meio a meritoria obra de delimitação de fronteiras entre as diferentes unidades da federação, pondo termo a questões sempre irritantes, como as de jurisdição territorial, e a conflitos prejudiciaes á vida economica e financeira dos Estados. Esperamos, pois, que a vossa attenção se voltará para o problema dos nossos limites inter-estadoaes, **habilitando o Governo a** proseguir na sua solução.

Ficou definitivamente encerrado o antigo e grave litigio de limites entre o Paraná e Santa Catharina, pela demarcação de toda a fronteira, com approvação expressa dos dois Estados confinantes. Approvados, por decreto n. 16.595, de 10 de setembro de 1924, os trabalhos da Comissão encarregada do assumpto, chefiada pelo Marechal A. de Albuquerque Souza, foi a mesma dissolvida.

A Comissão de Limites dos Estados do Norte, chefiada pelo Tenente-Coronel Renato Barbosa Pereira, entregou, em dezembro de 1924, o laudo sobre a questão Piauihy-Maranhão, dando o resultado das averiguações e levantamentos feitos para bem determinar a nascente e a foz do rio Parnahyba, que constitue, em todo o seu percurso, a linha divisoria entre aquellas duas unidades da federação.

Devendo caber aos Estados interessados o preparo da causa é attendendo á necessidade de estabelecer a União o equilibrio de seu orçamento, não foi utilizada a auctorização

legislativa referente á abertura de credito para o custeio da diligencia determinada pelo Supremo Tribunal Federal afim de poder proferir seu julgamento no caso Amazonas-Pará.

Por motivos de ordem financeira, resolvestes supprimir, para o exercicio corrente, a verba destinada á continuação dos trabalhos da Comissão de Limites dos Estados do Norte, mas o Governo julgou conveniente não dissolver logo a Comissão, visto seus trabalhos poderem proseguir, este anno, sem augmento de despesa. Os engenheiros, que a compõem, estão ultimando os serviços de escriptorio relativos ao litigio Piauihy-Ceará.

Realizou-se, recentemente, um novo accordo preliminar entre os Presidentes da Bahia e do Espirito Santo, para solução da pendencia de limites entre esses Estados, visto haver sido denunciado o convenio anterior, em consequência de divergencias verificadas, entre auctoridades, nas respectivas fronteiras.

Torna-se necessario que os congressos estadoaes remetam ao Congresso Nacional, para sua homologação, os convenios que já tiverem sido approvados, de conformidade com a Constituição Federal.

Bibliotheca Nacional

De accordo com a auctorização legislativa, adquiriu o Governo, não só a casa em que residiu o Senador Ruy Barbosa, mas tambem a valiosa bibliotheca e todo o archivo pertencentes a esse grande brasileiro e os direitos auctoraes sobre seus trabalhos. O patrimonio nacional ficou, assim, enriquecido de uma bibliotheca preciosa e de um archivo que encerra subsidios da maior importancia para a reconstituição de uma longa e accidentada phase de nossa historia, confiados ambos á guarda da Bibliotheca Nacional.

Assistencia a alienados

Impõe-se, como providencia de caracter humanitario e de necessidade social, a reforma dos nossos serviços de asistencia a alienados, quer nas installações materiaes, quer nas condições dos funcionarios prepostos ao arduo encargo, quer na adopção de novos preccitos regulamentares, diante dos novos ensinamentos e conquistas da moderna psychiatria. O nosso Hospital Nacional de Alienados reclama obras urgentes de conservação e hygiene; a sua lotação está excedida, de modo condemnavel, com prejuizo da hygiene e do tratamento dos enfermos.

Saude Publica

Os serviços de hygiene e saúde publicas, a cargo do Governo Federal, vão sendo executados com apreciavel eficiencia.

As condições sanitárias do Rio de Janeiro, actualmente, são as mais propícias e hoje nos podemos ufanar de haver transformado a nossa grande metropole, antes flagellada por mortíferas epidemias, numa das cidades mais salubres do mundo.

Provam-n'o os dados irrecusáveis das estatísticas demographo-sanitarias, que demonstram uma queda progressiva da mortalidade geral e, especialmente, da mortalidade pelas doenças transmissíveis, no Rio de Janeiro. O coefficiente de letalidade, que foi de 20,17 por mil, em 1922, e, nos annos anteriores, se manteve, quasi sempre, acima dessa percentagem, cahiu, progressivamente, a 18,35, em 1923, e 16,04, em 1924. Por outro lado, a cifra total, quanto á relação percentual de obitos pelas doenças transmissíveis, tem baixado de modo sensível, o que torna evidente a efficacia do methodo prophylactico. Verifica-se, além disso, nesta Capital, um *superavit* animador, nos nascimentos, que, em 1924, attingiram ao total de 33.989, sobre os obitos, que, no mesmo periodo, foram em numero de 22.140.

— A variola, doença hoje incompativel com a civilização e que constituiu o maior estigma do nosso regimen sanitario, desapareceu, totalmente, da capital do-paiz, graças á pratica systematica e intensiva do methodo immunizante. De 1919 a 1924, foram realizadas, sem qualquer resistencia e prescindindo-se de medidas vexatorias, 1.188.329 vaccinações e re-vaccinações, no Rio de Janeiro, onde a variola póde ser officialmente declarada extincta. De facto, considerando a immunização quasi total da população actual, só casos importados poderão apparecer, aqui, sem qualquer possibilidade de novos surtos epidemicos da terrivel doença.

— Infelizmente, a tuberculose constitue, ainda, o assumpto primordial da nossa hygiene urbana e está a exigir que, no seu combate, empenhe o Governo acção mais ampla. É este o problema medico-social que mais deve merecer agora a attenção dos poderes publicos, porquanto o Rio de Janeiro, e outras grandes metropoles nossas, experimentam, de modo impressionante, os maleficios da terrivel doença.

O coefficiente de mortalidade, pela tuberculose, nesta Capital, foi, por mil habitantes, de 3,53, em 1922; 3,15 em 1923, e 3,10, em 1924. Em 1924, falleceram, só no Rio de Janeiro, 4.483 pessoas, de tuberculose.

Estes algarismos mostram bem a gravidade do problema sanitario, que se nos defronta, e o Governo, dentro das aperturas financeiras em que nos debatemos, tem feito o possivel para dar-lhe solução compativel com os recursos de que póde dispor.

O combate ao contagio constitue a providencia de maior

alcançe na campanha anti-tuberculosa e foi esse o criterio que orientou, inicialmente, a organização da prophylaxia entre nós, sem abandono de outros processos, especialmente dos que visam, na policia sanitaria dos domicilios, melhorar as condições de habitabilidade nesta Capital, ao lado da educação e da propaganda anti-tuberculosas e das medidas visando, na infancia, os individuos que apresentem condições favoraveis á invasão do mal. Entretanto, numerosos doentes de tuberculose aberta permanecem ainda em habitações collectivas, espalhando, livremente, o contagio, pois o numero de leitos, que actualmente possuímos, em hospitales, para taes enfermos, é, de todo, insufficiente. Por isso, e considerando dever inadiavel afastar do Hospital de São Sebastião, situado á beira-mar, sem qualquer dos requisitos modernos, os tuberculosos alli internados, iniciou o Governo a construcção de um hospital para tuberculosos, em Jacarépaguá, onde possui uma propriedade bem situada, achando-se concluidos, já, os pavilhões de administração e outras dependencias.

As medidas de prevenção anti-tuberculosa, visando a infancia, exigem, de seu lado, a instalação de preventorios, que abriguem as creanças predispostas ao mal, e o Governo estuda o assumpto com a attenção que o mesmo lhe merece.

Problemas de tanta latitude, como esse da luta contra a tuberculose e outros, de assistencia publica, não poderiam nunca ser considerados pelo Governo, de modo efficiente, sem o auxilio da iniciativa privada. Esta, no que respeita á tuberculose, concretiza-se, nesta Capital, no esforço da Liga Brasileira contra a Tuberculose, instituto benemerito, agora transformado em fundação e, assim, approximado dos poderes publicos para uma actividade bemfazeja e mais efficaç.

Pensamos, por isso, que será de muito acerto affectar a essa fundação proporcionando-lhe os necessarios recursos, os serviços de preventorios anti-tuberculosos e tambem a assistencia aos tuberculosos, nos hospitales que venham a ser installados pelo Governo. Será, assim, aproveitada a actividade dos nossos philanthropos, num dos assumptos que mais exigem abnegação e altruismo.

A propaganda e educação anti-tuberculosas, realizadas por meio de cartazes, folhetos, cinematographia, conferencias, etc., vae tendo seu complemento necessario, e sem duvida sua pratica mais efficaç, na acção carinhosa e persuasiva das enfermeiras de saúde publica, junto aos tuberculosos e ás pessoas de seu ambiente.

— O Governo, por isso, tem mantido o maior empenho em organizar, sob moldes adeantados, o serviço de visitadoras de saúde publica, para o que foi installada uma escola moderna,

com o concurso valioso da Fundação Rockefeller, afim de proporcionar ás nossas patricias aprendizagem tecnica proveitosa. Em junho proximo, serão diplomadas, após um curso de dois annos e quatro mezes, 18 das actuaes alumnas, cinco das quaes, graças á iniciativa daquella fundação, devem seguir para a America do Norte, a aperfeiçoar seus conhecimentos e adquirir mais vasta experiencia dos serviços de enfermagem.

Essa escola é actualmente cursada por moças de apreciavel cultura em estudos secundarios e de alto nivel moral, o que constitue garantia da dignidade e eficiencia com que será exercida, entre nós, a nova profissão.

— Attendendo a exigencias bem definidas da administração sanitaria e aproveitando a experiencia de outras nações, que se empenham no aperfeiçoamento dos trabalhos de saúde publica, o Governo organizou o ensino especializado de hygiene publica. Era essa uma iniciativa das mais indicadas em nosso paiz, porque o exercicio proficuo de funções sanitarias, dadas a complexidade e a amplitude dos conhecimentos scientificos necessarios, não poderia prescindir da educação especializada dos nossos technicos. E essa necessidade mais se impunha entre nós, em virtude das condições climatericas do paiz, onde aspectos peculiares da hygiene requerem aptidões profissionais, que habilitem á solução de problemas obscuros e garantam a efficacia do methodo scientifico.

O Governo affectou ao Instituto Oswaldo Cruz o curso de hygiene, porque entendeu aproveitar, desse modo, os elementos de trabalho daquella escola experimental, onde existem installações technicas e profissionais com capacidade valiosa nesse particular. Entretanto, a lei faculta o aproveitamento de profissionais do estrangeiro e do paiz, nesse curso, afim de que possam ser tratadas com o necessario desenvolvimento as respectivas disciplinas. Além disso, considerando que a nossa Faculdade de Medicina é o organismo do ensino medico no paiz, a lei subordinou á mesma o referido curso, determinando a sua fiscalização pelo Director da Faculdade e fazendo depender da approvação deste a validade dos respectivos exames.

— A prophylaxia das doenças contagiosas vae dando resultados animadores nesta Capital, onde nenhum surto epidemico tem sido verificado, de qualquer das molestias que, anteriormente, grassavam aqui, com grande intensidade. Em vez disso, verifica-se, nas estatisticas, uma diminuição global e percentual de todas as doenças de notificação compulsoria.

Acha-se ligado a esses serviços o combate aos mosquitos, cuja invasão periodica, em alguns bairros desta capital, provoca frequentemente reclamações, attendidas, quanto possível, pelas auctoridades sanitarias.

Cumpra salientar, entretanto, que a lucta contra o mosquito, — organizada, nesta Capital, por Oswaldo Cruz, com amplos elementos de acção, como methodo prophylactico contra a febre amarella, — uma vez extincta esta aqui, deixou de constituir providencia de natureza sanitaria, para se tornar medida necessaria ao conforto da população. Apesar disso, a administração sanitaria procura realizal-a, com o possivel rigor, considerando, principalmente, os focos domiciliarios, por attender assim, pela extincção do *stegomyia calopus*, á prophylaxia preventiva da febre amarella.

— Esta, que, mesmo depois de extincta no Rio de Janeiro, perdurava em alguns focos do littoral e do interior de Estados do norte, occasionando serios prejuizos ao nosso intercambio com outras nações, está quasi definitivamente extincta em todo nosso territorio. Os grandes focos da Bahia, Ceará e outras cidades do littoral desapareceram. Apenas no interior de um ou outro Estado verificam-se raros casos sporadicos da terrivel doença.

Á Fundação Rockefeller, cujos serviços á saúde publica e ao aperfeiçoamento medico de nosso paiz são verdadeiramente relevantes, devemos, em grande parte, esse novo beneficio. Essa instituição offereceu ao Governo seus recursos financeiros e sua experiencia em outras campanhas anti-amarillicas e, em collaboração com o Departamento Nacional de Saúde Publica, vae realizando, no norte do Brasil, os trabalhos destinados á erradicação definitiva da febre amarella.

— Attendendo ás difficuldades financeiras do momento, estabelecestes, no orçamento do corrente anno, que á contribuição da União, para os serviços de prophylaxia rural, e para os de syphilis e de lepra, nos Estados, correspondesse quantia igual, por parte destes. Essa nova obrigação foi aceita por quasi todos os Estados e, assim, os serviços proseguem, alli, de modo normal, trazendo ás populações ruraes grandes beneficios, sob a direcção technica e administrativa do Governo Federal.

— O combate á lepra preocupa tambem, seriamente, a nossa attenção e, nesse assumpto, como em outros de saúde publica que interessam a toda a communhão nacional, não podemos aguardar providencias, ás vezes demoradas e quasi sempre parciaes, dos governos estadoaes. Ahi bem se definem as responsabilidades do Governo Federal e bem se indica a sua interferencia, no sentido de combater um dos maiores flagellos da especie humana.

Nesse sentido, cogitamos da installação de algumas colonias de leprosos em Estados do norte do paiz, onde existem focos da doença, bem como da construcção, já projectada, de um leprosario, em zona proxima desta capital, para at-

tender aos enfermos que aqui permanecem, em condições precárias de isolamento, no Hospital de São Sebastião, e aos que, em domicilio, se encontram isolados, ou sob vigilância das autoridades sanitarias.

— A luta contra o perigo venereo prosegue, com esforço, em todo o paiz.

Nesta Capital, graças ao concurso da Fundação Gaffrée-Guinle, possuímos um serviço anti-venereo que se não arreceia de paralelo com os melhores do mundo. Os seus dispensarios, onde se realizam as medidas de prophylaxia, acham-se agora systematicamente distribuidos em toda a cidade e offerecem condições excellentes para os fins a que se destinam. Além disso, muito breve estará construido um grande hospital especial para assistencia aos doentes e pesquisas experimentaes.

— Além das fundações Gaffrée-Guinle e Liga Brasileira contra a Tuberculose, uma outra se organizou recentemente, a Fundação Oswaldo Cruz. De altos intuitos humanitarios, disporá de um instituto especial, dadiva valiosissima de uma nobre familia, e iniciará sua actividade pelos trabalhos relativos ao *cancer*, considerando, não só a prophylaxia e o tratamento da terrivel doença, mas promovendo, tambem, pesquisas e estudos tendentes a esclarecerem o ainda obscuro problema dos tumores malignos.

Até aqui, só possuíamos, no Brasil, nesse genero, o Instituto de Bello Horizonte, organizado pelo Governo de Minas e cuja actividade vac sendo das mais proficuas. Com a Fundação Oswaldo Cruz, porém, terá a Capital da Republica um instituto similar e, assim, esse assumpto de hygiene, que o Governo Federal ainda não pudéra considerar devidamente, apesar de sua extrema gravidade, será, dentro de curto prazo, cuidado com esforço e relativa facilidade.

— O serviço de fiscalização de generos alimenticios, executado de modo satisfatorio nesta Capital, não poude, ainda, infelizmente, ser levado ás cidades e regiões do interior. Entretanto, para alguns productos, pelo menos, taes como o leite, a carne e seus derivados, seria de toda conveniencia extendel-o aos centros productores, do que resultariam vantagens consideraveis não somente para a saúde publica, sinão tambem para o proprio commercio dos mesmos.

— O Governo, attendendo ao alto coefficiente da mortalidade infantil no Rio de Janeiro e em algumas cidades do interior, tem procurado promover a pratica da hygiene infantil, cujos serviços foram organizados, sob as melhores normas, aqui e nas capitães de alguns Estados. Transformou, além disso, o hotel Sete de Setembro em hospital de creanças, onde, a par da assistencia aos pequenos enfermos, teremos

um centro de educação maternal, muito necessario em nosso meio. Por outro lado, pensa em organizar um serviço extenso de hygiene pre-natal: pois o que temos é deficiente, pela ausencia dos recursos necesarios.

— Os trabalhos scientificos do Instituto Oswaldo Cruz proseguem de modo sempre efficiente. As descobertas e publicações originaes de seus técnicos evidenciam que delli não desapareceram as normas salutaes do grande creador da medicina experimental em nosso paiz.

Naturalizações

Julgamos opportuno solicitar vossa attenção para o regimen actual das naturalizações. As leis vigentes, que regulam a materia, são, não ha negar, de uma liberalidade excessiva. A' sombra desse regimen tolerante, inumeros elementos nocivos á ordem e aos bons costumes se vão cautelosamente insinuando, dada a extrema facilidade com que se habilitam para a conquista da cidadania no Brasil.

Releva notar, ainda, outro caracteristico do systema em vigor: a gratuidade dos processos de naturalização, desonrados, como se acham, de todos os emolumentos. Nossas condições actuaes, especialmente as do Thesouro, não são de molde a permittir abdique este da receita que poderia resultar de um imposto sobre os titulos de naturalização.

Associações de utilidade publica

Julgamos-nos no dever de reiterar a suggestão que, no anno findo, tivemos ensejo de vos fazer, quanto á necessidade de se estatuirem, em lei de character geral, os requisitos a serem preenchidos pelas associações que pretendam ser consideradas de utilidade publica. Tal exigencia traria, sem duvida, maior prestigio aos institutos contemplados pela lei e permittiria a discriminação das possiveis prerogativas decorrentes da concessão daquelle titulo.

FAZENDA

Tendo solicitado exoneração do cargo de Ministro da Fazenda o Dr. Raphael Sampaio Vidal, que, durante dois annos, geriu as finanças publicas com actividade e competencia, nomeámos para substituil-o o Dr. Annibal Freire da Fonseca, que foi logo investido no exercicio daquellas funções.

Situação financeira 1

Não se desmentiram os testemunhos de confiança que, em Mensagem anterior, manifestámos em relação á situação financeira do paiz.

Não fôra a insania dos que têm pretendido subverter a ordem constitucional e sacrificar o regimen, e poderíamos apresentar elementos mais certos e definitivos da nossa reconstituição financeira. Basta, para isto, attentar no volume do deficit verificado no ultimo exercicio e nas despesas com as medidas tendentes a assegurar a ordem publica, condição precípua e essencial da vida do paiz e da expansão do seu trabalho.

Ainda assim, o esforço desenvolvido pelo Governo, na defesa da sua missão suprema e no encaminhamento regular dos assumptos administrativos, encontrou franco e animador estímulo na resistencia que as forças vivas do paiz têm oposto á desordem e á anarchia.

Não nos apartámos um instante do programma com que pleiteámos a honra dos suffragios dos nossos concidadãos, nem as dificuldades sobrevindas nos fizeram diminuir o animo no combate ás causas do mal e na efficiencia dos elementos postos ao nosso alcance para attenuar-lhe a extensão.

Em materia financeira o nosso objectivo principal, aconselhado pela experiencia e pelo exemplo de outros povos, é, como já deixamos dito, o do equilibrio orçamentario. Para conseguil-o, contamos com o vosso inestimavel concurso que, estamos certos, não nos faltará.

Orçamentos do ultimo triennio

A execução orçamentaria dos exercicios de 1922, 1923 e 1924 esclarece o estado das finanças brasileiras e põe em relevo os varios problemas da nossa administração financeira.

Os acabrunhadores deficits anteriormente verificados vêm soffrendo diminuições animadoras. Já em 1923, foi assignalado um resultado mais satisfatorio, tendo o deficit desse exercicio se elevado a pouco mais de 200 mil contos de réis, ao passo que o de 1922 culminou com a assustadora importancia de 449 mil contos, correspondendo a 50 %, approximadamente, da receita arrecadada nesse anno.

O progressivo augmento das rendas e a continuação do programma de economias deram como resultado baixar ainda mais o deficit em 1924, o qual pôde ser avaliado em quantia inferior a 100 mil contos de réis.

Não fôra o dispendio imprevisto com a manutenção da ordem, e o exercicio de 1924 seria encerrado em condições muito alentadoras, eliminando-se, com grande probabilidade, o deficit orçamentario, que, ha tantos annos, vem absorvendo grande parte do nosso patrimonio economico.

A pesar na despesa de 1924 tivemos, ainda, os juros da divida fluctuante, não inferiores a 70 mil contos.

Os algarismos referentes aos tres ultimos orçamentos dirão melhor dos resultados de cada um.

A receita para o exercicio de 1922 foi orçada em 92.276:320\$000, ouro, e 727.673:000\$000, papel, tendo a arrecadação attingido a 75.397:137\$426, ouro, e 653.475:004\$716, papel.

A despesa desse exercicio ascendeu a 83.766:602\$447, ouro, e 1.074.179:793\$262, papel.

Comparada a receita arrecadada com a despesa effectuada, resulta o deficit de 8.369:465\$021, ouro, e 420.704:788\$546, papel, demonstrado pela fôrma seguinte:

	Ouro	Papel
Receita arrecadada.....	75.397:137\$426	653.475:004\$716
Despesa effectuada.....	83.766:602\$447	1.074.179:793\$262
Deficit.....	8.369:465\$021	420.704:788\$546

Convertido o deficit em ouro a papel, tomado por base o cambio médio do exercicio, de 8 d. por 1\$000, o que dá a equivalencia de ouro 1\$000 = papel 3\$375, encontra-se o deficit total de 448.951:732\$991.

Os algarismos referentes ao orçamento de 1923 dão como receita prevista, em ouro, 97.586:320\$000 e 778.025:000\$000, em papel. A arrecadação produziu, em ouro, 98.900:683\$138 e, em papel, 742.242:500\$495. A arrecadação em ouro excedeu, portanto, em 1.314:363\$138 á previsão orçamentaria e a em papel foi inferior na importancia de 35.782:499\$505.

O deficit do exercicio de 1923 é computado em 224.374:086\$508, demonstrado pela fôrma seguinte:

	Ouro
Receita arrecadada.....	98.900:683\$138
Despesa effectuada.....	86.729:871\$593
Superavit.....	12.170:811\$545

	Papel
Receita arrecadada.....	742.242:500\$495
Despesa effectuada.....	1.021.385:238\$955
Deficit.....	279.142:738\$460

Convertido o saldo em ouro a papel, ao cambio médio do exercicio, isto é, 6 d. por 1\$000, ou ouro 1\$000 = papel 4\$500, o que dá, papel, 54.768:651\$952, e deduzido este saldo do deficit, em papel, de 279.142:738\$460, encontra-se o deficit liquido de 224.374:086\$508.

Como no anno transacto, e em virtude da melhor organização que vão tendo os serviços de contabilidade da União, a Contadoria Central da Republica pôde offerecer algarismos mais completos, em relação ao exercicio de 1923, e organizou o balanço de receita e despesa, transcripto linhas adeante, correspondente ao exercicio de 1924, ainda no periodo de liquidação, na data em que escrevemos, por isso que o seu definitivo encerramento tem logar a 30 de abril.

Embora esses algarismos, dependentes do periodo adicional de liquidação, não sejam a ultima expressão do resultado do exercicio, a sua approximação é, todavia, sufficiente para se ajuizar da execução do orçamento respectivo.

A lei orçamentaria estimou a receita em 102.890.600\$000, ouro, e 921.898.000\$000, papel.

A arrecadação produziu, em ouro, 115.618.913\$759 e, em papel, 842.956.925\$564.

Fazendo-se a conversão da parte em ouro, a receita total prevista monta a 1.384.905.700\$000, papel, assim demonstrada:

Importancia prevista, em ouro,	
102.890.600\$000, a ouro 1\$000 =	
papel 4\$500.....	463.007:700\$000
Idem, em papel.....	921.898:000\$000
Receita prevista total.....	1.384.905:700\$000

Feita, na arrecadação realizada, a conversão da parte em ouro a papel, ao mesmo cambio médio de 6 cl. por 1\$000, chega-se aos seguintes numeros:

Importancia arrecadada, em ouro,	
115.618.913\$759, a ouro 1\$000 =	
papel 4\$500.....	520.285:111\$915
Idem, em papel.....	842.956:925\$564
Receita total arrecadada..	1.363.242:037\$479

Cotejada a receita total prevista com a arrecadação total, esta é inferior áquella, apenas, em 21.663.662\$521.

Confrontada a receita com a despesa do exercicio de 1924 verifica-se o *deficit* de 89.738:521\$508, que se demonstra pela fórma seguinte:

Ouro	
Receita arrecadada.....	115.618:913\$759
Despesa effectuada.....	83.863:258\$439
<i>Superavit</i>	31.755:655\$320
Papel	
Receita arrecadada.....	842.956:925\$564
Despesa effectuada.....	1.075.595:896\$012
<i>Deficit</i>	232.638:970\$448

Convertido o *superavit* em ouro a papel, á razão de ouro 1\$000 = papel 4\$500, na base do cambio de 6 cl. por 1\$000, resulta o *deficit* liquido de 89.738:521\$508.

O resultado do exercicio de 1924, assim demonstrado não deixa de ser animador.

O *deficit*, assim sensivelmente reduzido, tem origem no pagamento de juros da divida fluctuante, estimado em 70 mil contos, no pagamento da gratificação provisoria, como credito especial, e no custeio de outros creditos adicionais, muitos dos quaes representam despesa reproductiva, por provêr á construcção de estradas de ferro e a outros factores de enriquecimento do patrimonio nacional.

RECEITA

10312 Segunda-feira 4

DIARIO OFFICIAL

Maio de 1925

DESPESA

TÍTULOS DA RECEITA	OURO	PAPEL	TÍTULOS DA DESPESA	OURO	PAPEL
1 RENDAS DA UNIÃO:			1 DESPESAS DA UNIÃO:		
Renda Ordinária.....	102.013.636\$835	774.783.200\$259	Ministerio da Justiça.....	1.636.700\$845	106.883.688\$422
Renda Extraordinária.....	3.988.376\$028	25.070.137\$187	Ministerio do Exterior.....	5.031.238\$065	2.188.188\$880
Renda com Aplicação Especial.....	8.844.980\$736	22.245.320\$410	Ministerio da Marinha.....	886.607\$201	7.748.743\$840
Renda Especializada.....	—	61.941\$000	Ministerio da Guerra.....	332.803\$145	153.740.743\$018
Renda a classificar.....	771.920\$160	20.794.020\$599	Ministerio da Agricultura.....	135.044\$830	347.521.378\$817
Summa das rendas.....	115.618.913\$759	842.936.915\$564	Ministerio da Viação.....	4.355.981\$661	347.521.378\$806
2 DEPOSITOS:			Ministerio da Fazenda.....	69.687.309\$048	218.291.347\$286
Caixas Economicas.....	—	62.322.143\$855	Diversos Responsaveis (Dependente de prestação de contas).....	1.775.262\$022	99.500.946\$425
Cofre de Orphãos.....	—	74\$000	Agentes Pagadores (Adeantamentos e supplementos para pagamento de despesas).....	—	8.440\$008
Bens de defuntos e ausentes.....	—	11.741\$396	Summa das despesas.....	83.863.238\$439	1.075.595.896\$012
Depositos de diversas origens.....	16.507.668\$844	170.980.198\$059	2 DEPOSITOS:		
Consignações.....	16.654\$560	22.630.860\$566	Caixas Economicas.....	—	67.361.226\$874
Total.....	16.524.340\$424	255.945.020\$076	Cofre de Orphãos.....	—	315.203\$291
3 RESTOS A PAGAR:			Bens de defuntos e ausentes.....	—	1.207\$000
Do exercicio de 1922.....	53.288\$889	37.783.321\$776	Depositos de diversas origens.....	2.760.284\$275	164.673.946\$670
Do exercicio de 1923.....	21.423.606\$170	3.960.643\$987	Consignações.....	2.007\$829	22.720.589\$851
Total.....	21.476.898\$059	41.743.967\$713	Total.....	2.771.292\$104	255.073.056\$685
4 OPERAÇÕES DE CREDITO:			3 RESTOS A PAGAR:		
Emissão de APOLICES:			PAGAMENTOS REALIZADOS:		
Valor nominal.....	216.409.000\$000	—	Do exercicio de 1910.....	1.847\$826	—
Menos:			Do exercicio de 1920.....	78.317\$149	—
Diferença na emissão.....	56.527.500\$000	160.881.500\$000	Do exercicio de 1921.....	731.878\$643	294.347\$845
Emissão de OBRIGAÇÕES:			Do exercicio de 1922.....	4.609.359\$509	1.215.361\$874
Valor nominal.....	36.585.000\$000	—	Do exercicio de 1923.....	5.421.602\$930	43.206.607\$886
Menos:			Total.....	—	3.009.163.742
Diferença na emissão.....	2.029.600\$000	34.555.400\$000	4 OPERAÇÕES DE CREDITO:		
Saldo da emissão de notas promissórias do Tesouro em circulação.....	—	39.797.405\$386	Resgate de Notas Conversíveis.....	—	1.210.203\$000
Total.....	—	344.534.305\$386	5 SUPRIMENTOS:		
5 SUPRIMENTOS:			Do exercicio de 1923.....	11.681.345\$034	180.738.957\$744
Do exercicio de 1923.....	4.361.382\$015	84.890.288\$193	Do exercicio de 1925.....	—	—
Do exercicio de 1925.....	—	—	6 EMPRESTIMOS EXTERNOS:		
Saldo do movimento de Receita e Despesa.....	68.255.756\$009	56.473.262\$198	Cancellation do empréstimo de £ 9.000.000, para o serviço da defesa do café.....	50.000.000\$000	—
6 BANCOS E CORRESPONDENTES:			7 CONVERSÃO DE ESPECIE:		
Saldo do movimento de Receita e Despesa.....	—	399.265.567\$000	TOTAL DA DESPESA.....	17.951.363\$659	277.083.425\$227
7 CARTEIRA DE REDESCONTOS:			8 SALDOS:		
Liquidação desta Carteira: passa a respectiva importância de papel Moeda em circulação a cargo do Tesouro Nacional.....	—	132.543.690\$171	TOTAL DA RECEITA.....	286.073.211\$055	2.058.352.226\$501
8 CONVERSÃO DE ESPECIE:					
TOTAL DA RECEITA.....	286.073.211\$055	2.058.352.226\$501			

Como no exercício de 1923, levantou-se o balanço de Activo e Passivo, em que são collocadas em nitido destaque as obrigações do Thesouro Nacional.

Este balanço não é, ainda, completo, quanto aos bens de propriedade da União, sendo, porém, incessante o trabalho de organização dos respectivos inventarios.

Balanço de Activo e Passivo, em 31 de dezembro de 1924

ACTIVO	Ouro	Papel
Bens Immoveis.....		2.776.662:538\$132
Bens de Natureza Industrial.....		401.733:701\$372
Bens de Defesa Nacional.....		25.564:594\$078
Bens de Natureza Agricola.....		10.757:730\$124
Bens Scientificos e Artisticos.....		44.845:006\$072
Bens Moveis.....		19.169:615\$296
Valores pertencentes á União.....	4.362:551\$816	133.255:754\$082
Dívidas dos Estados...		61.997:684\$132
Mocdas Subsidiarias...		1.553:796\$410
Valores do Fundo de Amortização da Dívida Interna Fundada.....		31.990:100\$000
Dívida Activa.....	222:379\$142	11.301:643\$693
Banqueiros da União — Saldo.....		79.119:904\$120
Agentes Financeiros em Londres.....	2.768:898\$230	—
Comité da Valorização do Café (Saldo em liquidação).....	76.892:145\$512	269.984:255\$600
Agentes Responsaveis..	7.497:198\$758	209.543:220\$488
N. M. Rothschild & Sons — c/ Titulos depositados.....	2.223:111\$112	—
	93.966:284\$570	4.077.479:543\$599
Passivo descoberto..	1.154.394:010\$276	1.575.711:343\$129
	1.248.360:294\$846	5.653.190:886\$728
Sellos da União.....		873.509:938\$905
Caixa de Depositos e Cauções.....	934:456\$217	95.050:459\$304
Apolices Inscriptas.....		1.666.869:400\$000
	1.249.294:751\$063	8.288.620:684\$937
PASSIVO	Ouro	Papel
Portadores de Titulos da Dívida Externa.....	1.153.798:970\$786	—
Portadores de Titulos da Dívida Interna Fundada.....		1.852.285:300\$000
Portadores de Papel-Mocda.....		2.237.134:332\$500
Portadores de Obrigações do Thesouro.....		179.210:000\$000
Portadores de Notas Conversiveis.....		7.555:760\$000
Depositos.....	8.719:581\$319	579.036:789\$146
Dívida Fluctuante.....		793.968:705\$082
Contribuintes da Valorização do Café.....		4.000:000\$000
Banqueiros da União — Saldo.....	85.841:742\$741	—
	1.248.360:294\$846	5.653.190:886\$728
Emissão de Sellos da União.....		873.509:938\$905
Depositos e Cauções..	934:456\$217	95.050:459\$304
Inscrição de Apolices..		1.666.869:400\$000
	1.249.294:751\$063	8.288.620:684\$937

Despesas publicas

Temos determinado, como dissemos acintá, a mais severa economia no dispendio dos dinheiros publicos, já recorrendo ao extremo de suspensão de obras, já mandando exercer rigorosa fiscalização na applicação das dotações orçamentarias. Dada a depressão da taxa cambial, havemos de restringir ao minimo as despesas no exterior, afim de se não onerarem as compras com despropositadas diferenças de cambio e, principalmente, para que a concurrencia do governo no mercado se não exercite em aquisições vultosas de cambiaes.

Nas despesas internas ha a distinguir a relativa ao pessoal da destinada ao material.

Para conseguir a restricção da quantiosa importância destinada ao pagamento do pessoal, faria obra meritória o Congresso si examinasse a possibilidade de uma reforma completa do nosso systema burocratico, de maneira a reduzir o numero do pessoal activo, dando-lhe embora melhor remuneração, mas maior responsabilidade, evitando a enorme complicação do mecanismo administrativo e a quasi irresponsabilidade dos funcionarios publicos.

Em obediencia á determinação legislativa, de accordo com a letra e, do art. 36, da lei de despesa do corrente exercicio, o Governo nomeou uma commissão de pessoas conhecedoras dos serviços de fazenda para estudar todos os quadros de funcionarios desse Ministerio, definir as respectivas categorias e propôr as vantagens que a cada uma deve competir. Na forma da regra estabelecida no citado dispositivo, até 31 de agosto deste anno, será enviado ao Congresso Nacional o trabalho da commissão, acompanhado da demonstração da despesa actual e da resultante da equiparação, nas condições que forem suggeridas.

Estamos certos de que o Congresso, accorde com o criterio que determinou a providencia do art. 36 da lei de despesa, será solícito em attender ás suggestões que, em bem da causa publica, possa formular essa commissão.

Por outro lado, urge, como meio de corrigir o excessivo dispendio com o montepio, ultime o Congresso os trabalhos ha tanto tempo iniciados, nesse sentido. Não se comprehende como, para corrigir a situação deficitaria desse instituto, se tenha chegado á solução actual que tende somente a agravar-a, pois a cada obito occorrido corresponde um augmento de despesa e uma diminuição na receita.

No intuito de promover o decrescimo da despesa com o material, providencias varias podem ser suggeridas ao vosso espirito clarividente e, dentre ellas, a simplificação dos processos de compras, de modo a permittir, sinão os pagamentos á vista, ao menos dentro dos prazos communs na pratica

commercial. Sabido é que os fornecedores, na expectativa de longa demora nos recebimentos de suas contas, gravam o custo das mercadorias fornecidas de juros onzenarios. Póde-se pensar que a imposição de concorrência publica nas compras corrija esse defeito, mas a pratica revela que, innumeras vezes, o conlujo inevitavel dos fornecedores constitue, de facto, uma burla ao principio das concorrências.

Outra providencia capaz de promover a restricção das despesas seria a constituição de uma commissão de compras que especulasse o mercado e estivesse habilitada a comprar, em grosso, os materiaes de expediente e custeio communs e necessarios aos diversos departamentos da administração publica. Poder-se-ia, dest'arte, estabelecer typos de materiaes que seriam communs em todas as repartições e adquiridos de uma só vez para todas ellas.

Por ultimo, occorre-nos lembrar-vos, com o mesmo objectivo de compressão de gastos, a criação de um premio pela economia que realizassem os ordenadores da despesa nas dotações orçamentarias de que pudessem dispôr. Certamente, muito temos a confiar no patriotismo e no zelo dos funcio-

narios a cuja responsabilidade está confiado o manejo dessas verbas, mas, si aos arrecadadores se premeia a vigilancia fiscal com o estimulo das multas impostas aos infractores, não ha por que deixar de recorrer a estimulo identico, quando se deseja economizar.

Dívida interna e externa

A dívida interna teve augmento em consequencia da emissão de apolices para o custeio de construção de estradas de ferro, obras contra as seccas e outras.

A externa teve, em virtude de amortização, um decrescimo de £ 106.140-0-0 e 1.946.000 dollars, contra um augmento de frs. 13.957.000, em consequencia da inscripção do emprestimo relativo á encampação da Estrada de Ferro Curralinho a Diamantina. Convertidas todas as moedas dos emprestimos externos a libras esterlinas, encontra-se o total de £ 129.802.384-4-3 para a dívida externa fundada.

O serviço de juros das dividas externa e interna está rigorosamente em dia e o estado de ambas, em 31 de dezembro de 1924, é o que consta dos seguintes quadros :

Estado da Dívida Externa Fundada, em 31 de dezembro de 1924

EMPRESTIMOS	CAPITAL INICIAL		AMORTIZAÇÃO		SALDO EM CIRCULAÇÃO
	Nominal £	Líquido recebido £	Nominal £	Importância paga £	
1883 Para melhoramento de vias férreas, abastecimento de água na Capital e outros serviços.....	4.599.000-00-00	4.000.000-00-00	1.886.500-00-00	1.532.701-15-11	2.713.100-00-00
1888 Para construção de prolongamento de estradas de ferro federais.....	6.297.300-00-00	6.000.000-00-00	2.124.200-00-00	1.659.323-02-00	4.173.100-00-00
1869 Conversão dos empréstimos de 1863, 1871, 1875 e 1886.....	19.637.000-00-00	17.213.500-00-00	2.368.700-00-00	1.778.701-04-02	17.406.300-00-00
1895 Para a Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas com a garantia do Tesouro Nacional.....	7.442.000-00-00	6.000.000-00-00	516.100-00-00	483.836-07-00	6.925.900-00-00
1908 "Funding Loan".....	8.613.717-09-09	8.613.717-09-09	1.027.780-00-00	646.755-00-00	7.585.937-09-09
1901 Resgate de títulos das estradas de ferro encampadas.....	16.619.320-00-00	16.619.320-00-00	5.323.100-00-00	4.031.580-19-00	11.296.100-00-00
1903 Para as obras do porto do Rio de Janeiro.....	8.500.000-00-00	7.860.000-00-00	801.900-00-00	806.420-17-06	7.698.100-00-00
1906 Para o Lloyd Brasileiro.....	2.100.000-00-00	2.100.000-00-00	889.500-00-00	889.500-00-00	1.210.500-00-00
1908 Para melhoramento no abastecimento de água potável à Capital Federal e construção de linhas férreas federais.....	4.000.000-00-00	3.840.000-00-00	2.160.000-00-00	2.160.000-00-00	1.839.400-00-00
1910 Conversão e resgate dos títulos da Estrada de Ferro Oeste de Minas e do emprestimo do Estado de São Paulo.....	10.000.000-00-00	8.730.000-00-00	232.500-00-00	192.531-05-00	9.767.500-00-00
1911 Para as obras do porto do Rio de Janeiro.....	4.500.000-00-00	4.140.000-00-00	457.100-00-00	457.100-00-00	4.042.900-00-00
1911 Para a Viação Cearense.....	2.400.000-00-00	1.992.000-00-00	—	—	2.400.000-00-00
1913 Para os portos de Pernambuco, Paragaguá e Corumbá e construção da "Brazilian Western Minas Railway".....	11.000.000-00-00	10.670.000-00-00	—	—	11.000.000-00-00
1914 "Funding Loan".....	14.502.396-10-03	14.502.396-10-03	—	—	14.502.396-10-03
	120.411.334-00-00	112.300.934-00-00	17.788.040-00-00	14.969.050-12-01	102.623.294-00-00
EMPRESTIMOS	CAPITAL INICIAL		AMORTIZAÇÃO		SALDO EM CIRCULAÇÃO
	Nominal Francos	Líquido recebido Francos	Nominal Francos	Importância paga Francos	
1908 Para a Estrada de Ferro Itapura-Corumbá.....	100.000.000,00	100.000.000,00	1.215.000,00	1.207.975,75	98.785.000,00
1909 Para as obras do Porto de Recife.....	40.000.000,00	38.100.000,00	—	—	40.000.000,00
1910 Para a Estrada de Ferro de Goyaz.....	100.000.000,00	78.831.284,00	1.535.500,00	1.230.107,75	98.464.500,00
1911 Para a Viação Bahiana.....	60.000.000,00	49.800.000,00	—	—	60.000.000,00
1916 Para a Estrada de Ferro de Cuyaz.....	25.000.000,00	25.000.000,00	440.500,00	440.500,00	24.559.500,00
1922 Encargos de fomento do Canal de Caralinho e Diamantina.....	14.450.500,00	14.450.500,00	53.000,00	53.000,00	14.397.500,00
	339.450.500,00	306.181.784,00	3.244.000,00	2.931.583,50	336.206.500,00
	Dollars	Dollars	Dollars	Dollars	Dollars
1921 Companhia do Theouro.....	50.000.000,00	45.500.000,00	6.182.500,00	6.212.500,98	43.817.500,00
1922 Para as obras de electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	25.000.000,00	22.750.000,00	1.767.000,00	1.499.723,61	23.233.000,00
	75.000.000,00	68.250.000,00	7.949.500,00	7.712.220,59	67.050.500,00

Quadro da Dívida Interna Fundada, em 31 de dezembro de 1923

SERIES	EMIÇÃO AUTORIZADA	EMIÇÃO REALIZADA	AMORTIZAÇÃO	SALDO EM CIRCULAÇÃO
Apólices uniformizadas..... 5 %	528.992:000\$000	528.992:000\$000		528.992:000\$000
Apólices não uniformizadas..... 5 %	3.775:100\$000	3.775:100\$000		3.775:100\$000
Apólices — Diversas emissões — Nominativas..... 5 %	870.048:000\$000	684.202:700\$000		684.202:700\$000
Apólices — Diversas emissões — Ao portador..... 5 %	412.652:000\$000	399.857:000\$000		399.857:000\$000
Apólices — Obras do Porto — Ao portador..... 5 %	17.300:000\$000	17.300:000\$000		17.300:000\$000
Apólices graças antigas — Nominativas..... 4 %	119:600\$000	119:600\$000		119:600\$000
Apólices — Tratado da Bolívia — Nominativas..... 3 %	1.802:080\$000	1.629:000\$000		1.629:000\$000
Obrigações do Tesouro..... 7 %	1.854.689:600\$000	1.635.876:300\$000		1.635.876:300\$000
	200.900:000\$000	150.745:000\$000	18.420:000\$000	142.325:000\$000
	2.054.689:600\$000	1.786.621:300\$000	18.420:000\$000	1.778.201:300\$000

Quadro da Dívida Interna Fundada, em 31 de dezembro de 1924

SERIES	EMIÇÃO AUTORIZADA	EMIÇÃO REALIZADA	AMORTIZAÇÃO	SALDO EM CIRCULAÇÃO
Apólices uniformizadas..... 5 %	528.992:000\$000	528.992:000\$000		528.992:000\$000
Apólices não uniformizadas..... 5 %	3.775:100\$000	3.775:100\$000		3.775:100\$000
Apólices — Diversas emissões — Nominativas..... 5 %	930.935:000\$000	750.088:700\$000		750.088:700\$000
Apólices — Diversas emissões — Ao portador..... 5 %	574.724:000\$000	559.380:000\$000		559.380:000\$000
Apólices — Obras do Porto — Ao portador..... 5 %	17.300:000\$000	17.300:000\$000		17.300:000\$000
Apólices graças antigas — Nominativas..... 4 %	119:600\$000	119:600\$000		119:600\$000
Apólices — Tratado da Bolívia — Nominativas..... 3 %	1.802:000\$000	1.629:000\$000		1.629:000\$000
Obrigações do Tesouro..... 7 %	2.107.648:600\$000	1.852.285:300\$000		1.852.285:300\$000
	200.000:000\$000	187.630:000\$000	8.420:000\$000	179.210:000\$000
	2.307.648:600\$000	2.039.915:300\$000	8.420:000\$000	2.031.495:300\$000

CONFRONTO

Saldo em circulação em 1923.....	1.778.201.300\$000
Saldo em circulação em 1924.....	2.031.495.300\$000
Mais em 1924.....	253.294.000\$000

O aumento, em 1924, de 253.294.000\$000 provém do seguinte:

Emissão de apolices—Nominativas:

Decreto n. 15.018, de 21 de setembro de 1921..	1.000\$000
Decreto n. 15.236, de 31 de dezembro de 1921..	208.000\$000
Decreto n. 15.495, de 25 de maio de 1922.....	1.000\$000
Decreto n. 15.911, de 29 de dezembro de 1922..	3.374.000\$000
Decreto n. 16.031, de 8 de maio de 1923.....	22.311.000\$000
Decreto n. 16.080, de 23 de junho de 1923.....	720.000\$000
Decreto n. 16.116, de 7 de agosto de 1923.....	240.000\$000
Decreto n. 16.179, de 18 de outubro de 1923..	703.000\$000
Decreto n. 16.209, de 14 de novembro de 1923..	4.983.000\$000
Decreto n. 16.242, de 5 de dezembro de 1923..	2.132.000\$000
Decreto n. 16.252, de 12 de dezembro de 1923..	845.000\$000
Decreto n. 16.278, de 16 de dezembro de 1923..	1.258.000\$000
Decreto n. 16.288, de 26 de dezembro de 1923..	26.972.000\$000
Decreto n. 16.303, de 31 de dezembro de 1923..	1.555.000\$000
Decreto n. 16.589, de 6 de setembro de 1924..	455.000\$000
	65.886.000\$000

Emissão de apolices—Ao portador:

Decreto n. 15.470, de 10 de março de 1922....	3.320.000\$000
Decreto n. 15.793, de 9 de novembro de 1923...	11.030.000\$000
Decreto n. 16.031, de 8 de maio de 1923.....	6.985.000\$000
Decreto n. 16.241, de 5 de dezembro de 1923..	50.122.000\$000
Decreto n. 16.252, de 12 de dezembro de 1923..	40.000.000\$000
Decreto n. 16.266, de 19 de dezembro de 1923..	33.096.000\$000
	150.523.000\$000

Emissão de Obrigações do Tesouro:

Decreto n. 14.946, de 15 de agosto de 1921....	36.885.000\$000
	253.294.000\$000

Cotações oficiais extremas das apolices da Dívida Pública, durante o anno de 1924

NÚMEROS	UNIFORMIZADAS DE 5 %				EMPRESTIMO DE 1903 (OBRAS DO PORTO)		TRATADO DA BOLÍVIA 1.000\$000, 3 25		DIVERSAS EMISSÕES DE 5 %				OBRIGAÇÕES DO TESOURO NACIONAL DE 1.000\$000, 7 %			
	1.000\$000				Ao portador		Nominativas		NOMINATIVAS				AO PORTADOR		Ao portador	
	Mínimas		Máximas		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima	
	1.000\$000		1.000\$000		1.000\$000		1.000\$000		1.000\$000		1.000\$000		1.000\$000		1.000\$000	
	Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima		Mínima Máxima	
Janeiro.....	730\$	780\$	765\$	805\$	730\$	765\$	—	550\$	820\$	850\$	743\$	752\$	692\$	710\$	962\$	965\$
Fevereiro.....	730\$	780\$	770\$	800\$	700\$	740\$	—	—	800\$	1.000\$	750\$	760\$	667\$	691\$	961\$	964\$
Março.....	718\$	750\$	764\$	786\$	—	—	—	—	820\$	950\$	741\$	751\$	652\$	665\$	928\$	930\$
Abril.....	700\$	760\$	780\$	800\$	690\$	700\$	—	—	920\$	900\$	738\$	755\$	667\$	698\$	923\$	925\$
Maio.....	700\$	746\$	778\$	804\$	700\$	710\$	—	—	800\$	892\$	751\$	778\$	675\$	700\$	920\$	926\$
Junho.....	—	—	—	—	—	705\$	—	—	—	—	—	—	671\$	699\$	920\$	922\$
Julho.....	680\$	800\$	765\$	785\$	—	682\$	400\$	400\$	800\$	880\$	735\$	742\$	645\$	670\$	918\$	922\$
Agosto.....	650\$	720\$	759\$	799\$	700\$	702\$	—	—	800\$	900\$	741\$	750\$	640\$	657\$	915\$	919\$
Setembro.....	700\$	710\$	780\$	800\$	710\$	720\$	—	—	820\$	900\$	741\$	769\$	648\$	650\$	895\$	910\$
Outubro.....	730\$	740\$	782\$	798\$	713\$	720\$	—	—	820\$	880\$	766\$	782\$	649\$	669\$	910\$	917\$
Novembro.....	640\$	780\$	750\$	819\$	720\$	725\$	—	—	867\$	967\$	755\$	803\$	652\$	660\$	914\$	917\$
Dezembro.....	—	—	—	—	720\$	725\$	—	—	—	903\$	750\$	756\$	653\$	655\$	880\$	911\$
Extremas nos 12 meses.....	610\$	800\$	750\$	815\$	630\$	765\$	400\$	550\$	800\$	1.000\$	733\$	803\$	612\$	710\$	830\$	955\$

Movimento do papel moeda

Existência em notas do Governo, a 31 de agosto de 1898....	788.364.114\$500	
Emissão da circulação, até 31 de julho de 1914.....	188.023.894\$000	
	690.340.708\$500	
Emissão de papel moeda.		
de agosto a novembro de 1914.....	227.100.000\$000	
em dezembro de 1914.....	5.400.000\$000	
em 1915.....	160.000.000\$000	
em 1916.....	140.500.000\$000	
em 1917.....	267.000.000\$000	
em 1918 (até novembro).....	230.000.000\$000	802.900.000\$000
em dezembro de 1918 ..	60.000.000\$000	
em 1919.....	50.000.000\$000	
em 1920.....	100.000.000\$000	
em 1921.....	480.000.000\$000	
em 1922 (até novembro).....	621.000.000\$000	1.311.000.000\$000
de dezembro de 1922 a maio de 1923 (para a Carteira de Redescontos).....	300.000.000\$000	2.641.000.000\$000
Somma.....		3.241.340.720\$500
Resgate, de 1º de agosto de 1914 a 31 de dezembro de 1923 (Carteira de Redescontos, alumínio, prata e níquel).....		991.403.325\$500
Circulação, em 31 de dezembro de 1923.....		2.249.937.395\$000
Resgate de moedas de alumínio e prata, em 1924, pertencente ao exercício de 1923.....	803.058\$000	
Resgate do Banco do Brasil em 1924.....	12.000.000\$000	
Moeda subsidiária.....	4\$500	12.803.062\$500
Circulação existente em 31 de dezembro de 1924.....		2.237.134.332\$500

Defesa permanente do café

Devido á alta excepcional do café, que attingiu a preços sem precedentes e tornou desnecessaria a intervenção official nos mercados, resolveu o Governo Federal transferir ao Estado de São Paulo os armazens centrais, destinados a regular a sahida do producto para o porto de Santos.

Valorização do café

Não estando liquidadas ainda as contas do stock de café da valorização, nada podemos acrescentar ao que, sobre o assumpto, vos dissemos, em Mensagem de 3 de maio do anno findo. Contamos, porém, fazel-o logo que a operação fique inteiramente apurada.

Banco do Brasil

Completando as informações, que demos acima, sobre o Banco do Brasil, temos a acrescentar que, para realçar a situação a que elle attingiu, basta assignalar as rubricas que mais immediatamente põem em relevo o estado de segurança e solvencia e a amplitude de credito de uma instituição dessa natureza. O grande total dos seus depositos em moeda corrente, indice evidente do favor e da confiança publica, ascendeu a muito mais do dobro da importancia registrada em

1923 e o seu fundo de reserva já ultrapassou ao importe do capital social, que é de 100.000 contos. A isso convém acrescentar o serviço de resgate de papel moeda, para cuja conta levou o Banco a vultosa verba de 55.877 contos

As operações mais importantes e significativas desse estabelecimento (matriz e filiaes), no anno de que se trata, figuram pelas seguintes importancias globaes:

Cheques curso — Emissão: \$. 64.513.149,37; resgate \$. 53.375.891,89, contra \$. 50.867.082,00 e \$. 48.585.553,50, respectivamente, em 1923.

Operações cambiaes — Montaram os saques vendidos a £ 46.470.023 e as remessas de cobertura a £ 46.643.051, contra £ 11.303.796 e £ 10.130.123, no periodo precedente, tendo o Banco e suas filiaes attendido ás necessidades do commercio legitimo, nesta e nas demais praças, com a maior regularidade e ás melhores taxas possiveis.

Empréstimos — Por descontos, redescontos e contas correntes garantidas: 5.467.451.449\$332, contra 3.238.176.431\$871, em 1923, o que bem traduz o consideravel auxilio de credito prestado, no exercicio findo, ao commercio e ás industrias do paiz, em todas as praças servidas pelo Banco.

Transferencias e ordens de pagamento — Perfizeram estas operações o total de 2.574.840.037\$488, contra..... 1.593.312.582\$844, em 1923.

Depositos — Esta importantissima rubrica, em 1924, foi de 24.205.319.279\$322, representando fundos depositados por committentes em contas com e sem juros, prazo fixo e lettras a premio. A alludida cifra, no anno anterior, foi de 10.470.772.200\$161 e já marcava, então, avultado avanço sobre a de 1922, representada por 7.644.178.032\$781.

Fundo de Reserva — Teve, em 1924, um reforço de 14.613.068\$800, depois de deduzidas as quantias necessarias para attender a qualquer eventual prejuizo na liquidação das operações do exercicio. Praticamente inexistente ha bem poucos annos, o fundo de reserva está, agora, elevado a 104.625.132\$200, o que representa, com o capital, recursos superiores a 204.000.000\$000.

Emissão — Em 31 de dezembro transacto, a circulação, em notas do Banco, era de 726.862.500\$000, emittidas nas condições de seu contracto.

Resgate de papel moeda inconvertivel — Foi creditada a esta conta, no exercicio em analyse, a avultada quantia de 55.877.708\$712, tendo-se incinerado, no mesmo periodo, 12.000 contos, em cédulas inconvertiveis, retiradas da circulação pelo Banco.

Compensação de cheques — O movimento global dessas operações entre Bancos, por intermedio do Banco do Brasil, no

Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, Bahia e Porto Alegre, ascendeu a 15.233.359:698\$258, contra 10.924.682:211\$910, em 1923. Este serviço, prestado a título absolutamente gratuito, operou-se com a costumada regularidade e a contento de todos os institutos bancários admitidos á compensação por encontro diário de cheques.

Agências - Foi installada, em 1924, a de Joazeiro, na Bahia, adiando-se, para quando opportuno, a criação de muitas outras, cuja necessidade ficou patente, visto que a instituição de novas succursaes obedece, para o seu regular funcionamento, a circumstancias de ordem financeira e technica, que cumpre conciliar.

Directoria - Tendo-se dado uma vaga na Directoria, por terminação do mandato do Dr. José Joaquim Monteiro de Andrade, foi eleito, em assembléa geral ordinaria de 26 de abril do anno passado, para as funções do dito cargo, o Dr. Josino de Alcantara Araujo.

Nos ultimos dias de dezembro de 1924, o Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga solicitou exoneração da presidência do Banco, sendo nomeado para substitui-lo o Dr. James Darcy, cuja posse se realizou em 2 de janeiro do corrente anno.

Para o cargo de Director da Carteira Cambial foi nomeado e devidamente empossado o Sr. Pedro Luiz Correia de Castro.

Cambio

Persistiram, infelizmente, em 1924, as causas, que, aliás, já apontamos nas Mensagens anteriores, determinantes do aviltamento das taxas cambiais.

Aos factores de ordem economica, ligados á ausencia de saldos na balança de pagamento e de letras de exportação, a um pertinaz regimen deficitario, á avultada massa de papel moeda inconversivel, á formação de pesada divida fluctuante e ao desserviço que brasileiros, esquecidos de seus deveres para com a Patria, prestam ao credito do paiz neste momento critico de sua vida, devemos a depressão cambial que nos infelicitá. Os que aqui vivem conhecem a relativa importancia dos ultimos levantes militares, mas o estrangeiro desconhece que, esses motins não podem perturbar a marcha ascencional do Brasil.

Apezar, porém, da influencia de todas essas causas deprimentes, as médias cambiais se mantiveram, segundo a Camara Syndical de Fundos Publicos, entre as taxas maxima de 6 ⁴⁷/₆₁, registrada em fevereiro, e minima de 5 ²⁹/₆₁, em julho de 1924, ou seja, entre esses limites extremos, uma oscillação maxima de 1 ¹⁸/₆₁. O cambio sobre Nova York, á vista, offereceu, naquellas épocas, os valores de 8\$364 e 10\$216, por dollar, com o afastamento maximo de 1\$852.

Não se póde affirmar que se tenha conseguido a estabilidade do cambio, tão necessaria á normalização dos negocios, mas força é reconhecer haverem sido evitadas as bruscas oscillações, seguramente mais nocivas do que a propria depressão cambial.

Tudo indica, porém, que marchamos para melhores dias que attingiremos, si persistirmos na politica de deflaccão, de economias, de equilibrio orçamentario e de trabalho fecundo, factores indispensaveis para elevar o cambio a taxas mais altas, que permittam a satisfação dos nossos compromissos, externos sem os enormes sacrificios a que estamos sujeitos actualmente.

Movimento bancario

O desenvolvimento do commercio bancario tem tomado, nestes ultimos tres annos, grande impulso, em todo o paiz.

Em 1924, a Inspectoria Geral dos Bancos expediu, 113 cartas patentes, sendo 54 referentes a estabelecimentos principaes e 59, a filiaes ou agencias, e, nos tres primeiros mezes do corrente anno, 32, sendo 13 relativas a estabelecimentos principaes e 19, a filiaes ou agencias, tratando-se, em todos esses casos, de estabelecimentos nacionaes.

No que se refere a estabelecimentos estrangeiros, deixaram de funcionar no Brasil, em 1923, a Banca Italiana de Sconto e The American Bank Foreign Corporation e, em 1924, o Banco Español del Rio de La Plata e The London and Brazilian Bank Ltd., sendo que este se fundiu com The London and River Plate Bank para formarem o actual The Bank of London and South America. Transformou-se em estabelecimento nacional, com o nome de Banco Brasileiro Allemão, o Brasilianische Bank für Deutschland.

Dos Bancos nacionaes preexistentes, muitos augmentaram, em grande escala, os capitales com que operavam, sobressaindo entre elles os seguintes, do Estado de São Paulo: o Commercial e o Commercio e Industria, de 50 mil para 75 mil contos de réis; o Noroeste, de 12 mil para 30 mil contos de réis e o de Credito Hypothecario e Agricola, de 10 milhões de francos, dos quaes apenas 50 % realizados, para 20 mil contos de réis, integralizados. O augmento realizado por este ultimo foi levado a effeito sem chamadas novas e tão somente pela transformação dos lucros suspensos em capital.

O movimento das transacções bancarias tem acompanhado essa rapida expansão do numero de estabelecimentos, expressando-se os seus totaes pelos seguintes algarismos:

em 1921.....	11.302.604 contos de réis
em 1922.....	12.769.903 " " "
em 1923.....	14.615.625 " " "

O movimento, em 1924, ultrapassou de muito, o de 1923, devendo apresentar cifra superior a 16 milhões de contos de réis. O da praça do Rio de Janeiro, que, em 1923, foi de 6.604.061 contos de réis, em 1924, attingiu a 7.187.941 contos de réis, salvo pequenas diferenças ainda a corrigir nos quadros levantados pela Inspectoria Geral dos Bancos.

Facto já comprovado pelas estatísticas e promissor de grandes vantagens para o paiz é a confiança, cada vez maior, que vão merecendo os estabelecimentos nacionaes. Emquanto o movimento global dos estabelecimentos estrangeiros se conservou quasi estacionario, nos annos de 1921, 1922 e 1923, o dos estabelecimentos nacionaes cresceu vertiginosamente, como attestam os seguintes algarismos:

Estabelecimentos estrangeiros:

em 1921.....	5.065.026 contos de réis
em 1922.....	4.908.270 » » »
em 1923.....	5.516.682 » » »

Estabelecimentos nacionaes:

em 1921.....	6.237.578 contos de réis
em 1922.....	7.861.633 » » »
em 1923.....	9.098.943 » » »

Do confronto desses algarismos, vê-se que o augmento, para os estrangeiros, foi, apenas, de 10%, ao passo que, para os nacionaes, foi de 50%. A estatística de 1924 promette resultado ainda mais animador.

Commercio exterior

Os algarismos do nosso commercio exterior, em 1924, foram os seguintes:

	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS	LIBRAS
Importação.....	4.340.981	2.815.630	68.949.000
Exportação.....	1.834.859	3.863.554	95.103.000

A diferença a favor da exportação foi de 1.047.924 contos de réis, equivalentes a £ 26.154.000, saldo esse maior que os dos ultimos cinco annos. O volume da exportação foi menor, como sempre, do que o da importação, o que se explica pelas grandes quantidades de carvão e outros productos, que temos adquirido no exterior. Assim, recebemos mais 2.506.122 toneladas de mercadorias do que exportámos, mas, em compensação, o valor do que vendemos excedeu, como já vimos, de muito, ao que comprámos.

Quanto á exportação, registra-se, confrontados os algarismos com os de 1923, um decrescimo, na quantidade, de cerca de 394.000 toneladas, justificada essa queda pelo declinio

na produção agricola, decorrente do abandono em que ficaram algumas culturas menos remuneradoras do que a do café e a retenção deste producto, no paiz, por effeito da defesa do mesmo. Mas, por outro lado, a escassez na produção determinou a alta nas cotações de certos productos, sobrelevando a do café, que assim corrigiu e contrabalançou a retracção do volume dos artigos exportados.

O café, que era vendido, em janeiro de 1924, na praça do Rio, a 19\$600, por 10 kilos do typo 7, cotava-se, no fim de dezembro, a 38\$400, com alta equivalente a 96%. Esse movimento ascensional, repercutia mais accentuadamente nos mercados consumidores, com uma elevação correspondente a 106%, passando o seu preço, em New York, de 10 ³/₄ cents., por libra, para 22 cents. Póde-se, portanto, attribuir ao café o *record* em valor papel que registra a exportação, em 1924, alcançando 3.863.554 contos, contra 3.397.033 contos, em 1923, tendo havido, assim, um excesso de 566.521 contos, embora elle tenha occasionado a importação de muitos viveres, isentos de impostos, destinados a baratear a vida no interior.

Tão altas cifras não são devidas, como parece á primeira vista, á depreciação da nossa moeda, pois as taxas médias do cambio, registradas em 1923, são inferiores ás de 1924. E a prova disso é que o valor, em moeda ingleza, alcançou £ 95.103.000, ou sejam mais £ 21.919.000 do que em 1923, cujo total não foi além de £ 73.184.000.

Mais se accentua esse augmento, no valor em libras, quando se constata que em nenhum anno anterior, a não ser nos de 1919 e 1920, attingiu a exportação tão elevada importancia. E, em rigor, póde-se dizer que só lhe é superior a exportação de 1919, desde que convertamos, a libra ouro, os totaes que figuram em libra papel.

De facto, reduzindo os algarismos da exportação a libra ouro, a partir de 1919, anno em que começou a declinar a cotação da moeda ingleza, os totaes apresentam as seguintes modificações:

ANNOS	VALOR EM £ PAPEL	EQUIVALENTE EM £ OURO
1919.....	130.095.438	117.388.347
1920.....	107.521.052	82.345.857
1921.....	58.586.898	45.410.955
1922.....	68.577.610	61.517.216
1923.....	73.183.948	68.562.498
1924.....	95.103.000	86.735.000

Passa, assim, o anno de 1924 a figurar em segundo lugar quanto ao valor real da exportação.

Dos 26 principaes productos, somente cinco accusam augmento na quantidade e oito, no valor. Na classe de productos animacs, apenas a lã assignala augmento de 50 %, no volume, e de cerca de 100 %, no valor. No total dessa classe, a diminuição foi de 37.455 toneladas e de 63.376:000\$000. Na de mineraes, em que se destaca, como principal producto, o manganez, o decrescimo attingiu a 76.638 toneladas e 9.117:000\$000. O preço desse minerio manteve-se quasi sem oscillações, porém a quantidade sahida cahiu de 30 %, devido á concurrencia do manganez da Russia e da India.

A classe dos vegetacs, que representa 90 % da exportação total do paiz, accusa tambem declinio na quantidade (368.478 toneladas), mas apresenta sensivel augmento no valor (638.085:000\$000). De café, sahiram pelos diversos portos nacionaes 14.226.000 saccas, em 1924, contra 14.466.000, no anno anterior. Deve-se, em grande parte, ao café não registrar a nossa balança commercial, em 1924, um saldo desfavoravel. Contribuiu elle com 75 % do valor da exportação, percentagem nunca, até então, attingida.

Em confronto com o anno anterior, são os seguintes os algarismos referentes ao café exportado:

ANNOS	SACCAS	CONTOS DE RÉIS	LIBRAS
1923.....	14.466.000	2.124.000	47.078.000
1924.....	14.226.000	2.928.000	71.833.000
	- 240.000	+ 804.000	+ 24.755.000

Apezar da restricção nas entradas de café nos portos de embarque, a differença para menos nas sahidias em 1924, comparadas com as de 1923, é apenas de 240.000 saccas. A alta de preços compensou, em muito, a sahida em menor escala, pois o valor foi superior ao de 1923, em 804.000:000\$000, equivalentes a £ 24.755.000.

As cotações da herva-matte tambem melhoraram, pois, tendo sido exportadas, no anno passado, menos de 8.898 toneladas, o valor excedeu ao do anno anterior, em 32.834:000\$000, ou £ 965.000. Maior valor tambem apresentam, nessa classe, o fumo, os fructos para oleo e os de mesa, o cacão e a borracha. Esta, pelas oscillações de preço e de cambio, accusa diminuição do valor em moeda nacional e augmento na quantidade e no valor em libras.

A maior retracção, no grupo dos productos vegetacs, foi

a do assucar, de que se exportaram menos 118.709 toneladas, no valor de 111.627:000\$000, ou £ 2.402.000; segue-se-lhe o algodão, com menos 12.706 toneladas, no valor de..... 80.150:000\$000, ou £ 1.638.000; em terceiro lugar, vem o arroz, cuja exportação decresceu de 27.604 toneladas, correspondentes a 19.269:000\$000, ou £ 409.000.

Os principaes artigos da exportação de 1924, de valor superior a um milhão de libras, foram:

ARTIGOS	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS	LIBRAS
Café.....	853.560	2.928.572	71.833.000
Couros.....	52.048	103.290	2.553.000
Fructos para oleo.....	96.791	100.676	2.530.000
Cacão.....	68.874	98.174	2.426.000
Carne congelada.....	75.312	88.575	2.250.000
Herva-matte.....	78.750	87.952	2.179.000
Borracha.....	21.568	79.212	1.962.000
Fumo.....	29.586	74.796	1.845.000
Algodão.....	6.464	38.989	1.003.000

O assucar, que, em 1923, figurava em segundo lugar, com 153.175 toneladas por 141.903:000\$000, ou £ 3.171.000, cahiu para o decimo primeiro, em 1924, vindo mesmo depois das pelles,

Um facto auspicioso para os nossos productos exportaveis é a tendencia que mostram actualmente seus preços a nivelar-se com as cotações de 1913. Com a guerra e com a baixa do cambio, muito embora fossem mais elevados esses preços, quando expressos em papel moeda, cahiram sensivelmente, em correspondencia á moeda ouro, e, assim, se mantiveram, até o anno passado. Alguns productos, porém, já alcançaram o nivel de 1913 e os outros tendem para isso. É verdade que, excluindo-se o café, a nossa exportação, em 1924, foi inferior á dos annos anteriores e ficou mesmo abaixo da de 1913, quando a quantidade exportada pouco mais era da metade da actual, como mostram os algarismos seguintes:

ANNOS	QUANTIDADE (TONELADAS)		
	Café	Outros productos	Total
1913.....	796.000	586.000	1.382.000
1919.....	778.000	1.130.000	1.908.000
1920.....	692.000	1.409.000	2.101.000
1921.....	742.000	1.177.000	1.919.000
1922.....	760.000	1.362.000	2.122.000
1923.....	868.000	1.361.000	2.229.000
1924.....	854.000	981.000	1.835.000

ANNOS	VALOR (LIPRAS)		
	Café	Outros productos	Total
1913.....	40.779.000	24.672.000	65.451.000
1919.....	72.607.000	57.478.000	130.085.000
1920.....	52.822.000	54.099.000	107.521.000
1921.....	34.694.000	23.893.000	58.587.000
1922.....	44.242.000	24.336.000	68.578.000
1923.....	47.078.000	26.106.000	73.184.000
1924.....	71.833.000	23.270.000	95.103.000

Na verdade, exportando, em 1913, 586.000 toneladas de "outros productos", recebemos por elles £ 24.672.000, quando, por 981.000 toneladas, sahidas em 1924, só obtivemos £ 23.270.000. Quer isto dizer que, em média, os nossos preços em ouro cahiram de cerca de 50 %. Mas, por outro lado, é preciso salientar que a queda no volume da exportação, em 1924, se deu, principalmente, nos productos de preço relativamente elevado: algodão, assucar, arroz, banha, couro, carne congelada, fumo e matte.

A importação, de que só se conhece o total geral, apresenta grande desenvolvimento, em confronto com a do anno anterior:

	TONELADAS	CONTOS DE RÊIS	LIBRAS
1923.....	3.575.872	2.270.437	50.613.000
1924.....	4.340.981	2.815.630	68.949.000
Augmento absoluto.....	775.109	545.193	18.336.000
Augmento relativo.....	21,4%	24,0%	36,2%

Imposto sobre a Renda

O regulamento do imposto sobre a renda foi approved pelo decreto n. 16.581, de 4 de setembro de 1924, e, na mesma data, creou-se o serviço de seu lançamento e arrecadação, ficando a Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda com a incumbencia de organizá-lo, em todo o paiz.

As leis de 1922 e 1923, referentes a esse imposto, precisam ser modificadas, afim de se tornar a tributação mais geral e mais justa.

Dentro das leis que temos, as classes que, de preferencia, se dedicam á exploração do capital escapam totalmente ao imposto, ou gozam de elevadas isenções, que não devem perdurar. O imposto de renda, instituido por essa fórmula, é

inaceitavel e prejudicial á economia do paiz. Para que produza os effeitos economicos e fiscaes que lhe são proprios, é necessario ampliar-o a todas as classes, com as isenções limitadas ás instituições de philantropia e aos proletarios com rendimentos minimos.

O novo regimen fiscal, que estamos iniciando, apresenta-se como um campo tributario de ampla elasticidade, bem aceito pela população. Nêlle depositam-se fundadas esperanças, mas é preciso organizá-lo em moldes justos, para que possamos colher os fructos que nos pôde dar.

É ainda incompleto o numero de contribuintes arrolados em todo o paiz, no exercicio de 1924, sendo o seguinte o resultado conhecido, até começos de abril ultimo:

		Contribuintes
Districto Federal:		
declarações	26.282	
informações nas fontes.....	9.464	35.736
São Paulo		12.050
Rio de Janeiro		7.640
Rio Grande do Sul.....		6.466
Bahia.....		2.100
Santa Catharina.....		1.978
Matto Grosso.....		226
Sergipe.....		121
Goyaz.....		47
Piauhhy.....		29
Somma.....		66.409

Só no inicio do corrente anno foi possivel começar as operações de lançamento e, não obstante a falta de pessoal habilitado nos serviços de revisão das declarações, até princípios de abril, se fizeram e estão sendo arrecadados os lançamentos correspondentes ás seguintes importancias:

Districto Federal.....	7.839:509\$000
São Paulo.....	1.536:957\$000
Rio Grande do Sul.....	461:549\$000
Rio de Janeiro.....	170:318\$000
Bahia.....	140:414\$000
Sergipe.....	101:549\$000
Santa Catharina.....	98:191\$000
Piauhhy.....	72:901\$000
Matto Grosso.....	4:505\$000
Goyaz.....	3:984\$000
Somma.....	10.429:877\$000

No Districto Federal e principalmente, nos Estados, os trabalhos de revisão das declarações e lançamentos do imposto estão proseguindo com certa morosidade, em virtude da

difficuldades inherentes á natureza do imposto e ao seu mecanismo, que é inteiramente novo e ainda pouco conhecido.

Iniciaram-se os trabalhos de estatística do rendimento nacional, já estando apurados, no Districto Federal, os dados constantes dos seguintes quadros, que abrangem os lançamentos feitos até fins de fevereiro ultimo e referentes ao exercício de 1924:

PRIMEIRA CATEGORIA

Rendimentos derivados do capital e do trabalho applicados no commercio e na industria, exclusive a agricola

Classes	Numero de contribuintes	Rendimento liquido
De 10.000\$000 a 20.000\$000.....	1.635	22.876:846\$156
» 20.000\$000 » 30.000\$000.....	535	12.493:220\$061
» 30.000\$000 » 60.000\$000.....	690	26.000:481\$089
» 60.000\$000 » 100.000\$000.....	414	36.603:280\$187
» 100.000\$000 » 200.000\$000.....	284	37.795:926\$943
» 200.000\$000 » 300.000\$000.....	64	15.225:840\$363
» 300.000\$000 » 400.000\$000.....	27	9.297:042\$274
» 400.000\$000 » 500.000\$000.....	15	7.169:505\$500
Acima de..... 500.000\$000.....	64	120.091:769\$714
	<u>3.728</u>	<u>287.553:912\$287</u>

SEGUNDA CATEGORIA

Rendimentos de capitães mobiliarios

Classes	Numero de contribuintes	Rendimento liquido
De 10.000\$000 a 20.000\$000.....	261	3.742:245\$396
» 20.000\$000 » 30.000\$000.....	129	3.189:663\$741
» 30.000\$000 » 60.000\$000.....	103	4.952:347\$745
» 60.000\$000 » 100.000\$000.....	44	3.263:885\$504
» 100.000\$000 » 200.000\$000.....	33	4.384:217\$139
» 200.000\$000 » 300.000\$000.....	4	848:395\$732
» 300.000\$000 » 400.000\$000.....	—	—
» 400.000\$000 » 500.000\$000.....	1	476:218\$160
Acima de..... 500.000\$000.....	4	2.799:772\$694
	<u>584</u>	<u>23.656:746\$111</u>

TERCEIRA CATEGORIA

Ordenados e outros rendimentos do trabalho

Classes	Numero de contribuintes	Rendimento liquido
De 10.000\$000 a 20.000\$000.....	5.237	70.992:481\$165
» 20.000\$000 » 30.000\$000.....	1.398	34.095:724\$919
» 30.000\$000 » 60.000\$000.....	831	33.965:536\$364
» 60.000\$000 » 100.000\$000.....	158	12.410:875\$093
» 100.000\$000 » 200.000\$000.....	65	8.313:810\$690
» 200.000\$000 » 300.000\$000.....	6	1.444:550\$750
» 300.000\$000 » 400.000\$000.....	5	2.063:239\$400
» 400.000\$000 » 500.000\$000.....	4	1.743:355\$680
Acima de..... 500.000\$000.....	1	606:000\$000
	<u>7.705</u>	<u>165.635:574\$051</u>

QUARTA CATEGORIA

Exercício de profissões e artes quaisquer, não computadas em categoria anterior

Classes	Numero de contribuintes	Rendimento liquido
De 10.000\$000 a 20.000\$000.....	366	5.069:923\$889
» 20.000\$000 » 30.000\$000.....	78	1.837:946\$712
» 30.000\$000 » 60.000\$000.....	73	2.925:524\$459
» 60.000\$000 » 100.000\$000.....	22	1.629:979\$079
» 100.000\$000 » 200.000\$000.....	7	832:570\$441
» 200.000\$000 » 300.000\$000.....	—	—
» 300.000\$000 » 400.000\$000.....	—	—
» 400.000\$000 » 500.000\$000.....	1	434:754\$436
Acima de..... 500.000\$000.....	—	—
	<u>547</u>	<u>12.730:699\$016</u>

RESUMO

Classes	Numero de contribuintes	Rendimento liquido
De 10.000\$000 a 20.000\$000.....	7.499	102.681:496\$088
» 20.000\$000 » 30.000\$000.....	2.140	51.616:555\$433
» 30.000\$000 » 60.000\$000.....	1.702	67.843:889\$657
» 60.000\$000 » 100.000\$000.....	638	53.908:019\$863
» 100.000\$000 » 200.000\$000.....	389	51.326:525\$213
» 200.000\$000 » 300.000\$000.....	74	17.518:786\$845
» 300.000\$000 » 400.000\$000.....	32	11.360:281\$674
» 400.000\$000 » 500.000\$000.....	21	9.823:833\$776
Acima de..... 500.000\$000.....	69	123.497:542\$408
	<u>12.564</u>	<u>489.576:931\$475</u>

Codigo de Contabilidade

Continuou, em seu segundo anno de applicação, a dar os resultados esperados o Codigo de Contabilidade e respectivo Regulamento.

A pratica demonstrou que alguns de seus dispositivos deviam ser modificados afim de que, sem prejuizo de efficiente applicação dos dinheiros publicos, não houvesse entraves ao desenvolvimento da acção administrativa.

Para o preparo dessas modificações constituiu-se, sob a presidencia do Ministro da Fazenda, uma commissão de funcionarios technicos de reconhecida competencia dos differentes Ministerios. Feita cuidadosa revisão do regulamento do Codigo de Contabilidade, foram as alterações publicadas, de modo que é facil o confronto entre as regras vigentes actualmente e as propostas pela commissão.

Em breve prazo, será submettido ao vosso exame e deliberação esse trabalho que, por modificar o Codigo, não pôde ser adoptado sem approvação do Congresso.

Thesouro Nacional

Acha-se em estudo, no Thesouro Nacional, o projecto de reforma dos serviços de administração de fazenda imposta pela necessidade de adaptar a organização actual ás modifi-

cações introduzidas pelo Código de Contabilidade e Regulamento respectivo, de maneira que funcionem em harmonia a Contadoria Central da Republica e a repartição directora dos negocios da fazenda.

Na reforma do Thesouro, parte da maior importancia será a relativa á Directoria do Patrimonio Nacional, até hoje sem os recursos com que possa attender ás suas relevantes attribuições, por falta de autonomia directiva e de organização technica que lhe permita, sequer, a operação primeira do levantamento cadastral dos bens patrimoniaes do paiz.

No projecto em estudo, hão de ser introduzidas medidas conducentes á simplificação das formalidades burocraticas, simples retardadoras do expediente normal dos processos. Com esse objectivo, cogita-se do estabelecimento do Código de Processo Administrativo, que unificará e uniformizará as formalidades processuaes, hoje profundamente diversas nos regulamentos fiscaes.

Para a execução desse trabalho, já foi constituída uma commissão de pessoas de comprovada competencia.

Contadoria Central da Republica

A Contadoria Central da Republica, que tem, apenas, dois annos de vida, continúa a demonstrar o acerto de sua criação. Uma nova phase de ordem nas contas do Thesouro vem se evidenciando, mediante acção vigilante na execução do Código de Contabilidade, concorrendo para o aperfeiçoamento do registro dos factos de ordem financeira e economica da administração publica.

Em cumprimento do Código de Contabilidade, a Contadoria organizou, dentro do prazo fixado por essa lei, o balanço geral e o relatório da repartição. A copiosa exposição de dados, contida nesse trabalho, fornece elementos interessantes ao estudo da marcha dos negocios financeiros da União.

A partir de 1º de janeiro de 1925, entrou em execução o decreto n. 16.650, que organizou definitivamente e regulamentou a Contadoria. São de esperar os melhores resultados dessa organização, pela qual ficam unificados e centralizados no Ministério da Fazenda todos os serviços da contabilidade federal.

Seguros

O Governo continúa a cuidar, com a maior solicitude, da industria do seguro, cujo desenvolvimento se accentua, dia a dia.

Normalizados os serviços da Inspectoria de Seguros, que, conforme assignalámos na Mensagem anterior, estavam des-

organizados e em grande atraso, foi intensificada a fiscalização preventiva das sociedades autorizadas a operar na Republica, de fôrma a garantir melhor os interesses dos segurados e a evitar fracassos, sempre prejudiciaes a estes e á propria instituição.

A Inspectoria está examinando, com a maxima cautela, a situação economica e financeira de todas as companhias que funcionam no territorio brasileiro e tomando, de accordo com as leis e regulamentos vigentes, as medidas que se tornam necessarias.

Usando da auctorização contida no art. 242, n. VII, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, o Governo baixou, com o decreto n. 16.738, de 31 de dezembro do mesmo anno, novo regulamento de seguros, que tem por objectivo principal egualar, segundo a natureza das sociedades, o tratamento de todas as companhias que operam no Brasil.

Afim de serem examinadas diversas reclamações apresentadas, ainda não entraram em vigor os novos dispositivos regulamentares. A commissão, que elaborou o projecto adoptado pelo Governo, está estudando, minuciosamente, as observações e alvitre das sociedades de seguros e apresentará, dentro em breve, o seu relatório.

O projecto de lei, em complemento aos dispositivos dos arts. 666 a 730, do Código Commercial, e 1.432 a 1.476, do Código Civil, deverá estar concluído ainda este anno.

É, tambem, objecto de estudo attento o problema do reseguro, cuja solução permittirá incorporar á economia nacional grande parte dos premios arrecadados e cedidos a empresas estrangeiras não autorizadas para o Brasil.

O actual inspector de seguros fez, sobre o assumpto, minucioso trabalho, que conclue pela necessidade da organização de um grande aparelho, que tonifique o mercado, permita o desenvolvimento das transacções e prepare o intercambio do reseguro, sobre bases solidas e estaveis.

Já estão publicadas e vão ser distribuídas em avulso as estatisticas completas das operações, em todos os ramos de seguros, no anno de 1922, bem como outros elementos relativos ao periodo de 1911 a 1921, que a Inspectoria de Seguros poudo colligir no seu archivo, ora reorganizado.

As estatisticas de 1923 estão quasi concluídas. Pelos resumos em seguida transcriptos, já se póde, no emtanto, apreciar o incremento do seguro entre nós.

Durante o anno de 1924, funcionaram no territorio da Republica 92 companhias de seguros, sendo 62 nacionaes e 30 estrangeiras. Das nacionaes, 44 operaram em seguros terrestres e maritimos e 18, em seguros de vida. Das estrangeiras,

29, em seguros terrestres e marítimos, e uma, em seguros de vida. Das companhias de seguros de vida, nove são mutuas.

Ainda não está terminada a apuração da renda proveniente do imposto de 5 %, sobre os prêmios de seguros terrestres e marítimos, e de 2 %, sobre os prêmios de seguros de vida, relativa ao exercício de 1924. A arrecadação, contudo, já monta a 5.058:552\$143, ou sejam, mais 3.258:552\$143 do que a receita orçada e mais 803:287\$106 do que a do exercício anterior.

A despesa com o serviço de fiscalização das empresas de seguros foi de 453:000\$000, donde o saldo liquido de 4.605:552\$143, para os cofres publicos.

Quadro demonstrativo das operações de seguros terrestres e marítimos, durante o anno de 1923

COMPANHIAS NACIONAIS	SEGUROS TERRESTRES (41 Companhias)	SEGUROS MARÍTIMOS (39 Companhias)	TOTAIS (41 Companhias)
VALORES			
Segurados	7.210.005:204\$059	3.056.944:180\$301	10.266.949:453\$860
Ressegurados	1.329.704:722\$920	447.855:824\$917	1.777.560:547\$837
Liquidos	5.880.300:541\$739	2.609.088:364\$384	8.489.388:916\$123
PREMIOS			
Recebidos	27.503:275\$844	17.268:344\$533	44.771:620\$377
Pagos	5.192:459\$338	2.030:143\$868	7.222:603\$206
Liquidos	22.310:816\$506	15.238:200\$665	37.549:017\$171
SINISTROS			
Pagos	14.133:242\$935	5.915:512\$970	20.048:775\$905
Recuperados	3.543:214\$534	706:211\$976	4.249:426\$510
Liquidos	10.590:028\$401	5.209:300\$994	15.799:348\$395
PERCENTAGENS			
Prêmios sobre valores segurados	3/8	9/16	
Sinistros sobre prêmios	51,387 %	34,257 %	44,780 %

COMPANHIAS EXTRANJEIRAS	SEGUROS TERRESTRES (27 Companhias)	SEGUROS MARÍTIMOS (21 Companhias)	TOTAIS (29 Companhias)
VALORES			
Segurados	6.033.317:534\$806	869.833:249\$321	6.903.150:784\$187
Ressegurados	470.879:757\$044	72.734:501\$453	543.614:259\$097
Liquidos	5.562.437:777\$222	797.098:747\$868	6.359.536:525\$090
PREMIOS			
Recebidos	21.811:586\$402	4.114:523\$391	25.926:109\$793
Pagos	1.513:115\$482	217:403\$968	1.730:519\$450
Liquidos	20.298:470\$920	3.897:119\$423	24.195:590\$343
SINISTROS			
Pagos	20.336:178\$885	1.853:211\$392	22.190:390\$277
Recuperados	2.631:934\$918	66:070\$878	2.698:005\$796
Liquidos	17.704:243\$967	1.797:140\$514	19.501:384\$481
PERCENTAGENS			
Prêmios sobre valores segurados	3/8	15/32	
Sinistros sobre prêmios	93,236 %	45,263 %	85,925 %

COMPANHIAS NACIONAIS E EXTRANJEIRAS	SEGUROS TERRESTRES (68 Companhias)	SEGUROS MARÍTIMOS (60 Companhias)	TOTAIS (70 Companhias)
VALORES			
Segurados	13.243.322:799\$525	3.926.777:438\$022	17.170.010:238\$547
Ressegurados	1.801.584:480\$564	520.590:326\$370	2.322.174:806\$934
Liquidos	11.441.738:318\$961	3.406.187:112\$252	14.848.925:431\$213
PREMIOS			
Recebidos	49.314:862\$246	21.382:367\$924	70.697:230\$170
Pagos	6.705:574\$820	2.247:547\$836	8.953:122\$656
Liquidos	42.609:287\$426	19.135:320\$088	61.744:607\$514
SINISTROS			
Pagos	34.463:121\$820	7.728:744\$362	42.191:866\$182
Recuperados	6.175:149\$452	772:282\$554	6.947:432\$006
Liquidos	28.291:272\$368	7.005:461\$509	35.296:733\$877
PERCENTAGENS			
Prêmios sobre valores segurados	3/8	35/64	
Sinistros sobre prêmios	69,897 %	36,178 %	59,750 %

Quadro comparativo das operações de seguros terrestres e marítimos, nos annos de 1922 e 1923

VALORES SEGUROS

Em 1923	17.170.010:238\$147
Em 1922	14.411.153:876\$908
Diferença para mais, em 1923 ..	2.758.856:361\$239

VALORES RESEGUROS

Em 1923	2.322.174:806\$934
Em 1922	1.832.086:430\$333
Diferença para mais, em 1923 ..	489.088:376\$601

LIQUIDOS

Em 1923	14.848.925:431\$213
Em 1922	12.579.067:446\$575
Diferença para mais, em 1923 ..	2.269.857:984\$638

PREMIOS RECEBIDOS

Em 1923	70.697:230\$170
Em 1922	56.720:093\$605
Diferença para mais, em 1923 ..	13.977:636\$565

PREMIOS PAGOS

Em 1923	8.953:122\$656
Em 1922	6.784:370\$578
Diferença para mais, em 1923 ..	2.168:752\$078

LIQUIDOS

Em 1923.....	61.744:607\$514
Em 1922.....	49.935:723\$027
Diferença para mais, em 1923..	11.808:884\$487

SINISTROS PAGOS

Em 1923.....	42.248:166\$182
Em 1922.....	33.626:182\$888
Diferença para mais, em 1923..	8.621:983\$294

SINISTROS RECUPERADOS

Em 1923.....	6.947:432\$306
Em 1922.....	4.621:539\$514
Diferença para mais, em 1923..	2.325:893\$792

LIQUIDOS

Em 1923.....	35.300:733\$876
Em 1922.....	29.004:643\$374
Diferença para mais, em 1923..	6.296:090\$502

Movimento geral das companhias de seguros, durante o exercício financeiro de 1923

DEBITO

Saldo de 1922.....	3.065:814\$136
Sinistros Terrestres.....	33.431:033\$210
» Accidentes.....	1.230:649\$972
» Maritimos.....	7.761:846\$124
Resseguros.....	8.478:383\$652
Ordenados, Honorarios e Gratificações.....	4.768:754\$333
Dividendos.....	3.989:371\$568
Impostos.....	2.071:183\$463
Commissões e Corretagens.....	14.047:973\$617
Despesas Geraes.....	6.470:036\$989
Diversos Desembolsos.....	2.611:859\$434
Amortizações de Contas.....	458:368\$921
Rescisões, Cancellamentos e Annullações.....	1.483:028\$635
Reservas Estatisticas.....	2.145:261\$618
» do Art. 49.....	8.081:503\$039
» Sinistros.....	1.644:669\$246
Outras Reservas.....	1.886:972\$876
Lucros Suspensos.....	7.639:867\$741
	<u>111.206:584\$574</u>

CREDITO

Saldo de 1922.....	57.712:439\$539
Premios Terrestres.....	54.797:527\$830
Premios Maritimos.....	21.943:862\$171
Outros Premios.....	3.122:572\$051
Salvados.....	1.584:332\$823
Indemnizações de Resseguros.....	4.095:303\$109
Juros, Descontos e Dividendos.....	4.620:561\$907
Alugueis.....	717:887\$817
Apolices.....	109:012\$446
Eventuais.....	726:163\$454
Reversão da Reserva do art. 49.....	5.046:712\$540
Reversão de Outras Reservas.....	2.167:473\$750
Saldo para 1924.....	6.562:335\$743
	<u>111.206:584\$574</u>

Casa da Moeda

A Casa da Moeda executou, durante o anno passado, todos os serviços que lhe foram solicitados pelas diversas dependencias do Ministerio da Fazenda. Avultados foram os trabalhos reclamados pelos Governos da União, dos Estados e Municipios e por particulares.

Nesse anno, a produção de valores impressos (sellos, cintas, apolices, cautelas, guias, etc.) foi de 2.832.808.471 formulas, no total de 1.393.821.597\$280, contra 2.876.785.291, na importancia de 2.901.526.055\$800, em 1923.

Os quadros adiante insertos registram a produção de moedas divisionarias e o movimento de sahida de valores impressos, no mesmo periodo.

Infelizmente, a necessidade de restringir despesas impediu se ultimasse o aparelhamento da parte relativa á fundição de ligas, não tendo sido, por isso, empregada, em sua totalidade, a dotação de 500.000\$000 votada para a aquisição de machinas modernas e aperfeçoadas para as officinas.

Produção de moedas: divisionárias

ESPECIE	1923		1924		1º trimestre de 1925	
	IMPORTANCIA	PESO (grammas)	IMPORTANCIA	PESO (grammas)	IMPORTANCIA	PESO (grammas)
Prata.....	2.400:000\$000	9.623.430	18.294:000\$000	73.060.940	212:000\$000	848.190
Nickel.....	773:100\$000	27.251.310	497:800\$000	21.372.160	349:500\$000	13.200.930
Cobre e alumínio.....	21.773:000\$000	175.128.140	13.054:000\$000	104.890.210	—	—
	24.906:100\$000	212.002.880	31.845:800\$000	199.323.310	561:500\$000	14.049.120

Saida de valores impressos, de janeiro de 1923 a março de 1925

ESPECIE	1923		1924		1925 (1º trimestre)	
	QUANTIDADE	IMPORTANCIA	QUANTIDADE	IMPORTANCIA	QUANTIDADE	IMPORTANCIA
Notas do Tesouro Nacional.....	14.371.000	737.350:000\$000	9.100.000	221.900.000\$000	—	—
Formulas do imposto de consumo, para artigos nacionais.....	2.280.956.060	250.654:737\$640	2.283.679.064	252.844.208\$700	513.607.569	61.201.214\$620
Formulas do imposto de consumo, para artigos estrangeiros.....	94.556.966	29.948.869\$760	116.586.724	31.095.920\$130	19.890.378	8.284.217\$880
Sellos do Imposto Marítimo e Fluvial.....	377.200	812.820\$000	—	—	—	—
» de Operações a Termo.....	158.450	2.234.000\$000	—	—	—	—
» para Vales.....	800.000	24.000\$000	—	—	—	—
» Adhesivos.....	40.227.011	71.800.310\$700	55.175.771	84.453.682\$000	12.095.260	18.026.500\$000
» » de Collecções do Interior.....	25.597.577	30.745.108\$700	21.236.520	27.425.219\$100	4.353.020	5.832.655\$800
» » para contas assignadas.....	74.284.106	98.822.126\$000	24.446.269	71.400.381\$400	8.776.845	24.101.029\$400
» de Bilhetes de Loteria.....	17.551.000	2.897.000\$000	6.307.896	773.394\$800	—	—
» Consulares.....	100.000	400.000\$000	650.000	7.560.000\$000	150.000	550.000\$000
Formulas do Correio Geral.....	180.884.144	28.185.477\$000	161.131.921	40.130.276\$000	56.447.000	10.403.170\$000
Apelices e Obrigações ao portador.....	267.805	267.828.000\$000	355.520	413.520.000\$000	—	—
Cheques e recibos sellados.....	3.760.283	386.208\$700	4.248.874	446.687\$400	715.869	92.336\$000
Ingressos para o Cais do Porto.....	50.000	30.000\$000	150.000	90.000\$000	—	—
	2.721.872.511	1.522.118.748\$100	2.683.018.559	1.152.539.859\$730	616.035.900	128.481.094\$000

Alfandega do Rio de Janeiro

A arrecadação realizada pela Alfandega do Rio de Janeiro, em 1924, ascendeu a 54.846:083\$465, ouro, e 54.965:088\$138, papel. Feita a conversão da parte ouro a papel, ás taxas cambias respectivas, o total papel é de 321.284:327\$442. Comparada essa receita com a de 1922 e 1923, verifica-se um augmento de 121.280:422\$219, sobre 1922, e de 46.631:246\$735, sobre 1923.

No primeiro trimestre deste anno, foram arrecadados 116.033:429\$487, em ouro, e 15.381:678\$394, papel, ou seja, um total de 93.297:166\$972, papel, o que representa pouco mais da quarta parte da receita geral da Republica, orçada para um trimestre.

Comparada a arrecadação do 1.º trimestre com a realizada

em eguaes periodos de 1923 e 1924, verificam-se as differenças, para mais, de 31.546:740\$000 e 25.694:251\$897, respectivamente. É, assim, grandemente auspiciosa, para este exercicio, a espectativa da contribuição com que a principal alfandega do paiz vae concorrer para o fortalecimento dos cofres publicos.

Os serviços de fiscalização externa, a cargo da Guardamoria, tanto quanto permitem a defeituosa organização da policia aduaneira e o aparelhamento actual, têm corrido normalmente.

Não permite o momento, que atravessamos, dotar as nossas alfandegas do material fluctuante de que ellas carecem e que deveria ser formado por embarcações que se grupassem em typos uniformes, adequados aos serviços nos portos e de vigilancia costeira.

Renda da Alfândega do Rio de Janeiro, durante os annos de 1922, 1923 e 1924

MEZES	OURO	PAPEL	TOTAL	OURO CONVERTIDO A PAPEL	PAPEL	TOTAL EM PAPEL
1922						
Janeiro.....	1.969.862\$674	2.242.252\$150	4.212.114\$824	8.516.957\$405	2.242.252\$150	10.759.209\$555
Fevereiro.....	1.949.275\$276	2.110.365\$484	4.059.640\$760	8.248.302\$606	2.110.365\$484	10.358.668\$090
Março.....	3.211.453\$831	3.284.348\$382	6.495.802\$213	12.793.086\$690	3.284.348\$382	16.077.435\$072
Abril.....	2.745.699\$337	3.225.827\$442	5.971.526\$779	11.034.965\$623	3.225.827\$442	14.260.793\$065
Maio.....	2.977.924\$057	3.462.377\$738	6.440.301\$795	11.810.988\$493	3.462.377\$738	15.273.366\$231
Junho.....	3.254.930\$596	3.576.769\$125	6.831.699\$721	12.890.097\$566	3.576.769\$125	16.466.866\$691
Julho.....	2.961.409\$443	3.352.123\$378	6.313.532\$821	12.680.904\$012	3.352.123\$378	16.033.027\$390
Agosto.....	3.301.711\$753	4.062.033\$350	7.363.745\$103	13.384.133\$048	4.062.033\$350	17.446.168\$398
Setembro.....	3.348.089\$960	3.084.083\$528	7.152.173\$488	14.277.157\$950	3.084.083\$528	18.081.241\$478
Outubro.....	3.340.106\$089	4.202.359\$830	7.542.465\$919	15.914.431\$155	4.202.359\$830	20.116.790\$985
Novembro.....	3.005.792\$732	3.490.084\$528	6.495.877\$260	13.709.133\$279	3.490.084\$528	17.199.217\$807
Dezembro.....	4.946.509\$577	5.672.961\$843	10.619.471\$420	22.238.068\$618	5.672.961\$843	27.931.030\$461
Total.....	37.012.765\$325	42.485.386\$778	79.498.352\$103	137.518.728\$445	42.485.386\$778	200.003.813\$223

MEZES	OURO	PAPEL	TOTAL	OURO CONVERTIDO A PAPEL	PAPEL	TOTAL EM PAPEL
1923						
Janeiro.....	2.795.980\$581	3.380.226\$142	6.166.206\$723	13.290.431\$048	3.380.226\$142	16.670.658\$090
Fevereiro.....	2.935.850\$000	3.163.911\$037	6.099.761\$037	13.972.136\$205	3.163.911\$037	17.136.067\$242
Março.....	4.666.145\$630	4.988.526\$360	9.654.671\$990	22.955.175\$274	4.988.526\$360	27.943.701\$634
Abril.....	3.731.557\$793	4.596.406\$589	8.327.964\$382	19.181.104\$390	4.596.406\$589	23.777.510\$979
Maio.....	3.399.700\$747	3.545.918\$315	6.945.619\$062	17.932.311\$331	3.545.918\$315	21.478.229\$646
Junho.....	3.515.718\$707	3.644.574\$287	7.160.293\$994	13.411.772\$977	3.644.574\$287	22.056.347\$264
Julho.....	3.195.419\$609	3.451.300\$921	6.646.810\$530	16.902.358\$144	3.451.300\$921	20.353.749\$065
Agosto.....	3.652.841\$725	3.695.613\$022	7.358.454\$747	20.437.727\$621	3.695.613\$022	24.133.340\$643
Setembro.....	3.241.424\$541	3.532.191\$805	6.774.616\$346	18.104.185\$330	3.532.191\$805	21.727.377\$135
Outubro.....	3.698.798\$981	3.893.031\$893	7.591.830\$874	21.334.668\$356	3.893.031\$893	25.227.570\$249
Novembro.....	3.819.474\$663	4.077.019\$506	7.897.414\$169	23.936.410\$501	4.077.019\$506	28.014.350\$001
Dezembro.....	3.721.662\$911	4.365.001\$727	8.086.664\$638	21.768.937\$032	4.365.001\$727	26.133.938\$759
Total.....	42.374.635\$498	46.335.751\$598	88.710.387\$096	228.317.239\$109	46.335.751\$598	274.652.990\$707

MESES	OURO	PAPEL	TOTAL	OURO CONVERTIDO A PAPEL	PAPEL	TOTAL EM PAPEL
1924						
Janeiro.....	3.803.811\$068	4.066.670\$640	7.870.481\$708	19.242.393\$109	4.066.670\$640	23.309.063\$839
Fevereiro.....	3.793.502\$089	4.109.712\$692	7.903.215\$181	17.414.848\$399	4.109.712\$692	21.515.561\$091
Março.....	3.946.093\$319	4.032.967\$900	7.979.061\$219	18.745.322\$245	4.032.967\$900	22.778.290\$145
Abril.....	3.885.899\$638	4.417.663\$689	8.303.563\$327	19.013.402\$462	4.417.663\$689	23.430.869\$151
Maio.....	4.326.461\$453	4.684.814\$479	9.011.275\$932	21.609.992\$020	4.684.814\$479	26.294.806\$499
Junho.....	4.368.236\$418	4.707.748\$103	9.076.000\$521	22.373.561\$240	4.707.748\$103	27.081.325\$343
Julho.....	3.376.805\$257	3.533.084\$873	6.909.890\$130	18.778.334\$460	3.533.084\$873	22.311.419\$333
Agosto.....	5.036.260\$969	5.159.138\$986	10.195.399\$955	27.972.784\$291	5.159.138\$986	33.131.923\$277
Setembro.....	4.983.187\$867	5.044.726\$916	10.027.914\$583	27.185.663\$549	5.044.726\$916	32.230.390\$465
Outubro.....	5.075.410\$720	5.180.361\$789	10.255.772\$509	24.905.142\$247	5.180.361\$789	30.085.904\$036
Novembro.....	4.917.757\$373	4.877.076\$785	9.794.834\$158	23.592.243\$591	4.877.076\$785	28.469.320\$376
Dezembro.....	5.332.657\$294	5.160.105\$286	10.492.762\$580	25.485.858\$601	5.160.105\$286	30.645.943\$837
Total.....	52.846.083\$865	54.965.088\$138	107.811.172\$003	266.319.149\$304	54.965.088\$138	321.284.237\$442

RESUMO

RESUMO	OURO	PAPEL	TOTAL	OURO CONVERTIDO A PAPEL	PAPEL	TOTAL EM PAPEL
Renda de 1922.....	37.012.765\$325	42.485.586\$778	79.498.352\$103	157.518.228\$445	42.485.586\$778	200.003.815\$223
Renda de 1923.....	42.374.635\$488	46.335.715\$598	88.710.387\$086	228.317.239\$109	46.335.715\$598	274.652.990\$707
Renda de 1924.....	54.846.083\$865	54.965.088\$138	107.811.172\$003	266.319.149\$304	54.965.088\$138	321.284.237\$442
DIFFERENÇA PARA MAIS EM 1924						
Sobre 1922.....	15.833.318\$540	12.479.501\$360	28.312.819\$900	103.800.920\$859	12.479.501\$360	121.280.422\$219
Sobre 1923.....	10.471.448\$377	8.629.336\$540	19.100.784\$917	38.001.910\$195	8.629.336\$540	46.631.246\$735

GUERRA

Defesa Nacional

É um dever fundamental do Governo promover os meios de assegurar a defesa nacional.

Não se trata, evidentemente, de entreter o culto da força, que não podemos ter com o nosso grão de cultura jurídica e a nossa indole pacifica de povo laborioso, os principios cardeaes de nossa honesta politica exterior solemnemente consagrados na Constituição. Cabe-nos, porém, provêr á organização militar que as necessidades proprias de todos os povos reclamam. Educação moral, preparação material e instrucção profissional são os tres grandes factores dessa eficiencia.

Nenhum dos elementos immediatos do valor militar é susceptivel de improvisação. Cumpre, por isso mesmo, que não poupemos esforços para que tudo se faça em tempo util.

A preparação moral é condição essencial do cumprimento exacto do dever militar, com a decidida energia dos caracteres embebidos do sentimento de lealdade patriótica. A material não só diz respeito ao material bellico propriamente dito, sinão tambem aos meios de transporte e a todos os recursos da industria. A profissional permite pôr em contribuição effectiva esses recursos de toda sorte, estando a instrucção militar pratica da tropa ao serviço da capacidade de direcção dos estados maiores.

Missão Franceza

Deve o Exercito serviços inestimaveis á Missão Militar Franceza, que teve como seu chefe, até dezembro ultimo, o General Gamelin, cujo nome está ligado á presente phase de activa renovação technica das nossas forças de terra e ao fecundo programma de instrucção militar organizado por sua notoria capacidade, a que a experiencia pessoal da guerra deu uma incontrastavel auctoridade. É o chefe actual da Missão o General Coffec, que está exercendo as suas funções com a competencia e o devotamento de um continuador digno de seu eminente antecessor.

Effectivo do Exercito

A lei n. 4.892, de 26 de novembro de 1924, fixou as forças de terra para 1925.

O art. 134 do Regulamento do Serviço Militar estatuiu que nenhum cidadão poderá ser nomeado funcionario publico federal, ou admittido, em qualquer character, em repartições e estabelecimentos da União, sem que apresente caderneta de reservista ou certificado regulamentar da 1ª ou 2ª linha, e sem que conste desses documentos estar em dia com suas obrigações militares.

Mas a citada lei de 26 de novembro de 1924 foi adeante, muito justamente, dispondo no art. 4º que as praças ou ex-praças do Exercito terão, em egualdade de condições, preferencia na nomeação para provimento de cargos federaes mediante concurso. É esta, sem duvida, uma resolução digna de todo o applauso.

Mais. O art. 5º da citada lei prescreve que os cabos e sargentos, com certo tempo de serviço, terão preferencia sobre os reservistas de qualquer categoria para preenchimento de empregos que não exigem o provimento por concurso.

Estão estas resoluções legislativas de inteiro accordo com o proposito que tem o Governo de zelar pelo futuro dos que votam sua actividade, durante certo tempo, ao serviço das armas, e dos que fazem seu aprendizado militar, nos corpos de tropa.

Cortelo militar

Fôde-se dizer que o que se quer obter, mediante o sorteio, é o contingente destinado, menos ao serviço militar obrigatorio, do que á instrucção militar obrigatoria. Porque essa instrucção é condição de primeira necessidade, para que a defesa nacional mereça, em verdade, esse nome e não seja uma simples illusão theorica, que se desfaça, numa hora difficil, em amarga decepção.

Cumprindo um dever sagrado, imposto pela nobre missão que indubitavelmente lhe cabe, tem o Governo provido ás necessidades mais urgentes da defesa nacional fazendo, nesse patriotico sentido, esforços conhecidos de todos os verdadeiros interessados.

A consecução desse *desideratum* reclama, não só o concurso sincero de todas as boas vontades, mas ainda, e sobretudo, a cooperação activa de todas as energias brasileiras.

Incumbe, por isso mesmo, a cada cidadão o maior zelo no concurso pessoal afim de que cada um forneça um elemento, não meramente decorativo, mas, de facto, util á defesa da Patria.

São egressos do civismo os que, cedendo logar aos que resolutamente assumem na primeira linha os postos de perigo, reservam-se para depois exercitar, a bom recato, uma critica egoista e dissolvente.

A vida collectiva reclama de todos nós um impreterivel devotamento ao bem commum. É essa estreita solidariedade social que faz a grandeza dos povos. É essa perfeita cohesão moral que faz a força das nações.

Precisamos, em uma palavra, formar numerosas reservas instruidas.

As sociedades de tiro são outras tantas fontes de reservistas

de 2ª categoria, nos termos do art. 13, do Regulamento aprovado pelo decreto n. 15.954, de 22 de janeiro de 1923.

Certo é que essas sociedades — nucleos de preparação militar disseminados em toda a extensão do paiz — têm soffrido algumas vicissitudes com prejuizo da diffusão da instrução. Mas o Governo tem providenciado sempre no sentido de arredar todos os obstaculos, para que ellas sejam, como podem e devem ser, eminentemente uteis á instrução militar, da mocidade e á sua educação patriótica.

Os estabelecimentos de ensino secundario e superior formam, tambem, reservistas dessa categoria, na conformidade do mesmo Regulamento.

Estado Maior

E sob a direcção technica do Estado Maior do Exercito que se ministra todo o ensino militar, e exerce as funcções de chefe do serviço o General Tasso Fragoso, cuja capacidade moral e technica todos reconhecem sem favor.

Ha, hoje, no Estado Maior uma actividade sem precedentes entre nós, e os seus officiaes não estão mais adstrictos a estudos puramente theoricos, senão que se destacam para as unidades, como ocorre agora nas tropas em operações no sul da Republica, onde se acham muitos delles prestando excellentes serviços.

Ha, para tudo dizer, no serviço de Estado Maior, um sopro de vida nova.

Promoções

Insistir na urgencia de dotar o Exercito de uma lei geral de promoções é ir ao encontro de uma das suas mais imperiosas necessidades. Porque é essa lei que deve operar a selecção das capacidades e dos caracteres, no interesse superior do Exercito, que precisa ter, nos altos postos, chefes que sirvam á Nação com perfeita eficiencia technica e consciencia nitida dos seus deveres; isto é, que tenham competencia profissional para exercer suas funcções e energia moral para cumprir seus deveres em todas as circunstancias.

É para extranhar se assegure na pratica, por texto expresso de lei, o accesso franco, de posto em posto, a officiaes notoriamente refractarios á disciplina militar. É um estado de coisas que cumpre prover de remedio, pondo termo a essa anomalia de fazer um official toda a sua carreira á sombra de uma commoda tolerancia, que o deixa sem funcção, por ser sua actividade nociva ao serviço da tropa e á disciplina.

Ensino militar

Funcionam com regularidade os institutos militares de ensino superior, e é grato assignalar que têm correspondido plenamente aos fins de sua fundação.

Por acto de 10 de fevereiro ultimo, foi creada a Escola Provisoria de Cavallaria, installada na Villa Militar, satisfazendo uma justa aspiração dos officiaes dessa arma, tão nobremente desejosos de aperfeiçoar seus conhecimentos e aprimorar as qualidades que são o apanagio dos que se distinguem nessa ardua especialidade.

A Escola de Aviação Militar atravessou uma crise que perturbou grandemente a marcha do ensino. Será, porém, restabelecida, dentro de breve tempo, a actividade desse estabelecimento de instrução, que tanto merece o desvelo dos poderes publicos.

Por decreto n. 16.851 de 27 de março do corrente anno, foi extincto o Collegio Militar de Barbacena, de accordo com o n. 5, do art. 10, da lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.

O Collegio Militar do Ceará, que tem uma frequencia de cerca de 150 alumnos, ou seja menos da metade do effectivo previsto no respectivo regulamento (300), não compensa com o seu precario funcionamento as despesas de sua manutenção. Estas, no que concerne somente ao pessoal civil da administração, importam em 142.962\$000. O Collegio Militar do Rio de Janeiro continúa a merecer os creditos, de que tão justamente gosa, de estabelecimento de ensino secundario de primeira ordem. A concurrencia para matricula cresce de anno em anno e, como a capacidade do edificio está absolutamente esgotada, é tambem cada anno maior o numero de alumnos externos.

O Collegio Militar de Porto Alegre é, por seu turno, um instituto que já se impoz, de vez, á confiança geral, e tem tido, provando amplamente o louvavel acerto de sua criação, um rendimento util expresso pelo crescido numero de alumnos que lá concluíram o respectivo curso.

A Escola Militar acha-se dotada de um regulamento de que é licito esperar muito.

Seria, por isso mesmo, de todo o ponto inconveniente apressar a formação profissional dos nossos officiaes e, assim, a falta de subalternos, que se tem aggravado continuamente, não poudesse ser provida senão pelo aproveitamento, mediante commissão em 2ª tenentes, de sargentos de tropa, que, affeitos ao serviço das armas e aos habitos severos da disciplina militar, estão aptos a exercer as funcções desse posto.

Dir-se-á que isso é um retrocesso no caminho vencido,

durante largos annos, no que respeita ao recrutamento de hierarchia não é questão de seu interesse pessoal, sino do interesse do Exercito.

Cumpre, todavia, não esquecer que o espirito de sacrificio, a bravura, a firmeza de character são qualidades moraes que uma cultura geral, superficial e brilhante não pôde supprir.

E, como o de que se trata é de provêr os cargos com serventuarios capazes de servir-os leal e devotadamente, claro é que o Governo não podia hesitar em preencher — e fel-o, aliás, a titulo provisorio — parte dos claros do quadro de officiaes do primeiro posto, dando merecido accesso a dignos servidores da ordem e do regimen.

Esses officiaes commissionedos irão, á medida que as exigencias do serviço o permittam, habilitar-se na Escola Militar com o respectivo curso, fazendo assim sua preparação technica e aperfeiçoando a pratica adquirida, dia a dia, na actividade dos corpos de tropa.

Concluíram o curso da Escola Militar 24 alumnos, em dezembro ultimo, sendo tres de infantaria, oito de cavallaria, seis de artilharia e sete de engenharia.

Destinado ao alumno que concluir o curso de cavallaria com as melhores notas, acaba de ser instituido um premio "General Marinho" que consistirá numa espada de official, typo regulamentar, adquirida com os juros de circo apolices do Estado de Minas Geraes, sendo a sobra empregada na aquisição de obras especiaes sobre aquella arma para a bibliotheca da Escola.

Provêm essas apolices do saldo de uma subscrição aberta, ha tempos, no seio do Exercito para render uma significativa homenagem á memoria daquelle saudoso general, que tinha a paixão de sua arma de origem — a cavallaria.

Por decreto n. 16.475, de 12 de maio de 1924, foi approvedo o Regulamento para a Escola de Intendencia.

Concluíram, em 1924, o curso da Escola de Aperfeiçoamento 66 officiaes, sendo 29 de infantaria, 11 de cavallaria, 17 de artilharia, e nove de engenharia.

Sahiram, no mesmo anno, da Escola de Estado Maior 25 officiaes, dos quaes concluíram o curso de revisão oito e o curso de aperfeiçoamento de officiaes superiores, um.

Por decreto n. 16.793, de 13 de fevereiro ultimo, foi alterado o Regulamento da Escola de Estado Maior, na parte relativa ao Curso de Aperfeiçoamento de officiaes superiores, para tornal-o mais adequado aos seus objectivos.

É idéa dominante tornar obrigatoria a frequencia da Escola de Aperfeiçoamento para os capitães e subalterpos, e da de Estado Maior para os officiaes superiores.

A preparação technica dos officiaes em todos os graus da

Antes de mais nada, não pôde um official nutrir legitimamente aspirações de accesso se não se habilitar para exercer, como lhe cumpre, o commando dos novos postos.

É a honestidade profissional mesma que exige esse interesse pelo preparo proprio.

Fizeram, em 1924, com muito aproveitamento, o curso da Escola Naval de Guerra dois capitães, um de artilharia e outro de engenharia, do Exercito. Essa é uma medida que familiariza os officiaes de terra com os processos de conduzir a guerra no mar e faz sentir bem a natureza da cooperação que é indispensavel existir entre os dois serviços.

Está em adeantada elaboração o Regulamento da Escola Technica de Artilharia e Engenharia, cuja fundação virá responder a um reclamo da formação profissional de officiaes dedicados a essas especialidades.

Tinha o Governo o proposito de dotar o Exercito de todo o material de instrução, para que a preparação technica da tropa não soffresse por falta de meios praticos de execução dos regulamentos. Não o poudes, emtanto, fazer, até agora, na extensão conveniente, por isso que as providencias assecutorias da ordem têm preterido a effectuação dessa despesa.

Apezar disso, como resalta do exposto, não obstante a perturbação que as tentativas de subversão produzem na administração militar, provocando um desperdicio de energia, não temos descurado a instrução do nosso Exercito. Ao contrario, não tem ella cessado, dentro dos programmas que nos traçámos.

Justiça Militar

Está o Governo autorizado, pelo art. 6º, do decreto n. 4.907, de 7 de janeiro ultimo, a reformar a Justiça Militar, sem augmento de despesa. Assim, poderemos corrigir os inconvenientes e sanar os defeitos que a pratica forense e as exigencias superiores da disciplina tiverem indicado no curso da applicação do actual Codigo de Organização Judiciaria e Processo Militar.

Proceder á revisão do Codigo Penal Militar é necessidade sobre a qual o accordo das opiniões é geral e completo.

Não retardemos por mais tempo essa reforma de que tanto ha mistér o Exercito, em beneficio da disciplina, e a cultura juridica brasileira, no interesse dos seus credits.

Parece que o meio mais prompto de resolver essa questão seria o Congresso Nacional autorizar o Governo a commetter a um jurista de notavel saber a incumbencia da or-

ganização de um projecto de Código Penal Militar, abrindo-se
necessário credito para recompensar esse serviço.

Intendencias de Guerra

Por decreto n. 16.606, de 17 de setembro de 1924, foi
approvado o Regulamento para o Serviço de Intendencia da
Guerra, vasado nos moldes modernos, e cujo funcionamento
interessa ás dotações de fardamento, equipamento e arrea-
mento, á gestão de fundos publicos, á secção de transportes,
ao provimento de subsistencias, etc. Donde se vê a extensão
e complexidade de suas attribuições, para cujo desempenho
temos hoje um quadro de officiaes especializados na direcção
e na execução dos respectivos serviços.

Serviços de Saude

Por decreto n. 16.764, de 31 de dezembro de 1924, foi
supprimido o posto de 2º tenente medico do Exercito. Está
assim removida a causa a que se attribuia o retraimento dos
jovens medicos civis que não acudiam aos concursos para
preenchimento das vagas no quadro de Saúde do Exer-
cito.

Está, por igual, observado o preceito constitucional, em
virtude do qual os officiaes do Exercito e os da Armada terão
as mesmas patentes nos cargos de categoria correspondente
(art. 85).

Tem o Serviço de Saúde funcionado com regularidade,
não obstante a falta de recursos de que se tem resentido este
ou aquelle estabelecimento.

É extenso esse serviço que se desdobra nas formações
sanitarias dos corpos de tropa, nos hospitaes, estação de assis-
tencia e prophylaxia, laboratorios especiaes, etc.

A Escola de Applicação do Serviço de Saúde tem sido
muito util aos medicos e pharmaceuticos que tenham feito o
respectivo curso, adquirindo um complemento de instrucção
technica e tactica.

A Escola de Veterinaria do Exercito é um instituto de
ensino a que se deve a feição rigorosamente technica que o
serviço veterinario tem hoje nos corpos de tropa e estabeleci-
mentos militares.

Requisições militares

Por decreto n. 16.529, de 22 de julho de 1924, foi fixada
essa data como início do systema de requisições feitas nos
termos da lei n. 4.263, de 14 de janeiro de 1921, para com-
pletar os meios de aprovisionamento e transporte de forças
em operações no Districto Fedetal e nos Estados do Rio de
Janeiro, São Paulo, Paraná e Matto Grosso.

Uma commissão de cinco membros, representantes dos
Ministerios da Guerra, da Marinha, da Agricultura, da Fa-
zenda e da Viação, está incumbida de avaliar e liquidar as
despesas realizadas nessa conformidade.

Material bellico

A direcção de nossas fabricas e arsenaes está confiada
a esforçados officiaes, cuja dedicação ao serviço publico se
comprova com o rendimento cada vez maior desses estabele-
cimentos industriaes.

Cuidar do desenvolvimento crescente dos nossos centros
fabris militares e fomentar a industria civil de applicação
militar é obra de previdencia patriotica. Torna-se, cada dia,
de necessidade mais urgente fundar a nossa Escola Technica
de Artilharia, com recursos proprios para tornal-a um in-
stituto de ensino capaz de formar technicos dessa arma, que
não se contentem com saber, através de leituras e disser-
tações eruditas, como se hão de fazer as coisas, sinão que
saibam fazel-as, por seu tirocinio pessoal.

Chimica industrial, balistica, explosivos, armas automa-
ticas, são, entre outras, especialidades que precisam ter os
seus respectivos technicos.

Serviço de remonta

As coudelarias de Saycan e do Rincão e os depositos de
São Simão e de Monte Bello são os estabelecimentos sobre os
quaes tem jurisdicção a Directoria de Remonta, com séde em
São Gabriel, no Rio Grande do Sul.

É esse um serviço a que está ligada, entre outras, a so-
lução de um problema de primeira importancia, qual a criação
de um typo de cavallo de guerra, para as nossas condições
de clima, terreno e forragem.

Obras militares

Tiveram as obras militares activo andamento em 1924.
Foram, assim, além de outras obras de menor importancia,
concluidas, no curso do anno passado e dentro do 1º trimestre
do corrente anno, os hospitaes militares de Curityba (Pa-
raná), Campo Grande (Matto Grosso) e Santa Maria (Rio
Grande do Sul); os quartéis dos regimentos de cavallaria, com
séde em Santo Angelo, Jaguarão, Uruguayana, São Luiz, Li-
vramento, São Gabriel e Lavras, no Rio Grande do Sul; os
quartéis dos batalhões de infantaria montada, que terão séde
em Itaquy e Rosario, no Rio Grande do Sul; os quartéis dos
regimentos de artilharia, com séde em Pouso Alegre (Minas
Geraes) e Campo Grande (Matto Grosso); o quartel do 4º
Batalhão de Engenharia, em Itajubá (Minas); os quartéis dos

batalhões de caçadores, com sede em Campo Grande (Matto Grosso) e Nictheroy (Estado do Rio).

Estão suspensas todas as obras, dentro do actual exercicio, na conformidade do decreto n. 16.769, de 7 de janeiro ultimo.

Antes dessa resolução, tinham sido suspensas, por motivo de força maior, creado pela situação anormal no Rio Grande do Sul, as obras dos quartéis de cavallaria de São Thiago, São Borja e Quarahy.

Vê-se do exposto que, apesar do accrescimento de serviço exigido pelo restabelecimento da ordem, não foi interrompida a execução do programma de obras militares, ficando o Exercito dotado de mais 14 quartéis e tres hospitaes.

MARINHA

Movimentos subversivos

A propaganda insidiosa dos elementos remanescentes da campanha presidencial, que não teve o natural epilogo em 15 de novembro de 1922, attingiu tambem á Marinha e apresentou, como fructos de ardua gestação, o levante de parte da Flotilha do Amazonas e, posteriormente, de outra parte da guarnição do encouraçado *São Paulo*.

A presteza com que foram debellados esses movimentos de indisciplina, cuja repressão partiu do proprio seio da Marinha e da grande maioria do seu pessoal, que se manteve fiel ao cumprimento do dever e á auctoridade legal, constituiu a melhor prova de que essa corporação continúa a guardar, como penhores sagrados, as suas nobres e brilhantes tradições.

Comquanto não tenham produzido os effeitos dissolventes esperados pelos seus auctores, essas rebeliões tiveram o poder de perturbar os trabalhos iniciados, de treinamento do pessoal da esquadra, de exercicios parciaes e geraes, segundo os planos adoptados pelo Estado Maior da Armada, em intima collaboração com a Missão Naval Americana.

Assim, as saídas regulares dos diversos navios da esquadra, que deviam effectuar-se em épocas certas, obedecendo ao programma citado, ficaram extremamente prejudicadas pelo destaque de forças navaes para attender á manutenção da ordem em differentes pontos do paiz, onde prestaram os serviços de que a Nação tem conhecimento, e entre os quaes sobrelevam: a posse effectiva do segundo porto commercial do littoral, a liberdade de communicações entre os Estados affectados pelo movimento revolucionario, a cooperação no mar e em terra com as forças do Exercito em operações, a perseguição do encouraçado *São Paulo*, obrigando-o a acobertar-se sob a protecção de bandeira extranha á nossa nacionalidade, e, por

fim, a continua vigilancia exercida nas suas bases, principalmente na capital da Republica.

As forças de Marinha, desde julho de 1924, movimentaram-se em consequencia desses factos, comparecendo em São Paulo, por meio de uma divisão composta do encouraçado *Minas Geraes*, cruzador *Barroso*, navio-escola *Benjamin Constant*, contra-torpedeiros *Amazonas*, *Alagoas*, *Matto-Grosso*, *Rio Grande do Norte* e *Maranhão*, além de outras unidades menores para o serviço de communicações e transporte, auxiliada pela esquadilha de aviões; em Sergipe, pelo contra-torpedeiro *Alagoas*; nos Estados do Pará e Amazonas, pela divisão composta do cruzador *Barroso*, contra-torpedeiros *Matto-Grosso* e *Sergipe*; no Rio Grande do Sul, pelo contra-torpedeiro *Amazonas*, que alli ainda se encontra; e, no rio Paraná, por flotilha de lanchas armadas e batelões de reboque, desempenhando-se de todas essas commissões com a perfeita intuição da obra de patriotismo a que as obrigava a facção fóra da lei.

A revolta do encouraçado *São Paulo*, em 4 de novembro, merece especial menção pelas tristes circumstancias em que se produziu. Dirigida por official subalterno, apenas sahido dos bancos escolares, e tendo por auxiliares outros jovens officiaes, que nas fés de officio ainda mal escreviam as primeiras linhas dos serviços que a Nação recompensa com sacrificio para o aparelhamento da defesa da sua honra e da sua prosperidade e riqueza, revelou o mais expressivo exemplo de dissolução da disciplina e de fraqueza moral e a prova evidente do resultado a que chegam as campanhas sem base solida nem ideaes republicanos.

Dias antes dessa minoria da guarnição do navio revelar, assim, a tendencia para acreditar nas fallazes promessas dos partidarios da rebelião paulista, ella se salientara na viagem de cortezia ao principe Humberto de Piemonte, herdeiro da corôa da Italia e nosso hospede na cidade de São Salvador, deixando a melhor impressão de preparo technico e amor á subordinação militar. De regresso ao Rio de Janeiro, filiou-se, em parte, ao grupo chefiado pelo capitão de mar e guerra, que até então merecera a confiança do Governo e acabava de deixar alto cargo na administração naval.

O triste epilogo dessa aventura, empanando o brilho da classe que se vinha distinguindo pelo correcto procedimento mantido em 1922, durante a campanha presidencial, e continuado até alguns mezes após a eclosão dos successos na prospera capital de São Paulo, representa, por certo, o maior castigo dos seus responsaveis que se viram divorciados da imensa maioria do paiz, desejosa de paz e cansada de luctas fratricidas.

Missão Naval Americana

Continuam os trabalhos da Missão Naval Americana, em colaboração com as repartições nacionaes, na reorganização dos serviços e treinamento do pessoal. Não fosse a brusca interrupção motivada por lamentaveis perturbações da ordem publica, que prejudicaram o programma de exercicios a ser cumprido durante o anno findo, e este teria sido de real proveito para as guarnições, mais familiarizadas já com os processos novos de instrucção, decorrentes da guerra mundial e, pouco a pouco, entre nós introduzidos.

A pedido proprio, deixou a chefia da Missão o illustre contra-almirante C. T. Vogelgesang, que durante dois annos a dirigiu com proficiencia e a contento do Governo, sendo substituido pelo contra-almirante N. A. Mc. Cully, cujo passado é uma garantia de successo no desempenho de suas funções.

Pessoal

Os problemas relativos ao pessoal mereceram especial attenção do Governo.

Em satisfação aos preceitos constitucionaes que definem a missão das forças armadas no Brasil, os officiaes e praças, quer a bordo dos navios, quer nos estabelecimentos navaes, mantiveram-se firmes e promptos para attender ás determinações superiores, durante esse periodo agitado que vem atravessando o paiz.

Daquelles elementos desviados do caminho do dever, em numero felizmente bastante limitado, a Justiça, com a serenidade e a imparcialidade que a caracterizam, fixará as culpas de cada um e procederá de accordo com as leis em vigor.

No Corpo da Armada, o Governo resolveu usar da autorização legislativa, contida na fixação da Força Naval para o anno findo, e reformar 25 capitães tenentes e 25 capitães de corveta, reduzindo, então, o quadro dos primeiros a 200. A transitoriedade dessa medida, que vem favorecer o descongestionamento do citado Corpo, era o unico meio disponivel para solucionar, em parte, a crise de promoções e a de officiaes em condições physicas vantajosas para o bom desempenho de arduas commissões.

O Batalhão Naval, por força da lei votada pelo Congresso Nacional, passou a ter a organização de Regimento, com o effectivo de 1.500 homens. A mesma disposição legislativa recompensou os serviços dos mais antigos inferiores desse Batalhão, commissionando-os no posto de segundo tenente e satisfazendo, assim, velha e justa aspiração desses servidores.

Entre o pessoal dos demais corpos de Marinha, a disciplina se manteve elevada, com excepção de alguns sub-officiaes e praças que, após os resultados dos inqueritos abertos para apurar responsabilidades, foram demittidos, a bem do serviço publico, ou excluidos das fileiras como elementos indesejaveis.

Prosegue, com os melhores resultados, a reorganização do pessoal subalterno do serviço geral de machinas, iniciada no começo do anno passado. Nova orientação tambem tem sido dada a esse serviço, aproveitando-se o concurso que a Missão Naval tem dispensado á administração, com a sua grande experiencia.

Os quadros do pessoal subalterno vão sendo constituído, com os effectivos orçamentarios, nas diversas especialidades, á medida que se apura e selecciona a capacidade do pessoal para cada uma dellas.

Os conductores assumiram as responsabilidades das varias incumbencias, com attribuições perfeitamente determinadas sob a direcção geral dos officiaes. Diminuiu, assim, o numero destes a bordo e augmentou o daquelles, tal como se procede em todas as marinhas adeantadas.

A deficiencia numerica do pessoal accentuou-se, mas a administração espera, no corrente exercicio, lançar mão do voluntariado para supprir os claros do primeiro posto.

Quanto ao ensino, a Missão Naval, que havia salientado a vantagem da creação de uma Directoria Geral do Ensino, para superintender todas as Escolas de Marinha, concentrando sob a direcção de um chefe as actividades referentes á instrucção dos officiaes, inferiores e praças, reconsiderou a proposta, em vista de outras ponderadas razões, preferindo o systema anterior, onde eram autonomas a Escola Naval de Guerra e a Escola Naval, e subordinadas ás repartições que mais directamente cuidavam dos assumptos relativos ao pessoal, as Escolas Profissionaes e as de Aprendizes Marinheiros e Grumetes.

Permaneceu, então, a orientação administrativa anterior, com alteração somente quanto ás Escolas Profissionaes, agora sob a fiscalização da Directoria do Pessoal.

Com o systema adoptado, da fusão dos cursos de Marinha e Machinas, e em virtude da reorganização completa dos methodos de ensino até então adoptados na Escola Naval, é licito affirmar-se que nunca tiveram os aspirantes, sob o ponto de vista educativo e instructivo, maiores probabilidades de ingressar na vida pratica de bordo, com tantas circumstancias favoraveis de successo.

A continuação do mesmo regimen, que será aperfeiçoado quando professores e alumnos se adaptarem melhor aos novas

processos, elevará, por certo, o nível da cultura geral ministrada aos futuros officiaes.

Esquadra

Organizou-se o Commando em Chefe da Esquadra Brasileira, sujeito á fiscalização geral e á orientação superior do Estado Maior da Armada, pelo decreto n. 16.623, de 1º de outubro de 1924. Essa medida, que traduz o resultado de prolongadas experiencias nas mais acantadas marinhas do mundo, facilita os exercicios de conjuncto da esquadra e de cooperação das diversas armas auxiliares.

A esquadra ficou, em consequencia, assim composta: encouraçados *Minas Geraes*, *São Paulo* e *Floriano*; cruzadores ligeiros *Bahia*, *Rio Grande do Sul* e *Barroso*; contra-torpedeiros *Maranhão* e os 10 do typo *Pará*, servidos pelo "tender" *Belmonte*; submersiveis *F 1*, *F 3*, e *F 5*, com o "tender" *Ceará*; navios mineiros *Heitor Perdigão* e *Muniz Freire*, e auxiliares *Cuyabá*, *José Bonifácio* e *Novaes de Abreu*.

O navio-escola *Benjamin Constant* ainda presta serviços na instrução dos aspirantes da Escola Naval, tendo sahido regularmente com as ultimas turmas, completando-lhes o tirocinio escolar.

Os pequenos navios que constituem a flotilha do Amazonas envolveram-se nos acontecimentos sediciosos de Belém e Manáos. Suffocada a revolta, tão promptamente lá chegaram as forças do Governo, que já a encontraram limitada ao forte de Obidos e a essa ultima cidade, estacionam, presentemente, no porto de Belém, entregues aos concertos de que estão precisados.

A flotilha de Matto Grosso, comquanto desfalcada de material, prestou reaes serviços, não só para manter a ordem naquella longinqua região, mas tambem auxiliando o Exercito, em tudo que foi preciso, nos incertos dias após a fuga dos revoltosos de São Paulo. No momento, continúa a exercer vigilancia nos pontos estrategicos, afim de evitar possiveis correrias dos bandos desorganizados e remanescentes dos sediciosos.

Material fluctuante

O estado do material fluctuante da esquadra não soffreu alteração, no decurso do anno findo.

A Nação não tem mais duvidas sobre a precariedade dos elementos da nossa frota de combate, composta apenas dos encouraçados *Minas Geraes* e *São Paulo*, dos cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, estes em prolongados concertos, e dos onze contra-torpedeiros, cujo valor militar se acha consideravelmente reduzido.

A situação financeira do paiz continúa a protelar a renovação desse material, particularmente necessaria nas classes de cruzadores, torpedeiros e submarinos, justamente as de mais facil aquisição.

O vendaval de revolta, que passou pelo paiz nos ultimos seis mezes de 1924, veio confirmar a preponderancia da Marinha nas operações de guerra e nas communicações entre os Estados distantes, muitos dos quaes encontram no mar a unica via por onde possam aguardar as rapidas providencias do governo central para supprir-lhes as deficiencias de recursos proprios.

Será obra patriotica cuidar, portanto, de melhorar os serviços da esquadra, não poupando esforços para apresental-a em condições de satisfazer os fins justificativos da immensa despesa que sua manutenção acarreta para os cofres publicos.

O Governo se tem empenhado, dentro das verbas orçamentarias, em acudir aos pontos mais necessitados, já fazendo continuar as obras dos cruzadores "scouts" *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, já attendendo aos reparos mais urgentes em todos os outros navios, já tambem proseguindo nas construcções dos centros aeronauticos, do Rio de Janeiro, Santos e Santa Catharina, além de introduzir nos demais ramos da administração, que concorrem para a devida efficiencia da frota, as reformas aconselhadas pela evolução e pelos ensinamentos da grande guerra.

Quanto á substituição das unidades obsoletas e sem valor militar, por novas e modernas, como é do programma extremamente modesto da Marinha, segundo plano financeiro de aspecto que não se apresenta incompativel com as possibilidades do Thesouro, estendendo o praso de aquisição aos dez annos proximos, cabe ao Congresso Nacional estudar o assumpto com o desvelo que merece e se aguarda do seu comprovado patriotismo.

Esse programma cogita da aquisição das seguintes unidades para serem construidas, por partes, durante o periodo citado: 3 cruzadores, de 10.000 toneladas; 15 "destroyers", de 1.000 a 1.200 toneladas; 10 submarinos de cerca de 1.000 toneladas.

Aviação

Os serviços de aviação foram, como os demais das forças mobilizaveis, grandemente prejudicados com a situação anormal do paiz. Ainda assim, proseguiram as obras de construção dos centros do Rio de Janeiro, Santos e Santa Catharina. A Escola funcionou com a regularidade possivel e diversas flotilhas, com aparelhos isolados, deixaram a base da capita

da Republica, para cooperar com as forças da Marinha e do Exército na suffocação das rebeliões verificadas.

O auxilio prestado á marcha das operações, si não primou nos primeiros dias pela regularidade e presteza, tornou-se, por fim, de grande valor na exploração do campo adverso e policiamento do littoral.

No forte de Obidos, sua acção foi decisiva, permittindo obrigar a rendição do mesmo, antes que se empenhassem, como o iam fazer, os navios da divisão enviada com este fim, comboiando tropas do Exército.

A Directoria de Aeronauticá, creada pelo decreto n. 16.237, de 5 de dezembro de 1923, e regulamentada pelo decreto n. 16.600, de 17 de setembro do anno findo, teve provisoriamente suspensa a execução do regulamento, passando, por conveniencia da administração naval, os seus serviços para a jurisdição do Estado Maior da Armada.

Arsenal da Ilha das Cobras

Dentre as obras de vulto, que vem realizando o Governo, figura o Arsenal da Ilha das Cobras, cuja conclusão trará enorme beneficio para a Marinha, quer militar, quer mercante, e reaes vantagens para o desenvolvimento marítimo do paiz.

Luctamos com a falta de recursos financeiros para empreendimentos desta natureza. Trata-se da construcção de um grande dique, extensos caes, aterros custosos, edificios varios para as officinas e aquisição de machinismos modernos. Entretanto, durante todo o anno que findou, taes serviços não soffreram a menor interrupção, nem houve decrescimo na actividade empregada.

A montagem do caixão amovivel, iniciada em outubro de 1923, como já foi referido em Mensagem, terminou, proseguindo-se na do caixão amovivel grande e da ensaccadeira, já dispostos nos montões respectivos, adeantando-se, assim, o aparelhamento do caes Norte. A extensão dragada foi, por sua vez, de 200 metros, correspondendo ao volume de 100.086 metros cubicos.

Ao mesmo tempo, tiveram inicio, em outubro de 1924, os serviços preparatorios para construcção dos caválletes de cimento armado que deverão constituir a muralha de protecção no littoral Sul da ilha, continuando-se os trabalhos de aterro e enrocamento necessarios á terraplenagem do novo arsenal.

Quanto ao dique, procedeu-se á excavação de 31.200 metros cubicos de terra e rocha, na bacia, montando-se uma ensaccadeira provisoria, com estacas e pranchas de aço, que permite maior acceleração no serviço.

O abastecimento d'agua ao futuro arsenal está, por sua vez, em vias de conclusão, dependendo somente do assentamento de parte da tubulação, pois as cisternas do Regimento Naval e do Hospital de Marinha serão aproveitadas como reservatorios de distribuição.

Si as obras assim tiveram natural impulso, a sua continuação, conforme expuzemos em outro lugar desta Mensagem, offerece difficuldades financeiras, que o Governo tem procurado remediar.

Os aparelhos e materiaes empregados, que ficariam na quasi totalidade perdidos, no caso de paralização absoluta das obras, attingem valor superior a quarenta mil contos, já pagos, e com sacrificio, pelo Thesouro Nacional. Além disso, o Arsenal, quando prompto, produzirá renda apreciavel, capaz de diminuir os encargos do Thesouro e impedir a evasão de enormes sommas nos concertos e reparos dos navios, para os quaes ficará perfeitamente aparelhado, augmentando ainda a efficiencia dos serviços auxiliares, e finalmente, permittindo, em razoavel escala, o reinicio da construcção naval no paiz.

Pelos motivos expostos e apesar da redução do operariado ao minimo indispensavel á conservação de todo esse custoso material, está o Governo empenhado em defender os interesses superiores da Marinha e do Thesouro, neste empreendimento que, ha mais de 15 annos iniciado, precisa ter um fim á altura das necessidades da defesa nacional.

EXTERIOR

Relações internacionaes

O Brasil acha-se em paz e na melhor harmonia com todas as nações, continuando a cultivar com zelo todas as suas velhas relações de boa amizade.

É difficil, entretanto, manter o bom nome do paiz no exterior, e sustentar-lhe o prestigio, quando esse trabalho não é auxiliado, no interior, por um sentimento geral de patriotismo.

As insurreições contra o poder legalmente constituido trazem consigo, além de muitos outros males, a diminuição da figura internacional da nação. Provaram-n'o as injustificaveis revoltas militares destes ultimos tempos, dando margem ao surto dos mais incriveis e malevolos boatos em detrimento do credito nacional. É doloroso verificar que taes inverdades são muitas vezes espalhadas pelos proprios rebeldes, foragidos no estrangeiro, que não se pejam de collocar assim seus ephemeros rancores pessoaes acima dos superiores e permanentes interesses da Patria.

O Brasil na Liga das Nações e na politica Pan-Americana

O Governo brasileiro, por seus representantes e delegados technicos, continuou, durante o anno passado, a participar dos trabalhos da Liga das Nações.

Quaesquer imperfeições que, por ventura, a Liga ainda apresente não justificariam o abandono desse notavel aparelho, que já vem conseguindo intervir efficientemente na vida de relação dos povos civilizados, quando mais não seja, por meio de suas quatro modelares organizações technicas: Economica e Financeira, de Communicações e Transito, de Hygiene e de Cooperação Intellectual, ás quaes não tem faltado a collaboração activa e proveitosa de muitos Estados que não se acham ligados pelo Pacto do Tratado de Versailles.

De constituição ainda recente e sujeita ás contingencias do momento historico em que foi creada, a Liga das Nações tem procurado desempenhar com elevação sua alta missão de concordia internacional e, nesse proposito, está estendendo cada vez mais sua acção para o campo neutral das grandes obras humanitarias.

No dominio propriamente politico, a Liga procurou, durante o anno passado, elaborar um systema de arbitragem, de segurança e de redução de armamentos, que ainda não está sufficientemente perfeito para satisfazer a todas as condições do problema que se propõe resolver, mas que já patenteia os propositos pacifistas de um grande numero de Estados, em materia que affecta, tão directamente, os fóros de soberania de cada um d'elles.

O projecto de Pacto de garantía mutua que a Liga formulou e submetteu á apreciação dos Governos, chegou a recolher dezoito approvações, em principio, mas na 5ª Assembléa, em setembro ultimo, vieram a manifestar-se as difficuldades que as respostas de alguns Estados já faziam prevêr.

A Assembléa adoptou, por fim, uma resolução, apresentada pelas delegações da Grã-Bretanha e da França, em que se concita a Liga das Nações a "reforçar a solidariedade e a segurança das nações do mundo, resolvendo, por meios pacificos, todas as controversias susceptíveis de surgirem entre os Estados".

Baseando-se nessa recommendação, a Assembléa redigiu o Protocollo para solução pacifica dos conflictos internacionais e recommendou, unanimemente, sua adopção por parte dos Governos. Esse Protocollo, que tem por fim impedir as guerras, abrange um tal systema de arbitragem, que nenhuma controversia internacional, de ordem juridica ou politica, poderá escapar-lhe. Prevê, mesmo, uma cooperação militar, economica

e financeira que, dando aos Estados maior segurança, lhes permitta grande redução de armamentos.

O Protocollo reuniu logo dezeseite assignaturas, entre as quaes a do Brasil, que tem sempre acompanhado com particular interesse todas essas manifestações de pacifismo, concordantes com o dispositivo de sua Carta Constitucional e com o animo de seu povo.

Nesse mesmo proposito, a Liga já formulou um projecto de fiscalização do commercio de armas e munições, o qual será examinado em proxima conferencia internacional convocada para isso, e prepara outro projecto para a regulamentação da manufactura privada de armas, munições e material de guerra.

Foi, tambem, objecto de exame da Liga das Nações, no mesmo periodo, a codificação progressiva do Direito internacional. O Conselho nomeou, em dezembro ultimo, dezeseite internacionalistas, escolhidos de modo que a organização para o importante trabalho tenha representantes dos principaes systemas juridicos do mundo. O internacionalista sul-americano, designado para essa commissão, foi o illustre argentino, Professor Leon Suarez.

Os trabalhos da Commissão dos juriconsultos, reunida, em 1912, no Rio de Janeiro, conforme deliberou a Conferencia de Santiago e já vos demos noticia na Mensagem anterior, deviam ser recommçados, no corrente anno, nesta capital. Varios governos americanos apressaram-se em nomear seus delegados. Pareceu-nos, porém, desde o primeiro momento, imprescindível uma preparação preliminar e uma exacta combinação de programma, para não se repetir o que aconteceu em 1912. Não ha vantagem em se precipitar uma tarefa que é, de sua propria natureza, lenta e difficil.

O Bureau das Republicas Americanas, em Washington, tem prestado a esse magno assumpto a mais desvelada attenção e o Instituto de Direito Internacional Americano, em sua ultima reunião, ha dois mezes, em Havana, considerou exiguo o tempo para a preparação dos Projectos que lhe incumbia formular para a reunião da Commissão dos Juriconsultos, no Rio de Janeiro, em 1925.

Por seu lado, o ex-Secretario de Estado dos Estados Unidos, Sr. Charles Evans Hughes, na ultima sessão que presidiu do Conselho Director da União Pan-Americana, formulou importantes suggestões relativas á projectada codificação. Estas ainda não estão amplamente divulgadas, para estudo e apreciação dos diversos paizes e dos especialistas de direito internacional.

Sabemos que o seu auctor excluiu tudo o que se referia ás leis de guerra, convencido, como nós o estamos, de que, na

America, felizmente, não deve mais **existir** possibilidade de nenhum conflicto armado.

Accrescentaremos que essa possibilidade realmente desaparecerá, de todo, si os paizes, que formam o nosso grande Continente, ratificarem, conforme o Brasil, os Estados Unidos, Cuba, Guatemala e o Paraguay já o fizeram, a Convenção Gendra, ou Tratado para Evitar e Prevenir Conflictos, assignado, em Santiago, por occasião da 5ª Conferencia Pan-Americana.

Essa ratificação, feita por todas as Nações da America, antes da reunião da Comissão dos Jurisconsultos, no Rio de Janeiro, para estudar a Codificação do Direito Internacional, seria, por si só, a afirmação do maior empenho em realizar, sobre base solida, o importante trabalho commettido á alludida commissão.

A suggestão da União das Republicas Americanas, em Washington, é no sentido de se adiar, para 1926, a assembléa continental a reunir-se, na primavera deste anno, no Rio de Janeiro.

Haverá, assim, tempo para se estabelecer um programma meditado sobre a materia, cuja vastidão e complexidade a propria Liga das Nações reconheceu, quando preferiu tentar, em vez de uma codificação integral, uma codificação progressiva.

A circumstancia desse adiamento, que só pôde ser proficuo ao bom resultado da grande tarefa, nos permite repetir aqui o appello, que já fizemos a todas as nações americanas, mesmo ás tres que não estiveram presentes em Santiago, para que ratifiquem, tambem, aquelle Tratado e as demais Convenções alli assignadas.

O pan-americanismo e a politica de cordialidade e de cooperação das nações do Novo Mundo necessitam assumir expressões praticas e reaes, para se consolidarem em preceitos geraes aceitos por todos e fixados em Codigos, cuja elaboração racional e segura deve traduzir uma concordancia unanime e completa no sentido da paz, pelo direito e pela justiça.

Não terminaremos este capitulo sem accrescentar algumas informações a respeito da Liga, para cujo Conselho Executivo o Brasil foi, de novo, reeleito, cabendo ao Chefe da nossa Delegação, o Embaixador Afranio de Mello Franco, a honra de presidir á penultima reunião do mesmo Conselho, realizada em Roma.

O Governo italiano tinha apresentado o projecto de um Instituto internacional para unificação do Direito privado, que elle se propunha a manter em seu paiz.

A Assembléa, tomando conhecimento da proposta, convidou o Conselho a concluir com o Governo italiano, depois

de consultar os órgãos technicos competentes, todos os accordos para segurança da organização, existencia e funcionamento normal desse Instituto.

O projecto foi sujeito á apreciação da Comissão Permanente de cooperação intellectual da Liga e de um Comité de juristas composto de cinco membros do Comité para a codificação progressiva do Direito internacional, os quaes deverão ter em vista os ensinamentos offerecidos pelas diversas Conferencias, realizadas na Haya, sobre Direito internacional privado.

Não menos proveitoso resultou o trabalho realizado pela Liga das Nações, durante o anno passado, em outros ramos de sua actividade.

O Dr. Raul Fernandes foi um dos representantes do Brasil na 5ª Assembléa da Liga das Nações.

Conferencia Financeira Inter-alliada

Iniciou seus trabalhos em Paris, a 7 de janeiro ultimo, a Conferencia Financeira Inter-alliada, constituida de representantes dos seguintes paizes : Belgica, Estados Unidos da America, França, Grã-Bretanha, Grecia, Italia, Japão, Polonia, Portugal, Rumania, Servia-Croacia-Slavonia e Tchecoslovquia.

Seu objectivo era repartir, entre as Potencias ahi representadas, a receita escripturada ou a escripturar pela Comissão de Reparações, notadamente de 1º de janeiro de 1923 até 1º de setembro do anno passado, assim como durante os primeiros annos da applicação do Plano Dawes, que fôr objecto do Ajuste de Londres, de 30 de agosto do anno passado e que entrára em vigor a 1º de setembro do mesmo anno.

Coube ao Comité de Peritos, creado pelo Ajuste de Londres, preparar essa Conferencia Financeira, á que elle teria de apresentar, na primeira reunião, um detalhado relatorio de todos os seus trabalhos.

Esse relatorio não fazia referencia alguma ao Brasil, que não participára da Conferencia de Londres, creadora desse Comité de Peritos, segundo o Plano Dawes, apesar de ser participante de reparações, de accordo com a Parte VIII do Tratado de Versailles. E tanto era assim que, desde 1920, figurava na relação organizada pela Comissão de Reparações.

Demais, o Governo brasileiro tinha, em tempo, apresentado á primitiva Comissão de Reparações reclamações por danos causados pela Allemanha, posteriormente á entrada do Brasil na guerra e em conformidade com as estipulações dessa parte do Tratado de Versailles, reclamações que tinham sido, no devido tempo, arroladas, classificadas e

examinadas pelas diversas secções technicas dessa Commissão, e pela propria Commissão em sessões plenarias de que, diversas vezes, tinha participado a Delegação allemã.

O direito do Brasil a essas reclamações já estava, portanto, sufficientemente reconhecido e a Commissão já o tinha, assim, manifestado em diversos documentos dirigidos á Delegação brasileira. O convite feito, posteriormente, ao Brasil para tomar parte nessa Conferencia mostra quanto são legitimos os nossos titulos a participar de todas as reuniões promovidas com o objectivo de regular esse assumpto.

Representou o Governo, na referida Conferencia, o Embaixador Luiz de Souza Dantas.

A presença do representante do Brasil nessa Conferencia permittiu que as declarações do Governo brasileiro fossem formuladas em plenario da Conferencia e tomadas em consideração pelo Presidente, que accentuou terem, assim, ficado devidamente resalvados os direitos do Brasil.

Na sessão de encerramento da Conferencia, o representante do Brasil reproduziu suas allegações e fez reservas substanciaes, as quaes foram uma solemne affirmação de nossos direitos decorrentes da parte x do Tratado de Versailles e, mais especialmente, do art. 263 desse tratado.

Apezar de ser pequeno o total a que montam as reclamações do Brasil a titulo de reparações, em comparação com o dos paizes que mais soffreram com a guerra, nem por isso é menor o seu direito a uma percentagem qualquer na repartição da divida global da Allemanha.

Secundando esse argumento, de que, comparativamente, foram diminutos os danos soffridos pelo Brasil, é sempre repetida a allegação, tambem destituída de fundamento, de que o Brasil já teve o beneficio resultante da requisição dos navios allemães, quando, na verdade, essa requisição já foi, por um encontro de contas directo com a Allemanha, considerada como indemnização por prejuizos e danos causados por ella, antes da entrada do Brasil na guerra, e, portanto, sem relação alguma com as reclamações apresentadas, em tempo, á Commissão de Reparações.

Demais, esse caso dos navios allemães trata-se de um caso diverso dos outros, que a propria Commissão de Reparações já tinha reconhecido não ser competente para tratar d'elle.

O Governo brasileiro teve, no entanto, de rebater, novamente, toda a mesma serie de argumentos sem base, que não o deixaram participar da Conferencia de Londres, no anno passado, até que, por fim, veio a ser convidado para a Conferencia de Paris, conseguindo, por esse modo, firmar seu incontrastavel direito a participar das seguintes, nas quaes

será estudado mais attentamente o caso das reparações de pequeno vulto.

As reservas formuladas pelo representante do Brasil na Conferencia tiveram como principal objectivo realçar que ainda não tinha sido attribuida ao Brasil percentagem alguma, a titulo de reparações, devido, em parte, ao character global dos pagamentos impostos á Allemanha pelo Plano Dawes adoptado na Conferencia anterior, de Londres.

Sob esse ponto de vista, foi plenamente satisfatorio o resultado obtido pelo representante do Brasil, na recente Conferencia de Paris.

Essa reserva era, principalmente, motivada por não se ter ainda, attribuido percentagem alguma ao Brasil sobre as annuidades pagas pela Allemanha, em execução do Plano Dawes e destinadas a satisfazer todas as obrigações contrahidas pela Allemanha por titulos especiaes de divida, *ex vi* dos artigos 259, 263 e outros do Tratado de Versailles.

Apezar dos arts. 10 e 27 do Accordo de Paris terem declarado continuarem intactos todos os direitos e obrigações da Allemanha, resultantes dos tratados, convenções e ajustes, foi muito opportuna essa reserva feita pelo Brasil. Tanto assim que, depois do Presidente da Conferencia ter declarado que tal reserva constaria da Acta da sessão e que os direitos do Brasil ficariam plenamente resalvados, a Delegação americana julgou opportuno manifestar-se a respeito, por intermedio de um de seus illustres membros, o Sr. Logan. Este leu uma declaração de calorosa adhesão e sympathia ao ponto de vista brasileiro, a qual foi logo acompanhada pelas Delegações de Portugal, da Rumania e da Servia.

Demais, o Accordo de Paris não é definitivo. Terá, somente, a duração de quatro annos, e o Governo brasileiro conseguiu, por meio dessa reserva, salvaguardar seu direito a proseguir, directamente com a Allemanha, as negociações tendentes a obter reparação por danos causados antes da belligerancia e resguardar sua liberdade de acção no que concerne á execução, por parte da Allemanha, do art. 263 do Tratado de Versailles, referente ao pagamento da differença de cambio do valor do deposito de café.

Todos os nossos direitos ficaram, assim, sufficientemente definidos e resalvados.

Missão especial no Uruguay

A repercussão que vieram a ter no Rio Grande do Sul os acontecimentos de São Paulo levaram-nos a prestar particular attenção aos graves inconvenientes que apresentava a frequente incursão de rebeldes nas divisas meridionaes do paiz.

Resolvemos, então, nomear Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Missão Especial, junto ao Governo da Republica Oriental do Uruguay, o Deputado Federal Dr. Joaquim Thomaz Nabuco de Gouvêa.

Já eram, então, frequentes as reclamações por parte dos moradores das zonas mais proximas da fronteira, tanto de um lado, como de outro.

Examinadas todas as reclamações, com grande cordialidade e mutuo empenho de harmonizar legitimos interesses, veio a ser firmado, em Montevideo, a 14 de janeiro ultimo, um Protocolo em que o Ministro do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Uruguay consignaram o resultado das conferencias havidas.

Congratulando-se pela harmonia de vistas patenteada no decurso dessas conferencias e reconhecendo que a melhor realização de tão amistosos propositos depende, tambem, de que se assegure a mais estrita reciprocidade de conducta, assim como de que se estabeleçam para isso preceitos claros e fixos, concordaram o Brasil e o Uruguay em celebrar, dentro do mais breve prazo possivel, um Convenio no qual, além de se affirmarem as regras a que as auctoridades de cada um delles deveriam ajustar seu proceder nos casos de alteração da ordem interna do outro Estado, se determinasse quando e sob que forma cada Governo deveria proceder á internação dos chefes rebeldes e á concentraçao de forças revolucionarias que se encontrassem na zona fronteiriça.

Tal Convenio obedece a preceitos já consagrados sobre policia de fronteira, em caso de perturbação da ordem interna ou externa que affecte ás zonas limitrophes; estabelece normas de proceder para as auctoridades da região vizinha ameaçada ou invadida; determina como proceder com as forças rebeldes internadas e regula a assistencia aos feridos e foragidos, tudo em obediencia a nobres principios humanitarios e a regras de boa vizinhança e absoluta neutralidade.

Em breve, teremos a honra de submeter á vossa apreciação esse acto diplomatico que regula definitivamente assumpto de tanta relevancia.

Centenario da Batalha de Ayacucho

Nosso grande empenho em que o Governo brasileiro se fizesse bem representar nas grandes solemnidades realizadas no Perú, em dezembro do anno passado, em commemoração do primeiro centenario da batalha de Ayacucho, levou-nos a mandar a Lima uma Embaixada Especial, cuja chefia confiámos ao Deputado Federal Dr. José Benifacio de Andrade e Silva.

As relações de boa amizade e cordial intelligencia, que unem a nação brasileira á nobre nação peruana, e a grandeza do feito historico a ser commemorado assim o exigiam. E temos a satisfação de participar-vos que a nossa representação desempenhou, cabalmente, suas altas funções, tendo occasião de receber do Governo e do povo peruano inequivocas provas de grande apreço e particular sympathia.

No dia 9 de dezembro, que fôra considerado, por decreto, feriado nacional no Brasil, em homenagem ao grande feito militar de Ayacucho, fomos á Legação do Perú, nesta Capital, para manifestar, pessoalmente ao Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario desse paiz vizinho e amigo, Dr. Victor Maurtua, a jubilosa participação do povo brasileiro e de seu Governo nas grandes solemnidades que o Perú estava a celebrar em commemoração do primeiro centenario dessa grande data historica da America.

Outras Missões especiaes

Por occasião da posse do novo Presidente da Republica do Paraguay, Sr. Eligio Oyala, o Governo brasileiro deu ao nosso Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Assumpção credenciaes que o acreditaram no character de Embaixador em Missão Especial, para o effeito de comparecer áquella solemnidade. Com este acto quizemos dar uma prova da amizade que consagramos á nobre nação paraguaya, significar o grande apreço pessoal em que temos o seu illustre Presidente assim como o interesse que nos despertam sempre todas as felizes manifestações de ventura e prosperidade desse paiz vizinho e amigo.

Por esse tempo, tambem acreditámos no mesmo character de Embaixador em Missão Especial o nosso Ministro em Quito, para o effeito de comparecer á solemnidade da posse do novo Presidente da Republica do Equador, Sr. Gonzalo Cordova. Procurámos manifestar, por esse modo, a grande satisfação que o Governo brasileiro tinha por um tão auspicioso acontecimento politico desse nobre paiz amigo.

Tivemos, igualmente, occasião de acreditar em Missão Especial o nosso Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Mexico, para o effeito de nos representar nas solemnidades a realizarem-se por occasião da posse do novo Presidente da Republica, General Plutarco Elias Calles. Os fortes e cada vez mais estreitos laços de amizade que nos ligam ao Mexico levaram-nos a procurar esse meio de manifestar o Governo brasileiro a particular satisfação que lhe causava esse grande acontecimento politico e os votos que constantemente fazemos pela ventura e pela prosperidade do Mexico.

Hospedes illustres

É-nos muito grato participar-vos que o Governo continúa a receber e hospedar, cercando-as das maiores atenções, todas as personalidades estrangeiras de grande destaque, que procuram o nosso Paiz.

— Em março ultimo, tivemos a honra e o prazer da visita do Sr. Arturo Alessandri, Presidente da Republica do Chile. S. Excia. aceitou a hospedagem que lhe offerecemos nesta capital e foi, durante sua curta permanencia no Brasil, cercado sempre de todas as honras de Chefe de Estado e de muito particulares homenagens, não só por parte do Governo, como do povo brasileiro, que fez ao Presidente da grande Nação irmã o mais entusiastico acolhimento.

— Razões de ordem publica impediram que esta Capital fosse honrada com a presença de S. A. o Principe Humberto, da Italia. Teve, no entanto, Sua Alteza occasião de visitar, em setembro do anno passado, a capital do Estado da Bahia, onde permaneceu alguns dias, sempre cercado de todas as deferencias devidas á sua alta dignidade de Principe Herdeiro do Reino da Italia e justificadas pelos laços de amizade que ligam os nossos dois povos, cumprindo assignalar a grande sympathia pessoal que o nosso illustre hospede despertou nos brasileiros, deixando-nos felizes recordações.

Determinámos, então, que o couraçado *São Paulo* levasse á Bahia o Ministro das Relações Exteriores, que ahi foi, especialmente, apresentar á Sua Alteza as homenagens do Governo.

Por ultimo, folgamos em registrar aqui um agradecimento muito especial ao valioso concurso que o Governador da Bahia nos prestou nessa occasião.

— Em novembro do anno passado, estiveram, nesta Capital e em São Paulo, os Srs. R. Enright, Chefe da Policia de Nova York, e James John Davis, Secretario do Trabalho dos Estados Unidos da America, os quaes foram cercados das atenções devidas aos seus altos cargos.

— Em janeiro deste anno, tivemos a satisfação de receber a visita de outro illustre cidadão norte-americano, o General John Pershing, que veio a bordo do couraçado *Utah*, dos Estados Unidos da America. S. Excia. foi alvo das maiores deferencias por parte do Governo e da sociedade brasileira e teve ensejo de receber expressivas manifestações do nosso grande apreço.

— Também em janeiro tivemos o prazer de acolher, por algumas horas, o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguay, Dr. Juan Carlos Blanco, quando passou pelo porto desta Capital, a caminho de seu paiz. O Governo prestou a esse illustre hospede todas as homenagens.

— Devemos uma referencia especial á gentileza de Sua Majestade Britannica mandando ao Rio de Janeiro uma divisão de sua Armada, na occasião em que commemoravamos o anniversario de nossa Independencia. Commandava essa Divisão o Almirante Brand e compunham-na os cruzadores ligeiros *Delhi*, *Dragon*, *Danae*, *Dauntless* e *War Sudra*. Um contingente dessa força naval tomou parte no desfile militar com que festejámos a grande data.

Temos tanto maior prazer em registrar essa cortezia da nobre Nação amiga quanto queremos lembrar que, si o anno de 1922 foi o do Centenario de nossa Independencia, o de 1925 é, na verdade, o do centenario da consolidação definitiva de nossa emancipação politica, pela terminação completa das luctas, a que ella dera logar, e pelo final reconhecimento da mesma por parte do Rei de Portugal, D. João VI, graças aos bons officios do grande Canning, que confiou essa delicada missão a Sir Charles Stwart, o habil negociador do Tratado de 29 de agosto.

— Participaram das festas commemorativas da proclamação da Republica, em 15 de novembro do anno passado, o navio escola da Marinha de Guerra Argentina, *Presidente Sarmiento*, e o cruzador da Marinha de Guerra Uruguaya, *Montevideo*. Á officialidade e á marinagem desses dois vasos de guerra foram dadas pelo povo e pelo Governo altas provas de apreço, de que participaram, fraternalmente, seus companheiros de armas de nossa Marinha de Guerra.

Somos muito gratos á manifestação de amizade com que nos distinguiram, naquella data, as duas nações vizinhas.

Fronteiras do Brasil

É conveniente chamar, de novo, a vossa esclarecida atenção para as condições em que ainda se acha a nossa linha de fronteiras.

Essa linha, que tem um desenvolvimento de mais de onze mil kilometros, não está devidamente definida, pois que, em alguns pontos, ainda não foi demarcada.

O facto de ainda termos regiões fronteiriças indivisas não é culpa do Governo brasileiro, que prestou sempre grande atenção a esse problema, mas resulta de uma serie de circunstancias bem particulares, que nem sempre está ao nosso alcance demover convenientemente.

A solução de cada litigio de nossas fronteiras depende do animo em que esteja o Governo do paiz limitrophe, e o recente resultado, sobre limites com a Colombia, a que chegámos em Washington, e de que trataremos, especialmente, adiante, mostra bem quanto é, ás vezes, difficil encontrar

solução para questões territoriaes que, na apparencia, nenhuma difficuldade revelam.

Cumpré, portanto, que o Governo esteja sempre muito attento ás variações desse problema e que nunca o deixe sem meios para realizar, logo que fôr possível, a demarcação de cada um desses grandes trechos de fronteira, ainda não caracterizados definitivamente no terreno, por meio de marcos.

Limites com a Colombia

Em 24 de março de 1922, o Perú e a Colombia celebraram um Tratado de Limites, em virtude do qual a Colombia viria a ter o dominio dos territorios situados ao occidente da linha divisoria Apaporis-Tabatinga, linha esta fixada entre o Brasil e o Perú, em 1851, e demarcada em 1874.

Em o Tratado de Limites concluido pelo Brasil e pela Colombia, em 1907, esta ultima reservou-se a faculdade de discutir connosco as suas antigas pretenções ao oriente brasileiro da referida linha de fronteira, na hypothese de vir a ter ganho de causa no seu velho litigio com o Perú, referente ao dominio da parte occidental da mesma linha. Nêssas condições, o Tratado celebrado entre o Perú e a Colombia, em 1922, conjugado com o Tratado concluido pelo Brasil e pela Colombia, em 1907, vinha alterar uma velha situação adquirida, do Brasil, collocando sobre a mesa das negociações diplomaticas uma parte de nossa fronteira, creando-nos, assim, uma questão de limites.

Informado o actual Governo do Brasil, desde o inicio de sua administração, dêsse Tratado que os dois paizes vizinhos e amigos acabavam de firmar, julgou necessario e urgente, em defesa do interesse brasileiro ameaçado, fazer, a respeito, umas ponderações amistosas ao Governo do Perú. Assim agindo, o Brasil, seguro de seu direito, não se insurgia contra uma situação futura, por elle admittida em um tratado solemne. Somente, essa situação futura só poderia ser creada por alguma decisão de ordem juridica, e não estabelecida por um tratado que é, não raro, apenas uma combinação de interesses.

A ininterrupta e já secular cordialidade de nossas relações com o Perú e o proceder de seu nobre Governo em outros casos com o Brasil constituíam uma sólida segurança de que as ponderações do Governo brasileiro seriam recebidas e examinadas em Lima, como effectivamente foram, com a mais perfeita isenção de animo.

Havendo tido esse assumpto de limites uma repercussão em Washington, julgou tambem o Governo do Brasil conveniente expôr ao Governo americano o ponto de vista brasileiro. Os tres paizes interessados vieram, então, a comprehender

que os bons officios de uma prestigiosa nação amiga, como os Estados Unidos, poderiam conduzir todos a uma solução satisfatoria. Lucrava muito com isso a bôa causa da concordia e da fraternidade continental. As negociações proseguiram, já então em Washington e a Colombia, animada do mais alto espirito de harmonia e de cordialidade, veio a formular, por intermedio dos Estados Unidos da America, propostas tendentes a um entendimento com o Brasil, que facilitasse a aprovação e ratificação de seu tratado com o Perú. Nasceu, assim, a base de uma proposta conjuncta que o Secretario de Estado, Sr. Charles Evans Hughes, agindo como mediador, poudé submeter á apreciação dos tres paizes interessados. Essa proposta, elaborada dentro do espirito da mais ampla harmonia, foi acceita por todos e, em 4 de março ultimo, os representantes diplomaticos dos tres paizes em Washington firmaram uma acta do entendimento a que tinham chegado, em nome de seus respectivos Governos.

Ficou, assim, consignado que o Brasil retiraria, como retirou, as amistosas ponderações que apresentára sobre o Tratado de 24 de março de 1922, celebrado entre o Perú e a Colombia, desde que o Perú tomasse, como realmente tomou, o compromisso de não ajustar seus limites com a Colombia sem o previo reconhecimento da linha Apaporis-Tabatinga, tal como está descripta pelo Tratado de 1851, e, por consequente, o dominio brasileiro ao oriente dessa linha. Ficou, mais, estabelecido que, si a Colombia viesse a acceitar a referida linha divisoria, o Brasil se apressaria em firmar com ella um tratado, dando-lhe, á perpetuidade, livre navegação no Amazonas e outros rios communs a ambos os paizes.

A Colombia, por sua vez, declarou que, no caso do Tratado de 1922 ser approved e ratificado, concluiria immediatamente um tratado com o Brasil, reconhecendo a linha Apaporis-Tabatinga, desde que o Brasil lhe dêsse livre navegação perpetua no Amazonas e outros rios communs aos dois paizes.

Por fim, o signatario por parte do Perú declarou que seu Governo daria conhecimento dessa acta ao Congresso Peruano, recommendando-lhe a aprovação do Tratado de 1922.

Chegaram, assim, a um feliz entendimento os tres paizes vizinhos e amigos, por mediação do Governo dos Estados Unidos da America, representado pelo Sr. Charles E. Hughes, então Secretario de Estado.

Por esse entendimento, o Brasil mantém definitivamente uma velha situação adquirida e evita uma futura questão de limites, sendo que a livre navegação no Amazonas, que nos compromettemos a outorgar, constituia já um principio consagrado pelo Brasil em todos os pactos celebrados com os paizes vizinhos ribeirinhos do Amazonas e de seus affluentes.

O Governo do Brasil não deve occultar, e o faz com especial agrado, que o feliz resultado dessas negociações foi devido, não só ao alto e seguro espirito diplomatico do Sr. Charles Evans Hughes, como tambem ao espirito de verdadeira cordialidade que nem um só momento deixou de animar os tres paizes interessados, revelando, em alto gráo, como tem progredido a noção da solidariedade, que deve constituir a base da politica do Continente em que vivemos.

Limites com a Guyana Ingleza

Em novembro de 1901, o Brasil e a Grã-Bretanha chegaram, por fim, a firmar tratado, submettendo ao juizo arbitral de S. M. o Rei de Italia a questão de limites, que vinham sustentando, desde 1842, quando accordaram em neutralizar uma parte do territorio em litigio entre o Brasil e a Guyana Ingleza.

Na mesma data, os dois Governos firmaram uma declaração adicional a esse tratado, descrevendo toda a linha limitrophe na parte da região fronteira que não era litigiosa.

Como sabeis, o laudo arbitral sobre essa questão, proferido em junho de 1904, fixou uma linha de fronteira através do territorio em litigio, mas contém um erro geographico, segundo verificações no terreno, feitas por ordem do Governo britannico, erro que deixou indecisos cerca de vinte kilometros de nossa região fronteira com a Guyana Ingleza.

O extremo septentrional da linha fixada pelo laudo de 1904 é o Monte Yakontipú, restando, portanto, que se delimite a região desse ponto para oéste, até o marco do extremo meridional da fronteira entre essa Guyana e a Venezuela, na serra Roraima, e ponto de convergencia das tres fronteiras.

O Governo britannico solicitou a attenção do Governo brasileiro para esse erro, que fôra motivado pela supposição de que o rio Cotingo nascesse no monte Yakontipú, quando na verdade, nasce na serra Roraima.

Em 1911, o Governo brasileiro submetteu ao exame do Governo britannico um projecto de Convenção fixando limites nesse trecho de fronteira, de modo a resalvar as cabeceiras do Cotingo, e um projecto de tratado geral de limites, que abrangia as estipulações dessa convenção, do laudo arbitral e da declaração de 1901, definindo-se, assim, toda a nossa linha de fronteira com a Guyana Ingleza.

O Governo britannico já tinha dado plenos poderes a seu representante diplomatico no Rio de Janeiro para firmar esses dois pactos, redigidos pelo Barão do Rio Branco, quando julgou ainda conveniente formular algumas emendas em ambos, como resultado de observações que mandára fazer no terreno e no intuito de evitar uma duvida e de fazer uma correcção,

de que, aliás, resultaria um ligeiro accrescimento de territorio para o Brasil.

O Barão do Rio Branco veio a fallecer dias antes da Legação Britannica no Rio de Janeiro transmittir ao Governo brasileiro o teor das emendas propostas por seu Governo e, desde então, essas negociações, já tão bem encaminhadas, ficaram interrompidas.

Esperamos, no corrente anno, poder reencetá-las.

É urgente a fixação de toda a nossa extensa linha de fronteira com a Guyana Ingleza, para ficarmos habilitados a demarcal-a.

Limites com a Bolivia

Já tivemos occasião de lembrar-vos que a demarcação dos limites entre o Brasil e a Bolivia, segundo o Tratado de Petropolis, ainda não estava completa, por terem surgido algumas difficuldades para se realizar, no terreno, a linha de fronteira, tal qual é descripta nesse tratado.

Essas difficuldades, que a Commissão Mixta Demarcadora não tinha auctoridade para solver, por dizerem respeito á letra do tratado, a que estava adstricta em seus trabalhos, letra que não condizia com a exacta situação de certos accidentes geographicos, foram estudadas minuciosamente pelas duas Commissões, brasileira e boliviana, formadoras da Commissão Mixta, e submettidas á consideração de seus respectivos Governos.

Os dois Governos preferiram, no emtanto, suscar, por tempo indeterminado, os trabalhos dessa Commissão, em consequencia da guerra que acabava de irromper na Europa, adiando, assim, a solução dessas difficuldades, que eram: uma em relação á nascente verdadeira do rio Verde, na região de Matto Grosso, e outra relativa á linha de demarcação entre o Rapiirran e o Arroio Bahia, na região do Acre.

O assumpto já foi devidamente estudado e o Governo aguarda resposta ao Memorandum que o Ministerio das Relações Exteriores apresentou á Legação da Bolivia, nesta Capital, a respeito do trecho a demarcar na região acreana, para tambem submeter á sua apreciação mais dois: um sobre o trecho da fronteira em Matto Grosso e outro sobre a definitiva partilha de ilhas do Madeira, na parte em que esse rio é seguido pela linha limitrophe entre os dois paizes.

Reunindo, desse modo, os tres casos ainda pendentes de solução, para que seja, por fim, demarcada toda a fronteira estabelecida pelo tratado de 1903, ficam os dois Governos habilitados a resolver-os mais facilmente. Essas pequenas difficuldades, que os demarcadores encontram quasi sempre, só podem ser, na maioria dos casos, solvidas por meio de

compensações equitativas de terreno nas regiões limitrophes e dizem respeito a areas tão pequenas, ás vezes, que nem podem figurar nas cartas de conjuncto da Commissão Mixta, embora necessarias á rigorosa definição geodesica da linha de fronteira.

Esperamos que, no corrente anno, essas pequenas difficuldades sejam definitivamente solvidas.

Limites com o Perú

Proseguiram, com grande aproveitamento, durante o anno passado, os trabalhos de campo e de escriptorio da Commissão Mixta de Limites Brasileiro-Peruana, organizada em virtude do Tratado de 8 de setembro de 1909, que completou a determinação da fronteira entre os dois paizes.

Reunidas em Belém do Pará, a 29 de março do anno passado, as duas commissões, brasileira e peruana, deram inicio a seus trabalhos, estabelecendo as condições a serem observadas na determinação da nascente principal dos rios fronteiricos, em que iriam operar as quatro sub-commissões então organizadas pela Commissão Mixta.

A excessiva e imprevista vasante dos rios, que servem de meio de comunicação com a região da fronteira a demarcar, embaraçou bastante os trabalhos de campo da Commissão Mixta, mas não chegou a impedir que fossem, por fim, realizados proveitosamente.

Foi, assim, ultimada a difficil demarcação dos dois divisores de aguas entre o Purús e o Embira, tributario do Juruá, e entre os da bacia deste rio que correm para Oeste e para o Norte, de modo a ficarem do lado do Brasil as aguas do Tauruacá e do Embira e, do lado do Perú, as do Piqueyaco e do Tauruacá.

Foi demarcado todo o rio Breu e o paralelo da foz desse rio até sua intersecção com o Amonea, affluente do Juruá.

Só está, portanto, ainda dependendo de demarcação o trecho de fronteira que vai do *divortium aquarum* Ucayale-Juruá até a nascente principal do rio Javary.

Os levantamentos realizados pela Commissão Mixta, até o fim do anno passado, elevam-se a cerca de 2.300 kilometros.

A fronteira demarcada, entre a nascente do Santa Rosa e a intersecção do paralelo da foz do Breu com o rio Amonea, contém 19 marcos, dos quaes seis inaugurados em 1923 e 13, no anno passado.

O trecho de fronteira a demarcar é de cerca de 350 kilometros, mas não apresenta, felizmente, as grandes difficuldades técnicas que o trecho já demarcado offereceu. É de esperar, portanto, que, no anno corrente, os trabalhos da Commissão Mixta sejam activados, aproveitando-se convenientemente a circumstancia do Governo peruano ter augmentado

o numero de membros de sua commissão. Esta tem sempre operado com a nossa na melhor harmonia pessoal e perfeito accordo profissional, facilitando-se, assim, o bom andamento dos trabalhos.

Limites com o Uruguay

Tiveram regular andamento, durante o anno passado, os trabalhos da Commissão Mixta de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasileiro-Uruguaya, apesar das perturbações causadas, desde outubro, pelos acontecimentos militares a que nos temos referido.

Proseguiram, no entanto, sem maiores difficuldades os trabalhos de triangulação geodesica da zona limitrophe e do respectivo levantamento topographico, em uma faixa de tres kilometros para cada lado da fronteira, ambos na direcção de Sant'Anna do Livramento.

A Commissão fez, mais, o reconhecimento e a construcção de signaes e terminou o deslinde da demarcação de uma faixa de fronteira, entre a cidade brasileira de Sant'Anna do Livramento e a cidade uruguaya de Rivera, em cumprimento do que fôra accordado pelos dois Governos, brasileiro e uruguayo, louvando-se em uma proposta feita pelos Delegados-Chefes de suas respectivas commissões.

Para isso, foi preciso demolirem-se mais de quarenta construcções, que estavam dentro da faixa de fronteira a ser caracterizada, e recuarem-se os muros de oito terrenos, construindo-se, então, ao longo da linha de fronteira, fixada ao centro dessa faixa, onze marcos e tres signaes immersos, ficando estes em pontos de grande transito de vehiculos, na via publica que liga as duas cidades fronteiriças.

Os trabalhos de escriptorio proseguiram com a mesma regularidade e a Commissão Mixta pôde conferir as operações de campo e combinar o methodo e as regras a adoptar para o traçado graphico da carta commum da fronteira caracterizada.

Como já tivemos occasião de vos informar, os editaes de concurrencia para a construcção da ponte internacional sobre o rio Jaguarão, obra que será levada a effeito em virtude de estipulações do Tratado de 22 de julho de 1918, entre o Brasil e o Uruguay, começaram a ter publicidade, no Rio de Janeiro e em Montevideo, a 2 de abril do anno passado, abrindo um prazo de quatro mezes para o recebimento de propostas.

Julgámos, depois, conveniente que o Governo brasileiro propuzesse ao do Uruguay a prorogação desse prazo e os

dois Governos vieram a accordar que, em vez de findar a 2 de agosto, elle fosse dilatado até 15 de setembro.

Nessa data, reunida em Montevideo a Commissão Mixta executora do tratado acima referido, receberam-se cinco propostas, as quaes foram devidamente examinadas, tendo-se verificado que nem todas satisfaziam bem a certas clausulas do edital.

Os dois Governos, louvando-se no parecer de seus respectivos Altos Commissarios, preferiram annullar a concorrência e publicar novos editaes, em identicas condições, a partir do dia 14 de março ultimo, e durante o prazo de tres mezes.

Commissão Ferro-viaria Transcontinental

Para attender a resoluções votadas na 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, sobre a Estrada de Ferro Pan-americana, de que se occupou, tambem, o Congresso de Engenharia, realizado nesta Capital, em setembro de 1922, e dar, assim, proseguimento ao programma ferro-viario brasileiro, iniciado com a construcção da E. F. Noroeste do Brasil, decidimos applicar os creditos, que julgastes conveniente dar ao Governo para esse fim, em trabalhos preliminares de estradas de ferro na região fronteira com a Bolivia.

Os estudos feitos no terreno pelo Professor Luiz E. Bousquet, durante suas viagens de 1921 a 1923, através da Bolivia, desde La Paz ás margens do Paraguay, serviram para verificação das condições topographicas das regiões preferiveis para o prolongamento da E. F. Noroeste do Brasil, até Santa Cruz de la Sierra, no este boliviano, já bem perto dos Andes, a uns seiscentos e noventa kilometros de Porto Esperança, actual ponta dos trilhos da Noroeste, á margem esquerda do Paraguay e a mil setecentos e noventa kilometros do porto de Santos.

Com esses elementos, pareceu-nos opportuno organizar uma comissão de estudos, sob a chefia desse mesmo professor.

As más condições dessa baixa região, desprovida de agua potavel, quasi deshabitada e sem recurso algum, tornaram muito difficil o aparelhamento da Commissão e o alliciamento de trabalhadores, que viessem auxiliar o pessoal technico em tão arduos trabalhos.

As inundações periodicas dos pantanos do rio Paraguay, tornando certos trechos quasi intransponiveis e muito insalubres, levaram a Commissão a organizar um serviço prophylactico e sanitario sob a orientação do Instituto Oswaldo Cruz.

Os relatorios e graphicos, reunidos pela Commissão nos

archivos dos Ministerios do Exterior, da Viação, da Marinha e da Guerra, e do Club de Engenharia, bem como os de grande valor que o Professor Bousquet trouxera da Bolivia, permittiram, logo, conclusões, que reduziram de muito as tentativas a emprehender, fixando a directriz geral dos estudos no rumo 53° N. O., que, partindo de Porto Esperança, vae em direcção das cercanias de Sant'Ana, pequeno povoado na Bolivia, a uns cento e oitenta kilometros além do rio Paraguay.

Iniciado, em dezembro, o levantamento, segundo essa directriz, e estudadas as variantes que as condições topographicas do terreno apresentam, já foram levantados mais de 60 kms. até quasi a fronteira boliviana, além de outros levantamentos que se fizeram no intuito de se alcançar esse ponto, através região mais adequada a trabalhos ferro-viarios.

O Governo procura, assim, estudar o melhor meio de ligar a rede ferrea do Brasil á da Bolivia, o que importará em fazer a ligação das estradas de ferro brasileiras, tambem, com as peruanas, chilenas e argentinas, realizando, no sul do continente, a grande obra a que se propõe a projectada Estrada de Ferro Pan-Americana e satisfazendo, ao mesmo tempo, muito legitimos desejos manifestados pelo Governo boliviano, de approximar o seu grande centro de cultura do este boliviano, Santa Cruz de la Sierra, da margem do rio Paraguay, onde já chegaram os trilhos da Noroeste do Brasil.

6ª Conferencia Internacional do Trabalho

Reuniu-se, em Genebra, de 1º de junho a 5 de julho do anno passado, a 6ª Conferencia Internacional do Trabalho, na qual participou o Brasil, tomando os nossos representantes parte activa nos debates.

As periodicas reuniões dessa Conferencia, estabelecida pelo art. 400, parte XIII, do Tratado de Versailles, têm despertado crescente interesse.

Parte da materia estudada não teve interesse para a delegação do Brasil, por se referir á adopção de leis e regulamentos já incorporados á legislação nacional, como sejam a egualdade de tratamento entre trabalhadores nacionaes e estrangeiros e o regimen de oito horas.

O grave problema da lucta contra a falta de trabalho, que se observa em alguns paizes industriaes da Europa, cujos desoccupados já se avaliam em treze milhões, tem interessado muito a Organização Internacional do Trabalho, da Liga das Nações, que procura dar-lhe solução definitiva, tendo, para isso, a collaboração da Organização Economica e Financeira, da mesma Liga.

Infelizmente, o assumpto foi muito debatido na Confe-

rencia, mas não alcançou solução. Parece que a solução natural seria encaminhar para os paizes immigratorios e de salario remunerador, como o Brasil, esses operarios sem trabalho, comtanto que elles viessem sem outro compromisso official de nossa parte, além da garantia e da protecção muito liberalmente asseguradas pelas leis do paiz.

Conferencia Internacional de Emigração e Imigração de Roma

Reuniu-se, em maio do anno passado, na cidade de Roma, a Conferencia Internacional, convocada pelo Governo italiano, para estudar, sob o ponto de vista exclusivamente technico, varios problemas attinentes ao estabelecimento de principios e á fixação de criterios sobre emigração e imigração, como bases para a negociação de convenções bi-lateraes a esse respeito.

O Governo brasileiro fez-se representar por uma delegação presidida pelo Dr. James Darcy.

Coube ao Chefe da Delegação Brasileira presidir aos trabalhos da 3ª Comissão, que devia estudar os problemas relativos á adaptação da mão de obra estrangeira ás condições dos paizes de imigração e á collaboração technica entre os serviços dos paizes de emigração e de imigração.

A Conferencia adoptou uma resolução incitando os paizes interessados a uniformizarem suas disposições sanitarias sobre emigração e imigração, visando a preparação de um codigo sanitario internacional de emigração, além de outras relativas á protecção dos emigrantes quanto a transporte ferro-viario e maritimo, e medidas tendentes a ministrar aos emigrantes noções elementares de asseio pessoal e hygiene domestica, tendo recusado a proposta italiana sobre intervenção de inspectores sanitarios a bordo de navios estrangeiros.

A Conferencia recommendou a installação de asylos e hospedarias de emigrantes e immigrants e adoptou, tambem, as resoluções propostas pela Comissão Consultiva da Liga das Nações para a repressão do trafico de mulheres e creanças e prohibição de alliciamento de emigrantes, regulando, em projecto, a collaboração entre os serviços technicos dos diversos paizes interessados, dispondo sobre o recrutamento colectivo de emigrantes e adoptando principios muito debatidos, que provocaram bastantes abstenções, attinentes á constituição de um Estatuto do Emigrante.

Esses informes bastam para patentear que a Conferencia mais cuidou de zelar pelo emigrante do que de acautelar os interesses dos paizes immigratorios, que não podem nem devem crear para os trabalhadores immigrants uma situação privilegiada, que os torne, de qualquer sorte, mais protegidos do que o trabalhador nacional.

É claro que um paiz cujas culturas agricolas facilitem a entrada de trabalhadores adventicios, que voltam ao paiz de origem mal recolhem o producto da colheita do anno, precisará adoptar medidas que, entretanto, não têm applicação no Brasil, cujas culturas, mais difficeis, exigem continuo trabalho do agricultor.

O problema immigratorio no Brasil é, portanto, sempre de facil resolução, desde que os paizes emigratorios não tentem estender a protecção aos seus nacionaes além da justa medida que a bôa doutrina do Direito internacional consagra.

As resoluções, declarações e votos formulados pela recente Conferencia de Roma contêm principios, mais ou menos explicitamente formulados, que visam, de certo modo, a legislação dos paizes immigratorios. Isso explica o grande numero de abstenções registradas, quando os assumptos debatidos na Conferencia foram sujeitos a votação em plenario.

A politica do Governo brasileiro em materia de imigração ainda não soffreu alteração alguma, desde seu inicio, e nada aconselha a que mude, agora, sua directriz.

As possibilidades do Brasil são innumerables, em todos os ramos da actividade humana; as leis brasileiras consagram os mais nobres e adeantados principios de Direito e devem bastar aos que vierem coöperar connosco no nosso progresso.

7ª Conferencia Sanitaria Pan-Americana

Reuniu-se, em Havana, de 5 a 15 de novembro do anno passado, pela setima vez, a Conferencia Sanitaria Pan-Americana, de cujos trabalhos têm, sempre, participado representantes do Brasil.

Compareceram a essa Conferencia delegações de 18 paizes, além do representante da Officina Sanitaria Pan-Americana, de Washington, e de um delegado da Secção de Hygiene da Liga das Nações.

A Conferencia tratou, principalmente, dos seguintes assumptos, todos de grande interesse: codigo sanitario, estudo das doenças endemicas e epidemicas, questões de hygiene social e drogas e alimentos.

Foram objecto de consideração a lucta contra a tuberculose, experiencias prophylacticas contra o impaludismo e investigações sobre a anquilostomiasse, tendo sido discutido e adoptado um Codigo Maritimo Sanitario Internacional, cujo projecto fôra submettido á Conferencia pela Officina Sanitaria Pan-Americana, de Washington, em obediencia a uma Recommendação da 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile.

Os representantes do Brasil tomaram parte activa na discussão, no sentido de harmonizar esse projecto com a legislação brasileira correspondente e que, na verdade, consagra os mais adeantados principios sobre o assumpto.

Despertaram grande interesse as memorias, relatorios e exposições oraes que os nossos representantes fizeram em diversas commissões a respeito de cada um dos principaes serviços sanitarios do Departamento Nacional de Saúde Publica do Brasil, interesse que foi ao ponto de provocar, nas respectivas commissões, manifestações de apreço, que produziram, por fim, um voto de louvor ao Governo brasileiro, proposto e unanimemente approved em plenario.

A sessão de encerramento da Conferencia realizou-se a 15 de novembro e foi presidida por S. Exa. o Senhor Alfredo Zayas, Presidente da Republica, que, ao iniciar seu discurso, dando por encerrados os trabalhos, pediu a todos os presentes que, em homenagem á grande data racional brasileira, celebrada naquella dia, se puzessem de pé e todos se levantaram, secundando, com uma forte salva de palmas, essa grande manifestação de sympathia ao Brasil.

É-nos grato consignar aqui o grande apreço com que o Governo brasileiro recebeu essa alta prova de fraternidade continental, dada por S. Exa. o Senhor Presidente da Republica de Cuba, assim como a satisfação que teve por vê-lo, mais uma vez, devidamente apreciado seu constante esforço á bem da saúde publicã.

Commissão Inter-americana de Comunicações Electricas

As Resoluções adoptadas pela 5ª Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, trataram da regulamentação das comunicações electricas no Continente, segundo principios geraes, então formulados, e estabeleceram uma Commissão Interamericana de Communicações Electricas, composta de tres delegados de cada Estado membro da União Pan-Americana e ficando esta encarregada de estudar os meios de estabelecer a cooperação desses Estados.

A Commissão, assim creada, veio a realizar sua primeira sessão na cidade do Mexico, a 27 de maio do anno passado, constituida por quatorze delegações, inclusive a do Brasil.

A Resolução da Conferencia de Santiago, que dera origem a essa commissão, determinava o estudo de uma convenção que estabelecesse equidade e proporcionalidade nas tarifas e uniformidade nas regras sobre comunicações electricas internacionaes, entre as quaes seriam incluídas a comunicação radiotelegraphica, os cabos submarinos, as linhas telegraphicas terrestres e as linhas telephonicas terrestres e submarinas.

Por isso, foi preliminarmente estabelecido, depois de prolongados debates, que a Commissão formularia uma só convenção, abrangendo toda a sorte de comunicações electricas.

A redacção final dessa convenção foi, por fim, adoptada, assim como as duas resoluções, também formuladas pela Commissão, para que se celebre no Rio de Janeiro, durante o anno corrente, uma Conferencia Interamericana encarregada de redigir e approvar o regulamento de serviço a que se refere essa convenção e para que sejam presentes aos governos interessados e á mesma Conferencia os projectos de regulamento formulados nessa reunião do Mexico.

A Commissão encerrou seus trabalhos a 21 de julho do anno passado.

Julgamos conveniente chamar vossa attenção, sempre esclarecida, para a convenção, que ficou formulada, sobre comunicações electricas.

Congresso Americano da Creança

Esteve reunido, em Santiago do Chile, de 12 a 19 de outubro do anno passado, o 4º Congresso Americano da Creança, em que o Brasil se fez representar.

A delegação brasileira participou, activamente, dos debates e seus membros tiveram um acolhimento que muito nos desvanecce.

Congresso Scientifico Pan-Americano

Por ocasião de se realizarem, em Lima, no mez de dezembro ultimo, as grandes solemnidades commemorativas do 1º Centenario da Batalha de Ayacucho, esteve reunido, nessa Capital, o 3º Congresso Scientifico Pan-Americano, ao qual compareceu o Brasil.

Os delegados brasileiros tomaram parte na discussão dos interessantes themas submettidos á apreciação da Conferencia e tiveram a satisfação de agradecer as muitas provas de apreço que lhes foram, pessoalmente, dispensadas, assim como as homenagens especiaes prestadas ao nosso paiz.

Congresso Internacional de Professores do Ensino Secundario

Esteve reunido, em Varsovia, de 27 a 30 de agosto do anno passado, um Congresso Internacional, promovido pelo Governo da Polonia, de professores do ensino secundario.

Não nos foi possivel mandar, especialmente, um de nossos competentes profissionaes a essa importante reunião, mas, desejando não deixar de corresponder ao convite, designámos para nosso representante o Ministro do Brasil em Varsovia.

União Postal Universal

Esteve reunido, em Stockholmo, de 4 de julho a 28 de agosto do anno passado, o 8º Congresso da União Postal Universal.

O Governo brasileiro fez-se representar nessa reunião internacional e os actos que os seus plenipotenciarios julgaram de conveniencia assignar já foram submettidos á vossa approvação.

Associação de Direito Internacional

A Associação de Direito Internacional, cujos estudos têm sido tão proveitosos ao aperfeiçoamento da materia de que se occupa com tanta proficiencia, realizou sua 33ª Conferencia, em Stockholmo, de 9 a 13 de setembro do anno passado.

O Brasil compareceu a essa reunião, havendo o nosso representante, que tomou parte activa nos debates, sido eleito Vice-Presidente da Conferencia.

Conferencia Internacional do Opio

A excessiva produção de opio e de outros toxicos está a exigir, urgentemente, medidas que a restrinjam, assim como leis que fiscalizem a respectiva offerta, limitando-a unicamente a fins medicinaes.

No intuito de se conjugarem esforços nesse sentido, a Liga das Nações promoveu a reunião, em Genebra, no fim do anno passado, de uma Conferencia Internacional do Opio, á qual compareceu o Brasil.

Não somos paiz productor dessas drogas. Nossas leis sobre sua importação e seu emprego são bastante rigorosas. Entretanto, a experiencia está a demonstrar que só uma acção conjuncta de todos os Governos interessados, no cerceamento da produção desses toxicos e na fiscalização de seu emprego pôde dar resultado apreciavel.

Os representantes do Brasil acompanharam, com bastante attenção, os debates e tiveram ensejo de expôr á assembléa os dispositivos de nossa legislação sanitaria, que é das mais adeantadas e que, por certo, ainda mais se adeantarás, quando tiverdes occasião de conhecer as conclusões finaes dessa Conferencia de notavel interesse scientifico e social.

Congresso Internacional de Economia Social

Iniciou seus trabalhos, a 26 de outubro do anno passado, o Congresso sobre Economia Social, promovido pelo Governo argentino, e a que compareceram representantes de 38 paizes da America, Europa e Oceania, inclusive o Brasil.

O programma foi repartido por secções sobre: museus sociaes e instituições congeneres, questões operarias, hygiene social, ensino, questões agrarias e estatística social.

A Conferencia tratou, detidamente, dos principaes themas de seu vasto programma e os delegados do Brasil, participando sempre dos debates, puderam realçar que a nossa legislação sobre trabalho, quanto a accidentes, duração de serviço e outros pontos, consagra os mais adeantados principios e está, novamente, sujeita a exame, para ser ainda aperfeiçoada. Dahi, não ter tido nossa delegação difficuldade em approvar as conclusões formuladas pela Conferencia.

Cumpre-nos, no emtanto, chamar a vossa esclarecida attenção para a materia votada nessa Conferencia Internacional, a qual facilitará, por certo, a vossa tarefa, em questões de legislação economico-social.

Desvanece-nos poder noticiar que o Governo brasileiro alcançou, unanimemente, nessa Conferencia, um voto de louvor, formulado pelo Presidente da secção de legislação operaria, depois da exposição synthetica feita por um dos delegados brasileiros, o Dr. Lemos Britto, sobre nossa legislação social.

Congresso de Medicina e Pharmacia Militares

Reuniu-se, de 20 a 25 do mez passado, em Paris, o Congresso de Medicina e Pharmacia Militares a que compareceram delegados do Brasil, designados para esse effeito pelo Ministerio da Guerra.

É de esperar que a delegação tenha desempenhado, plenamente, suas funções e aproveitado os ensinamentos proporcionados por essa reunião.

Congresso Internacional de Geographia

Realizou sua reunião no Cairo, em abril ultimo, o Congresso Internacional de Geographia, em que o Brasil se fez representar por seu Ministro junto ao Governo do Egypto.

Logo que fôr informado sobre as conclusões a que chegou esse Congresso scientifico, dellas daremos conhecimento ás repartições e instituições a que interessem.

Congresso Internacional da Malaria

Reuniu-se, em Roma, o mez passado, o 1º Congresso Internacional da Malaria, no qual o Brasil se fez representar e cujas conclusões finaes ainda não são convenientemente conhecidas.

Outros Congressos, Conferencias e Exposições Internacionais

Continuamos a receber convites para que o Brasil se faça representar em congressos, conferencias e exposições internacionais, a se realizarem este anno e nos seguintes mais proximos.

Entre muitos, convém consignar os seguintes, para 1925: 7º Congresso Medico Latino-Americano, no Mexico, de 3 a 20 de maio; Congresso de Estradas de Ferro, em Londres, a 22 de junho; 12º Congresso Internacional de Agricultura, em Varsovia, entre 21 e 24 de junho; Congresso Pedagogico Americano, em Santiago do Chile; 2º Congresso Odontologico Latino-Americano, em Buenos Aires, em outubro; 4º Congresso Internacional de Construção e Trabalhos Publicos, em Paris, em junho; Congresso da União Telegraphica, em Paris; 21º Congresso Internacional de Americanistas, em Gothemburgo, de 20 a 25 de agosto; Conferencia Inter-parlamentar, em Washington, de 1º a 6 de outubro; Exposição Universal de Odontologia, em Buenos Aires, em outubro; Congresso Internacional Penitenciario, em Londres, em agosto; Congresso de Medicina Legal e Social, em Bonn s/o Rhêno, em setembro; Congresso das Associações Portuguezas e Hespanholas para avanço das sciencias, em Coimbra, em junho; 4º Congresso Internacional Medico sobre accidentes de trabalho e doenças profissionais, em Amsterdam; Congresso de Olcoculturas, em Madrid e Sevilha, em novembro; Certamen Scientifico Literario Pan-Americano, em Buenos Aires, em outubro; Conferencia Sanitaria Internacional, em Paris, em outubro; Conferencia Pan-Americana de Estradas de automoveis, em Buenos Aires, em maio, e Exposição de Material Didactico, em Florença, nesse mesmo mez.

Presidencia de tribunaes no estrangeiro

Com grande satisfação, concedemos ao Consultor Geral da Republica, dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, licença para accitar a honrosa incumbencia de presidir o tribunal mixto que o Mexico e os Estados Unidos da America acabavam de estabelecer, para liquidação de suas reclamações motivadas por movimentos revolucionarios no primeiro daquelles paizes.

É muito desvanecedor para os nossos cultores do Direito e nos faz honra que esses dois paizes amigos tenham encontrado em um professor e jurisconsulto brasileiro os predicados indispensaveis ao exercicio das delicadas funções de presidente desse tribunal.

Egual convite recebeu o dr. Rodrigo Octavio para presidir o tribunal de liquidação de reclamações entre o Mexico e a França.

VIAÇÃO

Viação ferrea

As precauções determinadas pela politica financeira do Governo e a aggravação das difficuldades do Thesouro, moti-

vada pela acção impatriotica dos inimigos da ordem, não têm permittido desenvolver a actividade necessaria á extensão de nossas rêdes de estradas de ferro e tampouco augmentar e melhorar, quanto urge, o material das linhas em trafego.

Quasi todas, e, principalmente, as que atravessam as zonas mais ricas do paiz, estão desprovidas dos meios de transporte reclamados pelo seu volumoso trafego. Esse é o aspecto mais grave da crise, principalmente considerado em face dos deveres que incumbem aos responsaveis pelo serviço em que elle se manifesta. Traduz-se, com effeito, neste facto deploravel: as estradas, que, internando-se pelo territorio, attrahiram a população trabalhadora e excitaram a produção, recusam a estes os meios de circular e traem, assim, a promessa que exprimiam.

Era forçoso procurar para essa situação, quasi paradoxal, os remedios imprescindiveis, fóra dos methods ordinarios que as circumstancias impedião. Fel-o o Governo, solicitando todas as collaborações que o ajudassem a vencer a ardua tarefa.

Recorreu ao concurso das fabricas de material, convidando-as a propôr as combinações financeiras que permittissem o fornecimento, espaçando os pagamentos. Auctorizado a fazê-lo, por disposição da lei de orçamento de 7 de janeiro de 1924, o Governo abriu o credito necessario e entrou em negociações, das quaes resultará o supprimento mais urgente de locomotivas e carros ás diversas estradas de ferro administradas pela União.

Concurso precioso foi, por outro lado, obtido, utilizando-se a auctorização legislativa que permittiu celebrar contractos com os interessados nos transportes, fornecendo estes, á sua custa, o material de que necessitavam, para serem indemnizados pela restituição de parte da renda pelo mesmo produzida.

Na fórmula daquella disposição, estes contractos puderam ser celebrados tambem para reparação de material rodante que, por falta de capacidade das officinas, se achava em deposito, aguardando reparação.

A Estrada de Ferro Central do Brasil celebrou contractos para aquisição de 10 locomotivas e 310 vagões e reparação de 322 outros, com um valor total superior a 11.500.000\$000; a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil adquiriu 166 vagões, no valor de 3.107.975\$000, e a Estrada de Ferro Oeste de Minas, 150 vagões, no valor de £ 63.680, ou, ao cambio de 40\$000, 2.547.200\$000.

Embora este material, enquanto não indemnizado totalmente, tenha de produzir renda diminuta, valiosissimo é o concurso que prestará para o descongestionamento do trafego das tres mais importantes estradas pertencentes ao patrimonio da Nação.

Cumpria, entretanto, não somente augmentar o material de transporte, mas, ainda, alcançar, do existente, o maximo proveito. Tendo em vista os excellentes resultados obtidos nas estradas de ferro americanas e, ultimamente, nas europeas, foi adquirido, para toda a bitola larga da Estrada de Ferro Central do Brasil, isto é, para as linhas que ligam a Capital Federal, ás capitães dos Estados de Minas Geraes e São Paulo, o apparelhamento chamado *train-dispatching*, que é, em summa, a instalação de telephones em linhas proprias e especiaes, ligando, entre si, todas as estações e depositos de locomotivas e um escriptorio central que dirigirá todo o serviço de movimento de trens e distribuição do material rodante.

No correr deste anno, começará elle a funcionar, o que permitirá, desde logo, mobilização mais rapida e efficaz do material rodante e de tracção, desde que este, dirigido pelo escriptorio central, seja sempre encaminhado directamente para as estações onde se tornar necessario, evitando-se, assim, a pratica usual hoje, aliás, a unica possivel com os elementos existentes, do estabelecimento de pontos de concentração de carros e vagões vãos e locomotivas disponiveis.

O emprego apropriado desse apparelhamento augmentará o coefficiente de utilização do material rodante, correspondendo, portanto, a um augmento na quantidade deste.

A estas medidas destinadas a minorar a crise de transportes, que, anno a anno, se vai tornando mais grave e mais prejudicial aos interesses economicos do paiz, deve acrescentar-se a que estabeleceu condições dentro das quaes os productores e industriaes, que tenham necessidade de transporte para os seus productos, possam celebrar contractos com as estradas de ferro de concessão, arrendamento e administração federal para fornecimento ou circulação de material rodante ou de tracção.

Os resultados animadores obtidos na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande induziram a administração a tornar extensiva ás demais estradas a permissão para que os interessados nos transportes possam vir em auxilio dellas, quer fornecendo-lhes material rodante para ser indemnizado pelos proprios fretes produzidos, quer fazendo circular material de sua propriedade particular.

Medida proveitosa, para a facilidade e diminuição das despesas de tracção, será a electrificação, nas linhas de grande movimento, dos trechos de trafego mais intenso ou de condições technicas mais difficeis.

Essa mudança do systema de tracção, na Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho que serve aos subúrbios desta Capital, é obra que se está tornando inadiável. As duas linhas destinadas a esse serviço estão com a capacidade de trafego es-

gotada e já não é possível cogitar de augmentar nellas o numero de trens, nem o numero de carros de que estes se compõem. Nas horas de grande movimento, a lotação é excedida de 100 até 150 %, o que já tem occasionado desastres pessoas e até mortes, dado o accumulo de passageiros nas plataformas dos carros.

Estudos foram feitos e negociações entabuladas para electrificar a parte suburbana da Estrada de Ferro Central do Brasil e o trecho da Oeste de Minas, de Barra Mansa a Angra dos Reis. Tomando por base financeira do melhoramento a empregar os recursos correspondentes á economia que se obterá no consumo de combustivel e na despesa de pessoal, espera o Governo poder ainda encetal-o.

Os mesmos embaraços, que têm impedido realizar todas as providencias necessarias para augmentar e aperfeiçoar o apparelhamento das estradas de ferro, não têm permitido imprimir actividade intensa ao prolongamento dellas pelo interior do paiz. Não seria, entretanto, licito, quaesquer que fossem as difficuldades a vencer, abandonar, por completo, a construcção de algumas linhas que attendem ás necessidades vitaes e inadiáveis de diversas zonas do nosso territorio, ou que interessam á conservação da unidade politica do Brasil, pela solidariedade dos seus interesses economicos. Sobrelevam, entre ellas, as que se destinam a completar a ligação do extremo sul ao norte e das diversas capitães, entre si.

Da grande linha longitudinal, que realizará esse proposito, inauguraram-se, em 1924, na secção Rio-Bahia, 46 kms., do prolongamento da Central do Brasil, e 28 kms., do prolongamento da Central da Bahia. A ligação ferro-viaria entre as duas capitães já conta 1.522 kms. em trafego, faltando, para completal-a, 788, parte dos quaes está atacada.

Á junção da Rêde Bahiana, que se prolonga por todo o Estado de Sergipe, com a rêde que une Alagoas, Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, falta somente o trecho entre Collegio e Cajueiro, com cerca de 200 kms. Com a conclusão destes e com as linhas iniciadas, que ligarão a Parahyba ao Ceará e este á capital do Piahy, formando um total de 1.741 kms. a construir, ficarão unidas, por estradas de ferro, as capitães de 15 Estados, entre si, e com a capital da Republica.

A esse programma tem o Governo, continuando a obra dos seus antecessores, consagrado todo o esforço que a situação financeira lhe permite. Mas a sua realização depende de acção continuada, em que hão de, seguramente, perseverar as administrações futuras.

A extensão total das vias ferreas em trafego, no Brasil, em 31 de dezembro ultimo, elevava-se a 30.309,570 kms. in-

cluidos os 82,430 kms. da Estrada de Ferro de Tocantins, cujo tráfego continuou suspenso. Isto representa um accrescimento de 384,219 kms. sobre a extensão total em 31 de dezembro de 1923.

Daquella, 7.310,066 kms. são de propriedade ou concessão dos Estados, sendo os 22.999,504 kms. restantes, de linhas federaes, das quaes 17.705,645 kms. de propriedade e 5.293,859 kms. de concessão da União. Das linhas de propriedade da União, 8.561,823 kms. são administrados por esta, estando os restantes 9.143,822 kms. arrendados a Estados ou a particulares.

A bitola de 1,00 m., entre trilhos, comprehende..... 27.312,996 kms. e a de 1,60 m., 1.808,533 kms. Os restantes 1.188,041 kms. estão distribuidos pelas bitolas de 0,60 m., 0,66 m., 0,76 m. e 1,44 metros.

Reconhecida a impossibilidade de proseguir, com a necessaria intensidade, as construcções e melhoramentos das estradas de ferro, pelos meios ordinarios do orçamento, ou pelo uso do credito, segundo os processos habituaes, resolveu o Governo fazel-o á custa das proprias estradas. Pelo decreto n. 16.842, de 24 de março deste anno, expedido em virtude da auctorização constante da verba 24^a da lei da despesa deste exercicio, creou um fundo especial constituido pelo producto de uma taxa addicional de 10 % sobre as tarifas de transporte e destinado a pagar os juros e a amortização de titulos emitidos para aquella applicação exclusiva. Essas obrigações ferroviarias vencerão 7 % annualmente e se amortizarão em dez annos. As suas condições characteristics e o vulto crescente da renda que as custeiará formarão base solida para a execução ininterrupta de obras de que o progresso do paiz não pôde prescindir.

Para remover embaraços que têm dificultado a circulação solidaria nas diversas estradas ligadas entre si, foi creada pelo decreto n. 16.511, de 26 de junho de 1924, a Contadoria Central Ferro-viaria. Destina-se a liquidar as contas de tráfego mutuo, permittindo, assim, que as estradas possam, sem restricção alguma, estender e intensificar os despachos entre duas quaesquer estações de estradas differentes, evitando ao publico o incommodo dispendioso dos recespachos nos pontos de entroncamento. Como complemento dessa organização, os transportes serão regulados por disposições communs e se expedirão novas pautas de classificação geral das mercadorias para applicação uniforme em todas as vias ferreas subordinadas á Contadoria.

Annexa a esta, foi creada uma comissão de tarifas, á qual incumbe a organização destas e o exame das reclamações que a sua execução suscitar. Servirá de intermediaria entre os interesses do publico, os das empresas e os do Estado. Perante

ella, composta dos delegados das estradas, serão representadas as associações commerciaes, agricolas e industriaes.

Estrada de Ferro Central do Brasil

Os serviços da E. F. Central do Brasil, cuja importancia nacional tanto sobresahiu por ocasião dos acontecimentos revolucionarios de julho de 1924, tiveram, em virtude, mesmo, destes, perturbações inevitaveis que muito lhes prejudicaram a regularidade e o desenvolvimento.

Basta referir que a paralização quasi completa do tráfego, no ramal de São Paulo, durante aquelle mez, fez com que a renda da Estrada fosse, então, inferior, em 1.884 contos de réis, á verificada no mez anterior. Apesar disso, porém, a receita total, em 1924, foi de 114.886 contos, superior, em 9.203 contos, á do anno anterior, que importára em 106.059 contos.

Ainda aos prejuizos decorrentes da desorganização dos serviços, occupados, em grande parte, em attender ás necessidades de ordem militar, se deve o augmento das despesas de custeio, que ascenderam, no anno passado, a 131.264 contos. Para esta elevação contribuiu, tambem, em proporção grande, o alto custo do combustivel e lubrificantes que, devido á baixa cambial, attingiu á cifra de 39.900 contos.

A quantidade de cargas transportadas, tanto no sentido de importação, como no de exportação, attingiu a 6.388.181 toneladas, com um excesso de 434.899 toneladas sobre o anno anterior.

O movimento de passageiros, durante o anno, foi de 62.685.829, sendo 36.031.907 para os suburbios.

No proseguimento das obras novas despenderam-se, em 1924, 11.039 contos de réis, tendo sido inaugurados 46 kms. de linhas, entre o kilometro 1.000 e Bocayuva; 9 kms. no ramal de Lima Duarte, entre Penido e Valladares, e 25 kms., no ramal de Marianna a Ponte Nova, entre Marianna e Lavras Velhas.

Para attender ao crescente desenvolvimento do tráfego, do qual é indicio o grande numero de desvios construidos para particulares á margem das linhas da Estrada, é indispensavel, a consolidação destas. Vizando este objectivo, proseguiu-se em 1924, o lastramento da linha e fez-se a substituição de 80.000 dormentes.

A escassez de mattas, nas regiões que atravessa, obriga a Estrada a ir procurar, ás vezes, a 1.000 kms. de distancia os dormentes de que precisa. Dahi a importancia que assume o serviço de reflorestamento, para o que, em 1924, havia já plantado mais de meio milhão de arvores, quantidade aliás, muito pequena ainda, comparada ás necessidades a que se procura attender.

Para alliviar a situação premente do extraordinário aumento de tráfego, no ramal de São Paulo, estão proseguindo as obras de sua duplicação. Entre Mogy e Poá, foi concluído o serviço, tendo sido construídas quatro estações e faltando apenas o lastramento da linha. Na variante de São José dos Campos, estão quasi concluídas as obras de consolidação, que já permitem o tráfego dos trens de carga mais pesados e em breve permitirão o dos trens de passageiros de grande velocidade. Ainda para facilitar o tráfego nas linhas sobrecarregadas, proximas á cidade de São Paulo, installaram-se appparelhos Staff Webb Thompson, que permittiram já um augmento de 10 a 15 % na capacidade do tráfego.

Continuaram tambem os trabalhos de duplicação da Linha Auxiliar, tendo sido inaugurados 10 kms. de linha nova e montadas uma ponte de 14 ms. de vão, duas de 10 ms., e varios pontilhões. Poude-se, deste modo, augmentar 10 trens no serviço diario desta linha, o que attenderá ao crescente movimento, sobretudo nos suburbios do Rio de Janeiro.

Com os trechos inaugurados em 1924, que sommaram 79 kms., as linhas da Estrada tinham, em 31 de dezembro uma extensão total de 2.768 kilometros.

Estrada de Ferro Oeste de Minas

A extensão kilometrica da E. F. Oeste de Minas, que era de 1.936,686 kms., foi accrescida, em 1924, de 27,780 kms. pela incorporação, ás suas linhas, do ramal de Bananal, que estava, anteriormente, a cargo da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esse ramal, que percorre territorio paulista e fluminense, é de bitola de 1,00 metro.

A receita industrial da Estrada, no anno de 1924, elevou-se a 10.633.769\$987, contra 9.113.783\$997, em 1923: o augmento foi, pois, de 16,7 %, quando, de 1922 para 1923, a percentagem de accrescimento fôra de 15,7 %.

A despesa de custeio attingiu a 14.042.606\$250, contra 17.187.699\$923, em 1923. Com obras novas foram despendidos 6.700.109\$063.

Na linha de Barra Mansa a Angra dos Reis acham-se em construção 36 kms., dos quaes já podem ser entregues ao tráfego 16 e têm o leito prompto, 15.

No ramal de Uberaba, entre Ibiá e Araxá, a extensão é de 87 kms., já estando a linha prompta em 12 e havendo 30 kms. de leito preparado para receber trilhos. Estão montadas as duas pontes, de 40 metros de vão, sobre os rios Misericórdia e Quebra-Anzol, e iniciados os alicerces de duas estações nos kilometros 22 e 87 (Araxá). Ligados os diversos trechos, que nos 45 kms. restantes se acham ainda separados por alguns córtes e aterros já muito adeantados, e concluída a

ponte de 20 metros de vão, sobre o rio Tamanduá, o avançamento deverá continuar até Araxá, cuja estação poderá ser inaugurada antes do fim do corrente anno. Entre Uberaba e Araxá o serviço está todo atacado. De Uberaba, em direcção ao rio das Velhas, já são tráfegados pelo trem de lastro 35 kms. e o avançamento poderá continuar, com pequenas interrupções, para desobstrucção do leito velho, nivelamento e montagem de pontes, por mais 62 kms., attingindo assim a barranca do rio das Velhas, talvez em julho proximo. Espera-se ter concluído todo o ramal, de Ibiá a Uberaba, até dezembro do corrente anno.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

A extensão kilometrica das linhas da E. F. Noroeste do Brasil, em 31 de dezembro de 1924, era de 1.272,236 kms, de linha principal (Baurú a Porto Esperança), excluidas as linhas auxiliares e desvios.

A receita industrial elevou-se, nesse anno, a 10.175.165\$878, contra 8.891.367\$213, em 1922, e 10.208.365\$557, em 1923. Cumpre observar, porém, que os acontecimentos revolucionarios de julho de 1924 interromperam, praticamente, por um mez, os transportes na Estrada. Calculada sobre a base de 11 mezes, a receita mensal de 1924 foi de 925.015\$000, contra 850.697\$000, em 1923.

A despesa de custeio attingiu a 17.417.693\$548, sem levar em conta o prejuizo causado pelos rebeldes aos cofres da Estrada, no valor liquido de 3.021.442\$639.

As obras da ponte sobre o rio Paraná proseguirão regularmente. Em maio, foram atacados com intensidade todos os serviços preparatorios para a montagem da superstructura metallica e na segunda quinzena de junho teve inicio o trabalho effectivo da montagem. Em dezembro, achavam-se montadas duas e meia vigas continuas, ou sejam 315 metros, representando 1.073,030 toneladas. No presente exercicio poderá ficar terminada a montagem do restante das vigas continuas, isto é, duas e meia vigas e iniciado o serviço de montagem da viga "cantiliver".

Está tambem concluída a montagem de uma ponte de 30 metros sobre uma vasante do rio Aquidauana e quasi concluída a grande ponte de 100 metros sobre o mesmo rio. Sobre o correço dos Ferreiros foi tambem construída uma ponte de estrado superior, em dois vãos de 10 metros cada um. As superstructuras dessas tres obras foram preparadas com aproveitamento da ferragem da antiga ponte do Paraná.

A variante de Baurú-Val de Palmas tem apenas 3,180 kms.

de linha assentada. Em 1924, despendeu-se nella a quantia de 199.873\$931.

Estiveram com os trabalhos paralizados, em 1924, as variantes de Val de Palmas-Tibiriçá e de Araçatuba-Jupia e os ramaes do Rio Feio e de Pirajuby.

Em consequencia do trafego crescente na Estrada foi necessario augmentar, em grande escala, o material rodante de que dispunha. Os accrescimos attingiram ás seguintes proporções em relação ao material anteriormente existente: locomotivas; 14%; carros de 1ª classe, 28%; carros de 2ª classe, 19%, vagões cobertos, 34%; gondolas, 78%.

Graças a este augmento de material e ás medidas energicas tomadas pela administração da estrada, o serviço de transporte de mercadorias, que, em consequencia tambem da revolta de julho, estava em grande atrazo, poudo ser regularizado. Em 31 de dezembro, não havia uma sacca de café ou de cereal, da velha safra, para ser transportada.

Rêde de Viação Cearense

A extensão kilometrica das linhas em trafego, da Rêde de Viação Cearense, em 31 de dezembro de 1924, era de 1.136,743 kilometros.

A receita da Rêde foi, em 1924, a seguinte: na estrada de Baturité, 4.976.491\$245, contra 5.329.332\$603, em 1923, e, na estrada de Sobral, 1.192.591\$307, contra 1.260.628\$233, em 1923, ou seja um total de 6.169.082\$552, contra 6.589.960\$836, no anno anterior.

A despesa foi a seguinte: na estrada de Baturité, 5.001.320\$589, contra 4.116.365\$172, em 1923; na de Sobral, 1.163.290\$211, contra 1.041.363\$817; ou um total de 6.164.610\$800, contra 5.157.728\$989, no anno precedente.

No prolongamento da estrada de ferro de Baturité, de Ingazeiras, ultima estação em trafego, para Crato, ficou assentada a linha na extensão de 25,500 kms. No da estrada de Sobral, em direcção a Therezina, cujos trabalhos haviam sido interrompidos desde 1920, foram estes reencetados no trecho de 20 kms. entre Ibiapaba e Qitica, ficando o leito preparado em 9,500 kms. No ramal de Itapipoca, proseguiu o trecho de Arara a Umary, com 20 kilometros. Na linha Ceará-Parahyba, foram feitas obras de acabamento, reparação e conservação, na parte em trafego provisório, de Piauí a Cajazeiras.

Estrada do Ferro Therezopolis

Não tiveram modificação, no anno ultimo, os serviços da Estrada de Ferro de Therezopolis, cujo trafego continuou a ser feito nas condições do accordo firmado, em 19 de outubro de 1923, com a Leopoldina Railway Company Limited para

o percurso, em suas linhas, entre Praia Formosa e Magé dos trens de passageiros e para os transportes, em trafego mutuo, de bagagens, encomendas, valores e mercadorias.

A extensão da Estrada é de 36,870 kilometros e a sua receita, no anno passado, montou a 787.061\$312 de renda industrial, da qual cabem á Leopoldina Railway..... 375.698\$702, de accordo com as condições do contracto de trafego mutuo.

A despesa da Estrada, no mesmo periodo, montou a 1.956.759\$314, dos quaes 655.741\$916, com pessoal, e 1.301.017\$398, com material.

A via permanente recebeu, durante o anno, alguns melhoramentos que os recursos financeiros, attribuidos a esse fim, permittiram. É assim que, além da substituição do lastro commum, onde se fazia necessario, e de outros trabalhos de conservação ordinaria, foram inteiramente reformados os trechos comprehendidos entre a estação do Alto de Therezopolis e a ponte do Paquequer e o do kilometro 36, que precede ao tunnel da Varzea. O trafego de mercadorias e encomendas foi feito com regularidade, entre as estações da Estrada, mas o serviço de passageiros resentiu-se da insufficiencia do material apropriado, dando lugar, nos dias de maior affluencia de viajantes, á superlotação dos carros e obrigando muitas vezes a penosas baldeações nas estações de Magé ou de Guapy. Não obstante porém, todas as difficuldades, correram diariamente os dois, trens horarios, em cada sentido.

Essa situação será melhorada, dentro em poucos mezes, pela aquisição, já feita, de alguns carros e pela entrega de material encomendado, constante de duas locomotivas de simples adherencia e uma de cremalheira e de 10 carros para passageiros, dois vagões para correio e bagagem, quatro para mercadorias e dois abertos, com bordas baixas.

Estrada de Ferro Rio d'Ouro

São muito animadores os dados estatisticos sobre a E. F. Rio d'Ouro. A despeito do seu escasso material rodante e de tracção e da pequena proporção de seus trens remunerados, em confronto com aquelles que se destinam aos serviços de conservação e reparação das canalizações adductoras, e por isso não remunerados, ainda assim a renda bruta da Estrada montou, em 1924, a 554.180\$872, ou sejam 52.420\$798, a mais que a verificada em 1923.

O numero de passageiros e o peso da carga transportada augmentaram consideravelmente. Assim, em 1924, a Estrada transportou 943.508 passageiros, ou 419.381, a mais do que no anno anterior, e 10.740.756 kilos de carga, a maior do que durante o mesmo periodo.

Para bem ajuizar o proveito que se procurou tirar do material rodante e de tracção, bastará mencionar que, não obstante possuir a Estrada 15 locomotivas, das quaes apenas tres estão em bom estado de conservação, ainda assim se verifica um percurso total de 299.806 kms., feitos por 9.315 trens, isto é, 91.947 kms., de percurso a maior do que em 1923. Também attingiu, no mesmo período, a diferença de 547.872 kms., para mais, o percurso total de vagões e carros de passageiros, que foi de 1.503.935 kilometros.

O percurso médio mensal das locomotivas foi de 26.681 kms., ou sejam 4.640 kms., de percurso, a maior.

O consumo médio de carvão, por locomotiva kilometro, augmentou de 0,191 kgs., em relação ao de 1923, que foi de 12.311 kilogrammos.

Esses dados valem para mostrar que essa pequena estrada já não é simples auxiliar do serviço do abastecimento d'agua á cidade do Rio de Janeiro, mas contribue eficazmente, como instrumento commercial, para o desenvolvimento da populosa zona suburbana e rural que atravessa.

Estrada de Ferro do Tocantins

Continuou paralizado o trafego nos 82.430 kms. da E. do Tocantins, cujo acervo fôra arrematado pela União, em hasta publica, a 7 de junho de 1922.

O decreto n. 16.710, de 23 de dezembro de 1924, approvou as clausulas para o seu arrendamento ao Estado do Pará, mediante a partilha, por igual, da renda liquida que se vier a apurar.

Estrada de Ferro São Luiz a Therezina

Na E. F. São Luiz a Therezina, continuou com muita morosidade a construcção da importante ponte Benedicto Leite que deve ligar os seus dois trechos em trafego, o insular e o continental, este com mais de 420 kilometros. Principaes motivos desse retardamento foram, por um lado, as falhas verificadas no fornecimento das grandes estacas de fundação e de outras madeiras necessarias e, por outro, embaraços pecuniarios. Em outubro do anno findo, o Ministerio da Viação auctorizou o proseguimento da construcção da ponte, administrativamente, pela Estrada, rescindindo-se, de commum accordo, o ajuste firmado anteriormente com a firma Bromberg & Companhia. Na construcção da ponte despenderam-se, em 1924, 566.967\$859.

Durante o anno, a cheia do rio Itapicurú ainda uma vez occasionou a interrupção do trafego, em grande parte da Estrada.

A extensão desta, em trafego, era, a 31 de dezembro de 1924, como em egual data do anno anterior, de 450,652 kilo-

metros. A sua receita industrial, no anno passado, foi de 875:383\$006 e a despesa, de 2.408:049\$488.

A situação economica dessa via-ferrea terá de melhorar consideravelmente, uma vez suppressa, pela inauguração da referida ponte, a solução de continuidade que tanto embaraça a sua vida e o desenvolvimento das vastas regiões por ella servidas.

Estrada de Ferro Central do Piauh

Na E. F. Central do Piauh, a extensão kilometrica, a 31 de dezembro ultimo, era de 152.237 kms., como no anno anterior, não tendo havido trecho novo de linha entregue ao trafego em 1924.

O decreto n. 16.512, de 25 de junho de 1924, approvou os planos e orçamentos, na importancia de 2.619:534\$481, para o prolongamento de 33 kms. da Estrada, entre Piracuruca e Peripery, e o decreto n. 16.635, de 15 de outubro, approvou o projecto das officinas, rotunda e escriptorio da locomoção, nas proximidades da cidade de Parnahyba, orçado em 433:475\$086. No prolongamento ficaram quasi concluidos mais 8.600 metros de linha.

Durante o anno, o trafego foi interrompido pelas cheias e destruíram e damnificaram algumas obras de arte e aterros.

Os resultados financeiros, em 1924, foram os seguintes: receita, 153:226\$694; despesa, 392:834\$513.

Estrada de Ferro Mossoró

Proseguiu, em 1924, a construcção da E. F. de Mossoró, que abrangeu 39.486 kms. entre Mossoró e São Sebastião, tendo sido approvados, pelo decreto n. 16.374, de 20 de fevereiro do mesmo anno, o projecto e o orçamento, na importancia de 3.359:908\$160, de 43.100 metros de um trecho de estrada, entre São Sebastião e Caraúbas.

Não tendo sido inaugurado trecho algum de linha, a extensão da Estrada permaneceu a mesma do anno anterior, 37,690 kilometros.

O decreto n. 16.566, de 27 de agosto, auctorizou a transferencia, á Companhia Estrada de Ferro Mossoró, do contracto celebrado com Albuquerque & Companhia, em 23 de julho de 1919, para o arrendamento e exploração dos trechos que o Governo fôr construindo, neste prolongamento.

Estrada de Ferro de Bragança

A E. F. de Bragança continúa sob a administração, por arrendamento, do Estado do Pará, do qual a União a adquiriu pelo preço de 17.000:000\$000, sendo 4.225:000\$000 em moeda corrente e 12.775:000\$000 em apolices cuja emissão fôra auctorizada pelo decreto n. 15.953, de 3 de fevereiro de 1923.

A receita da Estrada, em 1924, foi de 1.313.329\$775, contra uma despesa de 1.513.496\$828, resultando o deficit de 200.167\$053, bem maior do que o de 1923, que fôra de.... 25.260\$445.

A extensão em trafego, a 31 de dezembro, era de.... 299,090 kms., identica á do anno anterior.

Ligações ferro-viarias em Therezina

Proseguiram lentamente as obras empreitadas pela Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão e destinadas a ligar, na cidade de Therezina, as estradas de ferro Central do Piahy, São Luiz a Therezina, Petrolina a Therezina e Therezina a Crathéus (Estrada de Ferro de Sobral). Até o fim do anno, foram atacados 23 kilometros, dos quaes 5,380 estão com os trilhos assentados.

O decreto n. 16.644, de 22 de outubro de 1924, prorogou, por dois annos, o prazo fixado para a conclusão das obras contractadas, entre as quaes se destacam as grandes pontes metallicas a serem lançadas sobre os rios Parnahyba e Poty.

Na cidade de Therezina, a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão terá, por força do seu contracto, de construir uma estação com capacidade para satisfazer ás exigencias de todas as estradas de ferro, que alli devam entroncar.

Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

A construcção dos prolongamentos da E. F. Central do Rio Grande do Norte esteve quasi totalmente paralizada, tanto na linha tronco, como no ramal de Macão e na linha de contorno, em Natal. Pela verba correspondente despenderam-se 210.175\$634.

A receita industrial da Estrada foi de 844.052\$200 e a despesa de custeio, de 933.933\$586.

Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina

Na E. F. de Petrolina a Therezina, além dos 88 kms. em trafego, estende-se um trecho de 17 kms., com trilhos já assentados e outro de 15 kms., de leito preparado. A construcção esteve suspensa nos restantes 75 kms. atacados.

O movimento financeiro foi o seguinte: receita,.... 67.354\$810; despesa, 28.314\$636.

Estrada de Ferro do Goyaz

Durante o anno foram inaugurados 28,391 kms., no prolongamento da E. F. de Goyaz, em direcção á capital do Estado desse nome, tendo sido entregues ao trafego ali as novas estações de Ponte Funda (kilom. 290) e Tavares (kilom. 304). A extensão da estrada foi assim elevada a 349,363 kilometros.

Com a construcção do prolongamento, do qual ficaram atacados mais 14 kms., despenderam-se 616.038\$313.

Foi o seguinte o movimento financeiro durante o anno: receita, 2.279.678\$470; despesa, 1.859.779\$740; donde um saldo de 419.898\$730.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Continuou sem solução definitiva a questão da medição final dos trabalhos de construcção da E. F. Madeira-Mamoré, não tendo sido homologada a decisão arbitral pronunciada ha alguns annos, e sobre a qual foram levantadas duvidas.

A receita, em 1924, elevou-se a 2.166.510\$180 e a despesa de custeio, a 3.078.037\$550.

Great Western

A extensão total das linhas da Great Western, em trafego, passou a ser de 1.628,458 kms., devido á incorporação de 1,580 kms. construidos pela Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, no ramal de Mulungú.

O movimento financeiro, em 1924, foi o seguinte: receita, 24.890.266\$650; despesa, 20.218.620\$270; saldo, 4.671.646\$380.

Esse saldo, porém, como o de annos anteriores, é todo absorvido e até excedido pelos grandes encargos financeiros que pesam sobre a Companhia, correspondentes ao seu capital em obrigações e em acções preferenciaes. Desde muito tempo, ficou abandonado o melhoramento da linha, que se encontra em más condições, bem como a reparação e o augmento do material rodante, já de si insufficiente. Dahi, intensa crise de transportes, com grande prejuizo para as regiões productoras dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte.

Reconhecendo a necessidade imperiosa de acudir a essa situação e não julgando opportuna a solução definitiva, mas muito onerosa, da encampação da Estrada, o Governo, na fôrma do decreto n. 16.644, de 22 de outubro de 1924, resolveu fazer á Companhia o adiantamento de 13.666.781\$924, que será applicado na aquisição, rigorosamente fiscalizada, do material e na execução das obras indispensaveis á regularização do trafego. Para occorrer ao pagamento dessa importância, aquelle decreto estabeleceu uma elevação de tarifas, correspondente á do valor a que têm attingido as mercadorias.

Rêde Ferro-Viaria Este-Brasileira

Graças á inauguração de mais 28 kms., entre Jequy e Triumpho, na Estrada de Ferro Central da Bahia, e de mais 69,671 kms., entre Ladainha e Queixada, na Estrada de Ferro Bahia e Minas, a extensão total da Rêde Ferro-viaria Este-

Brasileira, em tráfego, elevou-se, em 1924, a 2.223,249 kilometros.

O seu movimento financeiro, nesse período, foi, aproximadamente, o seguinte: receita, 13.923:290\$860; despesa, 13.478:616\$084; saldo, 444:674\$776.

Na Estrada de Ferro Bahia e Minas, estavam em construção, ao encerrar-se o anno de 1924, 64.346 kms., e, nas outras estradas da rede, 282,500 kms., dos quaes 120,000 kms. nas linhas do São Francisco e ramaes, e 162,500 kms., na Estrada de Ferro Central da Bahia e ramaes. Foram feitos os estudos preliminares das linhas de ligação da E. F. Bahia e Minas com a linha de Montes Claros e Jaquella com a E. F. Victoria a Minas.

Estrada de Ferro de Maricá

O movimento financeiro da E. F. de Maricá (prolongamento), que continuou a contar 65,180 kms. de extensão, foi o seguinte: receita, 235:225\$620, e despesa, 429:491\$100.

Rêde Sul Mineira

A extensão da Rêde Sul Mineira, em tráfego, se manteve a mesma de 1923, isto é, 1.141.800 kilometros.

A sua receita, em 1924, elevou-se a 11.476:051\$515, e a despesa, a 11.071:496\$375.

Pelo decreto n. 16.454, de 16 de abril de 1924, foram approvados os projectos e orçamentos, na importancia de... 7.602:406\$567, para as obras necessarias á conclusão dos ramaes de Itajubá e Lavras.

Foram approvadas as clausulas do contracto de tráfego mutuo entre a Rêde Sul Mineira e as linhas da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro. Em consequencia, reiniciou-se, em 1.º de outubro, o serviço de tráfego directo entre as duas empresas.

Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

Tendo-se inaugurado na E. F. São Paulo-Rio Grande 20.135 kms., na linha de Barra Bonita e Rio do Peixe (de Thomazina a Pinhalão), e tendo sido por outro lado, supprimido o tráfego da antiga linha de Serrinha por Tamanduá (52.977 kms.), a extensão total em tráfego desceu a 1.930,135 kms. isto é, menos 32,924 kms. do que em 1923.

A receita total nas diferentes linhas da Estrada, foi, em 1924, de 27.342:474\$013 e a despesa total, de 25.317:651\$996. A quota de arrendamento, nos termos do contracto, montou a 4.412.211\$009. As taxas addicionaes renderam 1.287:534\$250, por cuja conta foram gastos 80:141\$585. Em obras novas, na linha de Itararé, gastaram-se 161:236\$670. O ramal de Para-

napanema esteve sob o regimen de garantia de juros até 30 de junho de 1924, tendo passado dahi em diante para o de arrendamento, mediante incorporação á Estrada de Ferro do Paraná.

Proseguiram as construcções do ramal de Paranapanema e da linha do Rio do Peixe. No primeiro, prepararam-se 14.400 kms. de leito e construíram-se 3.301,3 ms³ de obras de alvenaria, despendendo-se, approximadamente, 3.120.000\$000; na segunda, assentaram-se 16 kms. de linha e prepararam-se mais 8,289 kms. de leito.

Ficou prompto para ser entregue ao tráfego provisório o trecho de 14,266 kms. entre Pinhalão e Japyra. Entre o kilometro 100 e Cambuhy, correu-se uma variante que, melhorando as condições technicas da linha, produziu ainda um encurtamento de 3 kilometros.

Estrada de Ferro de Santa Catharina

A extensão, em tráfego, da E. F. de Santa Catharina, arrendada ao Estado desse nome, permaneceu a mesma que no anno precedente: 69,700 kms., sem contar a navegação fluvial que serve ao trecho de Itajahy a Blumenau.

Continuou em construção o prolongamento até a barra do rio Trombudo (cerca de 40,186 kilometros).

O movimento financeiro da Estrada foi o seguinte: receita, 675:429\$978; despesa de custeio, 671:063\$684.

Foram autorizadas as obras indispensaveis para ficar a linha arrendada, de Blumenau a Hansa, sufficientemente aparelhada para as necessidades do tráfego. O orçamento correspondente foi de 1.180.000\$000, tendo sido marcado o prazo de tres mezes para o arrendatario apresentar os planos definitivos, na forma da clausula XIII do respectivo contracto.

Estrada de Ferro Dona Thereza Christina

A receita da E. F. Dona Thereza Christina, em 1924, attingiu a 1.155:524\$029 e a despesa de custeio, a 1.043:386\$152.

Continuaram em construção, a cargo da Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, o trecho de Tubarão a Crisciúma (em tráfego provisório), com 56,550 kms., e o trecho de Crisciúma a Araranguá, com 35,300 kilometros. No primeiro, despenderam-se, em 1924, 297:603\$134 e, no segundo, 529:572\$534.

O decreto n. 16.334, de 30 de janeiro de 1924, prorogou até 16 de outubro do mesmo anno o prazo para a conclusão do ramal de Urussanga. Nesse ramal, a cargo da Companhia Carbonifera de Urussanga, estiveram em construção 32,600

kilometros. Os serviços effectuados nessa construção, durante o anno de 1924, montaram a 363.345\$939.

Viação Ferrea do Rio Grande do Sul

A extensão kilometrica total da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, em 1924, attingiu a 2.590,275 kms., pela incorporação, á mesma, de 8,520 kms. construidos pelo Estado arrendatário, na linha de Taquára ao Canella, e de 151.200 kms. das linhas da fronteira Sul, construidas pela Empresa Constructora do Rio Grande do Sul, por conta da União. Desses 151,200 kms., 57,200 pertencem ao ramal de D. Pedrito; 37,000 á linha de Bazilio a Jaguarão e 57,000 á de Alegrete á Quarahy.

O movimento financeiro da Rêde em trafego foi: receita, 42.773.868\$780 e despesa de custeio, 46.624.597\$110.

Estrada de Ferro Leopoldina

A grande rêde, de que é concessionaria a Leopoldina Railway Company, com a extensão total de 2.989,446 kms., comprehende linhas de concessão federal e dos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro. As primeiras abrangem 1.194.745 kms. em trafego.

A falta de um regimen uniforme nas tres secções tem sido supprida por accordos especiaes. O que se celebrou, a 22 de agosto de 1922, entre a União, o segundo daquelles Estados e a Companhia, subsiste, em character provisório, tendo sido prorogada a vigencia das tarifas por elle estabelecidas.

Foi iniciada a construcção da estação inicial, nesta Capital, de accordo com a obrigação contrahida pela Estrada, desde 1909. O decreto n. 16.513, de 25 de junho de 1924, que approvou a planta da esplanada e o projecto do edificio, fixou, para a conclusão deste, o prazo de um anno.

O movimento financeiro, nas differentes linhas federaes, foi o seguinte, approximadamente:

Na E. F. Central de Macahé, receita, 118.768\$527, despesa, 278.082\$500; no prolongamento da E. F. Barão de Araruama, receita, 11.519\$765; despesa, 369.093\$148; na E. F. Carangola, receita, 4.203.690\$686; despesa, 3.252.149\$564; na E. F. Santo Eduardo ao Cachoeiro, receita, 1.271.409\$286; despesa, 1.333.821\$588; na E. F. do Norte, receita, 6.042.772\$659; despesa, 4.653.926\$350; no ramal do Sumidouro, receita, 403.312\$437; despesa, 1.004.002\$700, e, na E. F. Sul do Espirito Santo, receita, 1.004.671\$041; despesa, 2.625.633\$860. O movimento financeiro da E. F. de Araruama foi muito perturbado pela quasi destruição da linha, occasionada pelas cheias.

Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy

O trafego da São Paulo Railway Company esteve interrompido, por mais de um mez, devido ao levante militar de julho de 1924. Não obstante, o seu movimento financeiro foi o seguinte: receita, 76.810.590\$310; despesa, 44.281.319\$880, saldo, 32.529.270\$430.

A insufficiencia do material e a incapacidade das duas linhas da serra, para occorrer ao trafego cada dia crescente, em vista do grande progresso commercial de São Paulo, determinaram grave crise de transportes e enorme agglomeração de mercadorias no porto de Santos. O Governo determinou medidas de emergencia, que, aliás, não bastarão para corrigir um estado de cousas que excedeu a toda previsão: ordenou o serviço diurno e nocturno naquellas linhas, emprestou cerca de cem carros da Estrada de Ferro Central do Brasil e interveiu para que a Companhia os adquirisse em maior numero. Começou esta por encommendar 250 vagões, dos quaes 186 já entraram em serviço, e encommendou mais 250.

São, porém, inadiaveis providencias de maior alcance que consigam collocar os meios de transporte ao nivel das necessidades que os reclamam: augmentar a capacidade da estrada, que é, actualmente, a collectora unica de todo o commercio exterior de São Paulo e das regiões confinantes, e proporcionar-lhe outros escoadouros. Esperamos levar a breve termo as medidas que temos estudado, em entendimento com o governo daquelle Estado e a Companhia.

Linhas da Fronteira Sul

Ficaram concluidos os trabalhos de construcção das linhas estrategicas, de Basilio a Jaguarão, São Sebastião a Sant'Anna do Livramento e Alegrete a Quarahy, nas partes que tinham sido empreitadas pela Empresa Constructora do Rio Grande do Sul. Os trechos concluidos foram incorporados á rêde arrendada ao Estado, continuando os restantes com a construcção suspensa.

Linha de Quarahim a São Borja

A linha de Quarahim a São Borja é composta das estradas de ferro de Quarahim a Itaquy, antiga concessão, com garantia de juros, feita pelo Governo Federal a The Brazil Great Southern Railway Company, e Itaquy a São Borja, prolongamento da precedente, de propriedade da União, arrendada á mesma Companhia.

Á vista de declaração da Companhia, de que, a partir de 1º de julho, suspenderia o trafego das duas linhas, recomendou o Governo á Inspectoria Federal das Estradas que,

uma vez verificada a annunciada suspensão, intimasse a concessionaria a restabelecer o sob a ameaça das penas contractuales: imposição de multas e o restabelecimento por conta da Companhia. Realizada, naquella data, a suspensão e decorridos mais de 30 dias consecutivos, prazo previsto no contracto, occupou o Governo as duas linhas, cuja exploração provisoria confiou á Inspectoria de Estradas, desde o dia 31 de julho até serem incorporadas á rede rio-grandense. Em 4 de agosto foi, assim, restabelecido o trafego, desde Quarahim até o kilometro 54 da linha de Itaqui a São Borja, e, em 15 de setembro, até esta ultima localidade.

Durante o anno de 1924, foi o seguinte o movimento financeiro dessas linhas: receita, 725:382\$334; despesa.... 778:797\$759.

Estrada de Ferro Victoria a Minas

Na E. F. Victoria a Minas, que é de concessão federal, foram inaugurados, em 1924, mais 27,700 kms. de Ipatinga a Baratinha, que elevam a sua extensão total em trafego a 502,700 kilometros.

O seu movimento financeiro, em 1924, foi, approximadamente, o seguinte: receita, 5.297:702\$100; despesa... 5.357:730\$190. A garantia de juros, em igual periodo, custou ao Thesouro Nacional 1.786:359\$754, ouro.

O prazo para a conclusão da linha de Victoria a Itabira do Matto Dentro foi prorogado até 7 de julho de 1926, pelo decreto n. 16.545, de 13 de agosto de 1924.

Estrada de Ferro do Corcovado

O movimento financeiro da E. F. do Corcovado, de concessão federal e character suburbano, foi, em 1924, o seguinte: receita, 131:071\$800; despesa, 126.994\$120.

Estrada de Ferro Mogyana

O movimento financeiro nas linhas de fiscalização federal da E. F. Mogyana, em 1924, foi o seguinte: linha do Rio Grande e ramal de Caldas, receita, 4.033:834\$494; despesa, 3.442:896\$116; linha de Catalão, receita, 2.827:133\$188; despesa, 2.835:479\$700; linha de Igarapava e Uberaba, receita, 836:237\$927; despesa, 569:669\$914; linhas de Tuyuty a Passos e Guaxupé a Biguatinga, receita, 2.301:376\$405; despesa, 1.813:420\$037.

As tarifas da rede Mogyana soffreram um accrescimento de 38 %, no fim do anno de 1923.

Estabeleceu-se o regimen de trafego directo entre essa rede e a Rede Sul Mineira, a começar de 1º de outubro de 1924.

Estrada de Ferro Sorocabana

Tendo-se encerrado, em 1923, o periodo da garantia de juros das linhas federaes da E. F. Sorocabana (ramaes de Itararé e Tibagy), já no anno de 1924 havia cessado esse onus para o Thesouro Nacional.

O movimento financeiro, nos ramaes de concessão da União, em 1924, foi o seguinte: ramal de Itararé, receita, 4.975:128\$224; despesa, 4.396:462\$860; ramal de Tibagy, receita, 8.986:076\$221; despesa, 7.953:855\$854.

Ambos estes ramaes soffreram graves perturbações devidas ao movimento armado que rebentou em São Paulo naquelle anno.

As tarifas e pautas de ambos, assim como a classificação das mercadorias, foram modificadas desde 20 de dezembro de 1924.

Estradas de Rodagem

O problema da construção de estradas de rodagem assume importancia cada vez maior e delle não se tem descurado o Governo Federal, já procurando despertar a iniciativa privada, já prestigiando associações de character particular interessadas no desenvolvimento rodoviario do Brasil. A iniciativa da construção de estradas de rodagem, porém, deve pertencer aos Estados, cumprindo ao Governo Federal facilitar a sua realização. Os diferentes Estados da União, notadamente os de São Paulo e Minas, cuidam intensamente de augmentar suas redes de estradas dessa especie.

A necessidade da adopção de um plano geral foi ventilada no 3º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, reunido nesta Capital em outubro ultimo, tendo sido estabelecidas conclusões sobre as medidas mais necessarias ao seu desenvolvimento.

Em breve, realizar-se-á, nesta Capital, por iniciativa do Automovel Club do Brasil e sob o patrocínio do Governo, a Primeira Exposição de Automobilismo, Estradas de Rodagem e Auto-Propulsão, a qual, a exemplo do que se tem feito, com vantagem, no estrangeiro, se destina a permittir aos interessados o conhecimento perfeito desse systema de transportes.

Para o estudo das questões referentes ao futuro estabelecimento de um systema de estradas de rodagem emto do o continente, reuniram-se, nos Estados Unidos, delegados de todos os paizes das tres Americas, ficando deliberada a realização, no corrente anno, do 1º Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem.

Navegação

A deficiência da nossa marinha mercante, em relação á grandeza da missão que lhe incumbe, cada anno mais se accentua, devido, por um lado, á idade da maior parte dos nossos vapores e, por outro, ao actual accumulo de mercadorias nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, o que reduz o coefficiente de aproveitamento dos navios e onera o custo do transporte.

Dos dois problemas não tem o Governo descurado e, máo grado reconheça que o momento não é o mais favoravel para aquisições no estrangeiro, comtudo os novos contractos de navegação encerram disposições severas, quanto á obrigação de compra de material fluctuante.

Assim, no contracto recente, com o Estado de Minas, para a navegação do S. Francisco, quadruplicou-se o material fluctuante com que o executava a Companhia Industria e Viação de Pirapora ; a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão acaba de entregar ao trafego maritimo dois vapores; a Companhia Nacional de Navegação Costeira faz construir, em estaleiros francezes, seis grandes unidades modernas, de 3.500 toneladas liquidas e capacidade para 328 passageiros. Outras companhias têm obrigações contractuaes analogas, de sorte que a renovação dos nossos navios se vae, aos poucos, effectuando.

Lloyd Brasileiro

Em Mensagem de 3 de maio do anno passado, fallámos da éra auspiciosa que se abria na vida do Lloyd Brasileiro e assignalámos que essa empreza de marinha mercante começava a entrar em caminho de franca prosperidade, graças á sua boa direcção, a cargo do Commandante Cantuaria Guimarães e do Dr. Alberto de Andrade Figueira.

Normalizados os seus serviços de transporte, reparada sua frota, restituídas á navegação unidades, estacionadas á

espera de reparos, proseguidas as obras de construcção, então paralizadas, do seu dique de Mocanguê, dera a alludida empreza, naquelle anno, um lucro liquido de 4.995.463\$399.

Mais auspicioso foi ainda o anno de 1924, que propiciou ao Lloyd um lucro liquido de 26.022.934\$660.

Esse facto vem provar que identicos resultados se podem conseguir em toda a administração brasileira, se fizermos mais administração do que politica.

Como sabeis, ha muitos annos que o Lloyd arrastava uma existencia penosa e deficitaria, julgada quasi inconcertavel. Entretanto, dois annos bastaram para melhorar suas condições, dar efficiencia aos seus serviços, aperfeiçoal-os e transformar sua deficitaria situação financeira em situação de saldos consecutivos.

Além das vantagens, para a União e para o publico, da melhoria dos seus serviços, iniciará elle o pagamento de juros das "debentures" aos accionistas, entre os quaes o Thesouro.

Os quadros, que adeante inserimos, dizem melhor o que tem sido, nestes dois annos, a administração do Lloyd.

No anno findo, desempenhou-se essa empreza de uma obrigação constante de seus estatutos, adquirindo do acervo do antigo Lloyd Brasileiro (Patrimonio Nacional), mediante uma emissão de "debentures", bens não incorporados ao seu capital social, na importancia de 30.000.000\$000.

O orçamento de 1924 dava auctorização ao Governo para celebrar contracto com o Lloyd Brasileiro e abrir o credito de 6.000.000\$000, dos quaes dois terços em ouro e um terço em papel, destinado ao pagamento das subvenções. Não se chegou, porém, a lavrar o contracto apesar de assentadas as suas clausulas, por não ter sido possivel a prévia abertura do credito.

LLOYD BRASILEIRO — CONTADORIA

Demonstração da receita geral, nos exercícios de 1921, 1922, 1923 e 1924

ANNO	TRAFFICO	DIVERSOS	TOTAL	DEFICIT	SALDO	OBSERVAÇÕES
1921.....	37.011:059\$467	4.664:589\$536	41.675:649\$003	2.244:106\$944	—	Recebeu-se além da subvenção: 2.600:000\$000
1922.....	60.512:607\$424	8.487:081\$189	68.999:688\$613	12.037:931\$683	—	Recebeu-se além da subvenção: 23.515:000\$750
1923.....	70.259:725\$889	2.767:515\$694	73.027:241\$583	—	4.955:463\$399	—
1924.....	73.859:678\$772	5.809:217\$690	79.668:896\$402	—	26.022:934\$660	—

LLOYD BRASILEIRO — ESTATISTICA

Quadro comparativo do trafego, nos exercicios de 1921, 1922, 1923 e 1924

ANNO	VIAGENS TURNINADAS	MILHAS	PASSAGEIROS					CARGAS		ANIMAES	MALAS POSTAIS	PERCENTAGEM DE APROVEITAMENTO (POR MILHA)	
			1ª Classe				Total	Volumes	Kilos			Passageiros (numero)	Cargas (triçuladas)
			2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	5ª Classe							
1921.....	303	736.822	29.701	2.514	45.272	77.487	6.034.345	363.266.791	764	42.057	10,50 %	49,30 %	
1922.....	417	1.511.800	43.861	3.556	58.787	106.204	12.038.611	851.292.869	806	46.365	7,00 %	56,30 %	
1923.....	415	1.605.877	47.903	3.243	54.587	105.733	13.994.578	886.641.198	2.062	49.123	6,38 %	55,21 %	
1924.....	399	1.548.824	51.855	4.286	70.121	126.262	21.252.982	1.135.957.871	4.227	62.713	8,16 %	73,28 %	

Companhia Nacional de Navegação Costeira

A Companhia Nacional de Navegação Costeira mantém as seguintes linhas contractuaes de navegação: Porto Alegre-Recife e Rio de Janeiro-Porto Alegre, com uma viagem semanal em cada uma; Rio de Janeiro-Natal, uma viagem quinzenal; Rio de Janeiro-Mossoró, uma viagem mensal exclusivamente para serviço de carga.

Além dessas, estipuladas no seu contracto de 30 de novembro de 1915, o decreto n. 15.755, de 26 de outubro de 1922, deu concessão á Companhia para executar uma linha rapida, do Rio Grande a Belém, com seis grandes vapores a serem construidos especialmente para tal fim.

A subvenção do contracto de 1915 é de 20:000\$, por viagem redonda, da primeira linha, entre Porto Alegre e Recife, ou sejam 1.040:000\$000, por anno. A relativa ao segundo monta a 80:000\$000, por viagem, enquanto fôr realizada em caracter provisorio, com o material de que dispõe a Companhia actualmente, e elevar-se-á a 115:000\$000, quando effectuada a viagem com os novos vapores. Prevê o contracto mais eficiente: no regimen definitivo, com as seis unidades encomendadas, a execução de 52 viagens que, subvencionadas cada uma, á razão de 115:000\$, importarão em 5.980:000\$000; no regimen transitorio, com o material actual, a realização de 36 viagens, a 80:000\$000, cada uma, que custariam 2.880:000\$000.

Por se afigurar conveniente, ficou estabelecido que, em vez de 36 viagens, no regimen transitorio do segundo contracto, fossem feitas 52, com o aproveitamento de trechos de outras linhas do contracto de 1915. A linha do Rio Grande-Belém deixou, assim, de ser toda ella nova, transformando-se em prolongamento de outras. A subvenção, em consequencia, baixou de 80:000\$ a 48:730\$400, por viagem, e, de 2.880:000\$000 por anno, correspondentes a 36 viagens inteíraes, a 2.533:980\$000, referentes a 52 viagens incompletas.

De janeiro a junho de 1924, manteve a Companhia, em serviço, 23 unidades, com 34.979 toneladas de carga: realizou 185 $\frac{1}{2}$ viagens, nas quaes percorreu 428.139 milhas, e transportou 45.868 passageiros, 252.036 toneladas de carga e 97 animaes.

Elevou-se a receita, inclusive a subvenção, a..... 20.608:515\$136 e a despesa, a 16.769:507\$318. O saldo do semestre foi, pois, de 3.839:007\$818.

Companhia Commercio e Navegação e Lloyd Nacional

A Companhia Commercio e Navegação explora linhas de navegação do Rio de Janeiro para Belém, Porto Alegre e

Amarração ou Tutoya. O Lloyd Nacional trafega entre Porto Alegre e Cabedello, Rio Grande e Ceará e Rio Grande e Pará.

Dedicam-se ambas especialmente ao transporte de cargas.

De janeiro a junho de 1924, a primeira realizou 71 viagens, nas quaes empregou 17 navios, com 28.305 toneladas brutas, navegando 144.950 milhas, e a segunda percorreu 131.494 milhas, em 32 $\frac{1}{2}$ viagens, executadas por 11 navios, de 25.485 toneladas brutas.

Em linhas extra-contractuaes, effectuou a Commercio e Navegação o transporte de 2.632 passageiros e, em todas as suas linhas, o de 148.463 toneladas de carga e 188 animaes, com a receita de 5.726:647\$460 e a despesa de 5.598:897\$000, donde o saldo de 127:750\$460, no semestre.

O Lloyd Nacional transportou 138.079 toneladas de carga. Sua receita foi de 8.063:064\$838 e a despesa de 7.044:200\$160, sendo o saldo semestral de 1.018:864\$678.

Navegação da região amazonica

Terminado, em 31 de agosto de 1922, o prazo do contracto da The Amazon River Steam Navigation Company, que tinha a seu cargo o serviço de navegação da região amazonica, continuou ella a executá-lo, a titulo precario, mediante a subvenção annual de 2.430:000\$000, de accordo com o disposto no art. 228, da lei da despesa de 1924.

No primeiro semestre do anno findo, estiveram em trafego 22 navios, de 9.861 toneladas brutas, que realizaram 81 $\frac{1}{2}$ viagens, com o percurso total de 175.677 milhas. Foram transportados 11.373 passageiros, 26.217 toneladas de carga e 1.616 animaes. A receita, inclusive a subvenção, importou em 3.383:951\$040 e o saldo em 1.658:872\$060, por ter sido a despesa de 1.725:078\$980.

Em fins do anno passado, realizou-se a concorrência publica para a navegação da região amazonica, dividido o serviço em varios grupos de linhas, a serem contractados separadamente. A Amazon River, candidata ao primeiro grupo, equivalente á navegação que executa actualmente, apresentou proposta fóra do edital, desprezada por esse motivo. Arrematadas foram apenas as linhas do Alto Tapajoz, Soure-Cachoeira e dos Autazes, que os decretos ns. 16.740, 16.741 e 16.742, de 31 de dezembro ultimo, auctorizaram a contractar.

Navegação do São Francisco

Da navegação do rio São Francisco incumbiram-se, em 1924, por contracto com o Governo Federal, a Empresa Viação do São Francisco, de propriedade do Estado da Bahia, e a Companhia Industria e Viação de Pirapora

Esgotou-se, em 14 de janeiro de 1924, o prazo do primeiro contracto; mas, como o art. 205, da lei n. 4.793, de 7 do mesmo mez, permittia a sua prorrogação, a titulo precario, ponde o serviço proseguir, até 12 de fevereiro ultimo, quando foi assignado o contracto, ora em vigor, a que se refere o decreto n. 16.742, de 31 de dezembro do anno passado.

Inclue o novo contracto, o que não se dava com o anterior, a navegação dos principaes affluentes do São Francisco.

Em virtude do decreto n. 16.562, de 23 de agosto ultimo, transferiu-se ao Estado de Minas o contracto da Companhia Viação de Pirapora. O Governo estadual adquiriu da União, por 421.550\$000, os bens e material fluctuante de propriedade desta, utilizados na exploração do serviço.

Outras empresas de navegação

Executaram normalmente os seus contractos as demais empresas fiscalizadas, de navegação.

Assignou-se, em 8 de maio de 1924, contracto com a Empresa Lloyd Maranhense, para a navegação nos rios Itapicurú, Mearim, Pindaré e Munim, e expediu-se, a pedido da Companhia de Navegação Bahiana, o decreto n. 16.386, de 27 de fevereiro ultimo, que declarou a rescisão do seu contracto, celebrado em 28 de dezembro de 1922.

Navegação aerea

O Congresso Nacional, pela disposição contida no art. 19 da vigente lei da despesa, deferiu ao Governo a attribuição de regulamentar o serviço de viação aerea no paiz, nas linhas internacionaes ou interiores, prescrevendo que se tivessem em vista os principios geraes da Constituição, referentes á navegação de cabotagem, e que vedam a concessão de privilegios, os regulamentos adoptados em outros paizes e as convenções internacionaes existentes, acautelados os interesses da defesa nacional.

Foi o Governo, outrosim, auctorizado pela mesma disposição legislativa a contractar o transporte aereo da correspondencia postal, mediante o pagamento, no todo ou em parte, do producto da venda de sellos especiaes, cuja tabella podera organizar. Em consequencia, empenha-se actualmente o Governo no problema do trafego postal e commercial aereo, cuja solução os altos interesses do paiz já não permitem seja protelada.

Os trabalhos de organização do regulamento da navegação aerea, primeira providencia a ser tomada, já foram iniciados e proseguem com a rapidez compativel com o detido estudo que o assumpto reclama, tendo o Governo obtido do

Aereo Club Brasileiro a valiosa contribuição de um ante-projecto.

Em 1919, haviam sido outorgadas sete concessões que incorreram na pena de caducidade, por terem sido esgotados os prazos estabelecidos para o inicio do respectivo trafego.

A possibilidade e as vantagens de um serviço regular de communicações pelo ar entre diversas regiões do Brasil e entre este e paizes estrangeiros têm provocado estudos e experiencias com exito completo. Parece, pois, chegada a oportunidade de estabelecê-lo e o Governo espera fazê-lo, dentro das auctORIZAÇÕES que lhe conferistes. Para o estabelecimento das estações necessarias, já procurou entender-se com os Estados, afim de se fazer a escolha e a adaptação dos terrenos convenientes.

Porto do Rio de Janeiro

Celebrado com o engenheiro Manoel Buarque de Macedo, em virtude do decreto n. 16.034, de 9 de maio de 1923, o contracto de arrendamento do porto do Rio de Janeiro, foi, pelo decreto n. 16.306, de 31 de dezembro do mesmo anno, auctorizada sua transferencia á Companhia Brasileira de Exploração de Portos, a cujo cargo esteve, durante o anno findo, a exploração do mesmo.

A 25 de setembro ultimo, iniciou a Companhia, na faixa interna do porto, a construção da estação para passageiros e do armazem de bagagem, previstos na clausula XXI do contracto de arrendamento e orçados em 2.189.998\$683, segundo o decreto n. 16.549, de 13 de agosto de 1924, que lhes approvou os planos.

O movimento do porto foi de 2.530.742 toneladas, sendo 1.746.072 relativas á importação e 784.670 correspondentes á exportação.

Montou a renda bruta arrecadada a 20.290.761\$318, papel, da qual ao Governo cabe a importancia de 9.966.468\$815. A renda ouro proveniente do imposto de 2 % foi de 6.544.467\$204, ouro.

O coefficiente médio de aproveitamento do cáes, por metro corrente, attingiu a 767,357 toneladas, nunca até aqui alcançado.

— Em fins do anno passado, manifestaram-se, no porto do Rio de Janeiro, indicios de congestionamento, por accumulo de mercadorias importadas.

Directores da Associação Commercial elaboraram um parecer sobre o assumpto, entregue ao Ministerio da Viação, em 15 de dezembro ultimo.

Do estudo desse parecer se conclue que o abarrotamento não assume, neste porto, a gravidade do que, mais ou menos

na mesma época, se verificou, como adiante diremos, no de Santos.

A crise é aqui de fácil solução, desde que se obtenha maior presteza no desembarço das mercadorias armazenadas na faixa interna do cães e desde que o commercio importador retire das dependencias do porto, com a possivel brevidade, os productos já despachados.

O Governo procura chegar a esse duplo resultado. As providenciãs indicadas e outras em via de estudo, taes como a entrega, á Companhia Brasileira de Exploração de Portos, de varios armazens, com a área approximada de 20.000 ms², situados na faixa externa do cães e alugados a particulares, a titulo precario; o alfandegamento de alguns armazens externos para ampliação do espaço destinado ás conferencias; a melhora do aparelhamento do porto, com a electrificação de varios guindastes ainda movidos a mão, e, sobretudo, a construcção do prolongamento do porto, auctorizada em 12 de dezembro de 1923, são garantias do proximo desafogo do porto do Rio, que bastará a satisfazer, ainda por muitos annos, ás necessidades do commercio importador e exportador.

Aqui, como em Santos, resulta das observações feitas que a crise não é precisamente portuaria: si, em 1924, o movimento do porto (2.530.742 toneladas) superou o de 2.003.635 toneladas registrado em 1914, em compensação, ha dez annos ainda se não achavam concluidas todas as installações do porto do Rio e, apesar disso, não houve agglomeração de mercadorias.

— Em 1º de junho ultimo, iniciou-se, com a dragagem na parte extrema do cães actual, do lado esquerdo do canal do Mangue, em direcção á Ponta do Cajú, a execução das obras de prolongamento do cães do porto do Rio de Janeiro, contractadas com a Société de Construction du Port de Bahia e com a Companhia Nacional de Construcções Civas e Hydraulicas, de accordo com o decreto n. 16.439, de 2 de abril de 1924, que previu a construcção de mais 1.391 ms. de cães.

Até 28 de fevereiro ultimo, o lodo, areia e tabatinga, transportados para fóra da barra e lançados além da ilha Raza, a cerca de 12 milhas do local das obras, alcançaram o volume de 574.017,350 m³. No mesmo periodo, haviam sido feitos 125.616,400 m³. de aterro, na parte final do cães contractado, junto aos terrenos do Arsenal de Guerra, no fim da praia de São Christovão. Até 31 de dezembro, a área conquistada ao mar elevava-se a 35.314 m², estando em serviço dois escavadores, tres locomotivas e 153 vagões com cubação de 3.500 m³. Trabalham nas obras tres dragas passantes, de alcatruzes, e seis batelões de capacidade de 440 m³.

Os serviços têm corrido com regularidade. No decurso

do corrente anno, deverá ser inaugurado um primeiro trecho de cães, de 500 ms.; e, em junho de 1926, um outro de 200 ms. Toda a obra estará, então, a mais de meio.

Porto de Santos

O porto de Santos, nos termos do decreto n. 9.979, de 12 de julho de 1888, é de concessão da Companhia Docas de Santos, cujo capital reconhecido em 31 de dezembro de 1923 foi de 150.509.499\$064, papel, sem garantia de juros.

A renda bruta, arrecadada durante o anno, elevou-se a 37.954.034\$336, papel, para um movimento de 2.227.701 toneladas, sendo 1.459.829 provenientes de importação e 767.872 de exportação.

No segundo trimestre do anno findo, o movimento de entrada de mercadorias estrangeiras, no porto de Santos, que se vinha avolumando de modo a approximar-se do verificado em 1913, quando se registrára o maior coefficiente de aproveitamento do respectivo cães, proseguia em ascensão constante e, não encontrando sufficientemente aparelhadas de material rodante as estradas de ferro em ligação com o porto, depressa a situação se aggravou, assumindo os caracteristicos de congestão do grande emporio paulista.

Informado da crise que se accentuava, dia a dia, o Governo, ao mesmo tempo que não esquecia providencias para descarga immediata dos gêneros de primeira necessidade, do carvão de pedra para as estradas e para o prompto despacho de vagões encommendados pela São Paulo Railway, tomava medidas de emergencia que, si não conseguiram normalizar a situação, pelo menos lhe attenuaram os ruinosos effeitos.

Entre ellas, convém mencionar a que declarou alfandegados dois armazens externos, ampliando de 16.000 ms² a área destinada ás mercadorias estrangeiras, a determinação, á São Paulo Railway, do estabelecimento, nas duas linhas da serra, de turmas de trabalho quotidiano diurno e nocturno e a recommendação, á Companhia Docas de Santos, para dobrar suas turmas.

A primeira dessas resoluções data de 12 de abril e as outras de 25 de junho do anno findo. Com ellas se obteve notavel desafogo nas condições do mercado santista, cujo stock de mercadorias desceu, de 104.903 toneladas, em 20 de junho, a 56.773, em 5 de julho, conforme accentuou a Associação Commercial de São Paulo. O levante militar, porém, nesse Estado, acarretou a suspensão das providencias em execução e provocou a recrudescencia da crise. Em 16 de agosto, 14.273 toneladas de mercadorias agglomeravam-se nos armazens das Docas e suas dependencias.

A 30 do mesmo mez, o Ministerio da Viação incumbiu o Inspector de Portos de ir a Santos, para conhecer pessoalmente o estado do porto, estudal-o minuciosamente e propôr as providencias que julgasse precisas. O relatorio, por elle apresentado e inserto no *Diario Official*, de 12 de dezembro, conclue que a crise é principalmente consequencia da sensivel falta de material rodante nas estradas de ferro que servem o porto.

De accordo com as conclusões desse parecer, que coincidem com o que apurára noutras fontes, o Governo cogita de realizar os melhoramentos ferro-viarios a que se faz referencia em outra parte desta Mensagem.

Não obstante, reconheceu-se a necessidade da realização de obras novas no porto de Santos, a saber: installação de silos para trigo em grão; tanques para gasolina a granel; ampliação do aparelhamento mecanico para carregamento de café; duplicação da linha de transmissão de energia electrica; aparelhamento para carga e descarga de carvão e baixamento do canal de accesso, em certa largura, a 10 ms., de modo a permittir a atracação dos grandes vapores transoceanicos ao câes.

Concorrerão taes obras para se obter um maior aproveitamento, por metro linear, no porto paulista, cujo coefficiente foi apenas de 431 toneladas, em 1923, quando no Rio de Janeiro, com aparelhamento equivalente, foi de 623,218 toneladas, por metro, no mesmo periodo, com um movimento 44,5 % mais intenso.

Porto do Rio Grande do Sul

As obras do porto do Rio Grande do Sul continuam em concessão ao Governo do Estado, de accordo com o decreto n. 13.691, de 9 de julho de 1919, baseado no de n. 3.543, de 25 de setembro de 1918, e no art. 124, da lei n. 3.674, de 7 de janeiro daquelle anno.

Em 29 de setembro de 1919, lavrou-se o contracto entre a União, o Estado e a Companhia Franceza. Por elle, a encampação das obras se fez ao preço total de 208.640.546 francos, dos quaes 140.320.546, correspondentes ás despesas effectivamente realizadas nas obras da barra, e 68.320.000, relativos á despesa do porto.

O movimento do porto, em 1924, foi de 400.248 toneladas; a renda bruta arrecadada attingiu a 4.402.764\$677, papel, e o imposto da barra rendeu 1.308.908\$806, também papel. Importou a renda de 2 % ouro em 518.429\$640.

Diversas obras realizou, no porto, o Estado, em 1924. Entre ellas, 6.597,498 ms² de calçamento a paralelepipedos; 1.182,5 ms² de canalização de agua; collocação de 13 caixas de

madeira, para serviço de incendio, e descarga de 14.085,125 ms² de pedra no molhe de léste, para seu avançamento.

A profundidade existente no porto é de nove metros.

Porto de Manáos

O porto de Manáos é de concessão da Manáos Harbour Limited e o seu capital reconhecido, até 31 de dezembro de 1923, ascende a 18.545.200\$789, papel, sem garantia de juros.

Em 1924, foi alli arrecadada a renda bruta de..... 2.528.901\$391, papel, com um movimento de 115.669 toneladas.

Porto do Pará

É concessionaria do porto do Pará a Companhia Port of Pará, cujo capital reconhecido, até 31 de dezembro do anno atrazado, era de 60.651.102\$273, ouro, com garantia de juros.

Foi de 500.841 toneladas o movimento do porto, durante o anno, sendo arrecadada a renda bruta (convertida em ouro) de 459.691\$710. A renda de 2 % ouro montou a 154.382\$399.

Porto do Recife

Em Recife, continuou o Governo do Estado de Pernambuco, durante o anno de 1924, a execução das obras complementares do respectivo porto, de accordo com o contracto de concessão a que se refere o decreto n. 14.531, de 10 de dezembro de 1920.

O capital reconhecido até 31 de dezembro de 1920 montou a 89.867.887\$500, com garantia de juros. A partir de 1921, não gosa de garantia de juros o capital despendido pelo Estado nas obras.

Foi de 538.414 toneladas o movimento bruto do porto; a arrecadação importou em 5.211.858\$560, papel, e a renda de 2 % ouro, em 687.970\$126.

Concluida a dragagem, para 30 pés de calado, determinou o Inspector da Alfandega que, a partir de 1º de outubro ultimo, fosse obrigatoria a atracação, ao câes, de todas as embarcações que aportassem a Recife.

A principio, houve reluctancia por parte das companhias de navegação estrangeiras. Mas, collocados dois pharoletes á entrada do porto, designado para Recife o rebocador *Cabello*, que se encontrava na Parahyba e passou a auxiliar as manobras dos navios que demandam a capital de Pernambuco, e construidos dois fluctuantes, destinados a facilitar a acostagem dos transatlanticos, cessou por completo qualquer resistencia e, desde 1º de novembro, se realiza, obrigatoria,

A receita da Estrada, em 1924, foi de 1.313.329\$775, contra uma despesa de 1.513.496\$828, resultando o deficit de 200.167\$053, bem maior do que o de 1923, que fôra de.... 25.260\$445.

A extensão em tráfego, a 31 de dezembro, era de.... 299,090 kms., identica á do anno anterior.

Ligações ferro-viarias em Therezina

Proseguiram lentamente as obras empreitadas pela Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão e destinadas a ligar, na cidade de Therezina, as estradas de ferro Central do Piahy, São Luiz a Therezina, Petrolina a Therezina e Therezina a Crathéus (Estrada de Ferro de Sobral). Até o fim do anno, foram atacados 23 kilometros, dos quaes 5,380 estão com os trilhos assentados.

O decreto n. 16.644, de 22 de outubro de 1924, prorogou, por dois annos, o prazo fixado para a conclusão das obras contractadas, entre as quaes se destacam as grandes pontes metallicas a serem lançadas sobre os rios Parnahyba e Poty.

Na cidade de Therezina, a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão terá, por força do seu contracto, de construir uma estação com capacidade para satisfazer ás exigencias de todas as estradas de ferro, que alli devam entroncar.

Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

A construcção dos prolongamentos da E. F. Central do Rio Grande do Norte esteve quasi totalmente paralizada, tanto na linha tronco, como no ramal de Macão e na linha de contorno, em Natal. Pela verba correspondente despenderam-se 210.175\$634.

A receita industrial da Estrada foi de 844.052\$200 e a despesa de custeio, de 933.933\$586.

Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina

Na E. F. de Petrolina a Therezina, além dos 88 kms. em tráfego, estende-se um trecho de 17 kms., com trilhos já assentados e outro de 15 kms., de leito preparado. A construcção esteve suspensa nos restantes 75 kms. atacados.

O movimento financeiro foi o seguinte: receita,.... 67.354\$810; despesa, 285.314\$686.

Estrada de Ferro de Goyaz

Durante o anno foram inaugurados 28,391 kms., no prolongamento da E. F. de Goyaz, em direcção á capital do Estado desse nome, tendo sido entregues ao tráfego ali as novas estações de Ponte Funda (kilom. 290) e Tavares (kilom. 304). A extensão da estrada foi assim elevada a 349,363 kilometros.

Com a construcção do prolongamento, do qual ficaram atacados mais 14 kms., despenderam-se 616.038\$313.

Foi o seguinte o movimento financeiro durante o anno: receita, 2.279.678\$470; despesa, 1.859.779\$740; donde um saldo de 419.898\$730.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Continuou sem solução definitiva a questão da medição final dos trabalhos de construcção da E. F. Madeira-Mamoré, não tendo sido homologada a decisão arbitral pronunciada ha alguns annos, e sobre a qual foram levantadas duvidas.

A receita, em 1924, elevou-se a 2.166.510\$180 e a despesa de custeio, a 3.078.037\$550.

Great Western

A extensão total das linhas da Great Western, em tráfego, passou a ser de 1.628,458 kms., devido á incorporação de 1,580 kms. construidos pela Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, no ramal de Mulungú.

O movimento financeiro, em 1924, foi o seguinte: receita, 24.890.266\$650; despesa, 20.218.620\$270; saldo, 4.671.646\$380.

Esse saldo, porém, como o de annos anteriores, é todo absorvido e até excedido pelos grandes encargos financeiros que pesam sobre a Companhia, correspondentes ao seu capital em obrigações e em acções preferenciaes. Desde muito tempo, ficou abandonado o melhoramento da linha, que se encontra em más condições, bem como a reparação e o augmento do material rodante, já de si insufficiente. Dahi, intensa crise de transportes, com grande prejuizo para as regiões productoras dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte.

Reconhecendo a necessidade imperiosa de acudir a essa situação e não julgando opportuna a solução definitiva, mas muito onerosa, da encampação da Estrada, o Governo, na fórma do decreto n. 16.644, de 22 de outubro de 1924, resolveu fazer á Companhia o adiantamento de 13.666.781\$924, que será applicado na aquisição, rigorosamente fiscalizada, do material e na execução das obras indispensaveis á regularização do tráfego. Para occorrer ao pagamento dessa importância, aquelle decreto estabeleceu uma elevação de tarifas, correspondente á do valor a que têm attingido as mercadorias.

Réde Ferro-Viaria Este-Brasileira

Graças á inauguração de mais 28 kms., entre Jequy e Triumpho, na Estrada de Ferro Central da Bahia, e de mais 69,671 kms., entre Ladainha e Queixada, na Estrada de Ferro Bahia e Minas, a extensão total da Réde Ferro-viaria Este-

Brasileira, em trafego, elevou-se, em 1924, a 2.223,249 kilometros.

O seu movimento financeiro, nesse periodo, foi, aproximadamente, o seguinte: receita, 13.923.290\$860; despesa, 13.478.616\$084; saldo, 444.674\$776.

Na Estrada de Ferro Bahia e Minas, estavam em construcção, ao encerrar-se o anno de 1924, 64.346 kms., e, nas outras estradas da rede, 282,500 kms., dos quaes 120,000 kms. nas linhas do São Francisco e ramaes, e 162,500 kms. na Estrada de Ferro Central da Bahia e ramaes. Foram feitos os estudos preliminares das linhas de ligação da E. F. Bahia e Minas com a linha de Montes Claros e Jaquella com a E. F. Victoria a Minas.

Estrada de Ferro de Maricá

O movimento financeiro da E. F. de Maricá (prolongamento), que continuou a contar 65,180 kms. de extensão, foi o seguinte: receita, 235.225\$620, e despesa, 429.491\$100.

Rêde Sul Mineira

A extensão da Rêde Sul Mineira, em trafego, se manteve a mesma de 1923, isto é, 1.141,800 kilometros.

A sua receita, em 1924, elevou-se a 11.476.051\$515, e a despesa, a 11.071.496\$375.

Pelo decreto n. 16.454, de 16 de abril de 1924, foram approvados os projectos e orçamentos, na importancia de... 7.602.406\$567, para as obras necessarias á conclusão dos ramaes de Itajubá e Lavras.

Foram approvadas as clausulas do contracto de trafego mutuo entre a Rêde Sul Mineira e as linhas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Em consequencia, reiniciou-se, em 1º de outubro, o serviço de trafego directo entre as duas empresas.

Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande

Tendo-se inaugurado na E. F. São Paulo-Rio Grande 20.135 kms., na linha de Barra Bonita e Rio do Peixe (de Thomazina a Pinhalão), e tendo sido por outro lado, supprimido o trafego da antiga linha de Serrinha, por Tamanduá (52,977 kms.), a extensão total em trafego desceu a 1.930.135 kms. isto é, menos 32,924 kms. do que em 1923.

A receita total nas diferentes linhas da Estrada, foi, em 1924, de 27.342.474\$913 e a despesa total, de 25.317.651\$906. A quota de arrendamento, nos termos do contracto, montou a 4.412.211\$909. As taxas addicionaes renderam 1.287.534\$236, por cuja conta foram gastos 80.141\$585. Em obras novas, na linha de Itararé, gastaram-se 161.236\$670. O ramal de Para-

napanema esteve sob o regimen de garantia de juros até 30 de junho de 1924, tendo passado dahi em diante para o de arrendamento, mediante incorporação á Estrada de Ferro do Paraná.

Proseguiram as construcções do ramal de Parapanema e da linha do Rio do Peixe. No primeiro, prepararam-se 14,400 kms. de leito e construíram-se 3.301,3 ms³ de obras de alvenaria, despendendo-se, approximadamente, 3.120.000\$000; na segunda, assentaram-se 16 kms. de linha e prepararam-se mais 8,289 kms. de leito.

Ficou prompto para ser entregue ao trafego provisório o trecho de 14,266 kms. entre Pinhalão e Japyra. Entre o kilometro 100 e Cambuhy, correu-se uma variante que, melhorando as condições technicas da linha, produziu ainda um encurtamento de 3 kilometros.

Estrada de Ferro de Santa Catharina

A extensão, em trafego, da E. F. de Santa Catharina, arrendada ao Estado desse nome, permaneceu a mesma que no anno precedente: 69,700 kms., sem contar a navegação fluvial que serve ao trecho de Itajahy a Blumenau.

Continuou em construcção o prolongamento até a barra do rio Trombudo (cerca de 40,186 kilometros).

O movimento financeiro da Estrada foi o seguinte: receita, 675.429\$978; despesa de custeio, 671.063\$084.

Foram auctorizadas as obras indispensaveis para ficar a linha arrendada, de Blumenau a Hansa, sufficientemente aparelhada para as necessidades do trafego. O orçamento correspondente foi de 1.180.000\$000, tendo sido marcado o prazo de tres mezes para o arrendatario apresentar os planos definitivos, na forma da clausula XIII do respectivo contracto.

Estrada de Ferro Dona Thereza Christina

A receita da E. F. Dona Thereza Christina, em 1924, attingiu a 1.155.524\$029 e a despesa de custeio, a 1.043.386\$152.

Continuaram em construcção, a cargo da Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, o trecho de Tubarão a Crisciúma (em trafego provisório), com 56,550 kms., e o trecho de Crisciúma a Araranguá, com 35.300 kilometros. No primeiro, despenderam-se, em 1924, 297.603\$134 e, no segundo, 529.572\$534.

O decreto n. 16.334, de 30 de janeiro de 1924, prorogou até 16 de outubro do mesmo anno o prazo para a conclusão do ramal de Urussanga. Nesse ramal, a cargo da Companhia Carbonifera de Urussanga, estiveram em construcção 32.600

kilometros. Os serviços effectuados nessa construção, durante o anno de 1924, montaram a 363.345\$939.

Viação Ferrea do Rio Grande do Sul

A extensão kilometrica total da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, em 1924, attingiu a 2.590,275 kms., pela incorporação, á mesma, de 8,520 kms. construidos pelo Estado arrendatario, na linha de Taquára ao Canella, e de 151.200 kms. das linhas da fronteira Sul, construidas pela Empresa Constructora do Rio Grande do Sul, por conta da União. Desses 151,200 kms., 57,200 pertencem ao ramal de D. Pedrito, 37,000 á linha de Bazilio a Jaguarão e 57,000 á de Alegrete á Quarahy.

O movimento financeiro da Rêde em trafego foi: receita, 42.773.868\$780 e despesa de custeio, 46.624.597\$110.

Estrada de Ferro Leopoldina

A grande rêde, de que é concessionaria a Leopoldina Railway Company, com a extensão total de 2.989,446 kms., comprehende linhas de concessão federal e dos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro. As primeiras abrangem 1.194.745 kms. em trafego.

A falta de um regimen uniforme nas tres secções tem sido supprida por accordos especiaes. O que se celebrou, a 22 de agosto de 1922, entre a União, o segundo daquelles Estados e a Companhia, subsiste, em character provisório, tendo sido prorogada a vigencia das tarifas por elle estabelecidas.

Foi iniciada a construção da estação inicial, nesta Capital, de accordo com a obrigação contrahida pela Estrada, desde 1909. O decreto n. 16.513, de 25 de junho de 1924, que approvou a planta da esplanada e o projecto do edificio, fixou, para a conclusão deste, o prazo de um anno.

O movimento financeiro, nas differentes linhas federaes, foi o seguinte, approximadamente:

Na E. F. Central de Macahé, receita, 118.768\$527, despesa, 278.082\$500; no prolongamento da E. F. Barão de Araruama, receita, 11.519\$765; despesa, 369.093\$148; na E. F. Carangola, receita, 4.203.690\$686; despesa, 3.252.149\$564; na E. F. Santo Eduardo ao Cachoeiro, receita, 1.271.409\$286; despesa, 1.333.821\$588; na E. F. do Norte, receita, 6.042.772\$659; despesa, 4.653.926\$350; no ramal do Sumidouro, receita, 403.312\$437; despesa, 1.004.992\$700, e, na E. F. Sul do Espirito Santo, receita, 1.994.871\$041; despesa, 2.625.633\$860. O movimento financeiro da E. F. de Araruama foi muito perturbado pela quasi destruição da linha, occasionada pelas cheias.

Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy

O trafego da São Paulo Railway Company esteve interrompido, por mais de um mez, devido ao levante militar de julho de 1924. Não obstante, o seu movimento financeiro foi o seguinte: receita, 76.810.590\$310; despesa, 44.281.319\$880, saldo, 32.529.270\$430.

A insufficiencia do material e a incapacidade das duas linhas da serra, para occorrer ao trafego cada dia crescente, em vista do grande progresso commercial de São Paulo, determinaram grave crise de transportes e enorme agglomeração de mercadorias no porto de Santos. O Governo determinou medidas de emergencia, que, aliás, não bastarão para corrigir um estado de cousas que excedeu a toda previsão: ordenou o serviço diurno e nocturno naquellas linhas, emprestou cerca de cem carros da Estrada de Ferro Central do Brasil e interveiu para que a Companhia os adquirisse em maior numero. Começou esta por encommendar 250 vagões, dos quaes 186 já entraram em serviço, e encommendou mais 250.

São, porém, inadiaveis providencias de maior alcance que consigam collocar os meios de transporte ao nivel das necessidades que os reclamam: augmentar a capacidade da estrada, que é, actualmente, a collectora unica de todo o commercio exterior de São Paulo e das regiões confinantes, e proporcionar-lhe outros escoadouros. Esperamos levar a breve termo as medidas que temos estudado, em entendimento com o governo daquelle Estado e a Companhia.

Linhas da Fronteira Sul

Ficaram concluidos os trabalhos de construção das linhas estrategicas, de Basilio a Jaguarão, São Sebastião a Sant'Anna do Livramento e Alegrete a Quarahy, nas partes que tinham sido empreitadas pela Empresa Constructora do Rio Grande do Sul. Os trechos concluidos foram incorporados á rêde arrendada ao Estado, continuando os restantes com a construção suspensa.

Linha de Quarahim a São Borja

A linha de Quarahim a São Borja é composta das estradas de ferro de Quarahim a Itaquy, antiga concessão, com garantia de juros, feita pelo Governo Federal a The Brazil Great Southern Railway Company, e Itaquy a São Borja, prolongamento da precedente, de propriedade da União, arrendada á mesma Companhia.

Á vista de declaração da Companhia, de que, a partir de 1º de julho, suspenderia o trafego das duas linhas, recomendou o Governo á Inspectoria Federal das Estradas que,

uma vez verificada a annunciada suspensão, intimasse a concessionaria a restabelece-lo sob a ameaça das penas contractuales: imposição de multas e o restabelecimento por conta da Companhia. Realizada, naquella data, a suspensão e decorridos mais de 30 dias consecutivos, prazo previsto no contracto, occupou o Governo as duas linhas, cuja exploração provisoria confiou á Inspectoria de Estradas, desde o dia 31 de julho até serem incorporadas á rêde rio-grandense. Em 4 de agosto foi, assim, restabelecido o trafego, desde Quarahim até o kilometro 54 da linha de Itaqui a São Borja, e, em 15 de setembro, até esta ultima localidade.

Durante o anno de 1924, foi o seguinte o movimento financeiro dessas linhas: receita, 725.382\$334; despesa... 778.797\$759.

Estrada de Ferro Victoria a Minas

Na E. F. Victoria a Minas, que é de concessão federal, foram inaugurados, em 1924, mais 27,700 kms. de Ipatinga a Baratinha, que elevam a sua extensão total em trafego a 502,700 kilometros.

O seu movimento financeiro, em 1924, foi, approximadamente, o seguinte: receita, 5.297.702\$100; despesa... 5.357.730\$190. A garantia de juros, em igual periodo, custou ao Thesouro Nacional 1.786.359\$754, ouro.

O prazo para a conclusão da linha de Victoria a Itabira do Matto Dentro foi prorogado até 7 de julho de 1926, pelo decreto n. 16.545, de 13 de agosto de 1924.

Estrada de Ferro do Corcovado

O movimento financeiro da E. F. do Corcovado, de concessão federal e character suburbano, foi, em 1924, o seguinte: receita, 131.071\$800; despesa, 126.994\$120.

Estrada de Ferro Mogyana

O movimento financeiro nas linhas de fiscalização federal da E. F. Mogyana, em 1924, foi o seguinte: linha do Rio Grande e ramal de Caldas, receita, 4.033.834\$494; despesa, 3.442.896\$116; linha de Catalão, receita, 2.827.133\$188; despesa, 2.835.479\$700; linha de Igarapava e Uberaba, receita, 836.237\$927; despesa, 569.669\$914; linhas de Tuyuty a Passos e Guaxupé a Biguatinga, receita, 2.301.376\$405; despesa, 1.813.420\$037.

As tarifas da rêde Mogyana soffreram um accrescimento de 38 %, no fim do anno de 1923.

Estabeleceu-se o regimen de trafego directo entre essa rêde e a Rêde Sul-Mineira, a começar de 1º de outubro de 1924.

Estrada de Ferro Sorocabana

Tendo-se encerrado, em 1923, o periodo da garantia de juros das linhas federaes da E. F. Sorocabana (ramaes de Itararé e Tibagy), já no anno de 1924 havia cessado esse onus para o Thesouro Nacional.

O movimento financeiro, nos ramaes de concessão da União, em 1924, foi o seguinte: ramal de Itararé, receita, 4.975.128\$224; despesa, 4.396.462\$860; ramal de Tibagy, receita, 8.986.076\$221; despesa, 7.953.855\$854.

Ambos estes ramaes soffreram graves perturbações devidas ao movimento armado que rebentou em São Paulo naquelle anno.

As tarifas e pautas de ambos, assim como a classificação das mercadorias, foram modificadas desde 20 de dezembro de 1924.

Estradas de Rodagem

O problema da construcção de estradas de rodagem assume importancia cada vez maior e delle não se tem descurado o Governo Federal, já procurando despertar a iniciativa privada, já prestigiando associações de character particular interessadas no desenvolvimento rodoviario do Brasil. A iniciativa da construcção de estradas de rodagem, porém, deve pertencer aos Estados, cumprindo ao Governo Federal facilitar a sua realização. Os diferentes Estados da União, notadamente os de São Paulo e Minas, cuidam intensamente de augmentar suas rêdes de estradas dessa especie.

A necessidade da adopção de um plano geral foi ventilada no 3º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, reunido nesta Capital em outubro ultimo, tendo sido estabelecidas conclusões sobre as medidas mais necessarias ao seu desenvolvimento.

Em breve, realizar-se-á, nesta Capital, por iniciativa do Automovel Club do Brasil e sob o patrocínio do Governo, a Primeira Exposição de Automobilismo, Estradas de Rodagem e Auto-Propulsão, a qual, a exemplo do que se tem feito, com vantagem, no estrangeiro, se destina a permittir aos interessados o conhecimento perfeito desse systema de transportes.

Para o estudo das questões referentes ao futuro estabelecimento de um systema de estradas de rodagem em todo o continente, reuniram-se, nos Estados Unidos, delegados de todos os paizes das tres Americas, ficando deliberada a realização, no corrente anno, do 1º Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem.

Navegação

A deficiência da nossa marinha mercante, em relação á grandeza da missão que lhe incumbe, cada anno mais se accentua, devido, por um lado, á idade da maior parte dos nossos vapores e, por outro, ao actual accumulo de mercadorias nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, o que reduz o coefferiente de aproveitamento dos navios e onera o custo do transporte.

Dos dois problemas não tem o Governo descurado e, máo grado reconheça que o momento não é o mais favoravel para aquisições no estrangeiro, comtudo os novos contractos de navegação encerram disposições severas, quanto á obrigação de compra de material fluctuante.

Assim, no contracto recente, com o Estado de Minas, para a navegação do S. Francisco, quadruplicou-se o material fluctuante com que o executava a Companhia Industria e Viação de Pirapora; a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão acaba de entregar ao trafego maritimo dois vapores; a Companhia Nacional de Navegação Costeira faz construir, em estaleiros francezes, seis grandes unidades modernas, de 3.500 toneladas liquidas e capacidade para 328 passageiros. Outras companhias têm obrigações contractuaes analogas, de sorte que a renovação dos nossos navios se vae, aos poucos, effectuando.

Lloyd Brasileiro

Em Mensagem de 3 de maio do anno passado, fallámos da éra auspiciosa que se abria na vida do Lloyd Brasileiro e assignalámos que essa empreza de marinha mercante começava a entrar em caminho de franca prosperidade, graças á sua boa direcção, a cargo do Commandante Cantuaria Guimarães e do Dr. Alberto de Andrade Figueira.

Normalizados os seus serviços de transporte, reparada sua frota, restituídas á navegação unidades, estacionadas á

espera de reparos, proseguidas as obras de construcção, então paralizadas, do seu dique de Mocanguê, dera a alludida empreza, naquelle anno, um lucro liquido de 4.995.463\$399.

Mais auspicioso foi ainda o anno de 1924, que propiciou ao Lloyd um lucro liquido de 26.022.934\$660.

Esse facto vem provar que identicos resultados se podem conseguir em toda a administração brasileira, se fizermos mais administração do que politica.

Como sabeis, ha muitos annos que o Lloyd arrastava uma existencia penosa e deficitaria, julgada quasi inconcertavel. Entretanto, dois annos bastaram para melhorar suas condições, dar efficiencia aos seus serviços, aperfeiçoal-os e transformar sua deficitaria situação financeira em situação de saldos consecutivos.

Além das vantagens, para a União e para o publico, da melhoria dos seus serviços, iniciará elle o pagamento de juros das "debentures" aos accionistas, entre os quaes o Thesouro.

Os quadros, que adeante inserimos, dizem melhor o que tem sido, nestes dois annos, a administração do Lloyd.

No anno findo, desempenhou-se essa empreza de uma obrigação constante de seus estatutos, adquirindo do acervo do antigo Lloyd Brasileiro (Patrimonio Nacional), mediante uma emissão de "debentures", bens não incorporados ao seu capital social, na importancia de 30.000.000\$000.

O orçamento de 1924 dava auctorização ao Governo para celebrar contracto com o Lloyd Brasileiro e abrir o credito de 6.000.000\$000, dos quaes dois terços em ouro e um terço em papel, destinado ao pagamento das subvenções. Não se chegou, porém, a lavrar o contracto apesar de assentadas as suas clausulas, por não ter sido possivel a prévia abertura do credito.

LLOYD BRASILEIRO — CONTADORIA

Demonstração da receita geral, nos exercícios de 1921, 1922, 1923 e 1924

ANNO	TRAFFICO	DIVERSOS	TOTAL	DEFICIT	SALDO	OBSERVAÇÕES
1921	37.011:059\$467	4.664:589\$536	41.675:649\$003	2.244:106\$944	—	Recebeu-se além da subvenção: 2.600:000\$000
1922	60.512:607\$424	8.487:081\$189	68.999:688\$613	12.037:931\$683	—	Recebeu-se além da subvenção: 23.515:060\$360
1923	70.259:725\$889	2.767:515\$694	73.027:241\$583	—	4.955:463\$399	—
1924	73.859:678\$772	5.809:217\$690	79.668:896\$462	—	26.022:934\$660	—

LLOYD BRASILEIRO — ESTATISTICA

Quadro comparativo do trafego, nos exercícios de 1921, 1922, 1923 e 1924

ANNO	VIAGENS TERMINADAS	MILHAS	PASSAGEIROS					CARGAS		ANIMAES	MALAS POSTAES	PERCENTAJEM DE APROVEITAMENTO (POR MILHA)	
			1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Total	Volumes	Kilos	Passageiros (numere)			Cargas (toneladas)	
1921	303	736.822	29.701	2.514	45.272	77.487	6.034.345	363.266.791	764	42.057	10.50 %	49.30 %	
1922	417	1.511.800	43.861	3.556	58.787	106.204	12.038.611	851.292.869	806	46.365	7.00 %	56.30 %	
1923	415	1.605.877	47.903	3.243	54.587	105.733	13.999.578	886.641.198	2.062	49.123	6.58 %	55.21 %	
1924	399	1.548.824	51.855	4.286	70.121	126.262	21.252.982	1.135.067.871	4.227	62.713	8.16 %	73.28 %	

Companhia Nacional de Navegação Costeira

A Companhia Nacional de Navegação Costeira mantém as seguintes linhas contractuaes de navegação: Porto Alegre-Recife e Rio de Janeiro-Porto Alegre, com uma viagem semanal em cada uma; Rio de Janeiro-Natal, uma viagem quinzenal; Rio de Janeiro-Mossoró, uma viagem mensal exclusivamente para serviço de carga.

Além dessas, estipuladas no seu contracto de 30 de novembro de 1915, o decreto n. 15.755, de 26 de outubro de 1922, deu concessão á Companhia para executar uma linha rapida, do Rio Grande a Belém, com seis grandes vapores a serem construidos especialmente para tal fim.

A subvenção do contracto de 1915 é de 20:000\$, por viagem redonda, da primeira linha, entre Porto Alegre e Recife, ou sejam 1.040:000\$000, por anno. A relativa ao segundo monta a 80:000\$000, por viagem, enquanto fôr realizada em caracter provisorio, com o material de que dispõe a Companhia actualmente, e elevar-se-á a 115:000\$000, quando effectuada a viagem com os novos vapores. Prevê o contracto mais eficiente: no regimen definitivo, com as seis unidades encomendadas, a execução de 52 viagens que, subvencionadas cada uma, á razão de 115:000\$, importarão em 5.980:000\$000; no regimen transitorio, com o material actual, a realização de 36 viagens, a 80:000\$000, cada uma, que custariam 2.880:000\$000.

Por se afigurar conveniente, ficou estabelecido que, em vez de 36 viagens, no regimen transitorio do segundo contracto, fossem feitas 52, com o aproveitamento de trechos de outras linhas do contracto de 1915. A linha do Rio Grande-Belém deixou, assim, de ser toda ella nova, transformando-se em prolongamento de outras. A subvenção, em consequencia, baixou de 80:000\$ a 48:730\$400, por viagem, e, de 2.880:000\$000 por anno, correspondentes a 36 viagens inteíraes, a 2.533:980\$000, referentes a 52 viagens incompletas.

De janeiro a junho de 1924, manteve a Companhia, em serviço, 23 unidades, com 34.979 toneladas de carga: realizou 185 1/2 viagens, nas quaes percorreu 428.139 milhas, e transportou 48.868 passageiros, 252.036 toneladas de carga e 97 animaes.

Elevou-se a receita, inclusive a subvenção, a..... 20.608:515\$136 e a despesa, a 16.769:507\$318. O saldo do semestre foi, pois, de 3.839:007\$818.

Companhia Commercio e Navegação e Lloyd Nacional

A Companhia Commercio e Navegação explora linhas de navegação do Rio de Janeiro para Belém, Porto Alegre e

Amarração ou Tutoya. O Lloyd Nacional trafega entre Porto Alegre e Cabedello, Rio Grande e Ceará e Rio Grande e Pará.

Dedicam-se ambas especialmente ao transporte de cargas.

De janeiro a junho de 1924, a primeira realizou 71 viagens, nas quaes empregou 17 navios, com 28.305 toneladas brutas, navegando 144.950 milhas, e a segunda percorreu 131.494 milhas, em 32 1/2 viagens, executadas por 11 navios, de 25.485 toneladas brutas.

Em linhas extra-contractuaes, effectuou a Commercio e Navegação o transporte de 2.632 passageiros e, em todas as suas linhas, o de 148.463 toneladas de carga e 188 animaes, com a receita de 5.726:647\$460 e a despesa de 5.598:897\$000, donde o saldo de 127:750\$460, no semestre.

O Lloyd Nacional transportou 138.079 toneladas de carga. Sua receita foi de 8.063:064\$838 e a despesa de 7.044:200\$160, sendo o saldo semestral de 1.018:864\$678.

Navegação da região amazonica

Terminado, em 31 de agosto de 1922, o prazo do contracto da The Amazon River Steam Navigation Company, que tinha a seu cargo o serviço de navegação da região amazonica, continuou ella a executal-o, a titulo precario, mediante a subvenção annual de 2.430:000\$000, de accordo com o disposto no art. 228, da lei da despesa de 1924.

No primeiro semestre do anno findo, estiveram em trafego 22 navios, de 9.861 toneladas brutas, que realizaram 81 1/2 viagens, com o percurso total de 175.677 milhas. Foram transportados 11.373 passageiros, 26.217 toneladas de carga e 1.616 animaes. A receita, inclusive a subvenção, importou em 3.383:951\$040 e o saldo em 1.658:872\$060, por ter sido a despesa de 1.725:078\$980.

Em fins do anno passado, realizou-se a concorrência publica para a navegação da região amazonica, dividido o serviço em varios grupos de linhas, a serem contractados separadamente. A Amazon River, candidata ao primeiro grupo, equivalente á navegação que executa actualmente, apresentou proposta fóra do edital, desprezada por esse motivo. Arrematadas foram apenas as linhas do Alto Tapajoz, Soure-Cachoeira e dos Autazes, que os decretos ns. 16.740, 16.741 e 16.742, de 31 de dezembro ultimo, auctorizaram a contractar.

Navegação do São Francisco

Da navegação do rio São Francisco incumbiram-se, em 1924, por contracto com o Governo Federal, a Empresa Viação do São Francisco, de propriedade do Estado da Bahia, e a Companhia Industria e Viação de Pirapora

Esgotou-se, em 14 de janeiro de 1924, o prazo do primeiro contracto; mas, como o art. 205, da lei n. 4.793, de 7 do mesmo mez, permittia a sua prorrogação, a titulo precario, ponde o serviço proseguir, até 12 de fevereiro ultimo, quando foi assignado o contracto, ora em vigor, a que se refere o decreto n. 16.742, de 31 de dezembro do anno passado.

Inclue o novo contracto, o que não se dava com o anterior, a navegação dos principaes affluentes do São Francisco.

Em virtude do decreto n. 16.562, de 23 de agosto ultimo, transferiu-se ao Estado de Minas o contracto da Companhia Viação de Pirapora. O Governo estadual adquiriu da União, por 421.550\$000, os bens e material fluctuante de propriedade desta, utilizados na exploração do serviço.

Outras empresas de navegação

Executaram normalmente os seus contractos as demais empresas fiscalizadas, de navegação.

Assignou-se, em 8 de maio de 1924, contracto com a Empresa Lloyd Maranhense, para a navegação nos rios Itapicurú, Mearim, Pindaré e Munim, e expediu-se, a pedido da Companhia de Navegação Bahiana, o decreto n. 16.386, de 27 de fevereiro ultimo, que declarou a rescisão do seu contracto, celebrado em 28 de dezembro de 1922.

Navegação aerea

O Congresso Nacional, pela disposição contida no art. 19 da vigente lei da despesa, deferiu ao Governo a attribuição de regulamentar o serviço de viação aerea no paiz, nas linhas internacionaes ou interiores, prescrevendo que se tivessem em vista os principios geraes da Constituição, referentes á navegação de cabotagem, e que vedam a concessão de privilegios, os regulamentos adoptados em outros paizes e as convenções internacionaes existentes, acautelados os interesses da defesa nacional.

Foi o Governo, outrosim, auctorizado pela mesma disposição legislativa a contractar o transporte aereo da correspondencia postal, mediante o pagamento, no todo ou em parte, do producto da venda de sellos especiaes, cuja tabella poderá organizar. Em consequencia, empenha-se actualmente o Governo no problema do trafego postal e commercial aereo, cuja solução os altos interesses do paiz já não permittem seja protelada.

Os trabalhos de organização do regulamento da navegação aerea, primeira providencia a ser tomada, já foram iniciados e proseguem com a rapidez compativel com o detido estudo que o assumpto reclama, tendo o Governo obtido do

Aereo Club Brasileiro a valiosa contribuição de um ante-projecto.

Em 1919, haviam sido outorgadas sete concessões que incorreram na pena de caducidade, por terem sido esgotados os prazos estabelecidos para o inicio do respectivo trafego.

A possibilidade e as vantagens de um serviço regular de communicações pelo ar entre diversas regiões do Brasil e entre este e paizes estrangeiros têm provocado estudos e experiencias com exito completo. Parece, pois, chegada a oportunidade de estabelecê-lo e o Governo espera fazê-lo, dentro das auctorizações que lhe conferistes. Para o estabelecimento das estações necessarias, já procurou entender-se com os Estados, afim de se fazer a escolha e a adaptação dos terrenos convenientes.

Porto do Rio de Janeiro

Celebrado com o engenheiro Manoel Buarque de Macedo, em virtude do decreto n. 16.034, de 9 de maio de 1923, o contracto de arrendamento do porto do Rio de Janeiro, foi, pelo decreto n. 16.306, de 31 de dezembro do mesmo anno, auctorizada sua transferencia á Companhia Brasileira de Exploração de Portos, a cujo cargo esteve, durante o anno findo, a exploração do mesmo.

A 25 de setembro ultimo, iniciou a Companhia, na faixa interna do porto, a construção da estação para passageiros e do armazem de bagagem, previstos na clausula XXI do contracto de arrendamento e orçados em 2.189.998\$683, segundo o decreto n. 16.549, de 13 de agosto de 1924, que lhes approvou os planos.

O movimento do porto foi de 2.530.742 toneladas, sendo 1.746.072 relativas á importação e 784.670 correspondentes á exportação.

Montou a renda bruta arrecadada a 20.290.761\$318, papel, da qual ao Governo cabe a importancia de 9.966.468\$815. A renda ouro proveniente do imposto de 2 % foi de 6.544.467\$204, ouro.

O coefficiente médio de aproveitamento do cães, por metro corrente, attingiu a 767,357 toneladas, nunca até aqui alcançado.

— Em fins do anno passado, manifestaram-se, no porto do Rio de Janeiro, indicios de congestionamento, por accumulo de mercadorias importadas.

Directores da Associação Commercial elaboraram um parecer sobre o assumpto, entregue ao Ministerio da Viação, em 15 de dezembro ultimo.

Do estudo desse parecer se conclue que o abarrotamento não assume, neste porto, a gravidade do que, mais ou menos

na mesma época, se verificou, como adiante diremos, no de Santos. do corrente anno, deverá ser inaugurado um primeiro trecho de cões, de 500 ms., e, em junho de 1926, um outro de 200

A crise é aqui de facil solução, desde que se obtenha maior presteza no desembaraço das mercadorias armazenadas na faixa interna do cães e desde que o commercio importador retire das dependencias do porto, com a possivel brevidade, os productos já despachados. Toda a obra estará, então, a mais de meio.

Porto de Santos

O porto de Santos, nos termos do decreto n. 9.979, de 12 de julho de 1888, é de concessão da Companhia Docas de Santos, cujo capital reconhecido em 31 de dezembro de 1923 foi de 150.509.499\$064, papel, sem garantia de juros.

A renda bruta, arrecadada durante o anno, elevou-se a 37.954.034\$336, papel, para um movimento de 2.227.701 toneladas, sendo 1.459.829 provenientes de importação e 767.872 de exportação.

No segundo trimestre do anno findo, o movimento de entrada de mercadorias estrangeiras, no porto de Santos, que se vinha avolumando de modo a approximar-se do verificado em 1913, quando se registrára o maior coefficiente de aproveitamento do respectivo cães, proseguia em ascensão constante e, não encontrando sufficientemente aparelhadas de material rodante as estradas de ferro em ligação com o porto, depressa a situação se aggravou, assumindo os caracteristicos de congestão do grande emporio paulista.

Informado da crise que se accentuava, dia a dia, o Governo, ao mesmo tempo que não esquecia providencias para descarga immediata dos generos de primeira necessidade, do carvão de pedra para as estradas e para o prompto despacho de vagões encommendados pela São Paulo Railway, tomava medidas de emergencia que, si não conseguiram normalizar a situação, pelo menos lhe attenuaram os ruinosos efeitos.

Entre ellas, convém mencionar a que declarou alfandegados dois armazens externos, ampliando de 16.000 ms² a área destinada ás mercadorias estrangeiras, a determinação, á São Paulo Railway, do estabelecimento, nas duas linhas da serra, de turmas de trabalho quotidiano diurno e nocturno e a recommendação, á Companhia Docas de Santos, para dobrar suas turmas.

A primeira dessas resoluções data de 12 de abril e as outras de 25 de junho do anno findo. Com ellas se obteve notavel desafogo nas condições do mercado santista, cujo stock de mercadorias desceu, de 104.903 toneladas, em 20 de junho, a 56.773, em 5 de julho, conforme accentuou a Associação Commercial de São Paulo. O levante militar, porém, nesse Estado, acarretou a suspensão das providencias em execução e provocou a recrudescencia da crise. Em 16 de agosto, 14.273 toneladas de mercadorias agglomeravam-se nos armazens das Docas e suas dependencias.

O Governo procura chegar a esse duplo resultado. As providencias indicadas e outras em via de estudo, taes como a entrega, á Companhia Brasileira de Exploração de Portos, de varios armazens, com a área approximada de 20.000 ms², situados na faixa externa do cães e alugados a particulares, a titulo precario; o alfandegamento de alguns armazens externos para ampliação do espaço destinado ás conferencias; a melhora do aparelhamento do porto, com a electrificação de varios guindastes ainda movidos a mão, e, sobretudo, a construção do prolongamento do porto, auctorizada em 12 de dezembro de 1923, são garantias do proximo desafogo do porto do Rio, que bastará a satisfazer, ainda por muitos annos, ás necessidades do commercio importador e exportador.

Aqui, como em Santos, resulta das observações feitas que a crise não é precisamente portuaria: si, em 1924, o movimento do porto (2.530.742 toneladas) superou o de 2.003.635 toneladas registrado em 1914, em compensação, ha dez annos ainda se não achavam concluidas todas as installações do porto do Rio e, apesar disso, não houve agglomeração de mercadorias.

— Em 1º de junho ultimo, iniciou-se, com a dragagem na parte extrema do cães actual, do lado esquerdo do canal do Mangue, em direcção á Ponta do Cajú, a execução das obras de prolongamento do cães do porto do Rio de Janeiro, contractadas com a Société de Construction du Port de Bahia e com a Companhia Nacional de Construções Civas e Hydraulicas, de accordo com o decreto n. 16.439, de 2 de abril de 1924, que previu a construção de mais 1.391 ms. de cães.

Até 28 de fevereiro ultimo, o lodo, areia e tabatinga, transportados para fóra da barra e lançados além da ilha Raza, a cerca de 12 milhas do local das obras, alcançaram o volume de 574.017,350 m³. No mesmo periodo, haviam sido feitos 125.616,400 m³ de aterro, na parte final do cães contractado, junto aos terrenos do Arsenal de Guerra, no fim da praia de São Christovão. Até 31 de dezembro, a área conquistada ao mar elevava-se a 35.314 m², estando em serviço dois escavadores, tres locomotivas e 153 vagões com cubação de 3.500 m³. Trabalham nas obras tres dragas passantes, de alcatriuzes, e seis batelões de capacidade de 440 m³.

Os serviços têm corrido com regularidade. No decurso

A 30 do mesmo mez, o Ministerio da Viação incumbiu o Inspector de Portos de ir a Santos, para conhecer pessoalmente o estado do porto, estudal-o minuciosamente e propôr as providencias que julgasse precisas. O relatório, por elle apresentado e inserto no *Diario Official*, de 12 de dezembro, conclue que a crise é principalmente consequencia da sensível falta de material rodante nas estradas de ferro que servem o porto.

De accordo com as conclusões desse parecer, que coincidem com o que apurára noutras fontes, o Governo cogita de realizar os melhoramentos ferro-viarios a que se faz referencia em outra parte desta Mensagem.

Não obstante, reconheceu-se a necessidade da realização de obras novas no porto de Santos, a saber: installação de silos para trigo em grão; tanques para gasolina a granel; ampliação do aparelhamento mecanico para carregamento de café; duplicação da linha de transmissão de energia electrica; aparelhamento para carga e descarga de carvão e baixamento do canal de acesso, em certa largura, a 10 ms., de modo a permittir a atracação dos grandes vapores transoceanicos ao câes.

Concorrerão taes obras para se obter um maior aproveitamento, por metro linear, no porto paulista, cujo coeeficiente foi apenas de 431 toneladas, em 1923, quando no Rio de Janeiro, com aparelhamento equivalente, foi de 623,218 toneladas, por metro, no mesmo periodo, com um movimento 44,5 % mais intenso.

Porto do Rio Grande do Sul

As obras do porto do Rio Grande do Sul continuam em concessão ao Governo do Estado, de accordo com o decreto n. 13.691, de 9 de julho de 1919, baseado no de n. 3.543, de 25 de setembro de 1918, e no art. 124, da lei n. 3.674, de 7 de janeiro daquelle anno.

Em 29 de setembro de 1919, lavrou-se o contracto entre a União, o Estado e a Companhia Franceza. Por elle, a encampação das obras se fez ao preço total de 208.640.546 francos, dos quaes 140.320.546, correspondentes ás despesas effectivamente realizadas nas obras da barra, e 68.320.000, relativos á despesa do porto.

O movimento do porto, em 1924, foi de 400.248 toneladas; a renda bruta arrecadada attingiu a 4.402.764\$677, papel, e o imposto da barra rendeu 1.308.908\$806, também papel. Importou a renda de 2 % ouro em 518.429\$640.

Diversas obras realizou, no porto, o Estado, em 1924. Entre ellas, 6.597,498 ms³ de calçamento a parallelepipedos; 1.182,5 ms³ de canalização de agua; collocação de 13 caixas de

madeira, para serviço de incendio, e descarga de 14.085,125 ms³ de pedra no molhe de léste, para seu avançamento.

A profundidade existente no porto é de nove metros.

Porto de Manáos

O porto de Manáos é de concessão da Manáos Harbour Limited e o seu capital reconhecido, até 31 de dezembro de 1923, ascende a 18.545.200\$789, papel, sem garantia de juros.

Em 1924, foi alli arrecadada a renda bruta de..... 2.528.901\$391, papel, com um movimento de 115.669 toneladas.

Porto do Pará

É concessionaria do porto do Pará a Companhia Port of Pará, cujo capital reconhecido, até 31 de dezembro do anno atrasado, era de 60.651.102\$273, ouro, com garantia de juros.

Foi de 500.841 toneladas o movimento do porto, durante o anno, sendo arrecadada a renda bruta (convertida em ouro) de 459.691\$710. A renda de 2 % ouro montou a 154.382\$399.

Porto do Recife

Em Recife, continuou o Governo do Estado de Pernambuco, durante o anno de 1924, a execução das obras complementares do respectivo porto, de accordo com o contracto de concessão a que se refere o decreto n. 14.531, de 10 de dezembro de 1920.

O capital reconhecido até 31 de dezembro de 1920 montou a 89.867.887\$500, com garantia de juros. A partir de 1921, não gosa de garantia de juros o capital despendido pelo Estado nas obras.

Foi de 538.414 toneladas o movimento bruto do porto; a arrecadação importou em 5.211.858\$560, papel, e a renda de 2 % ouro, em 687.970\$126.

Concluida a dragagem, para 30 pés de calado, determinou o Inspector da Alfandega que, a partir de 1º de outubro ultimo, fosse obrigatoria a atracação, ao câes, de todas as embarcações que aportassem a Recife.

A principio, houve reluctancia por parte das companhias de navegação estrangeiras. Mas, collocados dois pharolotes á entrada do porto, designado para Recife o rebocador *Cabello*, que se encontrava na Parahyba e passou a auxiliar as manobras dos navios que demandam a capital de Pernambuco, e construidos dois fluctuantes, destinados a facilitar a acostagem dos transatlanticos, cessou por completo qualquer resistencia e, desde 1º de novembro, se realiza, obrigatoria,

a atracação normal dos grandes vapores transoceanicos ao cães do Recife.

Durante o anno, além das obras enumeradas, foram construidos os armazens ns. 9 e 10, para a cabotagem; ficaram concluidas as fundações e armaduras metallicas dos armazens A e B; assentaram-se 3.100 ms. de linhas ferreas; construíram-se 864 ms. de galerias de aguas pluvias, de 0,30 ms. terminou-se a cava de fundação no cães de 4,50 ms.; collocaram-se as canalizações electricas dos armazens 1, 2, 3, 8, 9 e 10; terminou-se o enrocamento de protecção do cães de Santa Rita e concluiu-se o serviço de consolidação do quebra-mar, que consumiu 21.646 toneladas de blocos de pedra.

Porto da Bahia

Tem a concessão das obras de melhoramento do porto da capital do Estado da Bahia a Companhia Cessionaria das Docas da Bahia, cujo capital reconhecido era, até 30 de junho de 1924, de 22.623:125\$271, ouro, com garantia de juros.

Durante o anno, attingiu a receita bruta arrecadada a 1.006:829\$271, ouro, e o movimento do porto a 477.620 toneladas. A renda de 2 % ouro importou em 509:643\$244.

No armazem de inflammaveis realizaram-se obras que montaram a 58:799\$433, ouro, importancia essa já incluida no capital reconhecido.

Porto de Victoria

Pelo decreto n. 16.739, de 31 de dezembro de 1924, foram rescindidos os contractos celebrados com a Companhia do Porto de Victoria, para a construcção do porto do mesmo nome, e transferida a concessão ao Estado, sem garantia de juros.

O capital reconhecido nas tomadas de contas da antiga Companhia sobe a 5.290:104\$868, ouro.

Durante o anno, o movimento do porto foi de 116.864 toneladas e a renda de 2 % ouro montou a 32:683\$820.

Porto de Ilhéos

A concessão para a construcção das obras de melhoramento do porto de Ilhéos foi dada ao industrial Bento Berillo de Oliveira (decreto n. 16.019, de 25 de abril de 1923), que a transferiu á Companhia Industrial de Ilhéos, auctorizado pelo decreto n. 16.544, de 13 de agosto de 1924.

Este ultimo decreto mandou levar opportunamente á conta do capital a importancia de 645:050\$000, papel, para os fins da clausula x do acto de concessão.

As obras a realizar já se acham encetadas e constam da dragagem de 78.685 ms. no canal de accesso, cuja profundidade, assim como a da bacia do porto, deverá ser de 6,00 ms.

Portos de Laguna e Imbituba

Por portaria de 7 de agosto ultimo, foi constituida a comissão de estudos e obras dos portos de Laguna e Imbituba, para o fim de opinar em qual delles conviria a construcção do porto carvoeiro do sul. Posteriormente, a comissão estendeu seus trabalhos ao porto de Araranguá.

Em Laguna, procede ella, principalmente, a estudos mais completos de marés e correntes; em Imbituba, teve maior tarefa, na falta de trabalhos anteriores, de cunho official; em Araranguá, executou um reconhecimento cabal das condições da barra e fez levantamentos e nivelamentos, em cerca de trinta kilometros. Até fins do corrente mez, apresentará a comissão seu relatorio.

Correios

Do desenvolvimento do serviço postal dão a medida os algarismos de suas rendas e os do movimento de correspondencia, de malas, de vales postaes e de encomendas.

A renda do Correio, em todas as suas repartições, que, em 1923, foi de 25.925:587\$280, attingiu, no anno findo, excluida a parte do periodo adicional, a 27.763:252\$260, ou sejam 1.837:664\$980 mais do que no periodo financeiro anterior.

De 1920 a 1924, o accrescimento da renda foi bem consideravel, como attestam os seguintes dados:

1920.....	14.926:838\$826
1921.....	19.377:226\$621
1922.....	22.295:784\$256
1923.....	25.925:587\$280
1924.....	27.763:252\$260

A despesa geral, que, no anno anterior, attingira a 35.553:750\$530, foi de 34.381:928\$258, em 1924.

Ao mesmo passo que a renda postal augmentou sensivelmente, de 1920 a 1924, o deficit decresceu na seguinte ordem:

1920.....	14.481:579\$345
1921.....	13.463:590\$228
1922.....	12.473:908\$722
1923.....	9.628:163\$250
1924.....	6.618:675\$998

O movimento de permuta interna de numerario, por meio de vales postaes, foi o seguinte: vales emitidos 279.080, na importancia de 44.022:559\$000, que renderam de premio, 362:925\$500; vales pagos 256.884, na importancia de 44.467:201\$300; vales reembolsados 1.179, na importancia de 134:955\$900.

O desenvolvimento dos nucleos de população no interior do paiz e o surto de progresso de muitas localidades estão a exigir, dia a dia, a criação de novas agencias postaes e a el

ação de classe das já existentes, dando-se-lhes mais amplas atribuições que melhor atendam aos interesses do publico. Dada, porém, a exiguidade dos creditos disponiveis, só em pequena parte puderam ser attendidos os reclamos vindos de todos os pontos do paiz.

Em 31 de dezembro de 1923, existiam 4.062 agencias, com um total de 5.685 funcionarios, e, em egual data de 1924, aquelle numero se elevára a 4.181, com um total de 5.840 funcionarios, tendo havido, portanto, um augmento de 119 agencias e 155 serventuarios.

Pela nova tabella de classificação de agencias, approvada para vigorar no triennio 1925-1927, foi possível, apenas, crear mais 32 agencias, melhorar as vantagens pecuniarias dos serventuarios de algumas das já existentes e instituir o logar de ajudante, em outras.

Os serviços internacionaes, referentes á transmissão de correspondencia em geral, correm de modo relativamente satisfatorio.

Quanto aos serviços especiaes, destaca-se, pelo movimento crescente, o de encomendas postaes, cuja nova regulamentação foi approvada pelo decreto n. 16.712, de 23 de dezembro de 1924. Ahi, se corrigem varias falhas existentes no regulamento anterior e se estabelecem condições de fiscalização e de recolhimento dos direitos de modo mais expedito, quer para as repartições postaes, quer para as de fazenda. Ao publico, se facilita o exame das mercadorias para a classificação dos direitos, o que era, antes, vedado e motivava reclamações.

A permuta de vales internacionaes continúa reduzida aos acordos estabelecidos com os Estados Unidos e o Japão. Em estudo, encontram-se, porém, propostas de varias nações, para execução desse serviço.

Em 1924, foi o seguinte o movimento desses vales: emitidos, 125, no valor de 4:496\$924; pagos, 428, na importancia de 39:860\$218.

O uso das machinas de franquear correspondencia, sancionado pelas Convenções de Madrid e Stockholmo, foi adoptado pelo correio brasileiro, dependendo a sua generalização dos resultados experimentaes que forem obtidos e dos recursos de que dispuzermos. Pelas observações feitas, é de esperar grande economia na aquisição de sellos e no trabalho de carimbação da correspondencia: essas machinas, ao mesmo tempo que comprovam a taxa paga, imprimem o carimbo de procedencia e data. Além disso, a estampagem do sello no proprio envolvero do objecto, já inutilizado pela inscripção do endereço, evita o aproveitamento criminoso de sellos adhe-sivos já servidos.

Telegraphos

O serviço telegraphico interior é feito, simultaneamente, pelas linhas a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos, pelas das estradas de ferro e pelos cabos da Western Telegraph Company, ao longo do littoral, e da Amazon Telegraph Company, entre Belém e Manáos. O Amazonas e o Acre, pela dificuldade de se conservarem linhas terrestres em seus territorios, são servidos por estações radiotelegraphicas.

O augmento progressivo da população e o incremento tomado pelo commercio e pela industria têm determinado a rapida ampliação da rede telegraphica e sensivel augmento, de anno para anno, do numero de telegrammas.

O funcionamento das estações radiotelegraphicas costeiras, algumas das quaes estão a cargo do Ministerio da Marinha, não tem dado motivo a reclamações importantes, comquanto sejam quasi todas antiquadas.

De todos os pontos do paiz, recebe o Governo, annualmente, pedidos de construção de linhas telegraphicas, mas as nossas condições financeiras o têm forçado a dar preferencia ás que completem novos circuitos e áquellas para as quaes os Estados e Municipios concorram com algum auxilio. A maioria dos Estados é habitualmente contemplada com esse melhoramento.

O programma de construcções, organizado para 1924, não poudo ser totalmente executado, devido a dificuldades de ordem administrativa. O de 1925 ficará tambem sem realização pela necessidade que teve o Governo de mandar suspender as obras publicas. Isso não impedirá, entretanto, que se executem trabalhos de consolidação, de que tanto necessita a rede telegraphica em geral.

Ao terminar o anno de 1923, tinha a rede telegraphica federal 46.969 kms. de linhas de postes, com o desenvolvimento de 85.029 kms. de fios conductores. Em 31 de dezembro de 1924, tinha 49.240 kms. de extensão, com o desenvolvimento de 87.862 kms. de fios conductores. Houve, pois, um augmento de 2.271 kms., na posteação, e de 2.833 kms., no desenvolvimento dos fios. O numero de estações elevou-se, de 1.909, a 1.138.

Em 1923, transitaram pelas linhas federaes 6.946.267 telegrammas, com 140.642.691 palavras, e, em 1924, 7.179.782 telegrammas, com 150.180.586 palavras, tendo, assim, havido um augmento de 3,3 %, no numero de telegrammas, e de 6,4 %, no de palavras.

Cumpré notar que estes Algarismos não representam o total de trafego telegraphico nacional; pois não estão ahi incluídos os telegrammas trocados pelas estações das estradas de ferro e das companhias de cabos, sem interferencia da Repartição Geral dos Telegraphos.

Foi declarada caduca a concessão explorada, desde 1890, pela Compagnie Française des Câbles Télégraphiques, entre o Estado do Pará, as Guyanas e a America Central. Foi sempre precaria esta via telegraphica, devido á natureza do fundo do mar onde assentava o cabo, especialmente a primeira secção, entre Salinas (Pará) e Cayenne. O trafego para as Americas Central e do Norte está hoje perfeitamente assegurado pela via Colon (All America Cables) e pela via Barbados (Western Telegraph Co. e Western Union Telegraph Co.).

Dentro em pouco deverá aterrar nesta Capital um novo cabo, que nos ligará directamente á Italia.

A administração publica ainda não possui linhas telephonicas de longa distancia. A mais extensa é a que liga o Rio de Janeiro a Therezopolis. Entretanto, os bons serviços que presta a linha estendida pela industria particular, entre o Rio e São Paulo, estimula o desejo de igual melhoramento, entre o Rio e Bello Horizonte, tendo o Governo do Estado de Minas manifestado já as boas disposições em que se acha de combinar, nesse sentido, seus esforços com os do Governo Federal.

Dentro do anno corrente, deverá ficar concluida a grande estação radiotelegraphica que, em Sepetiba, está sendo montada pela Companhia Nacional de communicações sem fio, estação ultrapotente, destinada ao serviço internacional e em cujo aparelhamento foram introduzidos os mais modernos dispositivos.

Com o decreto n. 16.657, de 5 de novembro do anno passado, foi expedido o regulamento dos serviços civis de radiotelegraphia e radiotelephonia, regulamento que de ha muito se tornava necessario, como complemento natural da lei n. 3.296, de 10 de julho de 1917.

Até 2 de abril do corrente anno, deferiu o Governo 3.001 pedidos para a montagem de aparelhos receptores de radiotelephonia, para amadores. Está, porém, ainda pouco desenvolvido o serviço de diffusão (broadcasting), para o qual, aliás, o regulamento estabelece as restricções indispensaveis.

A renda dos Telegraphos, tanto para 1923, como para 1924, foi orçada em 1.000.000\$000, ouro, e 19.000.000\$000, papel. A renda effectivamente arrecadada foi: em 1923, 1.192.988\$379, ouro, e 15.448.985\$423, papel; em 1924, 1.318.592\$120, ouro, e 17.984.227\$317, papel. Houve, pois, em ambos esses annos, arrecadação para mais, em ouro, e para menos, em papel. Convertendo, para confronto, a parte ouro em papel, ao cambio de 6 dinheiros, temos: para 1923, orçada 23.500.000\$000 e arrecadada 20.817.433\$128; para 1924, orçada 23.500.000\$000 e arrecadada 23.917.891\$857. A renda do serviço official, não arrecadada, importou: no anno de 1923, em

49.717\$474, ouro, e 9.339.778\$547, papel; no anno de 1924, em 40.619\$674, ouro, e 8.557.388\$240, papel.

A despesa com os Telegraphos, convertida em papel a parte ouro, ao cambio de 6 dinheiros, foi, em 1923, de 36.257.809\$918 e, em 1924, de 41.492.637\$290. Houve, pois, em 1923 um deficit de 15.440.376\$790 e, em 1924, um de 17.574.745\$433.

Desde sua criação, em 1852, tem sido o Telegrapho uma fonte constante de deficits. Si está, porém, nos nossos habitos não o considerar fonte de renda, não deixa de ser lamentavel que, serviço ainda precario, custe ao Estado tamanho sacrificio. Ha, sem duvida, ahi, vicios organicos a corrigir, dos quaes são muito de assignalar a base em que assenta o estabelecimento da tarifa e o uso immoderado das reduções e franquias telegraphicas.

Agua e esgotos

Os diversos mananciaes que abastecem o Districto Federal, inclusive as ilhas, contribuíram, em média diaria, com o volume total de 285.829.001 litros, em 1924, contra 336.047.133, em 1923, donde o decrescimo de 50.218.132 litros, proveniente de estiagens nos mananciaes e de accidentes occorridos.

Assim, o volume total de agua distribuida á população, sem excluir a consumida nas industrias, lavagens de vias publicas, irrigação de jardins, etc., corresponde a 220 litros diarios *per capita*. Mas, como o abastecimento se não estende a toda a zona urbana, foi, de facto, mais alta a quota dos habitantes das zonas abastecidas.

Proseguindo na ampliação da rede distribuidora, collocaram-se, no decurso do anno, 33.118,20 ms. de canalizações. Mais não o permittiram os recursos orçamentarios votados. Entretanto, numerosissimas são as ruas que necessitam de canalizações e as que precisam de substituição do encanamento distribuidor: de mais de 100 kms. urge estender a rede de canalizações do Districto, da Gavea a Jacarépaguá, a Guaratiba e a Santa Cruz, que por toda a parte se espraia a população.

A situação penosa em que se encontra o abastecimento de agua da cidade do Rio de Janeiro, aggravada sempre que se declara alguma estiagem de maior duração, levára o Governo ainda em 1923, a mandar fazer o estudo de um projecto que, sem pretensões a obra definitiva, attendesse ás necessidades mais prementes da população e coubesse dentro dos escassos recursos que lhe poderiam ser attribuidos.

O projecto, approved pelo decreto n. 16.336, de 30 de janeiro de 1924, consiste no accrescimo de descarga da primeira linha de encanamentos adductores, pelo abaixamento de sua altitude piezométrica de jusante. Aproveitam-se, assim, as

sobras do manancial que alimenta o rio São Pedro e a média de 28.000 ms³ em 24 horas, adduzida pela primeira linha adductora, eleva-se a 42.000 ms³, ou 14.000 ms³ mais, em 24 horas. Essa grande contribuição permittirá distribuir 20.000 ms³, para o novo reservatorio Sousa Cruz; 15.000 ms³, para os bairros meridionaes da cidade; 7.000 ms³, para os morros do Livramento, Providencia, Conceição, etc.

Da primeira parcella de 20.000 ms³, 14.000 se destinam ao abastecimento dos bairros de Villa Isabel, Andarahy, Aldeia Campista, Fabrica das Chitas e parte da Tijuca e Rio Comprido; o restante, elevado por um dos grupos de motor-bomba installados na uzina Maracanã, será transportado á caixa nova da Tijuca, para abastecer o reservatorio Santos Rodrigues em caso de estiagem no rio Maracanã, melhorando o incerto abastecimento dos morros de Santos Rodrigues e de parte de Santa Thereza.

A segunda parcella de 15.000 ms³, adduzida por canalização do diametro de 0,50 m., atravessa um tunel reservatorio, quasi concluido, no morro do Mundo Novo, abastecerá, além deste, a zona meridional da cidade e poderá supprir de água a de Botafogo, acudindo ao reservatorio do morro da Viuva, na hypothese de qualquer accidente da canalização unica que o abastece, procedente do reservatorio do Pedregulho. E, como o abastecimento aos bairros meridionaes correrá exclusivamente por conta da nova contribuição, será possivel ao reservatorio do morro da Viuva estender a sua distribuição aos terrenos da Urca, onde as edificações ainda se não desenvolveram mais por falta de agua.

Completam o projecto de emergencia o reservatorio Sousa Cruz, de 13.000 ms³ de capacidade, e duas represas altas, nas cabeceiras do rio Macaco, destinadas a servir, por gravidade, ás zonas altas da Gavea e do Jardim Botânico, inacessiveis ás aguas do açude Macacos.

Por todo o corrente mez, estará terminado o reservatorio Sousa Cruz. Da rede de Villa Izabel, já se acham assentados 2.037 ms. de canalização de 0,40 m. de diametro, que entraram em acção, em 25 de dezembro ultimo, com os melhores resultados. Da grande adductora de 0,80 m., para o Sousa Cruz, estão collocados cerca de oitocentos metros, na rua Uruguay.

Em summa, a execução de todo o projecto ficará ultimada em junho proximo. Custeado pelo credito de 5.000.000\$000, aberto em virtude do decreto n. 16.287, de 26 de dezembro de 1923, obtem-se o custo de 354\$143 por metro cubico, de agua, adduzido em 24 horas, dividida que seja aquella importancia por 14.000 ms³, quantidade, a mais, aproveitada do rio São Pedro, em 24 horas.

Os contractos da City Improvements Company esta-

belecem limites para as zonas esgotadas, de sorte que arrabaldes, ruas e suburbios, densamente povoados ou em via de formação, não dispõem de saneamento, pela inexistencia de esgotos nas zonas adjacentes. É o que ocorre com os bairros de Ipanema e Leblon, com os terrenos do sacco da Urca e da enseada da Gloria, dos suburbios da Central do Brasil, além da estação de Encantado, e da E. F. Leopoldina, entre a Avenida Suburbana e o mar. Além disso, muitas obras existentes precisam de reforma.

Parece aconselhavel a revisão dos actuaes contractos dessa Companhia, para construcção e conservação das novas rêces de esgotos, substituição das estações existentes, por outras, e exame do lançamento, no que respeita á sua arrecadação.

Esta montou a 3.227.572\$000, em 1924, correspondente ás taxas de saneamento de 67.921 predios inscriptos; mas augmentará bastante si, juntamente com a reforma do regulamento, se proceder á revisão cuidadosa e geral dos predios existentes.

Os serviços de aguas e esgotos estavam, até o fim de 1924, separados em repartições distinctas e subordinadas, aquelle, ao Ministerio da Viação e, este, ao do Interior. A natureza de ambos e a conveniencia de collocar sob a mesma superintendencia as suas canalizações subterraneas aconselhavam reunil-os sob uma só direcção, como já haviam estado sob a antiga Inspeção Geral de Obras Publicas e sob a Repartição de Aguas, Esgotos e Obras Publicas. Isso foi feito pelo regulamento approved pelo decreto n. 16.711, de 23 de dezembro de 1924, que os subordinou á Inspectoria de Aguas e Esgotos, no Ministerio da Viação.

Por esse acto, foi, ainda, confiado á mesma Inspectoria o lançamento de pennas de agua, antes attribuido á Recebedoria do Districto Federal, ficando, assim, concentrada a fiscalização, assegurada melhor exactidão nos lançamentos e, consequentemente, mais completa arrecadação das taxas, cuja renda, seguramente, crescerá.

Obras do Nordeste

A situação financeira, responsavel pela suspensão de tantos trabalhos importantes, continuou a entrar o desenvolvimento das Obras do Nordeste. Sem embargo, proseguiram as de maior alcance ou cuja construcção se achava mais avancada e, durante o anno, algumas puderam ser concluidas ou tiveram andamento accelerado.

De accordo com o disposto no art. 72, da lei n. 4.783, de 31 de dezembro de 1923, o decreto n. 16.403, de 12 de março de 1924, approvou novo regulamento para a Inspectoria de Obras contra as Seccas, pelo qual se declárou extincta a Caixa

Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste Brasileiro. Voltaram, assim, a ficar directamente subordinadas ao Ministerio da Viação as estradas de ferro em construção ou em trafego no Nordeste, e, sob a direcção da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, os portos da mesma região, quando contractados.

Tres são os districtos em que se divide, actualmente, a Inspectoria de Obras contra as Seccas: o 1º, tem sede em Fortaleza e jurisdicção sobre o Ceará e Piauí; o 2º, com sede na Parahyba, comprehende esse Estado, o do Rio Grande do Norte e o de Pernambuco; o 3º, fica em Villa Nova da Rainha, na Bahia, e dirige os serviços desse Estado e do de Sergipe.

Ficou terminada, em 10 de julho, a construção do açude Acarape do Meio que, com as chuvas do inverno, poudesangrar, funcionando todo o seu aparelhamento com regularidade. Consistiram os trabalhos, em 1924, na elevação de um metro de alvenaria na barragem, que passou da cota 32,000 ms. a 33,000. As despesas, no decorrer do anno, montaram a 171.000\$000. Anteriormente, haviam sido despendidos 5.531.900\$000, o que dá para o custo total da obra a importancia de 5.702.900\$000.

Proseguiu a construção das grandes barragens de Orós e Pilões, cujas installações mecanicas estão completamente promptas, servidas por caminhos ferreos ou de rodagem. Faltam-lhes algumas centenas de milhares de metros cubicos de alvenaria, que as suas installações, de grande capacidade, poderão preparar folgadoamente. Gastou-se, em Orós, a importancia approximada de 2.600.000\$000, durante o anno. Com a barragem de Pilões, despendera-se, até o começo de 1924, perto de 2.310.000\$000 e, durante o anno findo, 1.100.000\$000.

Em Forquilhas, escavaram-se e removeram-se 2.300 ms³ de areia, das cavas; demarcou-se e roçou-se a bacia hydraulica, de 401 hectares; repararam-se estradas e a linha telephonica para Sobral, etc. Depende a conclusão desse reservatorio do aterro do alveo do rio, com o volume de 28.000 ms³. A despesa effectuada, em 1924, montou a 119.716\$300.

A construção do açude de Nova Floresta, que tem a capacidade de 7.000.000 ms³, estaria terminada si as cheias extraordinarias do rio Barrado não houvessem feito alluir a barragem auxiliar. Foram despendidos, no decurso do anno, 26.157\$600 e, anteriormente, 585.000\$000. Calcula-se em 35.000\$000 o necessario para sua terminação.

Prejudicou o pesadissimo inverno do anno findo o andamento dos trabalhos no açude Santo Antonio de Russas. Não obstante, fizeram-se 1.275,5 ms³, de aterro, na barragem; extrahiram-se 8.147,9 ms³ de material do sangradouro C, etc.

Importaram as despesas, durante o anno, em 84.744\$000 e, no periodo anterior, em 1.017.000\$000.

Iniciado no mez de janeiro de 1920, em março do anno findo ficou prompto o açude Bonito, cuja despesa total ascende a 994.430\$000.

Continuou a construção de nove açudes particulares e suspendeu-se a dos açudes Poço dos Paus, Quixeramobim e Patú, além da de seis açudes de terra.

Foram concluidos 450 kms. de estradas de rodagem e 990, de caminhos carroçaveis, ligando entre si as principaes localidades do sertão e os centros productores, e estes a Fortaleza ou aos portos de Aracaty e Camocim. A conservação das estradas de maior importancia está sendo effectuada pelo Governo do Estado, pelas municipalidades ou por particulares.

Não poudeser concluido o açude Taperoá, na Parahyba, e, no mesmo Estado, foram suspensos os trabalhos nas barragens do açude Piranhas e São Gonçalo, conservaram-se ou reconstruíram-se 117 kms. de estradas de rodagem e levantaram-se, nellas, quatro obras de arte.

No Rio Grande do Norte, ultimou-se, em Gargalheira, a installação do cabo aereo de cinco toneladas. Construíram-se 2.500 ms³ do corpo da barragem do Cruzeta e extrahiram-se 50 ms³ de rocha para a fundação; conservaram-se, durante os dois primeiros mezes do anno, 360 kms. de estradas de rodagem e procedeu-se a trabalhos complementares na estrada de Lages a Curraes Novos, destinada ao transporte de materiaes de Lages ás barragens de Parelhas, Gargalheiras, Cruzeta e outras construcções do Seridó e á ligação rodoviaria da rede do Seridó com a de Assú e Mossoró.

Continuou a construção do açude publico Terra Nova, municipio de Petrolina, Estado de Pernambuco. Trabalhou-se no corpo da barragem, na sua parede, que comprehende o volume de 26.937,597 ms³. Resta fazer 3.478,365 ms³. A despesa, no curso do anno, foi de 28.585\$200. De 1919 a 1923, havia sido de 304.056\$139.

Proseguiram, durante o anno, os trabalhos do açude do Rio do Peixe, o maior que terá o Estado da Bahia, com duas barragens, uma das quaes, a auxiliar, concluida desde 1922. Faltam 8.247,418 ms³, no volume da primeira, cujo corpo e fundações attingem a 13.414,674 ms³. Em 1924, gastaram-se, nas obras, 20.355\$650 e, de 1919 a 1923, 210.506\$568.

Na estrada de rodagem de Queimadas a Monte Santo, e a Cumbe, executaram-se serviços preliminares e de terraplenagem e construíram-se obras de arte e de protecção, com a despesa de 76.785\$469. A extensão total dessa estrada, até Monte Santo, é de 78.257,00 ms. e, até Cumbe, de 118.797,00 metros, faltando 47.257,00 ms., para se attingir o primeiro

ponto, e 85.977,00 ms., para o segundo. Em janeiro ultimo, foi a sua construcção suspensa.

Durante o anno, no 1º Districto, foram perfurados oito poços particulares e nove publicos ; no 2º, foram perfurados quatro poços publicos, installados dois e entregue um á Prefeitura de Epitacio Pessoa ; no 3º, perfuraram-se um poço publico e outro particular, installaram-se tres e foram entregues dois a Intendencias do interior.

Iluminação Publica

Em cumprimento do accordo feito, em 2 de fevereiro de 1924, entre a Inspectoria Geral de Illuminação e a Sociedade Anonyma do Gaz, fez-se a substituição das lampadas de arco, de poder illuminante médio de 175 velas decimaes, por lampadas incandescentes de 400 velas decimaes, pagando o Governo, pelo consumo destas, o que pagava pelo daquellas. Aproveitou-se a oportunidade para modificações nos typos de postes e candelabros, assim como na disposição das lampadas, afim de tornar a illuminação electrica concordante com a arborização da cidade e capaz de, efficientemente, dispensar o concurso da illuminação a gaz. Essa reforma tornou a illuminação electrica mais efficiente e poderosa e, supprimindo a de gaz, trouxe uma economia real no custo da illuminação publica, além de uma diminuição no preço da vela-anno.

O accordo, feito para um numero limitado de lampadas e logradouros, procurou attingir toda a parte central da cidade e as ruas principaes dos bairros. Demonstrados os bons resultados colhidos, será levada por diante a reforma da illuminação da cidade, que poderá ser concluida em dois ou tres annos.

Em 1924, foram substituidas 2.279 lampadas de arco por um igual numero de lampadas incandescentes. A melhor distribuição das lampadas e a sua maior efficiencia permitiram a supressão de 1.981 combustores de gaz e a remoção, para ruas ainda não illuminadas, de 426 lampadas de arco, collocadas, até então, em logares providos de excesso de luz.

Esta medida permittiu uma economia de 137:125\$000, papel, e de outro tanto em ouro, correspondendo, approximadamente, o total a 700:000\$000; papel, com o que se pode dotar de illuminação um grande numero de ruas.

AGRICULTURA

Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas

O Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas procurou dar desempenho satisfatorio ás suas funções, concorrendo para intensificar a nossa producção, a despeito dos contratempos com que teve de lutar a lavoura, no anno transacto.

A cultura do café, devido aos altos preços por que está sendo cotado o producto, continúa a despertar especial interesse aos agricultores. Tem-se registrado, com prejuizo das demais produções, o deslocamento de grandes lévas de trabalhadores, que abandonam outros Estados e outras regiões, fascinados pela plethora de actividade e de riqueza nas zonas favorecidas por esta cultura.

Não correu normal a estação, principalmente nos Estados de São Paulo, Minas e parte do Rio de Janeiro, soffrendo bastante a colheita pendente, que está ameaçada de grande redução comparada com a anterior. A safra do anno agricola de 1923-1924 foi estimada em 874.135.839 kilos. A do anterior ascendeu a 1.140.435.445 kilos. A do anno 1924-1925 está avaliada em 753.075.000 kilos.

Nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Bahia nota-se viva animação na abertura de novos centros cafeeiros, alargando-se, em grande escala, a área de cultivo, que seria bem maior se não fosse a falta de braços. Sente-se a preocupação exclusiva de tirar o maior partido possivel das condições favoraveis do momento, decorrentes da valorização do producto.

Infelizmente, com a notificação do apparecimento da praga do *caruncho do café* (*stephanoderes coffeae*), no Estado de São Paulo, onde fôra introduzido ha annos, séria ameaça paira sobre o futuro da cultura cafeeira. Com as medidas immediatas, que foram tomadas, prophylacticas e de combate á praga, mediante acção conjuncta do Ministerio e dos Estados interessados, é de crêr que o mal fique circumscripto, preservando-se o resto do paiz da sua contaminação.

A industria do assucar, disseminada em grande numero de Estados, pôde-se dizer que avulta de modo notavel na nossa economia.

O preço desse producto resulta, entre nós, sobretudo da maior ou menor facilidade de exportação para o estrangeiro porquanto, depois de largo periodo de estagnação, a industria só nos ultimos annos da guerra européa veiu a ter novo surto, com o desequilibrio verificado na producção mundial.

As questões technicas attinentes a essa industria resentem-se de falta de directriz segura, não correspondendo, ao melhor aparelhamento das fabricas, progresso sensivel na parte agricola, que não pôde prescindir de novas variedades de canna, mais ricas em saccharose, mais productivas e mais resistentes ás pragas e molestias, e de maior aperfeiçoamento nos processos culturaes.

As oscillações no preço do assucar constituem um factor de incertezas, que embaraça profundamente o desenvolvimento normal de tão importante industria.

A nossa exportação de assucar, em 1920, foi de 109.140.914 ks., no valor de 105.826.969\$000; em 1921, de 172.093.876 ks., no valor de 94.168.814\$000. A produção, em 1920, foi de 645.516.400 ks.; em 1921, de 826.405.000 kilos.

A ultima safra de arroz soffreu apreciavel decrescimo, por se ter registrado estiagem prolongada nos Estados do centro, onde o uso da irrigação é ainda pouco generalizado. A área cultivada, em todo o paiz, foi de 486.901 hectares, em 1922; 572.700, em 1923, e 544.065, em 1924. A produção, em 1922, foi de 730.352.000 ks., e de 859.051.100, em 1923; a safra de 1924 deverá produzir 769.360.000 kilos.

A estação também correu desfavoravel para a cultura do fumo, que não dispensa grande abundancia de chuva para se desenvolver normalmente.

A Bahia continúa a deter o primeiro logar na sua produção, principalmente para o fumo em folha, destinado á exportação. A sua safra ultima foi de 27.190.390 kilos. A exportação geral de fumo do paiz elevou-se a 30.561.541 ks., em 1920, 32.160.808, em 1921; 43.683.312, em 1922, e 36.776.755, em 1923. O Rio Grande do Sul tem desenvolvido consideravelmente suas plantações, para a produção de artigos finos. Em 1919, a sua exportação foi de 353.703 ks., e, em 1922, já estava em 2.514.797. O fumo de produção mineira, destinado, sobretudo, ao consumo dos mercados internos, não soffreu grande oscillação nos dois ultimos annos, notando-se estacionamento da cultura. A produção do Pará está estimada em 696.254 ks.; a do Piahy, em 995.265; a do Ceará, em 1.080.100; a da Bahia, em 27.190.390; a de Minas Geraes, em 9.771.341; a do Rio Grande do Sul, em 9.710.000; a de Goyaz, em 289.900; a de Santa Catharina, em 1.063.700; a do Paraná, em 1.269.650, e a de São Paulo, em 4.895.400.

A situação da cultura do cacáo não se modificou sensivelmente, no ultimo anno, verificando-se apenas redução nas cotações do producto, o que levou os interessados de quasi todos os paizes productores a se reunirem, em Londres, afim de combinar um plano, semelhante ao adoptado, com exito, em relação á borracha, que evitasse tão accentuada depreciação, em contraste com as elevadas cotações do café e do chá. O Brasil fez-se representar, nessa reunião, por um especialista no assumpto e tudo leva a crêr que os resultados favoraveis das conclusões adoptadas não se farão esperar.

Na Bahia, a falta de braços e de credito agricola e as difficuldades de transporte têm cerceado o desenvolvimento que poderia alcançar essa cultura, collocando aquelle Estado em primeiro logar entre os productores mundiaes.

No Espirito Santo, a cultura vae tomando vulto no valle do Rio Doce, onde alguns agricultores locais e grande numero de fazendeiros vindos da Bahia imprimem notavel impulso ás plantações. A produção é ainda pequena, porque os caçoes são de formação recente.

A produção está estimada em 1.103.850 saccos para a Bahia; 58.512, para o Pará; 1.200, para o Espirito Santo e 1.500, para o Amazonas. A exportação total do paiz, em 1923, foi de 65.328.753 ks., contra 45.279.222, em 1922.

Em vista da alta dos preços da borracha, voltou a ter maior animação a exploração dos nossos seringaes silvestres e começa a despertar interesse, entre os capitalistas estrangeiros, o plantio da seringueira no nosso paiz, sendo muito animadoras as conclusões do relatorio da commissão norte-americana que veio ao Brasil estudar o assumpto.

A produção de trigo não se tem desenvolvido de modo rapido, mas é innegavel que a sua cultura vae augmentando, gradualmente, de importancia. Tem sido objecto de preocupação do Governo o melhoramento das condições dessa lavoura, promovendo o seleccionamento das sementes, a introdução de variedades exoticas adaptaveis ao meio e o melhoramento das já existentes. Para isso mantém duas estações experimentaes especializadas, uma no Paraná (Ponta Grossa) e outra no Rio Grande do Sul (Alfredo Chaves), dirigida esta ultima por um tecnico sueco, Dr. Ivan Beckmann, vindo do Instituto Svalöf e convidado pelo Governo para orientar e executar os serviços de genetica, na parte referente ao trigo e aos outros cereaes cultivados no sul.

Dada a enorme importação, que ainda fazemos, de trigo para o fabrico de pão, enviando, assim, para o estrangeiro avultada somma em ouro, o problema da produção desse cereal em nosso paiz não póde deixar de ser objecto de attenção particular, no sentido de se estimular, por todos os meios, o desenvolvimento de tão valiosa cultura.

Em 1923, a produção de trigo no Rio Grande do Sul elevou-se a 113.950.000 ks.; em Santa Catharina, a 2.115.600; no Paraná, a 1.560.550; num total de 117.726.150, para os tres Estados. A área semeada, no anno passado, foi de 94.740 hectares, no Rio Grande do Sul; 1.750, em Santa Catharina, e 1.531, no Paraná, perfazendo o total de 98.021 hectares.

AVULCADO

A cultura do centeio adquiriu grande expansão, sobretudo nos Estados do Paraná e Santa Catharina, por encontrar nesses Estados condições naturaes muito propicias.

A viticultura conquista, dia a dia, maior desenvolvimento, sendo de esperar futuro muito promissor para o plantio da videira e fabrico de vinho, no Brasil.

O serviço de estatística agrícola, iniciado em 1920, foi objecto de especial cuidado, durante o anno findo, completando-se medidas que eram imprescindiveis para a sua maior efficiencia.

O valor total da produção agricola passou, de... 4.282.012.000\$000, em 1920-1921, a 7.414.769.000\$000, em 1923-1924. O quadro que se segue mostra o augmento de valor das safras de alguns dos nossos principaes productos :

PRODUCTOS	VALOR			
	1920-1921.	1921-1922	1922-1923	1923-1924
Aguardente.....	33.430.040\$500	54.065.100\$000	89.460.000\$000	76.503.680\$000
Alcool.....	6.472.161\$000	14.863.100\$000	15.965.800\$000	24.953.791\$000
Alfafa.....	59.804.765\$000	74.246.060\$000	86.059.740\$000	100.977.840\$000
Algodão.....	485.991.680\$000	499.876.000\$000	628.656.354\$000	686.812.500\$000
Arroz.....	318.132.043\$000	204.940.000\$000	300.667.885\$000	307.744.000\$000
Assucar.....	417.309.840\$000	418.202.500\$000	522.947.660\$000	617.494.504\$440
Avicia.....	3.489.427\$500	3.566.000\$000	2.617.248\$000	2.878.243\$200
Baratinha.....	76.341.032\$000	114.540.000\$000	104.204.200\$000	119.234.000\$000
Borracha.....	97.373.763\$200	74.553.000\$000	58.704.000\$000	63.000.000\$000
Cacáo.....	61.052.614\$000	41.679.000\$000	51.963.045\$000	69.709.149\$000
Café.....	1.025.992.759\$200	1.267.153.500\$000	2.851.838.612\$500	2.622.407.517\$000
Centeio.....	9.802.336\$000	8.855.500\$000	8.138.800\$000	8.357.040\$000
Cevada.....	5.266.593\$000	5.604.000\$000	2.778.240\$000	2.984.616\$000
Côco babassú.....	—	—	28.000.000\$000	22.750.000\$000
Côco da Bahia.....	7.807.000\$000	14.756.000\$000	17.311.500\$000	22.091.224\$750
Farinha de mandioca.....	114.461.584\$000	141.704.000\$000	134.634.120\$000	246.118.800\$000
Feijão.....	232.555.527\$400	197.535.100\$000	220.611.300\$000	256.869.826\$200
Fumo.....	129.950.042\$500	159.434.000\$000	177.241.250\$000	225.640.985\$000
Herva matte.....	156.000.000\$000	77.038.800\$000	115.608.000\$000	192.830.400\$000
Milho.....	949.216.173\$200	688.037.100\$000	1.027.292.900\$000	1.224.345.630\$000
Trigo.....	67.922.612\$500	69.665.000\$000	40.089.000\$000	64.694.382\$500
Vinho.....	23.640.000\$000	37.521.000\$000	30.966.040\$000	56.571.001\$600

A intercorrença de alterações climáticas, com grandes estiagens no sul e fortes inundações no norte; a deficiência dos transportes, agravada pelas perturbações da ordem interna; em summa, um complexo de causas diversas impediu que a nossa produção agrícola tomasse o incremento desejado no anno findo.

Faz-se precisa, cada vez mais, a intervenção do Ministerio da Agricultura no dominio tecnico da produção, não só procurando estimulá-la, como promovendo investigações capazes de trazer para o dominio economico a solução de innumeros problemas de agronomia, especialmente em materia de irrigação, cuja pratica deve ser incentivada nas principaes zonas agricolas do paiz.

Distribuir aos lavradores sementes e plantas em boas condições é, sem duvida, uma das providencias mais uteis para o progresso e melhoramento de nossa agricultura. Até o presente, porém, para attender á procura dessas sementes e plantas, procura que cresce de anno para anno, via-se o Ministerio da Agricultura na contingencia de recorrer aos fornecedores particulares, cujos productos nem sempre correspondiam ás rigorosas exigencias da technica. Evitar os inconvenientes de taes aquisições, revestidas em geral de formalidades que retardam a distribuição de tal modo, que, não raro, se perde a oportunidade do plantio, é medida imprescindivel e urgente.

Com esse intuito, foram incorporados ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, em 1923, os campos de sementes do extinto Serviço de Sementeiras, e pelo decreto n. 16.663, de 5 de novembro ultimo, a Estação de Pomicultura, de Deodoro, bem como as diversas secções autonomas que alli existiam. Mas, isso só não basta. Torna-se mister apparellhar com maior efficiencia aquella Estação e os campos de sementes, que já possuímos, bem como augmentar o seu numero.

Dos campos de sementes, actualmente existentes, — Rezende (no Rio de Janeiro), Lorena, São Simão (em São Paulo), Itajahy (em Santa Catharina) e Rio Branco (em Minas), — os tres primeiros acham-se regularmente installados, principalmente o de São Simão, que, por isso mesmo, vem offerecendo maiores resultados, tendo a sua produção attingido, em 1924, a 267.136\$700. No campo de Lorena, apesar de sua phase inicial de installação, os trabalhos correram satisfatoriamente, preparando-se uma área de 75 hectares, tudo indicando que, dentro em breve, offerecerá excellentes condições para a produção de arroz por irrigação. No de Rezende, foram cultivados 45 hectares, tendo tido regular desenvolvimento os trabalhos de formação de viveiros. O de Itajahy

requer área maior para poder prosperar. O de Rio Branco está em via de installação, dependendo de ficarem ultimadas as formalidades para o recebimento das terras, doadas pelo Estado de Minas, afim de se iniciarem os trabalhos culturais.

No correr de 1924, foram distribuidos pelo Ministerio 326.741,491 ks. de sementes das seguintes especies: alfafa, 9.881,000; arroz, 12.477,000; capim jaraguá, 36.749,000; capim gordura roxo, 58.664,000; batata, 51.003,000; feijão, 983,000; milho, 47.157,000; trigo, 63.738,546; hortaliças, 1.307.145; mucuna, 34.739,000; sementes diversas, 3.583,000.

O movimento de distribuição de plantas enxertadas elevou-se a 29.891 mudas.

Pela Estação de Pomicultura, a distribuição attingiu a 31.813 plantas, sendo 7.781 enxertadas.

A substituição dos nossos processos actuaes de cultura, pela applicação de aparelhos agricolas, constitue hoje uma providencia que está a exigir todo o interesse do Governo.

Num paiz como o nosso, onde a falta de braços é cada vez mais premente, só a mecanica agricola, auxiliada pelos methodos intelligentes de cultura, poderá transformar a lavoura, collocando-a em posição de satisfazer as nossas necessidades.

Nesse particular, vem se esforçando o Ministerio da Agricultura, por intermedio dos campos de cooperação, methodo pratico de propaganda em prol do melhoramento da nossa lavoura.

Acham-se em pleno funcionamento 138 d'esses campos, para diversas culturas, com a área total de 7.212.500 m², assim distribuidos: Amazonas, 4; Pará, 5; Maranhão, 4; Piahy, 3; Ceará, 9; Parahyba, 3; Pernambuco, 2; Alagoas, 5; Sergipe, 5; Bahia, 4; Espirito Santo, 3; Rio de Janeiro, 21; Minas Geraes, 19; São Paulo, 12; Paraná, 4; Santa Catharina, 9; Rio Grande do Sul, 12; Goyaz, 5; Matto Grosso, 7; Territorio do Acre, 2.

Já se verifica no nosso meio rural certo interesse pela adubação das culturas.

Existem, no paiz, actualmente, 26 fabricas de adubos empregando, em sua quasi totalidade, materia prima nacional. Foram produzidas 15.488 toneladas, em 1921; 19.731, em 1922; 39.021, em 1923, e 50.000, em 1924.

Convém facilitar os meios de que necessite essa industria para o seu desenvolvimento, afim de que o emprego da adubação se faça, na nossa agricultura, em maior escala.

A organização do credito popular e agricola, pelas Caixas de Pão e Azeite e Bancos Luzzatti, teve consideravel incremento.

durante o anno findo, tendo sido creadas, em differentes pontos do paiz, diversas dessas instituições.

Em março do anno findo, reuniram-se em congresso os representantes de 80 instituições dos modelos Raiffeisen e Luzzatti, constituídas ou orientadas pela acção do Ministerio. É notoria a prosperidade desses estabelecimentos, que já prestam reaes serviços á vida dos municipios em que se acham installados, sendo muito animador o desenvolvimento de algumas caixas fundadas em annos anteriores e cujo movimento annual já attinge a dezenas de milhares de contos.

Serviço do Algodão

Vae produzindo excellentes resultados a organização dada ao Serviço do Algodão pelo decreto n. 16.122, de 12 de agosto de 1923.

Segundo a estimativa por elle realizada, a produção da safra total do paiz, em 1924-1925, será de 131.118 toneladas, equivalentes a 582.746 fardos de 500 libras, ou sejam mais 27.746 fardos do que a produção apurada em 1923-1924, que foi de 124.875 toneladas. Distribuida por Estado, a estimativa pôde ser expressa da seguinte maneira:

ESTADOS	TONELADAS	ÁREA EM HECTARES
São Paulo.....	31.256	136.670
Ceará.....	18.012	79.555
Pernambuco.....	15.120	73.740
Parahyba.....	13.645	68.747
Rio Grande do Norte.....	13.128	64.130
Maranhão.....	12.460	61.974
Minas Geraes.....	6.822	38.388
Alagoas.....	5.943	29.257
Sergipe.....	4.842	24.675
Piauí.....	3.520	20.870
Bahia.....	3.384	19.882
Pará.....	1.425	9.528
Paraná.....	352	2.330
Goyaz.....	228	1.686
Rio de Janeiro.....	182	1.447
Espirito Santo.....	145	1.259
Outros Estados.....	654	2.670
	131.118	636.708

Calculado o consumo interno em 428.215 fardos, sobram, para exportação, 154.531 fardos, ou sejam 34.680 toneladas.

o que representará um excesso de 15.510 toneladas sobre a exportação de 1923.

Infelizmente, as condições climatericas desfavoraveis, a que já nos referimos, não permittiram que se realizassem, inteiramente, os prognosticos feitos na Mensagem anterior, quanto ao augmento da safra.

De 1920 a 1923, o consumo das nossas fabricas de fição e tecidos passou, de 67.000, a cerca de 77.000 toneladas, ou seja perto de 10.000 toneladas, a mais, em quatro annos.

Tudo indica a relevancia da cultura dessa fibra para o Brasil, não só como producto de exportação, que ha de ser dos mais valiosos, mas, principalmente, como materia prima da nossa mais importante industria fabril.

Convém recordar, ainda, que o algodão não fornece apenas a fibra tão necessaria á industria de fição, mas, com o devido aproveitamento das sementes, dá valiosa e abundante forragem para os animaes e nutriente oleo, comparavel ao de oliveira, muito empregado na alimentação humana.

Já se acham concluidos os accordos com os Estados do Pará, Bahia, Minas Geraes, Parahyba, Rio de Janeiro, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, para a execução dos serviços relativos á cultura do algodão, sendo que, nos seis ultimos, cabe a mesma aos respectivos governos, sob a direcção technica do Ministerio da Agricultura.

Nos Estados do Pará, Bahia, Minas Geraes, Parahyba e Rio de Janeiro, os serviços estão sendo executados com grande intensidade, já existindo seis fazendas de sementes com plantações bastante desenvolvidas. Em Sergipe, Ceará e Pernambuco, estão em franco progresso, possuindo já estações experimentaes e fazendas de sementes, em plena productividade. Em Alagoas, embora o respectivo accordo seja muito recente, já se notam resultados promissores.

Mantém, ainda, a União as Estações Experimentaes de Piracicaba e Seridó e a Fazenda de Sementes de Coroatá, com o objectivo de proceder á selecção methodica dos melhores typos, alcançando os respectivos trabalhos plena efficacia.

O Serviço do Algodão distribuiu pelos Estados 175.500 kilos de sementes das variedades mais adaptaveis ás diversas regiões do paiz.

De accordo com as resoluções da Conferencia Internacional do Algodão, realizada em 1922, o Governo está tratando da criação de bolsas desse producto no Rio de Janeiro e em outros mercados nacionaes.

A repercussão do decreto, baixado o anno passado, sobre favores ás empresas que se propuzessem ao plantio racional do

algodão, não se fez demorar, apesar das dificuldades oriundas das perturbações da ordem publica. Capitalistas inglezes, associados a elementos nacionaes, estão promovendo grandes plantações de algodão em São Paulo, havendo tentativas do mesmo genero, embora em menores proporções, em outros Estados.

Jardim Botanico

Continuaram a ser feitas, no Jardim Botanico, observações, pesquisas e experiencias, com objectivos, principalmente, economicos, sobre as especies vegetaes da nossa flora, proseguindo-se nas excursões periodicas ás regiões do paiz que maior interesse offerecem a taes estudos.

A região amazonica tem sido methodicamente percorrida, não só para investigações botanicas, como para estudos de climatologia e de ecologia vegetaes, conhecimentos estes basicos para os ensaios de aclimatação e selecção de especies uteis, maximé de essencias florestaes. Grande numero de exemplares vivos e sementes têm sido transplantados para o Jardim Botanico e suas dependencias, com apreciaveis resultados.

De real vantagem será a criação de pequenos hortos botanicos em diversos Estados, afim de se proceder ao plantio e cultura de especies regionaes de grande valor, algumas das quaes se acham ameaçadas de extinção pelas derrubadas, incendios e outrós meios de destruição.

A expedição de plantas vivas feita pelo Jardim Botanico a repartições publicas e a particulares attingiu, em 1924, a 910.000 e, a de sementes, a 423 ks., quantidade esta que poderia ser duplicada, si maiores fossem os recursos para os serviços de embalagem.

A Estação Biologica da Reserva Florestal do Itatiaya prosegue na execução do programma de estudos e trabalhos referentes á flora das zonas montanhosas, principalmente no que diz respeito á silvicultura.

O intercambio scientifico, por meio de permutas de publicações, plantas vivas, sementes, productos vegetaes, etc., entre o Jardim Botanico e estabelecimentos congeneres, europeus e americanos, augmenta, de anno para anno.

Muito tem contribuido para o conceito dessa instituição a publicação de seus "Archivos", repositório de trabalhos originaes e ineditos sobre a flora do Brasil.

No corrente anno será inaugurada, no Jardim Botanico, uma escola pratica de jardinagem e silvicultura, sendo o ensino ministrado pelos proprios, técnicos do estabelecimento.

Museu Nacional

Foram introduzidos varios melhoramentos nas secções do Museu Nacional, cujo edificio carece de ampliação, afim de

serem melhor installados, e conservados com maior segurança os laboratorios e as grandes riquezas accumuladas, alli, ha mais de um seculo. Prepararam-se duas grandes salas destinadas a exposições, as quaes deverão ser franqueadas ao publico ainda no corrente anno.

O pessoal tecnico realizou frequentes excursões scientificas a differentes Estados, tendo recolhido grande copia de material, que está sendo objecto de pesquisas.

Foram dados á publicidade varios numeros do *Boletim*, um numero dos *Archivos*, um fasciculo da *Fauna Brasiliense*, um guia de mineralogia e dois quadros muraes coloridos, destinados ao ensino das sciencias naturaes.

Instituto Biologico de Defesa Agricola

Os serviços de phytopathologia e entomologia agricolas, a cargo do Instituto Biologico de Defesa Agricola, correram normalmente, respondendo-se a numerosas consultas, com a indicação das medidas mais adequadas á defesa contra as molestias das plantas e contra os insectos nocivos. Mereceram especial attenção a broca do café (*Stephanoderes Coffeae*) e a cigarrinha vermelha das cannas (*Tomaspsis liturata*), trabalhando, para a extinção dessas pragas, turmas de agronomos, sob a orientação do Serviço de Entomologia Agricola.

Em 1924, foi possivel ao Instituto iniciar o serviço de extinção dos formigueiros, no Districto Federal, de accordo com a respectiva Prefeitura.

O Serviço de Vigilancia Sanitaria Vegetal teve seus encargos sensivelmente augmentados em 1924, sendo creadas mais duas inspectorias: a de São Francisco, em Santa Catharina, e a de Uruguayana, no Rio Grande do Sul.

Industria Pastoris

A exportação de productos de origem animal mantém-se com regular desenvolvimento. Em 1924, foram exportadas 69.248 toneladas de carnes congeladas, no valor de 77.567:000\$000, accusando, assim, um augmento de 2.653 toneladas, no valor de 8.588:000\$000, sobre o anno de 1923. Augmentaram bastante os preços dos productos nos mercados internos, valorizando-se o gado bovino e suino, como jamais fôra observado no paiz. Tal augmento se deve, em grande parte, á falta occasional de gado gordo em condições de corte, dada a escassez das pastagens, prejudicadas pela prolongada estiagem.

Para essa falta concorreu tambem, e poderosamente, o movimento sedicioso de julho ultimo, que desorganizou os meios de transportes e obrigou os possuidores de gado de

côrte a fazel-o refluir para regiões menos accessiveis ás eventualidades revolucionarias.

Empenhado em adoptar providencias de real alcance, visando incrementar a industria pastoril, o Governo resolveu restringir a matança de novilhas e vaccas, pelo decreto numero 16.740 A, de 31 de dezembro de 1924, tendo sido expedidas as respectivas instrucções em 27 de março ultimo.

Os meios de transporte de gado de córte e dos productos de lacticínios estão exigindo especial aparelhamento das nossas vias ferreas, de modo a se obter uma conducção mais rapida e em perfeitas condições de hygiene.

Proseguindo na tarefa de estimular a melhoria dos rebanhos nacionaes, com a disseminação das raças finas, o Governo importou grande numero de reproductores, que foram vendidos, nos termos da lei, aos criadores, e mantém, nos estabelecimentos zootechnicos federaes, 1.897 reproductores das referidas raças.

Na Estação de Agrostologia, continuaram as culturas de plantas forrageiras nativas, para selecção e obtenção de boas sementes, e os trabalhos experimentaes de conservação de forragens.

A construcção de silos e de banheiros carrapaticidas vae se generalizando com os auxilios offerecidos pelo Governo.

Cumpre assignalar a franca prosperidade da industria de carnes frigorificadas e de xarque. Para o fabrico do xarque, foi abatido cerca de um milhão de rezes.

É de todo animador o desenvolvimento que vem tomando a criação de cavallos puro-sangue. Ás exposições realizadas, nesta Capital e nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, concorreram numerosos lotes de animaes, de dois annos de idade, de excellente origem, não temendo comparação com os estrangeiros. Pelas sociedades hippicas desta Capital e dos Estados criadores foram distribuidos os premios officiaes instituidos pela lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria

A Escola Superior de Agricultura não conseguiu, ainda, realizar plenamente seus fins, devido, não só á defeituosa organização em que foi moldada, como também á sua precaria installação actual.

Funcionando em predio de proporções demasiadamente reduzidas, não dispõe de terreno sufficiente para campo de experiencias e demonstrações, elemento imprescindivel á efficiencia do ensino agronomico que, consoante á moderna orientação pedagogica, deve ser essencialmente experimental.

A matricula, no 1º anno dos seus cursos, tem decrescido

sensivelmente, havendo sido de cinco alumnos, no de agricultura, e quatro, no de veterinaria, em 1925.

Com o custeio desse estabelecimento, despense a Nação 800.000\$000, annualmente.

Estações Experimentaes

As investigações attinentes á canna de assucar continuaram a merecer especial atenção da Estação Geral de Experimentação, de Campos. Até a presente data foram alli obtidas, pelo processo da reproducção sexuada, 5.139 variedades diferentes, muitas já eliminadas, outras ainda em estudos e algumas que estão sendo multiplicadas para futuras distribuições entre os lavradores.

A respeito da variabilidade da riqueza saccharina e pureza dos caldos de canna, empreheudeu a Estação ensaios, com resultados dignos de atenção, provando a influencia dos adubos.

A Estação, que vinha trabalhando no sentido de obter descendentes da canna *ubá*, cuja resistencia a certas enfermidades, principalmente o *mosaico*, é mundialmente conhecida, acaba de vêr os seus esforços coroados de exito com a obtenção de varios delles, que apresentam a vantagem de produzir colmos mais longos e de maior diametro que a propria especie de onde procedem.

A situação anormal do Rio Grande do Sul concorreu para que não tivessem maior andamento os trabalhos da Estação Geral de Experimentação, alli localizada.

A secção de vegetaes saccharinos e oleaginosos, em Conceição do Arroio, dispõe de uma área de um milhão de metros quadrados, sendo 225.000, em pastagens; e o restante, com diversas culturas, principalmente de canna de assucar, que apresenta excellent desenvolvimento, tendo distribuido, no anno passado, 3.308.410 mudas de canna.

Os trabalhos da secção de trigo, em Alfredo Chaves, tiveram regular andamento, sendo colhidos 20.742 ks. de trigo, cevada, aveia e centeio.

Não poudé a Estação Experimental, de Goytacazes, ultimar ainda suas installações, como era desejo do Governo, devido á escassez de mão de obra na zona onde se acha. Não obstante esse empecilho, contra o qual vem luctando, aliás, desde sua fundação, conseguiu organizar, numa área de nove hectares, culturas devidamente isoladas para evitar as hybridações naturaes, de variedades e castas de cacãoeiros, afim de separar os individuos que deverão formar o ponto de partida das linhagens puras. Occupou-se, ainda, a Estação em fornecer instrucções aos lavradores, sobre processos de

cultura, e aguarda a proxima safra para fazer distribuição de mudas e sementes.

Estação Sericicola de Barbacena

Necessita a Estação Sericicola de Barbacena de área maior e aparelhagem efficiente, afim de melhor preencher seus fins. A construcção de uma sirgaria modelo e a ampliação do seu laboratorio são medidas indispensaveis para seu bom funcionamento.

Ainda assim, conseguiu attender, em 1924, a grande numero de interessados na criação do bicho de seda, distribuindo 51.735 mudas de amoreiras e 1.587 grammas de ovulos.

Aprendizados Agricolas

Funcionaram, com toda a regularidade, os cursos do Aprendizado Agrícola de Barbacena. Os alumnos diplomados alcançam facilmente collocação, achando-se, actualmente, diversos como aradores das Inspectorias Agricolas, em varios Estados. A sua producção attingiu a 48.905\$000.

O de Satuba funcionou com a matricula de 50 alumnos. Em geral, estes abandonam o estabelecimento antes de terminado o curso, porque, obtida alguma aprendizagem, encontram facilmente collocação. A sua producção importou em 16.735\$940.

No de Joazeiro funcionaram as secções masculina e feminina, com regular frequencia. Foram distribuidas 1.072 plantas, 16.716 grammas de sementes e 990 bacellos de videiras de diversas variedades. A renda attingiu a 4.041\$640.

Os cursos do de São Francisco funcionaram com 40 alumnos internos e sete externos. Foram feitas culturas de milho, canna de assucar, arroz, fumo, feijão, mandioca, batata doce, banana, etc., sendo distribuida grande quantidade de sementes aos interessados. A producção ascendeu a 10.117\$971.

Funcionaram irregularmente os cursos do Aprendizado Agrícola de S. Luiz das Missões, devido á situação revolucionaria do Rio Grande do Sul.

Instituto de Chimica

Já se acham quasi terminadas as installações do Instituto de Chimica.

Foram, nos seus laboratorios, estudadas varias especies vegetaes indigenas e fizeram-se analyses em cerca de oitenta variedades de sementes oleaginosas, muitas das quaes de descoberta recente, verificando-se, em seis dellas, a presença de oleos de grande utilidade, particularmente como seccativos. Esse trabalho foi apresentado ao Congresso Nacional de Oleos, promovido pela Sociedade Brasileira de Chimica.

Desempenhou-se o Instituto de todas as suas incumbencias habituaes, realizando analyses em 329 amostras diversas, comportando cerca de 3.000 doseamentos de principios immediatos contidos nas mesmas.

Registraram-se 20 fabricantes de insecticidas e 23, de adubos e correctivos de terras araveis.

Directoria de Meteorologia

Na Mensagem do anno passado fizemos sentir a necessidade de desenvolver os serviços a cargo da Directoria de Meteorologia.

O exito alcançado no serviço de previsões de enchentes para o rio Parahyba, mais uma vez evidenciado ha tres mezes, justifica plenamente a creação de identica organização para outras bacias hydrographicas.

Continuaram as pesquisas meteoro-agrarias nas estações que estudam o algodão, o cacáo, o trigo, a canna, o feijão, a alfafa e a vinha. Foram creados novos postos para investigações identicas sobre o café e o arroz. Semelhantes trabalho exigem rigorosa continuidade, só podendo ser aproveitados com vantagem, após uma serie de oito a dez annos.

Proseguiram as observações aerologicas em varios pontos, sendo conveniente sua generalização por todo o paiz.

Outro serviço cuja expansão se impõe é o da previsão do tempo, ora limitado á Capital da União e ao Estado do Rio de Janeiro. Ainda assim, com o concurso da radiotelegraphia e radiotelephonia, foram feitos prognosticos geraes para toda a costa, de Cabo Frio ao Rio da Prata, bem como para os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catharina, destinados, os primeiros, aos navegantes e, os ultimos, aos lavradores.

Serviço de Povoamento

Pelo decreto n. 16.761, de 31 de dezembro de 1924, o Governo regulamentou a entrada de immigrants no territorio nacional, prohibindo o ingresso dos que se achassem nas condições previstas na lei n. 1.247, de 6 de janeiro de 1921.

Accusou sensivel augmento, em 1924, o movimento migratorio, registrando-se a entrada de 98.125 immigrants, contra 86.679, no anno de 1923. Pelo porto do Rio de Janeiro, entraram 40.711 e, pelo de Santos, 51.360, sendo os restantes distribuidos pelos portos de Belém, Recife, São Salvador, Paranaguá, Florianopolis e Rio Grandé. Predominaram as seguintes nacionalidades: portugueza, com 23.267; allemã, com 22.168; italiana, com 13.844; hespanhola, com 7.238, e rumena, com 6.340.

Pelo porto do Rio de Janeiro, sahiram, apenas, 18.287 emigrantes.

Deram entrada na hospedaria da ilha das Flores 10.613 imigrantes e a Intendencia de Imigração encaminhou, desta Capital para o interior, 11.255 imigrantes, que se destinaram a diferentes propriedades particulares e núcleos colonias.

A Directoria do Serviço de Povoamento facilitou a colação, nas zonas ruraes, de 28.813 individuos sem trabalho, já residentes no paiz.

Em 31 de dezembro de 1924, apurou-se, em 18 núcleos colonias, a renda de 309.322\$328, proveniente do pagamento de lotes, casas, bemfeitorias e auxilios. Achavam-se medidos e demarcados 9.885 lotes; apontados, 814; occupados, 9.926; totalmente pagos, 5.336 e, parcialmente, 2.650. O recenseamento, feito naquella data, accusou a existencia de 7.638 familias, com 43.509 pessoas. O valor da produção agricola e industrial attingiu a 30.139.931\$220; o valor da criação, a 8.200.878\$400 e o da exportação, a 14.260.281\$280.

Funcionaram, nos núcleos colonias, 30 escolas publicas e 20, particulares.

Patronatos Agricolas

O problema do amparo á infancia desvalida, que, desde 1918, vem sendo feito por intermedio dos patronatos agricolas, continuou a merecer o maior cuidado por parte do Governo.

No decorrer do anno, foram internados, nesses institutos, 1.085 menores, sendo transferidos, para os cursos complementares annexos ao posto zootecnico, de Pinheiro, e á fazenda modelo de criação Santa Monica, e para outros estabelecimentos, 197 educandos. Desligaram-se, por motivos diversos, 384. Por solicitação do Juiz de Menores, do Districto Federal, foram internados 233 menores desvalidos. A renda desses patronatos elevou-se a 149.147\$950.

Não fôra a deficiencia de recursos orçamentarios, poder-se-ia agasalhar nos patronatos cerca de quatro mil creanças, augmentando-se a respectiva lotação com o aproveitamento dos edificios e installações já existentes.

Serviço de Protecção aos Indios

Durante o anno de 1924, tiveram regular incremento os serviços de protecção aos indios, cuja acção se fez sentir, não só nas quatro povoações indigenas, como nos 42 postos de attracção, pacificação e civilização de indios, distribuidos por varios Estados.

Apezar da carencia de recursos orçamentarios, que não permittiu a criação de escolas em todas as aldeias, onde se fazem necessarias, ainda assim, foram abertas duas, na região habitada pelo Terenos. Tanto estas, como as outras já exis-

tentes, funcionaram satisfatoriamente, ministrando o ensino de leitura, escripta, artes manuaes e serviços de lavoura.

Proseguiram os trabalhos de pacificação dos Caingangues, a qual poderá ser ultimada dentro de breve prazo, si o Governo do Paraná, conceder a reserva de terras solicitadas pelo da União, para a localização desses indios.

Foram muito promissores os resultados dos trabalhos em quasi todos os postos indigenas, não obstante haverem as perturbações da ordem publica, aggravadas por uma excepcional e prolongada estiagem, prejudicado as lavouras e os rebanhos dos postos, nos Estados do Sul e Matto Grosso. Estabelecimentos houve, entretanto, que, mesmo situados em regiões onde essas causas se fizeram sentir mais fortemente, conseguiram apresentar lisongeiros resultados.

Estão sendo retomados os trabalhos de pacificação dos indios Camacuans e Patachós, na Bahia, que tinham sido abandonados, desde 1913, não tendo sido possivel, por escassez de recursos financeiros, estendel-os aos indios Urubús, nos Estados do Pará e Maranhão, e aos Botocudos, de Annitapolis, em Santa Catharina, que continuam, assim, privados da protecção já dispensada ás populações indigenas de 46 pontos do territorio nacional.

Conselho Nacional do Trabalho

O Conselho Nacional do Trabalho, creado pelo decreto n. 16.027, de 30 de abril de 1923, tem realizado diversos estudos sobre importantes assumptos de sua competencia.

Iniciou inqueritos sobre a vida do operario nas fabricas e outros estabelecimentos, os quaes concorreram, bastante, para esclarecer a situação do trabalho em nosso paiz. Resolveu grande numero de consultas, avultando as que se referem á execução da lei das caixas de aposentadorias e pensões dos ferro-viarios. Collaborou com as delegações brasileiras, na Conferencia de Emigração e Imigração, de Roma, realizada em maio; na 6ª Conferencia Internacional do Trabalho, effectuada em junho, em Genebra, e no Congresso Internacional de Economia Social, de Buenos Aires, occorrido em setembro, fornecendo-lhes grande cópia de dados e informações para a elaboração dos trabalhos por ellas apresentados. Manteve relações com as instituições que, em diversos paizes da Europa e da America, têm a seu cargo o estudo das questões sociaes, notadamente o Bureau International du Travail, em Genebra, e os Departamentos do Trabalho, dos paizes americanos.

O Conselho empenha-se em estudar a questão das caixas ferro-viarias, de modo a ficar o Governo habilitado a offerrecer ao Congresso Nacional um trabalho que possa servir de subsidio para a elaboração da lei de reforma das mesmas.

Acham-se installadas 28 dessas caixas: 10, em São Paulo, e as outras, nos demais Estados, sendo assaz animador o seu movimento. Pelos dados existentes no Conselho, accusavam, em 1923, a receita de 13.419.542\$301 e a despesa de 1.733.831\$773, sendo o saldo, depositado nos bancos, de 11.685.710\$528. O Conselho não recebeu, ainda, todos os balanços referentes a 1924. Mas, pelos dados já conhecidos, calcula-se que duplicaram as cifras referidas, o que evidencia serem as caixas ferro-viarias uma poderosa instituição de beneficencia.

O Conselho superintende o serviço de fiscalização das companhias de seguros que operam em accidentes do trabalho, tendo, com sua acção, procurado garantir as reparações devidas ás victimas.

Ensino tecnico-profissional

As escolas de aprendizes artifices, mantidas pela União, nos Estados, ministraram o ensino elementar e a aprendizagem de officios a 3.267 alumnos. Essas escolas acham-se dotadas de officinas de trabalhos de madeira (marcenaria, carpintaria, entalhção), de metal (funilaria, serralharia, mecanica e fundição), de couro e tecidos (sapataria e alfaiataria), existindo, em algumas, secções de artes graphicas e decorativas e projectando o Governo estabelecer, em outras, secções de artes textis e de actividades commerciaes. A producção dessas officinas ascendeu, em 1924, a 97.000\$000.

Em diversas escolas, foram melhoradas as installações para aulas e officinas, bem como os methodos de ensino, com grande proveito para os alumnos. Além das reformas nos edificios das escolas de aprendizes artifices, de Florianopolis, Campos, Natal, Parahyba e Aracajú, ainda não concluidas, acham-se em via de conclusão as obras dos novos edificios das escolas da Bahia e Bello Horizonte, localizados em terrenos doados pelas respectivas municipalidades.

Na Escola Normal de Artes e Officios Wenceslau Braz, deverão os alumnos das escolas de aprendizes continuar seus estudos, aperfeiçoando-se no officio escolhido, de modo a se tornarem uteis, não só para o magisterio, que sente grande falta de profissionaes habilitados, como para as industrias, que muito soffrem pela carencia de pessoal convenientemente adestrado. Essa escola, onde estão matriculados 230 alumnos, mantém actualmente cursos de costura, chapéus e economia domestica, para o sexo feminino; de trabalhos de madeira e de metal, para o masculino, e de actividades commerciaes, para ambos. Dependem, ainda, de installações e de aparelhamento os cursos de mecanica, electricidade e artes decorativas.

De accordo com os recursos orçamentarios, foi construido o corpo central do edificio, achando-se em perfeitas condições a ala destinada á officina de trabalhos de madeira, ora installada. Falta a construcção da ala destinada ás officinas de trabalhos de metal e a conclusão do aparelhamento das demais officinas, para que a escola fique perfeitamente aparelhada.

Escola de Minas de Ouro Preto

Funcionou regularmente, em 1924, a Escola de Minas de Ouro Preto, com uma matricula de 86 alumnos.

Os laboratorios de chimica, mineralogia e geologia executaram grande numero de analyses, ensaios, determinações de minerios, mineraes e rochas, a pedido de particulares, contribuindo, assim, para o conhecimento da riqueza mineral e o desenvolvimento da industria extractiva do paiz.

É de lamentar que as condições financeiras não tenham permitido ao Governo iniciar as obras de installação da usina experimental electro-siderurgica, annexa á Escola, como complemento dos estudos theoricos e campo de pesquisas, onde poderiam encontrar solução problemas industriaes de grande relevancia, como a reduccão, pelos processos directos, dos minerios não utilizados nos pequenos altos fornos, actualmente existentes, e a recuperacão do enxofre das pyrites do carvão nacional das bacias em que estas são abundantes.

Serviço Geologico e Mineralogico

O Serviço Geologico e Mineralogico continúa a dar cabal desempenho a suas funcções, tendo sido feitos, no correr de 1924, varios reconhecimentos geologicos.

Sob o ponto de vista economico, examinaram-se os depósitos de salitre, da Chapada Diamantina, as jazidas de esmeralda, de Bom Jesus dos Meiras, os alluviões auriferos, com platina, no Estado da Bahia; as jazidas de diamantes, de São João da Chapada, as de ouro, de Cuieté, as de ferro, de Cocaes e Cacunda, os calcareos, do municipio de Caratinga, os calcareos e schistos para fabricacão de cimento, no valle do rio das Velhas, no Estado de Minas Geraes; os calcareos, de Cachoeira de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo; calcareos e kaolins, de varios municipios, no Estado do Rio, e jazidas de ferro, de Joinville, no Estado de Santa Catharina. Foram tambem examinadas as aguas do Araxá, no Estado de Minas Geraes.

No laboratorio de chimica, que continúa prestando relevantes serviços aos industriaes, foram feitas 327 analyses correspondentes a 1.478 dosagens.

O gabinete de petrographia e mineralogia, além do estudo do material colleccionado pelos technicos do Serviço, estudou

area de quinhentas rochas da região do nordeste. O museu de mineralogia, petrographia e paleontologia acha-se perfeitamente organizado, tendo catalogados 2.985 mineraes, 4.695 rochas, 1.632 fosseis e 1.597 laminas para estudo microscopico das rochas. Foram preparadas 11 collecções de mineraes e rochas, destinadas a cursos secundarios e museus commerciaes do paiz e do estrangeiro.

Proseguiram os estudos das jazidas de carvão de pedra, petroleo e schistos betuminosos. Nos districtos carboniferos do rio do Peixe, no Estado do Paraná, e do sul de Santa Catharina, verificou-se, pelos resultados positivos das sondagens, que a capacidade das jazidas é muito maior do que a, até então, calculada.

Por falta de recursos, para aquisição de typos de sondas mais apropriadas ás pesquisas de petroleo, foram reduzidas as sondagens para taes pesquisas, motivo pelo qual não se chegou a resultados definitivos sobre a existencia de grandes depositos em nosso paiz.

A existencia de camadas de schistos betuminosos, em quasi todos os Estados, é a melhor garantia de que o Brasil entrará para o rol dos paizes productores de oleo mineral, no dia em que a industria da distillação dos schistos puder concorrer, francamente, com a do petroleo natural. Por isso, o Serviço dedicou especial attenção ao problema da utilização dos schistos, estudando as jazidas e determinando o teor de oleo, no material colhido.

Siderurgia

O desenvolvimento da nossa siderurgia constituiu uma das maiores preocupações do Governo, durante o anno findo.

Sanccionada a lei n. 4.801, de 9 de janeiro de 1924, tratou de dar andamento ás diversas questões que se relacionavam com a criação das uzinas indicadas naquella lei, especialmente a do valle do Rio Doce. Foram enviadas tres turmas para o estudo do problema: uma, encarregada do levantamento das cachoeiras e determinação de sua força, e, as duas outras, de estudos geologicos, devendo prestar especial attenção á parte economica. Ficou verificado que, no rio Piracicaba, havia grande energia hydraulica, de facil captação, sufficiente para a installação de uma uzina electro-siderurgica, de regular capacidade, mas que, no tocante aos transportes, a região não estava, como ainda não está, em condições de satisfazer ás exigencias da industria, visto ser imprescindivel fazer a ligação da Estrada de Ferro Victoria á Minas com a Central do Brasil, continuando o ramal de Santa Barbara, até a barra do Rio do Peixe, no rio Piracicaba.

Para a uzina de Santa Catharina, foram examinadas as possibilidades das jazidas de ferro de Annitapolis e Joinville.

Uma firma, interessada na construção da uzina do valle do Paraopeba, tem estudado a questão do seu abastecimento com o coke do carvão de Santa Catharina, havendo adquirido os bens e direitos da Companhia Carbonifera Prospera Limitada e iniciado a fabricação, em pequena escala, do coke metallurgico, que foi analyzado no Laboratorio de Chimica, do Serviço Geologico, e experimentado, com vantagem, em algumas fundições do Districto Federal e na Casa da Moeda. Espera ella obter, dentro de pouco tempo, todos os elementos, para levar avante o empreendimento que tem em vista.

No Estado de Minas Geraes, acha-se em projecto de construção, no fecho do Funil, na linha do Paraopeba, a uzina de Sousa Noschese & Comp., de São Paulo, com um forno alto para produzir 10 toneladas diarias, de guza. No ramal de Ouro Preto, perto de Mariana, utilizando o minerio da jazida de Nhotin, projecta tambem a construção de uma uzina a firma Thun & Cia. Em construção, acham-se as uzinas de Gagé, na estação desse nome, na Estrada de Ferro Central do Brasil da Companhia Nacional de Altos Fornos, para produção de 50 toneladas, por dia, que serão transformadas em aço, por processo electrico.

A uzina do Morro Grande, na estação desse nome, ramal de Santa Barbara, pertencente á Companhia Mecanica e Importadora de São Paulo, com um forno alto de produção diaria de 20 toneladas, está quasi concluida.

Acham-se em funcionamento, no mesmo Estado, as seguintes uzinas de fabricação de guza: Esperança, da Companhia Queiroz Junior Limitada, que possui dois altos fornos, com aproveitamento e purificação dos gases, tendo produzido, em 1924, 9.050 toneladas; Burnier, da mesma Companhia, cuja produção, em 1924, attingiu a 4.780 toneladas; Siderurgica, da Companhia Belgo-Mineira em Sabará, com forno alto e fabricação de cimento, que produziu, em 1924, 8.235 toneladas de guza e 1.157 de cimento fabricado com escorias do forno alto; Magnavacca, em Bello Horizonte, de Magnavacca & Filhos, com um forno alto para a produção de 13 toneladas de guza, por dia, tendo produzido 2.970 toneladas, no anno de 1924; Caeté, na esplanada da Estação de Caeté, ramal de Santa Barbara, de Gerspacher, Purri & Cia., que dispõe de forno alto capaz de produzir 10 toneladas, tendo sido feita a primeira corrida em novembro de 1924 e estando ainda em phase de experimentação. Assim, a produção total de guza, no Estado de Minas Geraes, durante o anno passado, foi de 25.130 toneladas.

Todas essas uzinas fabricam artefactos de primeira

segunda fusão, como sejam: chapas de fogão, pontas de arado, engenhos de canna, sapatas de freios, grádís, etc.

As fabricas de aço, no Estado de Minas, são as da Companhia Electro-Metallurgica Brasileira, que tem um forno Basanese, em Juiz de Fôra, capaz de refinar 10 a 12 toneladas diarias, de guza, e a da Companhia Belgo-Mineira, cujo forno Siemens-Martin, com tres gazogenios, se acha terminado, podendo produzir 20 toneladas de aço, por dia, que será transformado em typos perfilados nos trens de laminadores.

Além disso, fabrica-se, em varias partes do Estado, o ferro soldado pelo processo catalão, sendo todo elle transformado em productos acabados.

O guza, que não é logo transformado nas uzinas, é vendido para as fundições do Estado de São Paulo e Districto Federal.

No Estado de São Paulo, a usina Electro-Metallurgica, de Ribeirão Preto, terá este anno a marcha dos seus fornos altos regularizada, com a conclusão da usina hydro-electrica de Rio Mojos. Virá produzir 60 toneladas de guza, por dia, que serão refinadas no forno Bessmer, terminando-se o refino, para os aços mais finos, no forno electrico do typo Héroult. Em 1924, produziu 4.492 toneladas de lingotes de aço, que deram 3.972 toneladas de ferro laminado de diversos perfis.

Os maiores metallurgistas da Europa, depois dos necessarios calculos e experiencias, declaram que, com os minerios de Minas e os cokes de carvão de Santa Catharina, é possivel obter excellente guza para fundição e aço da melhor qualidade.

O manganéz, elemento indispensavel á siderurgia e, especialmente, á fabricaçã do aço, constitue, hoje, objecto de apprehensão nos paizes de grande industria, pois, como parece, a provisão desse minerio, no mundo, não corresponde á do minerio de ferro. Podemos, entretanto, contar com quantidade mais que sufficiente para as nossas necessidades.

Outro elemento importante para a siderurgia é o zirconio. As jazidas de zirkita, oxydo de zirconio, no Estado de Minas Geraes, são consideraveis e, por ora, as unicas conhecidas no mundo.

Como se vê, nada nos falta para a siderurgia. É de esperar, pois, que, dentro em breve, atinja situação de vigorosa vitalidade.

Pelo decreto n. 16.775, de 13 de janeiro ultimo, foram concedidos a Fortunato Bulcão, ou empresa que organizar, os favores constantes dos arts. 6º, 7º e 8º, do decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918, e os do decreto legislativo n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, para o desenvolvimento da industria siderurgica e metallurgica.

Pelo decreto n. 16.776, de 16 de janeiro deste anno, foram concedidos identicos favores a Francis Walter Hime, Luiz Ribeiro Pinto e Libanio da Rocha Vaz, ou empresa que organizarem.

Carvão de pedra

Durante o anno de 1924, estiveram em exploração as jazidas de carvão de pedra, de Gravatahy, São Jeronymo, Butiá e Jacuhy, no Estado do Rio Grande do Sul, e Cresciuma, Urussanga, Prospera e Barro Branco, no de Santa Catharina.

A Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo continuou á frente da producção do carvão, no Brasil, tendo extrahido 172.000 toneladas, que foram consumidas no proprio Estado, especialmente na viação ferrea.

Essa Companhia proseguiu na montagem da usina de fabricaçã de semi-coke, com o aproveitamento dos sub-productos, como sejam alcatrão, benzol e aguas ammoniacaes. É uma pequena installaçã, feita no proprio local da mina, e que servirá de base para a montagem de uma usina, de muito maior capacidade, que a Companhia, associada á de Energia Electrica Rio Grandense, pretende construir, em Porto Alegre, para fornecimento de força e luz a essa importante cidade.

As demais empresas de mineração de carvão, no Rio Grande do Sul, funcçionaram de modo irregular, achando-se quasi todas em phase de remodelaçã ou aguardando favores do Governo, para ampliarem suas installações.

No Estado de Santa Catharina, trabalharam as minas de Barro Branco, Araranguá, Urussanga e Prospera. Das jazidas de Barro Branco, foram extrahidas 53.607 toneladas de carvão, e exportadas 36.781, sendo quasi todo o carvão consumido nas diversas industrias exploradas pelas concessões da firma Lage Irmãos, proprietaria das minas. A Companhia de Urussanga explora uma camada de carvão semi-anthracitoso, tendo extrahido 18.022 toneladas e exportado 6.510. A Companhia Araranguá explora os carvões de Cresciuma, obtendo no anno passado uma producção de 14.486 toneladas, da qual foram exportadas 9.782. A Companhia Prospera Limitada extrahe tambem carvão em Cresciuma, havendo produzido 10.042 toneladas e exportado 7.788.

Assim, durante o anno de 1924, foram extrahidas, das jazidas de Santa Catharina, 96.157 toneladas de carvão e exportadas 60.861, havendo um stock de 35.296 toneladas, que não poudé ser vendido por falta de meios de transporte, diffi-culdade essa com que luctam todas as empresas de mineração no Estado.

O Governo tem se interessado em melhorar as condições do transporte, quer nas linhas ferreas, quer nos portos, estudando os meios de permittir maior frequencia de navios de tonelagem média.

A Companhia Prospera Limitada iniciou a fabricação, em pequena escala, de coke metallurgico, com o carvão de suas jazidas. O coke obtido possui todas as qualidades exigidas, para os fins a que se destina, embora encerre alta percentagem de cinzas. Póde ser perfeitamente empregado para a fabricação de guiza em forno alto, commum ou electrico.

Nos Estados do Paraná e São Paulo, não ha ainda exploração de minas de carvão.

Forças hydraulicas

O estudo das forças hydraulicas, existentes no paiz, constitue incumbencia do Serviço Geologico, de alto valor pratico para o progresso e o desenvolvimento nacionaes.

Trabalharam cinco turmas, distribuidas pelos Estados da Bahia, Minas Geraes, São Paulo e Paraná, tendo sido estudadas 15 cachociras de primeira categoria, com a potencia bruta de 228.000 cavallos-vapor, constando os respectivos estudos da descripção minuciosa do local, determinação rigorosa do desnível e da descarga e de suggestões para a captação mais apropriada de cada cachoeira.

Cimento

O problema da fabricação do cimento, com materias primas nacionaes, tem merecido especial attenção do Governo. Foram estudados diversos depositos de calcareos e argillas, nos Estados de Espirito Santo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, São Paulo e Paraná.

Os calcareos dos dois primeiros têm composição inadequada para a fabricação de cimento, em virtude do elevado teor em magnesia; nos outros, foram encontrados depositos consideraveis de calcareo bastante puro, associados com argilla ou schistos argillosos em condições de produzirem optimo cimento.

Pelo decreto n. 16.755, de 31 de dezembro de 1924, o Governo, usando da auctorização constante do art. 175, n. IX, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro do mesmo anno, regulou os favores a conceder ás empresas ou companhias legalmente constituídas, para a fabricação de cimento com o emprego de materias primas e combustiveis nacionaes.

Estação Experimental de Combustiveis e Minerios

Funcionaram normalmente as diversas dependencias da Estação de Combustiveis e Minerios.

Repetidas experiencias foram feitas com combustiveis pulverizados, destacando-se as que se realizaram com o carvão de madeira, cuja composição immediata se approxima da dos carvões betuminosos, pois contém de 30 a 36 % de materias volateis. É, portanto, um carvão excellente para ser empregado em pó, offerecendo condições de pureza e combustibilidade superiores ás do melhor carvão betuminoso.

Effectuaram-se, tambem, experiencias com o lenhito de Caçapava e com os carvões de Cresciuma, Urussanga e São Jeronymo.

Fizeram-se novas investigações, no sentido de obter, dos carvões nacionaes, gaz, alcatrão e outros productos.

Está verificado que a alta distillação produz gaz e a baixa, alcatrão, em condições economicas. Actualmente, estão sendo examinados os carvões mais convenientes á distillação em baixa temperatura e a aparelhagem mais adaptavel a esse fim.

Concluíram-se as experiencias sobre o emprego de alcool e applicação de gazogenio com carvão de madeira nos motores de explosão, tendo-se verificado que um kilo de carvão substitue um litro de gasolina, embora com certa redução na potencia do motor.

Procedeu-se a diversos ensaios, nos laboratorios de chimica e physica, sobre as nossas argillas, no intuito de melhorar a ceramica geral e o fabrico de refractarios.

Observatorio Nacional

Os serviços de observações astronomicas, geodesicas e geophysicas correram com regularidade, no anno passado, embora o Observatorio Nacional esteja carecendo de melhor aparelhagem.

Conselho Superior do Commercio e Industria

O Conselho Superior do Commercio e Industria, creado para promover a cooperação entre os elementos officiaes e os das classes commerciaes, industriaes e agricolas, vae preenchendo efficaçmente seus fins.

Realizou com regularidade, durante o anno, sessões plenarias, cujos debates foram publicados no *Diario Official*, e tem se desempenhado, satisfatoriamente, da attribuição, que lhe cabe, de emitir parecer sobre os recursos relativos a privilegios de invenção e marcas de industria e commercio. Além disso, approvou pareceres sobre legislação social, imposto sobre a renda, Museu Agricola e Commercial, protecção á industria de couros e pelles, classificações aduaneiras, etc. Em collaboração com o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, está estudando o projecto do Código Commercial.

Directoria Geral de Estatística

A Directoria Geral de Estatística continuou, em 1924, os trabalhos extraordinarios para a apuração do recenseamento de 1920, sem prejuizo dos inqueritos normaes, previstos no programma regulamentar de suas differentes secções.

No começo do corrente anno, completou a divulgação dos algarismos censitarios concernentes ao Districto Federal e tem quasi concluidas a apuração do censo demographico e a impressão dos trabalhos referentes á producção agricola de toda a Republica, discriminada por municipios.

Segundo os dados censitarios, as principaes colheitas do paiz attingiram, em conjuncto, no anno agricola de 1919-1920, a somma de 4.119.900:159\$000, excluidos os valores relativos aos productos decorrentes da transformação industrial da canna do assucar e da mandioca, bem como os referentes á producção florestal, á borracha e ao matte.

De accordo com essa estatística, assim se distribue a producção agricola:

Café.....	1.025.034:530\$000
Milho.....	999.939:540\$000
Algodão.....	664.676:400\$000
Arroz.....	415.747:550\$000
Canna de assucar.....	349.649:987\$000
Feijão.....	253.774:290\$000
Fumo.....	110.470:800\$000
Mandioca.....	86.957:112\$000
Cacáo.....	80.259:200\$000
Batata inglesa.....	43.795:590\$000
Trigo.....	43.590:350\$000
Côco da Bahia.....	30.854:940\$000
Mamona.....	12.887:340\$000
Maniçoba.....	2.262:530\$000
	4.119.900:159\$000

Relativamente á parte financeira, vão sendo colligidas, e devidamente apuradas, informações sobre as receitas e as despesas da União, dos Estados e dos municipios. No que diz respeito a estes, acham-se organizados os quadros estatísticos de maneira a permittir o conhecimento exacto da importancia correspondente á arrecadação e aos dispendios de cada um, segundo os principaes titulos orçamentarios. A Directoria de Estatística já divulgou, em resumo, os algarismos correspondentes á receita e despesa municipaes, de cada Estado.

Superintendencia do Abastecimento

Perseverantes esforços foram empregados para attenuar as condições precarias do abastecimento publico desta Capital e de outros pontos do paiz, aggravadas pelas alterações

da ordem publica, a que nos temos referido, e por factores climatericos desfavoraveis que perturbaram, sensivelmente, os trabalhos agricolas e pastoris e as industrias correlatas.

A escassez occasional de varios generos, até então abundantemente produzidos no paiz, obrigou o Governo a abrir, temporariamente, as alfandegas á entrada de similares estrangeiros, o que foi feito com todas as cautelas, de accordo com os decretos ns. 16.524, de 1º de julho, e 16.633, de 11 de outubro de 1924. O primeiro isentou dos impostos aduaneiros os seguintes generos: arroz, banha, batatas, carne secca ou xarque, feijão e milho, e o segundo estendeu a mesma isenção á manteiga e ao leite condensado. Desses generos, porém, affluíram apenas aquelles que, no exterior, eram cotados a preços taes, que, apesar da situação cambial, eram susceptíveis de serem vendidos, em nosso paiz, pelo mesmo ou menor preço dos equivalentes nacionaes.

De accordo com os dados fornecidos pelas alfandegas, tiveram despacho livre: arroz, 274.363 saccos; batatas, 202.793 saccos e 95.733 caixas; feijão, 10.057 saccos; leite condensado, 28.957 caixas; manteiga, 10.416 caixas; milho, 370.668 saccos; sal, 38.457.093 kilos, 51.563 saccos e 200 caixas; xarque, 51.257 fardos.

Si, no tocante aos preços, não é possivel affirmar que se haja conseguido, com taes isenções, notavel redução nos differentes mercados, não ha contestar, entretanto, que os generos importados desafogaram, poderosamente, os grandes centros consumidores do paiz, evitando, assim, que se aggravasse o problema da carestia.

Importando, directamente, do estrangeiro ou adquirindo dos centros productores nacionaes, a Superintendencia do Abastecimento dispoz, no anno findo, de 55.083 saccos de arroz, 65 caixas de alhos, 42.800 saccos de assucar, 89.962 saccos de feijão, 14.445 saccos de milho e 1.373 fardos de xarque, com os quaes abasteceu as feiras livres e diversas localidades do interior, de accordo com os appellos feitos pelas respectivas municipalidades.

Durante as operações militares, no norte do Estado de São Paulo, decorrentes da rebelião de 5 de julho, a Superintendencia prestou efficaz concurso para o reabastecimento das forças federaes.

O movimento total de vendas, nas feiras livres, em 1924, ascendeu a 34.007.000\$000, com grande augmento sobre o anno anterior. De 17 de abril de 1921, quando começaram a funcionar, a 31 de dezembro de 1924, esse movimento elevou-se a 84.397.000\$000.

Como elemento indispensavel ás feiras livres, funcionou

com toda a regularidade, durante o anno findo, o entreposto, sito á avenida Maracanã, em terrenos da União.

O transporte de mercadorias para as feiras livres e estações de estradas de ferro e, destas, para o entreposto foi feito em autocaminhões, havendo sido transportados mais de 90.000 volumes. O de generos dos lavradores do Districto Federal, matriculados nas feiras livres, uttingiu a 32.231 volumes, produzindo a renda de 32.803\$300. Para o interior, destinados a diversas camaras municipais, foram transportados 25.053 volumes de mercadorias diversas.

As oscillações no mercado do assucar obrigaram o Governo a intervir, no sentido de ser esse genero fornecido á população por preço que não ultrapassasse a 1\$300 o kilo da melhor qualidade. Estabeleceu-se um accordo com os produtores do Estado do Rio de Janeiro, mediante o qual foram suppridas, pela Superintendencia do Abastecimento, durante longo periodo, todas as refinarias desta Capital, bem como as feiras livres. Sobrevindo as safras nacionais, o mercado, por si proprio, se normalizou, passando a preços razoaveis, sem que houvesse necessidade de restringir ou suspender a exportação para o exterior, nem de tornar effectiva a isenção de direitos aduaneiros, estatuida pelo decreto n. 16.524.

Diversas outras providencias foram tomadas, creando-se um entreposto de pesca e postos officiaes de venda de leite fresco em varios pontos da cidade.

Feitas as obras de adaptação no edificio do antigo escriptorio da Estrada de Ferro Therezopolis, foi o entreposto entregue, devidamente aparelhado, ao Serviço de Pesca do Ministerio da Marinha, o qual, com o concurso da Confederação Geral dos Pescadores, tem realizado interessantes investigações sobre o pescado destinado ao abastecimento desta Capital, além da collocação, por preços razoaveis, de cerca de trezentas toneladas, mensaes, de peixe fresco.

Estão funcionando 21 postos officiaes de venda de leite fresco, tendo sido fornecidos aos consumidores, no anno passado, 1.095.722 litros, ao preço de 600 réis.

Em varias feiras, bem como em locais apropriados, junto ás principaes estações das estradas de ferro, tem sido vendido, diariamente, a preço reduzido, nesta Capital, pão mixto, de trigo e farinha de mandioca, fabricado por uma padaria que o Governo mantém, para esse fim.

Expurgo e beneficiamento de cereaes

Accusou sensível diminuição o movimento do serviço de expurgo e beneficiamento de cereaes, no anno findo. Assim é que, cmaquanto, em 1923, foram expurgados 80.760 saccos de

cereaes, produzindo a renda de 52.652\$100, em 1924, foram expurgados 20.761 saccos, com a renda de 14.623\$700.

Tal diminuição resultou da escassa produção de cereaes, insufficiente para as necessidades do proprio consumo. Concorreram, para isso, tambem, as medidas postas em execução para o barateamento dos generos, pois, afim de subtrahir-se ás requisições, os negociantes de cereaes deixaram de recorrer, como nos outros annos, a esse serviço. Tudo leva a crêr, porém, que não perdurará tal situação.

Foram submettidos á desinfecção milhares de saccos vazios, usados no acondicionamento do café, cujo transporte, sem expurgo, foi prohibido por occasião de serem tomadas medidas de defesa contra a broca.

Installou-se uma machina para expurgo de sementes e fardos de algodão, pelo gaz cyanhydrico, em collaboração com a Superintendencia do Algodão.

Centralizados, como estão, em um unico departamento, todos os trabalhos de expurgo, resolveu-se a parte mais importante e urgente do problema, cuja perfeita solução fica dependendo apenas de outra medida, não menos necessaria: a obrigatoriedade do expurgo, em relação a todos os cereaes, quer para o consumo, quer para a exportação.

Serviço de Informações

Foram distribuidas, no anno findo, 68.023 publicações de ensinamento agricola e propaganda economica: 9.408, a embaixadas, legações e consulados do Brasil, camaras de commercio, institutos officiaes de agricultura e particulares, no exterior, e 58.615, a repartições da União e dos Estados, associações agricolas, lavradores, creadores e outros interessados, no paiz.

Além do *Boletim do Ministerio*, cuja permuta com as publicações congeneres do estrangeiro é hoje bastante consideravel, editaram-se varios trabalhos sobre agricultura e pecuaria.

Respondeu-se a 558 pedidos de informações sobre assumptos agricolas, commerciaes e estatisticos, sendo 186, provenientes do exterior, e 372, de varios Estados.

Museu Agricola Commercial

Já se acha definitivamente installado no Pavilhão Britannico, da antiga Exposição do Centenario, o Museu Agricola e Commercial.

Os expositores, que haviam concorrido áquelle certamen, promptamente acquiesceram á solicitação, que lhes fez o

Governo, cedendo seus mostruários e esforçando-se, mesmo, alguns, em melhorar as collecções que figuraram alli.

Com esse poderoso auxilio, o Museu tornou-se, em pouco tempo, um excellente repositório de amostras e dados preciosos, sobre os productos brasileiros, prestando reaes serviços ao commercio e á industria. Os mostruários actuaes estarão enriquecidos, dentro em breve, com grande numero de outros, em via de organização.

Acha-se installada a sala de projecções cinematographicas, possuindo o Museu escolhida collecção de *films*, sobre assumptos economicos.

Directoria Geral de Propriedade Industrial

A Directoria Geral de Propriedade Industrial, creada pelo decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, iniciou seus trabalhos a 15 de março do anno findo.

A mudança radical no systema, até então adoptado para a concessão de patentes e registro de marcas de industria e commercio, impediu que a repartição accusasse maior movimento. Produziu, por isso, apenas 530.063\$550. É de presumir, porém, que, no corrente anno, a renda não seja inferior a dois mil contos.

Junta dos Corretores e Bolsas de Mercadorias

Em 1924, não soffreram alteração os trabalhos da Junta dos Corretores, assim como os das Bolsas de Café e Assucar, superintendidas por aquella.

A arrecadação do imposto de operações a termo sobre o café, o assucar e o algodão, de que se acha encarregada a Junta, ascendeu, em 1924, a 2.630.888\$600, contra..... 1.723.119\$300, em 1923.

É indispensavel ampliar as attribuições da Junta, sobretudo no tocante á sua acção junto ás Bolsas de Mercadorias e ás Caixas Registradoras das operações a termo.

Estabelecimentos subvencionados

Tem funcionado com regularidade a maioria dos estabelecimentos de ensino technico-profissional, subvencionados pelo Governo, principalmente os que estão a cargo da Escola de Engenharia, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e, bem assim, as associações que, destinadas á defesa e propaganda da agricultura, industria e commercio, recebem auxilio da União. Para isso, muito concorreu a expedição da portaria de 15 de setembro de 1923, mandando adoptar instrucções para a fiscalização desses estabelecimentos.

Vão correspondendo, satisfatoriamente, aos seus fins os cursos de mecanica pratica e os de chimica industrial.

Foram mandadas adoptar novas instrucções, baixadas com a portaria de 26 de fevereiro do corrente anno, cujas bases se assentaram, nesta Capital, em reunião dos representantes de todos esses cursos e dos annexos á Escola de Minas, de Ouro Preto, e da Escola Superior de Agricultura, tendo participado, tambem, dos trabalhos o professor de chimica do Museu Nacional, que organizára o ante-projecto submettido ao exame e discussão dos interessados.

As subvenções constantes das leis orçamentarias têm sido concedidas depois de meticoloso exame, não só quanto ao funcionamento das instituições beneficiadas, como tambem quanto á applicação das quantias recebidas.

Serviço Florestal

Estão concluidos os estudos preliminares para a organização do Serviço Florestal, nos termos do decreto n. 4.421, de 28 de dezembro de 1921.

Attendendo, porém, á premencia da situação financeira, será iniciado o serviço por partes, como fôra previsto na propria lei de criação, procurando-se dar a maior expansão possível aos accordos com os Estados, de modo a ficar a União exonerada de despesas avultadas, que iriam ser feitas, algumas vezes, em duplicata. O bom exito alcançado com os accordos, na execução do Serviço do Algodão, demonstra a vantagem dessa norma, plenamente justificavel num paiz de tão grande extensão territorial como o Brasil.

Varias industrias

O fabrico da seda, com casulos nacionaes, vae adquirindo sensivel desenvolvimento, tudo indicando que essa industria está fadada ao mais brilhante futuro no paiz.

O chá, procedente das plantações de Minas Geraes, tem melhorado muito, não só no preparo das folhas, como no acondicionamento do producto. Tiveram completo exito as experiencias com o plantio da variedade Assamica, que o Ministerio importou do estrangeiro e distribuiu largamente. A substituição da variedade cultivada nos permittirá produzir chá tão fino quanto o do Oriente.

As fabricas de artefactos de borracha, graças aos favores auctorizados na lei orçamentaria, têm se multiplicado no paiz e estão fornecendo productos variados e excellentes para o consumo.

Cursos de Aperfeiçoamento

Com as medidas rigorosas adoptadas em relação á fiscalização dos alumnos designados para seguir os cursos de aperfeiçoamento, de agricultura, pecuária e assumptos conexos, no estrangeiro, melhorou sensivelmente o aproveitamento dos mesmos.

Ensino commercial

Já se acham elaboradas as bases do regulamento do ensino commercial, que deverão ser submettidas ao exame e discussão dos interessados. No dia 25 do corrente, effectuar-se-á uma reunião dos representantes de todas as escolas commerciaes do paiz, sob a presidencia do Ministro da Agricultura, afim de examinal-as, juntamente com as suggestões feitas, e organizar um projecto definitivo, de regulamento, em que o Governo procurará inspirar-se para a completa solução do assumpto.

Fornecimentos de carnes verdes á Capital Federal

Por ultimo, abordaremos aqui um problema da maior importancia, embora esteja o mesmo affecto á Prefeitura do Districto Federal: o fornecimento de carnes verdes á população desta cidade.

A installação dos açougues de emergencia provocou o accordo firmado, com os marchantes e açougueiros, em virtude do qual aquelles se obrigaram a vender a carne, no entreposto de São Diogo, a 1\$300, o kilo, e, estes, a fornecerem-n'a á população, nos seus açougues, á razão de 1\$700, o kilo de 1ª qualidade; 1\$600, o de 2ª, e 1\$400, o de 3ª.

Para demonstrar o acerto da medida, basta assignalar que, em fevereiro de 1924, a rez custava 18\$000, por arroba, em Tres Corações, e, no entreposto de São Diogo, a carne era vendida a 1\$300, o kilo, e, nos açougues, a 1\$900; entretanto, agora, em 1925, custando a arroba, em Tres Corações, 22\$500, o preço da carne, no entreposto de São Diogo, foi de 1\$300, o kilo, e, nos açougues, de 1\$700, 1\$500 e 1\$400, respectivamente, a de 1ª, de 2ª e de 3ª qualidade, cumprindo mais registrar que, nos açougues de, emergencia, houve, ainda,

um abatimento de \$200, em kilo, sobre esses preços. Tomando por base o preço das vendas em Tres Corações, em fevereiro de 1924, conclue-se que, si não fossem as providencias do Governo, o preço, hoje, seria de 1\$800, o kilo, em São Diogo, e, no minimo, de 2\$500, nos açougues.

Esse exito alcançado, porém, não nos satisfaz, de modo completo, por nos faltar confiança na sua durabilidade.

Providencias urgentes precisam, pois, ser tomadas, para evitar que, dentro em pouco, a população fique privada do alimento que hoje, em melhores condições, lhe é offerecido. É preciso que o Poder Executivo esteja auctorizado a recorrer ás medidas necessarias, e devemos lembrar, entre outras, a regulamentação da exportação, por algum tempo, até que se normalize a situação actual.

Eis ahi, Senhores Representantes da Nação, o que nos occorre expôr-vos e suggerir-vos na presente Mensagem, a que o Governo está prompto a additar outras informações que porventura julgueis necessarias.

Da exposição feita se deprehende que, apesar dos obstaculos creados á acção do Governo e dos erros que o passado accumu'ou, não descurou elle da parte administrativa propriamente dita. Velando pela defesa da ordem, — seu primeiro dever, — prestou ainda a necessaria attenção a quasi todos os problemas que interessam fundamentalmente ao bom nome e á prosperidade da Nação.

Máo grado as difficuldades do presente, o paiz prosegue na marcha ascencional do seu progresso, assegurada, não só pelos innumeraveis recursos de que dispõe, sinão tambem pela indole conservadora e pelo trabalho fecundo do seu povo, amante da paz, porém mais amante da ordem, sem a qual serão inuteis todos os esforços e todas as iniciativas em prol delle e da Patria.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1925.

Arthur da Silva Bernardes,

PRESIDENTE DA REPUBLICA.

SECRETARIAS DE ESTADO**Ministerio da Agricultura,****Industria e Commercio****Directoria Geral de Agricultura****Primeira secção****EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR**

Dia 2 de maio de 1925.

Officios:

Sr. director geral do Serviço de Industria Pastoral:

N. 1.120 — Afim de que o examineis, devolvendo-o em seguida a esta dire-

ctoria geral acompanhado do respectivo parecer, junto vos remetto o relatório firmado pelo alumno subvencionado Elvino Alves Ferreira, que, nos termos do decreto n. 15.774, de 6 de novembro de 1922, se encontra no estrangeiro em aperfeiçoamento de curso.

— Sr. director da Estação Geral de Experimentação de Campos:

N. 1.121 — Afim de que o examineis, devolvendo-o em seguida a esta directoria geral acompanhado do respectivo parecer, junto vos remetto o relatório D. A. 1.686-925, firmado pelo alumno subvencionado Alvaro Diniz Filho que, nos termos do decreto n. 15.774, de 6 de novembro de 1922, se encontra no estrangeiro em aperfeiçoamento de estudos.

— Sr. Director geral de Industria Pastoral:

N. 1.122 — Afim de que o examineis, devolvendo-o em seguida a esta directoria geral com o respectivo parecer, junto vos remetto o relatório do alumno subvencionado José Januario Carneiro Filho, que nos termos do decreto numero 15.774, de 6 de novembro de 1922 se encontra no estrangeiro em aperfeiçoamento de estudos.

— Sr. director do Serviço de Informações:

N. 1.123 — Em resposta ao vosso officio n. 286, datado de 6 de março do corrente anno, accusando o recebimento de alguns numeros da revista *A Estancia*, editada pela Federação Rural do Rio Grande do Sul e instruções sobre a sua distribuição, communico-vos que

deveis proceder como nas demais revisitas.

— Sr. director do Jardim Botânico: N. 1.424 — Em referencia ao vosso officio n.º 835, de 15 de dezembro do anno passado, junto vos remetto, para os devidos fins, as autorizações de passe de ns. 51 e 57 da E. F. Rio d'Ouro.

— Sr. superintendente do Serviço do Algodão:

N. 1.425 — Em referencia ao vosso officio n.º 715, de 18 de corrente, communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro manifestou-se de accordo com a vossa suggestão no sentido de ser fixado o dia 19 de maio proximo para o inicio das provas do concurso para provimento de cargos technicos nessa superintendencia.

— Sr. director do Instituto Biologico de Defesa Agricola:

N. 1.426 — Transmitto-vos, para os fins devidos, a inclusa cópia da portaria de 28 do corrente, pela qual foi declarada zona infestada pela *Moproses brasiliensis* Hemp, as ilhas dos Marinheiros e da Leonidio, no Estado do Rio Grande do Sul, ficando prohibida a saída das mesmas de bacillos e cépas de videira, terras e pés de gramíneas vivas e da planta *Oenlis articulata*.

— Sr. director da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária:

N. 1.427 — Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro resolveu autorizar-vos a receber as taxas de matricula que os alumnos dessa escola, João da Veiga Formiga, Luiz Chrysostomo de Oliveira Junior e Roosevelt Chrysostomo de Oliveira deixaram de pagar no prazo regulamentar.

— Sr. superintendente do Serviço do Algodão:

N. 1.428 — Em referencia ao vosso officio n.º 793, de 27 de abril proximo passado, de ordem do Sr. ministro, cumpro-me informar-vos que nenhuma repartição deste ministério gosa da faculdade de requisitar leitos nas estradas de ferro do paiz.

— Sr. director do Aprendizado Agricola de Barbacena — Estado de Minas Geraes:

N. 1.429 — Solicito vossas providencias no sentido de serem remetidos, com urgencia, a esta directoria geral, dois exemplares do Regulamento do Regimento Interno e do programma de ensino dessa escola, afim de ser satisfeito um pedido da Directoria Geral de Instrução Publica.

Identicos: Joazeiro, S. Francisco, S. Luiz de Missões e Satuba.

— Sr. director da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária:

N. 1.431 — Solicito vossas providencias no sentido de serem remetidos, com urgencia, a esta directoria geral, dois exemplares do Regulamento do Regimento Interno e do programma de ensino dessa escola, afim de ser satisfeito um pedido da Directoria Geral de Instrução Publica.

— Sr. director da Escola de Lactâneos de Barbacena:

N. 1.435 — Solicito vossas providencias no sentido de serem remetidos, com urgencia, a esta directoria geral, dois exemplares do Regulamento do Regimento Interno e do programma de ensino dessa escola, afim de ser satisfeito um pedido da Directoria Geral de Instrução Publica.

— Sr. director do Serviço de Povoamento:

N. 1.436 — Solicito vossas providencias no sentido de serem remetidos, com urgencia, a esta directoria geral,

dois exemplares do Regulamento do Regimento Interno e do programma de ensino dos patronatos agricolas, afim de ser satisfeito um pedido da Directoria Geral de Instrução Publica.

— Sr. director-presidente da Companhia Nacional de Navegação Lloyd Brasileiro:

N. 1.437 — Solicito, de ordem do senhor ministro, vossas providencias no sentido de ser concedida uma passagem, em 1.ª classe, deste porto ao de Paranaguá, ao porteiro-contínuo Alcides Brenno, transferido da Estação Experimental de Goytacazes, no Estado do Espírito Santo para a de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, correndo as respectivas despesas por conta deste ministério.

— Sr. agente da estação de Curitiba, de E. F. do Paraná:

N. 1.438 — Solicito, de ordem do senhor ministro, vossas providencias no sentido de ser concedida uma passagem, em 1.ª classe, dessa estação á de Ponta Grossa, para o porteiro-contínuo Alcides Brenno, transferido da Estação Experimental de Goytacazes, no Estado do Espírito Santo, para a de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, correndo as respectivas despesas por conta deste ministério.

— Sr. agente da estação de Paranaguá, da Estrada de Ferro do Paraná:

N. 1.438 A — Solicito, de ordem do Sr. ministro, vossas providencias no sentido de ser concedida uma passagem, em 1.ª classe, dessa estação á de Curitiba para o porteiro-contínuo Alcides Brenno, transferido da Estação Experimental de Goytacazes, no Estado do Espírito Santo, para a de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, correndo as respectivas despesas por conta deste ministério.

— Sr. director do Serviço de Povoamento:

N. 1.438 — Em resposta ao vosso officio restituindo o requerimento do Centro Agrícola David Cabias, solicitando indenização por prejuizos causados á sua lavoura pelas enchentes do rio Paratyba, communico-vos que o senhor ministro exarou o despacho: «Indefinitos».

N. 81 — Ao Sr. director geral de Contabilidade, atenciosamente cumprimenta o seu collega da Agricultura e communica, para os devidos fins, que o Sr. ministro em memorandum n.º D. A. 1.275-925, de 22 do corrente, autoriza o director da Fazenda Modelo de Criação de Ponta Grossa, a conceder nova passagem, em 1.ª classe, daquelle localidade a esta capital, a familia do secretario da mesma fazenda Luiz de Fátima Rios Monteiro Tabajoz, com a esposa e cinco filhos, correndo as despesas respectivas por conta daquelle fazenda.

Directoria Geral de Contabilidade

Primeira secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 30 de abril de 1925

Offícios:

Sr. director do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:

N. 1.737 — Communica que o trabalhador desse serviço João Carneiro Pitão compa-

receu regularmente durante todo o mez de abril proximo findo.

— Sr. director da Estação Experimental de Goytacazes, Linhares:

N. 1.739 — Cofirma telegramma desta data.

— Sr. delegado fiscal do Thesouro Nacional em Victoria:

N. 1.740 — Confirma telegramma desta data.

— Sr. director da Despesa Publica:

N. 1.744 — Solicita providencias no sentido de ser paga, no Thesouro Nacional, a folha da diarista da Estação Geral de Experimentação de Campos D. Odilia Paiva, servindo presentemente nesta directoria geral, por designação do Sr. ministro, na importancia total de 412,500.

N. 1.738 — Communica que o Sr. Ivar Bechmann, contractado para servir como tecnico geologista deste ministério, esteve em exercicio de seu cargo durante o mez de março ultimo.

N. 1.734 — Transmitem o «ponto» dos empregados desta secretaria de Estado, relativo ao mez de abril.

Segunda secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 30 de abril de 1925

Offícios:

Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

N. 393 — Remettendo o processo de comprovação da applicação dada á quantia de 3:600\$ recebida do Thesouro Nacional pelo Sr. Arminio de Andrade, almoxarife da Directoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, em virtude do aviso numero 1.234, de 22 de março de 1921.

— Ao Sr. director da Contabilidade do Thesouro Nacional:

N. 394 — Transmittindo o processo de comprovação da applicação dada ao adiantamento de 20:000\$ recebido no Thesouro Nacional pelo inspector meteorologista da Directoria de Meteorologia Horacio Jacintho de Souza, em virtude do aviso deste ministério n.º 4.270, de 27 de setembro de 1921.

N. 395 — Transmittindo o processo de comprovação da applicação dada ao adiantamento de 6:500\$, recebido do Thesouro Nacional por Horace E. Williams, geologo do Serviço Geologico e Mineralogico, em virtude do aviso n.º 3.619, de 14 de agosto ultimo.

TRIBUNAL DE CONTAS

Ordem do Tribunal de Contas no Estado de Santa Catharina

ACTA N.º 146 — SESSÃO REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1925

Presidencia do chefe da delegação, Sr. José Augusto de Almeida

Presentes: os integrais Srs. Taubert Wanderley Navarro Lins e Adolpho Martinez dos Reis.

Relatados pelo Sr. Delegado Laert Wanderley Navarro Lins:

Ministerio da Guerra:

S.º Bateria Isolada:

Offícios ns. 412, 413 e 414, de 8 do corrente mez. Indemnização das quan-

das de 84\$, 100\$ e 112\$, ao cofre da Bateria, provenientes de fornecimento de almoço aos officiaes instructores, durante os mezes de janeiro, fevereiro e março deste anno.

Recusou-se registro á despeza, por não ter havido distribuição do credito respectivo.

Officios ns. 281, de 13 de outubro de 1924 e 117, de 11 do mez fluente, remetendo os documentos comprobatorios da applicação do adiantamento da quantia de 2:107\$600, concedido ao 2º tenente pharmaceutico Ronan Castanheira, em 3 de setembro do anno proximo findo.

Julgou-se boa e legal a applicação do adiantamento e ordenou-se a baixa na responsabilidade, bem como a annullação do saldo recolhido.

— Relatados pelo Sr. delegado Adolpho Martinez dos Reis:

Ministerio da Viação e Obras Publicas:

Fiscalização do Porto de S. Francisco:

Officio n. 190, de 16 do mez corrente, pedindo reconsideração do acto desta delegação, de 11 tambem do corrente, que recusou registro ao pagamento da quantia de 2:440\$ ao pessoal tecnico e administrativo da Comissão do Porto de Itajahy, relativa ao mez de janeiro deste anno, sob o fundamento de impropriedade de classificação. — Foi mantida a decisão anterior, por subsistirem os motivos que a determinaram.

Officio n. 192, de 17 de abril de 1925, pedindo reconsideração do acto desta delegação, de 11 do corrente, que recusou registro ao pagamento da quantia de 250\$ ao 1º tenente medico Dr. Achilles Gallotti, por serviços prestados á referida fiscalização durante o mez de janeiro ultimo, em face do art. 101 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1925 (acumulações remuneradas). — Foi mantida a decisão anterior, por subsistirem os motivos que a determinaram.

Por proposta do Sr. delegado Adolpho Martinez dos Reis, a qual foi approvada, vae inserto nesta acta um voto de agradecimento ao chefe da delegação, Sr. José Bráulio de Mesquita, pela maneira elevada por que conduziu esta delegação durante o tempo em que a chefou.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Adolpho Martinez dos Reis, lavrei a presente acta, que, depois de lida e achada conforme, vae assignada por todos. — José Bráulio de Mesquita. — Laert Wanderley Navarro Linz. — Adolpho Martinez dos Reis.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DA DELEGACÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS NO ESTADO DE SANTA CATHARINA, SR. JOSÉ BRÁULIO DE MESQUITA, DURANTE O MEZ DE MARÇO DE 1925

Dia 7 de março de 1925

Fiscalização do Porto de S. Francisco:

Officios:

Ns. 30, 32, 34, 36, 38, 40 e 42, de 22 de janeiro de 1925, pagamentos das importancias de 1:838\$300, 11:103\$200,

12:167\$300, 5:247\$000, 5:990\$950, réis 6:323\$300 e 3:700\$, respectivamente aos Srs. Brando & Comp. — Registrem-se.

Ns. 89, 91, 93 e 95, de 29 de janeiro de 1925, Pagamentos das importancias de 4:781\$, 5:675\$800, 7:259\$300 e réis 7:526\$700, respectivamente, aos Srs. Brando & Comp. — Registrem-se.

Ns. 97, 99, 105, 103 e 101, Pagamentos das importancias de 7:673\$800, réis 5:979\$777, 7:960\$900, 1:727\$900 e réis 4:049\$650, respectivamente, aos Srs. Hoepecke, Irmão & Comp. — Registrem-se.

Sub-inspectoría de Saude dos Portos de Florianopolis:

Ns. 91, de 5 de março de 1925. Pagamentos da quantia de 200\$ a D. Nicolina Glavan de Oliveira. — Registre-se.

Dia 8

Delegacia Fiscal:

N. 181, de 7 de março de 1925. Pagamento da quantia de 300\$, a Irineu Armando Livramento. — Registre-se.

Dia 12

N. 146, de 5 de março de 1925 — Inspectoría Agricola do 16º Districto. Pagamento a Alcino Linhares, janeiro e fevereiro 420\$. — Registre-se.

Ns. 165 e 166, de 10 de março de 1925 — Inspectoría Agricola do 16º Districto. Pagamento de diarias ao pessoal, janeiro e fevereiro, 451\$ e 422\$. — Registre-se.

8ª Bateria Isolada:

Ns. 61, 66 e 68, de 4 de março de 1925. Pagamentos das quantias de réis 3:563\$400, 10\$ e 120\$ a diversos. — Registrem-se.

Sub-inspectoría de Saude do Porto de Florianopolis:

Ns. 88, 96 e 99, de março de 1925. Pagamentos das quantias de 230\$600, 14\$600 e 16\$ a diversos. — Registrem-se.

Fortaleza de Santa Cruz:

Ns. 81, de 12 de fevereiro de 1925. Pagamento da quantia de 906\$660, ao cofre da fortaleza. — Registre-se.

Dia 14

Escola de Aprendizes Marinheiros:

N. 78, de 13 de março de 1925. Pagamento ao cofre da Escola de Aprendizes Marinheiros da quantia de 945\$700. — Registre-se.

8ª Bateria Isolada:

N. 81, de 11 de março de 1925. Pagamento aos cofres da bateria da quantia de 3:029\$700. — Registre-se.

Dia 18

Ns. 48, 50, 51 e 58, de 22 de novembro de 1924 — Fiscalização do Porto de S. Francisco. Pagamentos a João Moura Junior, 2:076\$, 1:714\$500, 1:116\$700 e 1:228\$200. — Registrem-se.

Posto Zootechnico de Lages:

Ns. 4, 5, 6, 7, 8 e 11, de 30 de janeiro e 16, 17, 18 e 19, de 10 de

Dia 23

Fevereiro de 1925.

Pagamento das quantias de 1:458\$, 115\$500, 387\$, 455\$950, 5:336\$, 854\$,

222\$, 96\$750 e 93\$ a diversos. — Registre-se.

Delegacia do Serviço de Povoamento no 9º districto:

Officios ns. 1.400 e 1.406, de 5 de março de 1925. — Pagamento das quantias de 150\$ e 146\$ a Paschoal Simone & Comp. — Registre-se.

Delegacia do Serviço de Industria Pastoral:

Officios ns. 62, de 18 de fevereiro de 1925 — Pagamento da quantia de 40\$600 á Companhia de Navegação Costeira. — Registre-se.

Fiscalização do Porto de S. Francisco:

Officios ns. 14 e 16, de 6 de janeiro de 1925 — Pagamento das quantias de 40\$ e 16\$, respectivamente, a Carvalho & Filho e Empresa Telephonica. — Registre-se.

Dia 24

Delegacia Fiscal:

Officio n. 189, de 13 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 230\$ ao jornal A Republica. — Registre-se.

Tercera Bateria Independente e Fort. Marechal Moura:

Officios ns. 71, 73 e 74, de março de 1925 — Solicitando o pagamento das quantias de 252\$, 239\$ e 354\$550 a Hoepecke Irmão & Comp. — Registrem-se.

Fortaleza de Santa Cruz:

Officio n. 114, de 11 de março de 1925 — Pagamento da quantia de réis 800\$820 ao cofre de Fortaleza. — Registre-se.

Posto Zootechnico Federal de Lages:

Officios ns. 315, de 27 de dezembro de 1924, 20, 21, 22, 31, 32 e 35, de fevereiro de 1925 e 38 de 2 de março de 1925 — Pagamentos das quantias de 915\$, 966\$, 296\$160, 81\$, 402\$500, 597\$, 40\$ e 200\$ a diversos. — Registrem-se.

Dia 24

Delegacia do Serviço de Povoamento:

Officio n. 1.396, de 28 de fevereiro de 1925 — Pagamento da quantia de 600\$ a Pedro Nunes Teixeira. — Registre-se.

Escola de Aprendizes Marinheiros:

Officio n. 82, de 19 de março de 1925 — Pagamento ao cofre da Escola de Aprendizes, da quantia de 900\$000. — Registre-se.

Delegacia da Capitania em S. Francisco:

Officio n. 58, de 10 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 500\$ a Augusto Affonso dos Santos. — Registre-se.

Delegacia Fiscal:

Officio n. 205, de 23 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 65\$300 a Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande. — Registre-se.

Delegacia de Povoamento no 9º districto:

Officios ns. 1.402, 1.404, 1.410, 1.412, 1.413, 1.414, 1.415, 1.416 e 1.48, de março de 1925 — Pagamento das quantias de 299\$200, 134\$, 1:107\$300, réis 2:511\$600, 250\$, 208\$700, 2:996\$500, 869\$425 e 990\$ a diversos. — Registrem-se.

Dia 25

Inspectoría Agricola do 16º districto:

Officio n. 177, de 13 março de 1925 — Adiantamento a Annibal Ribeiro de Melo, 1:000\$000. — Registre-se.

Posto Zootécnico de Lages:

Offícios ns. 195 e 194, de 24 de setembro de 1924 — Pagamentos a C. Valente, 4:786\$000 e 817\$000. — Registre-se.

Comissão de Obras do Porto da Laguna:

Offícios ns. 49, 51 e 52, de 28 de fevereiro de 1925 — Pagamento a Ulysses & Comp., 1:655\$500, 11:332\$200 e réis 10:632\$200. — Registre-se.

Dia 26

Inspeção Agrícola do 16º Distrito:
Offícios ns. 193 e 192, de 24 de março de 1925 — Pagamentos a Octávio Botelho, 156\$ e 144\$000. — Registre-se.

Escola de Aprendizes Marinheiros:
Offício n. 87, de 25 de março de 1925 — Pagamento à Companhia Traction, Luz e Fôrça da quantia de réis 1:600\$000. — Registre-se.

Fortaleza de Santa Cruz:
Offício n. 116, de 1º de março de 1925 — Adecantamento da quantia de 1:800\$, ao 2º tenente-comissário Carlos de Abreu Lima. — Registre-se.

Dia 27

Fiscalização do Porto de S. Francisco:
Offício n. 46, de 22 de novembro de 1925 — Pagamento a João Marques Brandão, 6:314\$200. — Registre-se.

Dia 28

Companhia de Metralhadoras Pesadas:
Offícios ns. 25, 26, 28, 31 32 e 34, de 26 de março de 1925 — Pagamento das quantias de 1:843\$500, 1:846\$500, réis 1:801\$500, 1:879\$200, 1:380\$ e 725\$000, a diversos. — Registre-se.

Delegacia Fiscal:
Offício n. 220, de 26 de março de 1925 — Pagamento da quantia de réis 650\$ a João Freire d'Avila. — Registre-se.

Companhia de Metralhadoras Pesadas:
Offício n. 27, de 23 de março de 1925 — Pagamento da quantia de réis 1:843\$500 ao 2º tenente Ladislau Fischer. — Registre-se.

Dia 30

14ª Batalhão de caçadores:
Offícios ns. 64 e 66, de 25 de março de 1925 — Pagamento das quantias de 3:545\$00 e 3:919\$750 ao 1º tenente Mario Celso da Silveira. — Registre-se.

Offícios ns. 60 e 65, de 25 de março de 1925 — Pagamento das quantias de 605\$ e 3:312\$330 a diversos. — Registre-se.

3ª Bateria independente:
Offício n. 84, de 26 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 213\$140 à 3ª Bateria independente. — Registre-se.

Delegacia Fiscal:
Offício n. 222, de 27 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 72\$ a J. Souza Medeiros. — Registre-se.

13ª Batalhão de caçadores:
Offício sem numero, de 26 de março de 1925 — Pagamento da quantia de réis 20:890\$300 ao 13ª batalhão. — Registre-se.

Dia 31

Escola de Aprendizes Marinheiros:
Offício n. 88, de 25 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 8:837\$ a Luiz Damiani. — Registre-se.

Inspeção Agrícola do 16º Distrito:

Offícios numeros 202, 203, 204, 205, 206 e 208 de 26 de março de 1925 —

Pagamento a Moreira & Willerding das importâncias de 67\$, 500\$, 313\$, 678\$400, 198\$ e 485\$800. — Registre-se.

Offício n. 109, de 14 de fevereiro de 1925 — Pagamento de Moreira Willerding — 213\$000. — Registre-se.

Offício n. 209, de 26 de março de 1925 — Pagamento a Moellman & Comp., — 373\$760. — Registre-se.

— Fiscalização do Porto de S. Francisco:

Offício n. 83, de 28 de janeiro de 1925 — Pagamento a José Santangelo — 109\$670. — Registre-se.

Offício n. 11, de 22 de janeiro de 1925 — Pagamento a João Marques Brandão — 10:481\$500 — Registre-se.

Offícios numeros 77, 78 e 81, de 28 de janeiro de 1925 — Pagamento de réis 10:216\$500, 1:250\$350 e 128\$450 a João Marques Brandão. — Registre-se.

— Terceira Bateria Independente e Forte Marechal Moura.

Offícios numeros 92, 94, 96, 98 e 100, de 30 de março de 1925 — Pagamentos das quantias de 772\$100, 133\$790, réis 512\$, 328\$700 e 60\$200 a diversos. — Registre-se.

— Delegacia Fiscal:

Offício n. 216, de 28 de março de 1925 — Pagamento da quantia de 350\$ a João Freire d'Avila. — Registre-se.

— Inspeção Agrícola do 16º Distrito:

Offício n. 207, de 26 de março de 1925 — Pagamento a Moreira Willerding — 746\$600. — Registre-se.

— Serviço de Povoamento do 9º Distrito:

Offício n. 1.408, de 5 de março de 1925 — Pagamento a Manoel Francisco Medeiros — 1:636\$000. — Registre-se.

Offício n. 1.351, de 9 de fevereiro de 1925 — Pagamento a Costa & Comp. — 935\$000. — Registre-se.

Offício n. 1.438, de 18 de março de 1925 — Pagamento a Francisco Schmitz — 570\$000. — Registre-se.

Pagamento ao pessoal do Núcleo Rio Branco — Folha de abril de 1924 — 498\$000. — Registre-se.

— Inspeção Agrícola do 16º Distrito:

Offício n. 141, de 4 de março de 1925 — Pagamento a Francisco F. Barbosa — 105\$000. — Registre-se.

— Serviço de Industria Pastoral:

Offício n. 71, de 16 de março de 1925 — Pagamento a Paschoal Simone & Companhia — 197\$000. — Registre-se.

— Delegacia do Serviço de Industria Pastoral:

Offício n. 72, de 13 de março de 1925. — Para pagamento a Paschoal Simone & Comp. — 47\$000. — Registre-se.

— Administração dos Correios:

Offício n. 101, de 11 de março de 1925 — Pagamento a Hoepecke Irmão & Companhia. — Registre-se.

— Comissão das Estradas e Obras da Laguna — Pagamento a W. Arno Gruner — 4:391\$000. — Registre-se.

— Delegacia Fiscal em Florianópolis:
Offício n. 218, de 31 de março de 1925 — Pagamento ao Dr. Achyllos Galotti — 22:950\$000. — Registre-se.

— Serviço de Industria Pastoral:

Offício n. 73, de 23 de março de 1925 — Pagamento a Estrada de Ferro

S. Paulo-Rio Grande — 6\$200. — Registre-se.

— Comissão de Estradas — Porto de Laguna:

Offício n. 81, de 25 de março de 1925 — Pagamento a Archangelo Bianchino — 950\$400. — Registre-se.

— Delegacia Fiscal:

Offício n. 225, de 31 de março de 1925 — Pagamento ao Estado de Santa Catarina — 107:100\$000. — Registre-se.

Delegacia Fiscal:

Offícios numeros 221, 222 e 224, de 31 de março de 1925 — Pagamento das quantias de 1:213\$197, 6\$320 e 108\$333 a diversos. — Registre-se.

— Serviço do Povoamento do 9º Distrito:

Pagamento a Manoel Francisco Medeiros — 500\$000. — Registre-se.

NOTICIÁRIO

Por motivo da abertura da 2ª sessão da XII legislatura, o Sr. Dr. Arthur Bernardes, Presidente da Republica, recebeu hontem no Palacio do Catete os cumprimentos da Mesa do Congresso Nacional, composta dos Srs. senadores Antonio Azeredo, Menelton Martins e Pereira Lobo e dos Srs. deputados Raulpho Bocayuva da Cunha e Domingos Barbosa; dos Srs. senadores Costa Rodrigues, Thomaz Pessôa, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Eusebio de Andrade, Pedro Lago, Manoel Monjardim, Bernardino Monteiro, Bueno Brandão, Alfredo Ellis, Felipe Schmidt, Lauro Müller, João Vespucio e Herenegildo Moraes; dos Srs. deputados Eurico Valle, Prado Lopes, Lyra Castro, Magalhães de Almeida, Collares Moreira, Costa Rodrigues, Agripino Azevedo, Marcelino Machado, Thomaz Accioly, Tavares Cavalcanti, Walfredo Leal, Bianor de Medeiros, Sebastião do Rego Barros, Bandeira de Mello, Agamenon Magalhães, Antonio Austregesilo, Carvalho Neves, Baptista Bittencourt, Clementino Fraga, Sá Filho, Marcelino de Barros, Francisco Rocha, Homero Baptista, Joaquim Liborio, Geraldo Vianna, Bernardes Sobrinho, Bethencourt Filho, Nicanor Nascimento, Oscar Loureiro, Horacio Magalhães, Fonseca Hernes, Cesar de Magalhães, Luiz Guarani, Thiers Cardoso, Joaquim de Mello, Alvaro Rocha, Manuel Duarte, Joaquim de Salles, José Alves, Francisco Valladares, Antonio Carlos, Olintho Magalhães, Eugênio de Mello, Augusto Gloria, João Lisboa, Raul Sá, Augusto de Lima, Zoroastro Alvarenga, Bueno Brandão Filho, Theodomiro Santiago, José Braz, Carlos do Amaral, Julio Prestes, José Roberto, Pires do Rio, Marcelino Barreto, Herculanio de Freitas, Arnolfo Azevedo, Valois de Castro, Plinio de Godoy, João Alves, Olegario Pinto, João Celestino, Pereira Leite, Plinio Marques, Adolpho Konder, Elyseu Guilherme, Lindolpho Collor, João Simplicio e Nabuco de Gouvêa.

O Sr. Presidente da Republica achava-se acompanhado do Sr. Dr. Estacio Coimbra, Vice-Presidente da Republica, de todos os membros do ministerio, Srs. Prefeito e chefe de Policia do Distrito Federal e dos membros das suas casas militar e civil. Durante a recepção tocou no vestibulo do palacio uma banda de musica da Policia Militar.

Directoria de Meteorologia — Instituto Central — Serviço de previsão do tempo — Boletim do tempo — Synopses do tempo em todo o Brasil ao 1/2 dia de Greenwich (9 hs. no Rio de Janeiro) no dia 2 de maio de 1925

Zona norte — Por falta absoluta dos despachos usuaes não é feita a synopses desta zona.

Zona Centro — Nas 24 horas foram registradas chuvas esparsas. A's 9 horas, o tempo era em geral bom. Temperatura estavel. De Goyaz e Matto Grosso não recebemos nossos despachos usuaes.

Zona Sul — Nas 24 horas foram registradas chuvas esparsas. A's 9 horas da manhã de hoje, o tempo e a bom, salvo em partes do Rio Grande e Santa Catharina onde era instavel, sendo que, com chuvas em Rio Grande, Passo Fundo e Lages. Temperatura estavel. Não recebemos nossos despachos usuaes de grande parte de Santa Catharina e Rio Grande.

Observações meteorologicas effectuadas simultaneamente ao 1/2 dia de Greenwich (9 horas no Rio de Janeiro) no dia 2 de maio de 1925. (Resumo do Boletim organizado no Instituto Central).

Estações	Observações do dia							Observações da vespere			
	Pressão atmospherica m/m	Temperatura do ar		Vento		Estado do mar	Estado do tempo e phe- nomenos diversos	Temperatura do ar		Chuva m/m	Estado do tempo e phenomenos diversos
		Observa- ção	Diferença em 24 horas	Direção	Força			Maxima	Minima		
S. L. do Maranhão (X)											
Barra da Corda (X)...											
Portaleza (X)...											
Quixeramobim (X)...											
Natal (X).....											
Paratyba (X).....											
Recife (X).....											
Pão de Açúcar (X).											
Aracajú (X).....											
Bahia (X).....											
Cactité (X).....											
Jannaria.....	58.5	27.0	0.0	E	2	2	—	B.	32.0	20.0	—
Bello Horizonte....	61.4	22.0	-2.0	NE	2	2	—	B.	28.0	18.0	—
Theophilo Ottoni...	61.0	23.0	1.0	C	0	9	—	I.	30.0	20.0	—
Uberaba (X).....											
Caxambu (X).....											
Poços de Caldas....	63.9	18.2	—	NE	2	6	—	B. (b. manhã)	25.0	14.8	—
Goyaz (X).....											
Santa Luzia (X)....											
Cuyabá (X).....											
Corumbá (X).....											
Victoria.....	59.1	24.0	-4.0	W	5	0	Peqs. vagas.	B.	23.0	20.0	—
Capital Federal (Tor- re Meteorologica)..	63.8	23.0	—	NNE	1	3	Tranquillo.	I. (j. manhã)	27.2	20.8	9.9
Campos.....	63.4	25.0	0.0	SW	2	2	—	B.	29.0	19.0	—
Friburgo.....	64.7	17.0	-4.0	C	0	0	—	B.	24.0	12.0	—
Petropolis.....	63.4	20.0	1.0	NE	2	2	—	B.	21.0	15.0	13.0
Rezende.....	62.8	20.0	-1.0	E	2	9	—	I.	27.0	17.0	1.0
Cabo Frio.....	63.6	26.0	0.0	NE	2	2	Chão.	B.	27.0	19.0	—
Therezopolis.....	63.5	20.0	1.0	N	2	2	—	B.	21.0	14.0	4.0
S. Paulo.....	62.6	17.0	-2.5	NE	3	8	—	I.	23.4	15.0	2.0
Santos.....	62.4	23.0	1.0	C	0	2	—	B.	25.0	20.0	—
Paranaguá.....	64.2	21.0	—	C	0	5	Tranquillo.	B.	24.0	20.0	2.0
Guarapuava.....	63.5	18.0	—	E	2	2	—	B.	23.0	14.0	—
Curityta.....	63.1	16.0	—	NE	2	9	—	I.	19.0	14.0	—
Florianopolis.....	61.3	22.0	2.0	N	2	9	—	I.	25.0	20.0	—
Lages.....	62.5	15.0	—	NE	2	9	—	Ch.	15.0	11.0	—
Porto Alegre (X)...											
Uruguayana (X)....											
Montevideo.....	57.5	17.0	—	S	5						
Buenos Aires.....	57.5	16.0	—	N	2						

Estado do céu em décimos de céu encoberto: 0, totalmente limpo; 10, totalmente encoberto. Estado do tempo: b, bom; i, incerto; m, má. Phenomenos diversos: c, chuva; ne, neve; n, nevoeiro branco; nt, nevoeiro preto; s, surraiva; ge, geada; tr, trovoada com relâmpagos; t, trovões; r, relâmpagos; o, orvalho; v, ventania.

Os numeros indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort de 0 calma a 12 tufão. A pressão barometrica acha-se reduzida a 0° C., ao nível do mar e á gravidade normal.

Observações meteorológicas realizadas em alguns postos da Capital Federal

Postos	Chuva em 24 horas m/m	Temperaturas extremas		Postos	Chuva em 24 horas m/m	Temperaturas extremas	
		Maxima	Minima			Maxima	Minima
Forte de Copacabana (14 horas)...	—	26.5	21.0	Santa Cruz.....	3.0	29.0	19.0
Bangu.....	8.9	24.5	22.0	Aldeia Campista.....	2.0	26.5	21.7
Niteroi.....	0.2	28.0	20.2	Jardim Botânico.....	1.7	27.2	18.5
Rio Comprido (suspensa).....				Olaria.....	3.6	25.6	22.0
Penha.....	6.4	25.4	21.2	Jacarépaguá (fechada).....			
Madureira.....	0.0	26.6	21.3	Realengo.....	9.2		
Encantado.....	31.4	25.6	22.0	Haddock Lobo.....	1.0	27.2	21.6
Gavca.....	2.0	25.4	21.6	Campo dos Affonsos (suspensa).....			
Deodoro.....	6.4	29.8	20.2	Vila Isabel.....	2.2		
Corcovado: Temp. 22.2; Hum. rel. 83 %; Vento, S 2.				Turyassú (fechada).....			

Nota: (X) Não veio telegramma.

As temperaturas e a chuva foram lidas no dia 2 às 7 horas. A maxima corresponde a hontem e a minima a esta madrugada.

O tempo — Boletim da Directoria de Meteorologia — Previsões para o periodo de 18 horas do dia 3 até 18 horas do dia 4:

Distrito Federal e Niteroi — Tempo: bom, com nebulosidade variavel.

Temperatura: noite, ainda fresca, manter-se-ia elevada do dia, com maxima entre 30 e 32 graus.

Ventos: predominarão os do quadrante norte.

Estado do Rio — Tempo: bom, com nebulosidade variavel.

Temperatura: noite fresca, manter-se-ia elevada do dia.

Estados do Sul — Tempo: perturbado, com chuvas esparsas em todos os Estados. Temperatura: em ascensão. Ventos: variaveis.

Nota — Não foram recebidas as informações meteorologicas expedidas entre 9 horas e 30 minutos e 10 horas dos Estados de Matto Grosso, Goiaz, Bahia, Minas (parte), Santa Catharina e Rio Grande do Sul e as do ultima hora dos Estados do Sul, o que prejudica as probabilidades de accerto das previsões elaboradas.

Synopse do tempo occorrido:

No Distrito Federal, de 18 horas do hontem até 15 horas do hoje — O tempo, de accordo com a previsão hontem feita, foi bom, durante todo o periodo, com céu limpo á noite, nevoeiro fraco pela manhã e cerrada durante o dia. A noite foi fresca, soffrendo a temperatura ligeira ascensão de dia. As médias das temperaturas extremas observadas nos postos do Distrito Federal foram: 20.2 e 19.9 e as temperaturas extremas verificadas no Posto Meteorologico foram: maxima 29.3 e minima 20.7, respectivamente ás 12 horas e 10 minutos e 6 horas e 20 minutos. Os ventos foram normaes, caindo a brisa ás 11 horas e 58 minutos.

Em todo o paiz, de 9 horas da manhã de hontem até 9 horas de hoje — Zona Norte: Devido a falta absoluta dos despachos usuaes não é feita a synopse. Zona Centro: Nas 24 horas o tempo foi em geral bom, assim se conservando ás 9 horas de hoje (manhã). Temperatura estavel. Não recebemos despachos usuaes de Goiaz, Matto Grosso, Espirito Santo, e grande parte de Minas Geraes. Zona Sul: Nas 24 horas, foram observadas chuvas e trovoadas esparsas. As 9 horas da manhã de hoje, o tempo era bom, salvo em alguns pontos de S. Paulo e Paraná. Temperatura estavel. Não recebemos os despachos usuaes de grande parte desta zona.

Tendencia do nivel das aguas do Rio Parabyba: Estacionario em Campos; su-

bindo lentamente em Guaratinguetá, Rerzende, Barra do Pirahy e S. Fidelis, e baixando no resto do curso. Não recebemos despachos de Pindamonhangaba e Cachoeira.

Menores temperaturas: 13.0 em Ca-xambú, Therezopolis, Tatuhy e Rio Negro e 13.2 em Itabira.

Maiores chuvas recolhidas hoje: 31m/m0 em Rio Negro e 16m/m0 em Guarapuava e Santa Maria.

Estado do mar na costa do paiz: Tranquillo e chão do rio de Janeiro para o sul.

Dados aerologicos:

No Distrito Federal — Não houve sondagem.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 11.918 — Memorial descriptivo da invenção de «um andaime aperfeiçoado para construcções de cimento armado», para que pede privilegio a American Safety Device Company, de Nova York, Estado de Nova York, Estados Unidos da America.

Refere-se a invenção a andaimes para edificios de armação independente, isto é, para edificios do typo de esqueleto de cimento armado, de aço ou ferro, e nos quaes primeiramente se constrõe o esqueleto e depois se circunda este com alvenaria, quer em forma de pedra, argamasa, quer de tijolos ou semelhantes. Na construcção de edificios, a economia de tempo é um factor importante, e um dos objectos da invenção é fornecer um andaime de montagem, armação e desmontagem facis e com a maxima rapidez. A simplicidade da fabricação é tambem um caracteristico importante da invenção. A segurança para os que se servem do andaime é prevista na invenção e não só as proprias peças são dispostas de modo seguro na operação e no uso, mas tambem se empregam dispositivos de protecção contra objectos que caiam, estendendo-se por cima e ao longo as plataformas e offerecendo segurança aos operarios.

Nos desenhos annexos:

A figura 1 é vista perspectiva do andaime de accordo com a invenção, disposto ao longo de um esqueleto de aço do edificio.

A figura 2, vista lateral de um typo de plataforma do andaime de accordo com a invenção, tendo um tecto protector com tambores providos de rodas dentadas.

A figura 3, vista terminal de um typo de plataforma do novo andaime com os tambores abaixo da plataforma e do typo de rodete dentado.

A figura 4, uma forma do novo andaime com uma plataforma que supporta todos os tanibores, e outra plataforma em baixo, prompta para os operarios, sem tambores, sendo os da plataforma superior accionados por engrenagens de rosca.

A figura 5, uma forma de andaime, em que os tambores são dispostos na parte externa das vigas salientes.

A figura 6, uma forma de andaime, em que os tambores são dispostos na parte interna das ditas vigas.

A figura 7, vista lateral em detalhe do typo de tambor de engrenagem, representado na figura 2.

A figura 8, vista terminal do mesmo typo de tambor.

A figura 9, vista terminal de um typo de tambor accionado por um rodete, como representado na figura 3.

A figura 10, vista de frente do tambor de parafuso sem fim, representado na figura 4.

A figura 11, vista terminal do mesmo.

A figura 12, vista de plano do tambor e das vigas, como representados na figura 6. Numeros iguaes representam sempre peças iguaes.

Em referencia aos desenhos e especialmente ás figuras 1, 2, 6 e 7, nelles se representa um typo de estrutura muito vantajosa, de plataforma, em que o tambor é disposto directamente sobre a plataforma e os cabos que se estendem para cima para as vigas. As traves verticaes 13 e as horizontaes 12, formam a armação do esqueleto, e ao longo daquellas os tijolos ou a alvenaria, 19, estão em vias de construcção. As traves 12 estão presas as vigas salientes 20, por meio dos collares 20a, e na extremidade externa das vigas estão presos outros collares 22, aos quaes, por sua vez, se prendem os cabos 14, que descem para os tambores 15 na plataforma e a supportam. A armação dos tambores é fixada nas vigas de madeira, 21, por meio de cavilhas 21a, sobre as mesmas vigas estão as chapas 16, que formam a plata-

forma. Fixados na armação dos tambores estão os supportes perpendiculares 17 que, com as barras horizontaes que os ligam, formam uma armagem para o supporte da plataforma protectora superior 18, que tem por fim evitar a queda de pedras, pó, parafusos, etc., sobre os operarios. Os tambores 15 são constituídos de uma armação em forma de U, 23, que faz as vezes de mancal para um eixo 24, sobre o qual estão supportadas uma armação cylindrica 25 e duas rodas dentadas 26 e 27, entre as quaes se acha um cylindro em que se enrola e desenrola o cabo 14. Na armação 23 está pivotado um linguete, que engata os dentes da roda 26 e impede o giro desta, quando elle não está ajustado. A outra roda 27 é engatada por um linguete 29, controlado por uma mola 31 e movido alternadamente pela manivella 30. Quando a manivella se move de um lado para outro, o linguete engata os dentes da roda dentada 27, e uma descida da manivella move o tambor e enrola os cabos, de modo a levantar o tambor e enrolar os cabos, portanto, a plataforma. Para baixar a plataforma, desengata-se o linguete 28; o outro linguete se desengata e a plataforma pode descer sob o controllo de dente a dente. Notar-se-ha que todas as peças rationadoras estão dentro da armação 23 e esta, com as suas peças conhecidas como um tambor, pôde ser presa ás vigas de madeira 21 pelos parafusos 21a e formar, assim, um tipo de plataforma mecanica, como se mostra na fig. 2, ou pôde ser ligada á extremidade inferior da viga de madeira e formar em baixo um tipo de plataforma mecanica. No segundo caso, a armação 23 é fixada na viga 21 pelos parafusos 45, e sobre a mesma viga está disposta a plataforma 16. Neste caso, porém, a armação tem um controllo de rodete em vez de controllo de roda dentada, e supporta um eixo 44 no qual está montado o rodete 50. Ao mesmo eixo 44 está preso outro rodete 51. A manivella 10 tem um linguete 41 supportado em sua armação 53, e o movimento desta manivella move o eixo 44 e, por seu turno, o rodete 50 e, pois, a roda dentada 26, levantando assim o tambor e a plataforma. A manivella 10 estende-se para cima da plataforma, de debaixo da mesma, de modo a poder ser manejada da plataforma. Uma roda de guia 32 guia o cabo 14, quando este se enrola ou desenrola. A um lado da armação enroladora, ha uma roda dentada 54 engatada por um linguete 55, e este engate coopera como meio de segurança. O linguete 51 é controlado por uma mola 41. Notar-se-á que o tambor com as suas peças operativas pôde ser promptamente preso á parte inferior da viga de madeira, como se mostra nas figs. 3 e 9.

Na fig. 4 representa-se uma plataforma inteiramente isenta de peças operativas, e ao longo da plataforma 16 ha um parapeito 16a, que serve de grade de guia para evitar a queda dos operarios da plataforma, e, entre o parapeito e a plataforma ha uma prancha de base 16b, que impede a queda de materiaes da borda da plataforma. Esta é suspensa de uma viga secundaria de madeira 16c por meio de cabos 11a. Em vez destes cabos, podem ser empregadas barras de ferro ou aço. A viga 16c está presa ás armações 23, por meio de parafusos 60 e 61. As armações 23 são supportadas de vigas salientes 20, por meio dos cabos 14, sendo uma extremidade de cada cabo presa ás vigas 20, e

a outra enrolada nos tambores. Estes são accionados por uma corda ou corrente de mão, 76, que acciona um parafuso sem fim 75, o qual, por sua vez, acciona uma roda de rosca, que, em sua rotação, gira consigo o tambor propriamente dito. Para este fim empregam-se os parafusos 60 e 61, como se vê da fig. 10. Estão providas a mesma armação 23, o cabo 11, o linguete de segurança 28, a roda dentada de segurança 26, no eixo 24, mas, em vez de um linguete e roda dentada, como nas figuras 2, 7 e 8, ou um rodete como nas figuras 3 e 9, ha um parafuso sem fim e uma engrenagem que tem a roda dentada 70 disposta para ser engatada por um parafuso sem fim 71, em um fuso 72, supportado em uma abraçadeira 73, disposta em um supporte 74, que é preso á armação 23. O fuso 72 tráz consigo uma roda de corrente 75, sobre a qual passa uma corrente 76, que se prolonga para a plataforma 16. Quando se quizer levantar ou abaixar a plataforma, move-se a corrente de um lado para outro; com isso se move o parafuso 71 e, pois, a roda de rosca 70 e a armação do cylindro; e os cabos levantam ou baixam a plataforma 16. Assim, a viga 16c na plataforma 16 pôde ser levantada ou baixada em relação ás vigas salientes 20, manejando-se as cordas ou correntes 76.

Com referencia á fig. 5, os tambores 15 são dispostos no lado externo das vigas salientes 20. Estas são presas ás travess horizontaes da estrutura por meio dos collares 20a. Dos tambores 15 pendem os cabos 14, que são presos ás vigas 24 em que é disposta a plataforma 16. Ao longo dos cabos 14 e por meio de supportes fixadores, ha um tecto 18 para protecção dos operarios. Os tambores 15 são accionados por meio de alavancas accionadas a mola, de modo a voltarem sempre á sua posição normal. Todas as alavancas tem correntes ou cordas 76 que partem para baixo e que podem ser manejadas pelos operarios na plataforma 16. Puxando-se as cordas, giram os tambores enrolando os cabos, ao passo que as molas recuam a alavanca á sua posição inicial. Notar-se-ha que os tambores 15 são dispostos entre as duas vigas salientes, e a armação geral do tambor permite esta disposição. Neste caso, os ferros parallelos presos á estrutura do edificio tem entre si, dous a dous, os tambores com as suas peças operativas, e empregam-se parafusos para conservar os tambores em posição, como se vê da fig. 5.

Em certos casos pôde convir empregar ainda de outra maneira, como se vê das figs. 6 e 12, o tambor 15 com as peças operativas, e, para isso, a armação 23 tem furos lateraes indicados por 80. Parafusos 81 penetram nestes furos, prendendo a armação 23 ás vigas salientes 83, que se mantêm espaçadas por meio de espaçadores 84. Os cabos 14 passam sobre as rodas de guia 85 e 86 nos eixos 87 e 88. A roda dentada 89 é accionada por um rodete dentado 90 no eixo 91, que é girado por uma manivella 92. Este levanta ou abaixa os cabos e, portanto, a plataforma 16, que está por baixo das vigas salientes 83. Tambem se pode empregar um paravento 100, que resguarda os operarios contra o vento e chuva.

Ver-se-ha, que, em virtude desta invenção, se fornece um tambor que, com as peças operativas, pôde ser empregado em qualquer tipo de andaime de plata-

forma, sobre esta ou por cima de vigas salientes para fóra ou para dentro da mesma. Qualquer dos tipos de tambores é applicavel ás diferentes disposições descritas, mas de preferencia se applica o de roda dentada no tipo de plataforma; o de rodete dentado no andaime de plataforma por baixo; o de parafuso sem fim, especialmente na parte superior externa do tipo de viga saliente, e ainda o de rodete dentado na parte interna da mesma viga.

Os tambores podem ser embarcados separadamente das vigas salientes e facilmente montados e desmontados no local da instalação, e, conquanto se haja dado preferencia para o emprego dos tambores, como se descreveu, podem elles ser usados indifferenteemente em um ou outro tipo de andaime, sendo a sua estrutura especialmente vantajosa para esses fins.

Em resumo, reivindico como pontos e caracteres constitutivos da presente invenção, o seguinte:

1º, um andaime aperfeiçoado para construcções de cimento armado, de ferro ou aço, constituído de: um tambor supportador, que tem uma armação envolvente; mecanismo operativo dentro da armação; e fixadores do tambor nas vigas salientes, anteriores e posteriores, ou em vigas de madeira em cima ou em baixo, para levantar e abaixar a plataforma;

2º, um andaime aperfeiçoado, como reivindicado em 1, em que o tambor é accionado por meio de roda dentada.

3º, um andaime aperfeiçoado, como reivindicado em 1, em que o tambor é accionado por um rodete dentado;

4º, um andaime aperfeiçoado, como reivindicado em 1, em que o tambor é accionado por um parafuso sem fim;

5º, um andaime aperfeiçoado como reivindicado em 1, em que uma plataforma sobre vigas encaixadas na parede tem uma plataforma auxiliar que faz as vezes de tecto para proteger os operarios contra incidentes resultantes de peças que caíam, como pedras e parafusos;

6º, um andaime aperfeiçoado, como reivindicado em 1, em que se emprega um paravento para abrigo dos operarios contra vento e chuva.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1924.
— Por procuração, *Pedro Americo Werneck*. (2.971)

N.º 14.920 — *Memorial descriptivo da invenção de "aperfeiçoamentos em rolos compressores para trabalhos de estradas e semelhantes" para que pretendem privilegio William Trimble Beatty e Austin Manufacturing Company, estabelecidos o primeiro em Flossmoor e o segundo em Chicago, Estado de Illinois, Estados Unidos da America, cessionarios de Frank Stewart Davis e Fred Duwain Wilson, estabelecidos, o primeiro em Homewood, e o segundo em Harvey, Estado de Illinois, Estados Unidos da America.*

A presente invenção se refere a machinas empregadas para a conservação de estradas. O seu objecto é proporcionar um rolo compressor para trabalhos de estradas e semelhantes, mais especificamente um rolo compressor de tres rodas para trabalhos de estradas ou semelhantes, com um mantenedor, isto é, um aplainador ou raspadeira combinada e alternativamente seleccionavel, por cujo meio pôde a machina aplainar ou raspar e simultaneamente effectuar a compressão da estrada a reparar. O rolo com-

pressor coopera com o aplainador ou raspadeira para proporcionar um controlo tractiveiro da lamina sem o rasgamento da estrada, mas combinando de facto a acção compressora simultaneamente com o aplainamento ou raspagem. A vantagem generica da invenção consiste no facto do tractor, o qual impelle a lamina, ser ao mesmo tempo um rolo compressor, do que resulta que o mesmo deixa sempre o seu trabalho comprimido de modo uniforme e permanente, ao passo que em todas as outras machinas emprega-se um outro rolo compressor.

Um outro objecto consiste em proporcionar uma lamina impellida de montagem positiva, embora selectivamente ajustavel, com controlo positivo da lamina.

A razão que faz este dispositivo superior a outras machinas para a conservação de estradas empedradas ou terreas consiste no facto de ler o mesmo, apesar de ser normalmente uma machina pequena, exigindo o trabalho de um unico homem, o peso de um rolo compressor pesado, carregando as suas laminas ajustaveis, e no facto de ler o mesmo a força motriz necessaria ao rolo compressor, a qual não seria ordinariamente proporcionada para as laminas somente. Quando usando o seu comprimento minimo de lamina, póde o mesmo trabalhar satisfactoriamente em estradas approximadamente tão duras como as em que trabalham as grandes machinas com tractores poderosos, e quando o trabalho se torna menos arduo póde o operador estender a sua lamina para augmentar as suas operações. Ao contrario, caso o caracter do trabalho se mude de menos para mais arduo, o operador apenas incurará a lamina operadora. Si a lamina for bastante curfa a machina poderá, devido á força tractiveira do rolo compressor, ser usada quasi para qualquer trabalho.

O mecanismo póde ser construido muito facilmente e a baixo custo; é satisfactorio na pratica e não é susceptivel de se desarranjar.

Nos desenhos:

A fig. 1 é uma elevação de perfil de um mecanismo illustrando a invenção;

A fig. 2 é uma vista em plano do mecanismo.

A fig. 3 é uma vista de extremo, em secção parcial, segundo a linha 3-3, figs. 1 e 2.

A fig. 4 é uma vista de perfil, em detalhe, do mecanismo para ajustar a angularidade e a posição vertical da lamina raspadeira ou aplainadora.

A fig. 5 é uma vista de detalhe em plano segundo a linha 5-5 da fig. 4.

A fig. 6 é uma secção segundo a linha 6-6 da fig. 1.

A fig. 7 é uma vista de detalhe segundo a linha 7-7 da fig. 2.

A fig. 8 é uma vista em plano de uma forma modificada de lamina raspadeira ou aplainadora tendo extremidades ajustaveis.

As figs. 9 e 10 são vistas de detalhe da dobradiça para a lamina ajustavel.

O rolo compressor comprehende duas rodas trazeiras 14, uma roda dianteira singela 16, a caixa de um motor de combustão 18, supportada pelos rolos 14, e ligada por intermedio de uma armação suplementar 20, á haste vertical de direcção 22 do garfo 24 que se engata no rolo dianteiro 16. O rolo 16 é mais comprido do que a distancia entre os rolos 14, de modo que uma acção efficiente é applicada sobre todas as partes da estrada entre as arestas externas dos rolos oppostos 14. O rolo compressor,

embora usado para a tracção de uma lamina raspadeira, produz tambem uma compressão uniforme por detraz de toda a extensão da lamina raspadeira, sendo isto o que se teria de fazer por meio de um outro rolo compressor, a menos que toda a superficie por detraz da lamina, seja uniformemente comprimida o resultado não será considerado compressão commercial para estradas. A pressão «rolo compressor» é usada para designar uma machina capaz de uma acção ampla de compressão. Os rolos 14 e 16 são dispostos bastante proximos um dos outros no sentido longitudinal da machina, e a machina completa tem peso bastante para offerecer tracção sufficiente entre os rolos e o solo para assegurar o aplainamento ou raspamento efficiente, abaixo descripto, da estrada percorrida, simultaneamente com a operação da compressão. Os rolos 14 e 16 são feitos de diametro sufficientemente grande, de modo a effectuar uma compressão por effeito real do rolamento, em vez de empurrar os materiais na frente dos rolos. O rolo compressor inclui tambem um assento 26 para o conductor da machina, na parte trazeira da machina, estendendo-se um eixo manual 28 até a frente da machina, onde é adaptado para fazer girar, por meio do parafuso sem fim 30 e segmento 32, a haste 22 e consequentemente o rolo dianteiro 16.

Um mantenedor ou lamina raspadeira 34 é disposto transversalmente á machina de frente do rolo 16. Esta lamina póde ser disposta a angulos differentes com o eixo longitudinal da machina, linhas cheias e pontilhadas nas figs. 2 e 5. Esta lamina póde tambem, pelo emprego das ranhuras 46 e 50, fig. 4, ser inclinada verticalmente a angulos differentes—isto para usal-a como mantenedor ou raspadeira.

Afim de assegurar a precisão do trabalho da lamina, é esta montada para ser encurrada de modo positivo, de preferencia na frente da machina, conservando por este meio uma distancia relativamente pequena entre os eixos das rodas dianteira e trazeira do rolo compressor. A lamina propriamente dita 34 é ligada a uma armação supportadora parallelamente, especificadamente a uma viga em meio T 36 que se estende transversalmente á machina, sendo a flange superior desta viga em meio T ligada de modo desmontavel por parafusos 38 e braçadeiras espaçadas 40 — uma de cada lado do rolo 16 em alinhamento com peças deslizadoras sobre o solo ou sapatas 42 de comprimento apreciavel, estendendo-se em direcção á parte trazeira para além do rolo 16. Cada uma das braçadeiras 40 é ligada á sua sapata 42 por um pino 44 e ranhura 46 e um pino 48 e ranhura angular 50, figura 5, permitindo esta ligação dar-se ao elemento em meio T 36 e lamina 34 um ajustamento vertical em distancia igual ao comprimento da ranhura 46 e um ajustamento angular em um arco igual ao ramo superior da ranhura 50. A plataforma superior 52 da braçadeira 40 é cortada em linhas angulares, 54, figura 5, para permittir á lamina raspadeira 34 tomar a posição angular das linhas pontilhadas da figura 2 relativamente ás sapatas 42.

O dispositivo laminar 34-36 e as sapatas 42 formam em conjunto uma armação em forma de U. As sapatas 42 constituem um aferidor para a profundidade da operação da lamina.

Esta armação em forma de U é ligada ao corpo 18 do motor por duas vigas de ferro em meio T 56 dispostas em opposição uma á outra. Estas vigas são supportadas com articulação em pivot sobre pinos 58 das braçadeiras desmontaveis 60 (fig. 7) fixadas ao motor por parafusos 62. As extremidades livres destas vigas 56 são ligadas as sapatas 42 por parafusos 64, que se pódem selectivamente introduzir nos furos 66, de preferencia nas partes dianteiras das mesmas adjacentes á lamina raspadeira 34. A posição angular da raspadeira 34, linhas pontilhadas, fig. 2, é obtida pelo deslocamento de uma sapata 42 da posição de linhas cheias da fig. 2 e seu reaparafusamento na nova posição.

A lamina raspadeira não operará devidamente a menos que as sapatas 42 se achem forçando firmemente contra o solo, e ao mesmo tempo é necessario que as sapatas oscillem em arcos limitados em torno dos parafusos 64 para evitar obstruções na estrada.

Para este fim emprega-se o mecanismo de mola, fig. 6; este mecanismo include um parafuso vertical 70 ligado com articulação em pivot pela sua extremidade inferior 72 com a sapata 42, podendo o parafuso 70 alternar-se atravez de uma perfuração 74 da viga adjacente 56. O parafuso é envolvido por mola de compressão 76 e 78, as quaes são ajustaveis pela manipulação da porca 80. As sapatas 42 acham-se portanto sempre sob o devido controlo das molas.

Sempre que o operador mude a posição angular da raspadeira 34 pela manipulação dos parafusos 64 em uma sapata adjacente 42, a extremidade inferior 72 do parafuso 70 deve ser correspondentemente mudada para um outro dos furos 82 da mesma sapata 42.

Montada com articulação em pivot sobre cada uma das vigas 56 em um ponto 84, entre o mecanismo de mola 76 e a lamina 34, encontra-se uma barra vertical 86 dotada de projecções lateraes 88 atravez das quaes corre uma haste 90 envolvida por uma mola 92 disposta entre uma projecção 94 da referida haste e a projecção inferior 88 da barra 86.

A extremidade superior de cada haste 90 é ligada com articulação em pivot a uma alavanca 96 de um eixo 98 girando sobre mancaes, transversalmente á parte dianteira da armação 20. Este eixo supporta um segmento dentado 100 engrenado com um parafuso sem fim 102 montado em um eixo 104 que se prolonga para traz até a posição do conductor 26, sendo ali dotado de um volante manual 106 para por este meio elevar ou abaixar as vigas 56 e consequentemente a armação em forma de U da raspadeira supportada pelas mesmas.

Quando o operador ou conductor manipula o volante manual 106 para forçar para baixo as vigas 56, comprime parcialmente as molas 92 para transmitir a pressão desejada ás barras 86 e finalmente a lamina 34. O dispositivo é construido de modo tal que as molas 92 não serão nunca completamente comprimidas, e a lamina 34 poderá, portanto, ceder caso encontre um obstaculo na estrada.

As pontas em pivot 58 para as vigas 56 acham-se tão em baixo no motor 18 que um empuxo quasi directo se exerce sobre a lamina raspadeira 34 para impellil-a ao longo do solo. Visto serem as vigas 56 approximadamente parallelas ao solo, praticamente todo o empuxo do motor é transmitido directamente á lamina. A fig. 8 e as seguintes mostram

uma forma de construção em que a lamina raspadeira é dotada de extensões ajustáveis 110, articuladas em pivot como em 112, adaptadas para serem usadas em alinhamento com a lamina para aumentar o seu comprimento utilizável, ou dobradas para não offerecerem impedimento e presas em posição retrahida por quaisquer meios convenientes 114.

A lamina raspadeira pôde ser dotada de uma chapa 116, estendendo-se em ângulo, a qual a torna mais eficiente.

O conductor sentado na parte trazeira da machina manipula os dois volantes manuaes para guiar a roda dianteira do rôlo compressor e elevar e abaixar a lamina raspadeira. Operando-se simultaneamente o mecanismo do control do motor a machina effectua a compressão e o aplainamento ou raspamento em operação praticamente continua.

As vigas 56 e o mecanismo da raspadeira são mantidos em posição normal com referencia ao eixo da machina, apesar das variações em posição vertical, por intermedio de uma barra gyradora 120 articulada em pivot com uma saliencia 122 que se projecta da caixa do motor e ligada a uma das vigas 56 em 124.

A chapa 116, pode ser retrahida e novamente ligada na posição 116^a quando o elemento 110 for dobrado para não offerecer impedimento, conforme se acha illustrado na fig. 8. Nesta posição o conductor pode chegar os rolos mais proximos de um meio-fio.

Em resumo, reivindicamos como pontos e caracteres constitutivos da presente invenção, o seguinte:

1º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas, no qual um aplainador ou raspadeira e um compressor impellido de modo positivo são operados simultaneamente por um unico dispositivo propulsor, incluindo um assento para o conductor da machina e dispositivo controlado do assento do conductor para mudar a posição vertical da raspadeira ou aplainador completa;

2º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas, no qual um aplainador ou raspadeira e um compressor impellido de modo positivo são operados simultaneamente por um unico dispositivo propulsor, incluindo um mecanismo elastico ou de mola comprehendido no dispositivo para mudar a posição vertical do aplainador ou raspadeira;

3º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas, tendo um unico dispositivo propulsor para impellir de modo positivo uma raspadeira ou aplainador e um rôlo compressor, incluindo uma armação em forma de U para a raspadeira ou aplainador, envolvendo parcialmente a referida armação uma das rodas do rôlo compressor;

4º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas, de conformidade com a reivindicação 3, no qual o rôlo compressor é dotado de tres rodas e no qual a armação em forma de U para o mecanismo da raspadeira ou aplainador envolve a roda dianteira do rôlo compressor;

5º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com a reivindicação 3, incluindo, como dispositivo para impedir o mecanismo da raspadeira ou aplainador, barras inclinadas de empuxo localizadas em sentido aproximadamente horizontal, por cujo meio o rôlo compressor ajusta positivamente em posição operativa a raspadeira ou aplainador;

6º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas, de conformidade com as rei-

vindicações 3 e 5, no qual os dispositivos para impellir e ajustar em posição a estrutura do aplainador ou raspadeira são ligados com articulação em pivot aos braços lateraes da armação em forma de U para o mecanismo do aplainador ou raspadeira, ligando os referidos dispositivos impellidores a armação com pontos de rôlo compressor, e sendo os referidos dispositivos impellidores ligados á armação em pontos intermedios ás extremidades das mesmas, substancialmente conforme se descreveu.

7º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 3 e 6, incluindo um assento para o conductor da machina, e uma ligação entre os dispositivos manipulaveis do assento do conductor para elevar e abaixar o aplainador ou raspadeira e a armação supportadora do aplainador ou raspadeira;

8º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 3 e 7 incluindo dispositivos para forçar o mecanismo do aplainador ou raspadeira em direcção ao solo em quatro pontos separados;

9º, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 3, 4 e 7, incluindo dispositivos selectivamente operaveis do assento do conductor para mudar uma das rodas do rôlo compressor de tres rodas para dirigir e para elevar ou abaixar o aplainador ou raspadeira completo;

10, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com a reivindicação 3, no qual o mecanismo do aplainador ou raspadeira inclui uma lamina aplainadora ou raspadeira estendendo-se parallelamente ao eixo de uma roda do rôlo compressor e sapata supportando a lamina aplainadora ou raspadeira e estendendo-se transversalmente ao eixo da roda;

11, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 3 e 10, incluindo dispositivos sob o control de unico operador para mudar a posição angular da roda de direcção do rôlo compressor com referencia ao aplainador ou raspadeira e para variar a posição vertical do aplainador ou raspadeira completo com referencia á roda;

12, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 3 e 10, incluindo dispositivos para mudar a lamina aplainadora ou raspadeira para fora de parallelismo com o eixo da roda;

13, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 3 e 10, incluindo duas hastes articuladas em pivot nos lados oppositos da armação em forma de U proximo á junção das sapatas com a lamina aplainadora ou raspadeira, mecanismo de mola tendendo a manter de modo elastico cada um dos referidos braços a uma dada posição angular com referencia á sapata adjacente, e uma mola de empuxo agindo sobre as hastes entre o mecanismo de mola e a lamina aplainadora ou raspadeira para forçar contra o solo a armação em forma de U.

14, um rôlo compressor para trabalhos de estradas incluindo uma lamina aplainadora ou raspadeira e uma extensão ajustavel na extremidade da lamina aplainadora ou raspadeira, a qual se pôde mover para posições diferentes, em uma das quaes se achará em alinhamento com a lamina, enquanto que na outra se achará afastada da extremidade da lamina.

15, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com a reivindicação 3, incluindo um mecanismo de mola por detraz da lamina para impedir a sua penetração muito profunda no solo.

16, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com a reivindicação 3, incluindo dispositivos de control manual operados do rôlo compressor para applicar a pressão simultaneamente em quatro pontos sobre o mecanismo do aplainador ou raspadeira.

17, um rôlo compressor para trabalhos de estradas incluindo uma lamina cortante transportada sobre o solo pelo rôlo compressor, e dispositivos para ajustar selectivamente a lamina vertical e diagonalmente.

18, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com a reivindicação 17, incluindo dispositivos para ajustar a angularidade da lamina cortante em um plano vertical.

19, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com a reivindicação 17, incluindo um mecanismo aferidor da profundidade de operação adaptado para passar sobre o solo, sendo a lamina cortante supportada pelo aferidor da profundidade de operação e sendo os dispositivos para ajustar a lamina vertical e diagonalmente adaptados para affectuar estes ajustamentos relativamente ao mecanismo aferidor da profundidade de operação.

20, um rôlo compressor para trabalhos de estradas de conformidade com as reivindicações 11 e 17, incluindo dispositivos para selectivamente prolongar o comprimento da lamina cortante.

21, um rôlo compressor para trabalhos de estradas substancialmente conforme se descreveu e se representou, e para o fim explicado.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1923. — Por procuração, *Pedro Americo Werneck*.

(2.971.)

EDITAIS E AVISOS

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Directoria de Contabilidade

CONCURRENCIA

De ordem do Sr. ministro da Justiça fago publico que, nesta directoria, serão recebidas, no dia 4 de maio proximo, propostas para fornecimento, durante o corrente anno de 1925, ás repartições dependentes deste ministerio, excepto a Policia Militar do Distrito Federal, o Corpo do Bombeiros e o Departamento Nacional de Saude Publica, dos artigos constantes dos grupos: 13 — Material e objectos de electricidade; 15 — Tintas, vernizes e artigos para pintura; 17 — Lubrificantes, estopas e artigos congeneres; 21 — Louças e porcelanarias; 22 — Ferragens e artigos de ferragarias e 24 — Material cirurgico, de conformidade com o edital publicado no *Diario Official* de 14 do corrente.

Directoria de Contabilidade, 14 de abril de 1925. — *A. Galvão*, director geral, em commissão.

Directoria da Contabilidade

De ordem do Sr. ministro da Justiça, faço publico que, nesta directoria, serão recebidas, no dia 8 de maio proximo, propostas para o fornecimento, durante o corrente anno de 1925, ás repartições dependentes deste ministerio, excepto a Policia Militar do Districto Federal, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Nacional de Saude Publica, dos artigos constantes dos grupos 6 — Leite de vacca; 11. Gazolina e kerozene; 19. Carvão de pedra e 26 Utensilios de laboratório, sendo que os grupos 11 e 19 são para fornecimento sómente durante um semestre, de conformidade com o edital de 16, publicado no *Diario Official* de 17 do corrente.

Directoria da Contabilidade, em 17 de abril de 1925. — *A. Galvão*, director geral, em commissão.

Departamento Nacional de Saude Publica**CONCURSO PARA O PREENCHIMENTO DE UMA VAGA DE QUIMICO-AUXILIAR DO LABORATORIO BROMATOLOGICO**

De ordem do Sr. director geral, fica aberta nesta secretaria geral, pelo prazo de sessenta dias, a inscripção ao concurso para o preenchimento de uma vaga de chimico-auxiliar do Laboratorio Bromatologico, sendo á mesma admittidos os medicos e pharmaceuticos que apresentem certidão do registo dos respectivos diplomas e os chimicos que exhibirem certificados de exame desta especialidade. Serão exigidos documentos de que os candidatos são brasileiros, menores de 45 annos, vacinados, reservistas e que não soffrem de doenças contagiosas ou infecto-contagiosas, sendo, para este ultimo effeito, submettidos a exame de validade no serviço respectivo deste departamento, apresentando o competente attestado no acto de inscripção. As provas serão duas, de accordo com o art. 63 do regulamento sanitario vigente e seus paragrafos (decreto n. 46.300, de 31 de dezembro de 1923) e versarão sobre:

- a) chimica geral;
- b) chimica organica;
- c) chimica inorganica;
- d) chimica analytica;
- e) chimica bromatologica;
- f) legislação sanitaria referente aos generos alimenticios.

A inscripção será encerrada ás 16 horas do dia 27 de junho de 1925 na secretaria geral deste departamento e a realização do concurso obedecerá ás disposições contidas nos arts. 62, 63, 64, 65 e 66 do regulamento que baixou com o decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923.

Secretaria Geral do Departamento Nacional de Saude Publica, em 27 de abril de 1925. — *Dr. Raul de Almeida Magalhães*, secretario geral.

Policia Militar do Districto Federal

Chama-se a attenção dos interessados, sobre o edital de concorrência dos artigos de consumo habitual na corporação, de que trata o edital publicado neste orgão, a 1 do corrente. — *Ernesto Pereira Guimarães*, major.

MINISTERIO DA MARINHA**Deposito Naval do Rio de Janeiro****FARDAMENTO****Terceira Secção**

De ordem do Sr. capitão de fragata, director, previne-se ás senhoras costureiras matriculadas na quarta categoria de ns. 101 a 186, que na segunda-feira, 4 de maio de 1925, das 11 horas e 30 minutos, ás 14 horas e 30 minutos, haverá distribuição de costuras.

Deposito Naval do Rio de Janeiro, 29 de abril de 1925. — *Joaquim Cordeiro Guerra*, capitão de corveta, sub-director.

Directoria de Saude Naval

De ordem do Sr. ministro da Marinha, faço publico que se acha aberta nesta repartição, por espaço de trinta dias, desta data, a inscripção para concurso de enfermeiros contractados.

Os candidatos devem satisfazer as seguintes condições:

- a) ser cidadão brasileiro, maior de 18 e menor de 30 annos de idade, o que será provado com certidão de idade ou documento equivalente, que em juizo produza fé e o substitua.

- b) ter bom procedimento comprovado por carteira de identidade ou folha corrida ou attestado de autoridade policial visado pela 4ª delegacia auxiliar;

- c) carteira de reservista ou certidão de alistamento;

- d) attestado de vaccina;

- e) robustez de saude para o serviço, o que será julgado pela junta de Saude Naval.

Os candidatos approvados preencherão as vagas que se derem no Corpo de Enfermeiros, se houver absoluta falta de auxiliares especialistas, e nesse caso o pessoal que for admittido sel-o-ha por contracto e por prazo nunca excedente de tres annos.

O presente concurso não obriga o governo a nomear os que forem classificados, desde que não se verifique o caso anterior.

Os candidatos serão admittidos a duas provas: escripta e pratica oral.

A prova escripta versará sobre:

- a) dictado de um trecho escolhido pela mesa;

- b) tres problemas sobre as quatro operações de numeros inteiros, fracções ordinarias e decimales, especialmente systema metrico decimal;

- c) dictado de uma formula pharmaceutica;

- d) redacção de um quarto de vigilância nocturna do hospital, sobre assumpto narrado antes por um dos examinadores.

A prova pratico-oral versará sobre:

- a) cuidados de medicina e cirurgia, radiolagem, soccorros de urgencia e nomenclatura do material medico-cirurgico mais usual;

- b) noções de anatomia e generalidades sobre physiologia;

- c) noções de pratica e pratica de desinfecção;

- d) noções praticas de colheita de material para pesquisas de laboratorio;

- e) noções praticas de pharmacia.

Directoria de Saude Naval, 15 de abril de 1925. — *Dr. Arthur Carlos Naylor*, chefe da D. S. I. e D. S. 2.

MINISTERIO DA GUERRA**Directoria de Saude da Guerra****CONCURSO PARA MEDICOS DO EXERCITO**

De ordem do Sr. director de Saude da Guerra, faço publico que, por autorização do Sr. ministro da Guerra e de accordo com as instruções publicadas no Boletim do Exercito n. 44, de 5 de abril de 1910, noventa dias depois da data desta publicação, estará aberta nesta directoria, durante vinte dias, a inscripção para o concurso de medicos do Exercito, para o preenchimento das vagas existentes no referido quadro.

Cada candidato deverá, para esse fim, apresentar petição escripta e assignada por si ou procurador e exhibir documento provando que é cidadão brasileiro em pleno gozo de seus direitos civis, menor de 28 annos (aviso ministerial n. 20, de 11 do corrente. Certidão de idade em original), diploma do respectivo curso por faculdade ou escola official ou equiparada e caderneta de reservista (ou certificado de alistamento).

Provará mais cada candidato que possui aptidão, saude e robustez necessarias para o serviço militar em tempo de paz e de guerra, sendo que esse requisito será comprovado em inspecção de saude nesta Capital, perante a Junta Militar de Saude desta directoria.

Os interessados, para mais informações, poderão dirigir-se a esta directoria ou aos chefes dos serviços de Saude dos Estados.

Directoria de Saude da Guerra, 14 de abril de 1925. — *Dr. Paulino Barcellos*, capitão medico chefe do gabinete, int.

Oitavo Regimento de Artilharia Montada**POUSO ALEGRE**

De ordem do Sr. presidente do Conselho de Administração deste regimento aviso aos Srs. commerciantes que por motivo de força maior foi transferida para o dia 6 de maio proximo vindouro, a concorrência para o fornecimento de varios artigos de que trata o *Diario Official* de 25 de março do corrente anno.

Quartel em Pouso Alegre, 25 de abril de 1925. — 1º tenente intendente *Ubaldo de Araujo*, secretario do conselho.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS**Inspectoria de Aguas e Esgotos**

De ordem do Sr. Dr. inspector interino, convido os proprietarios constantes da relação annexa, a virem pagar na thesouraria desta inspectoria, á rua do Riachuelo n. 237, as contas por que são responsaveis, sob pena de serem as mesmas remettidas á cobrança executiva, si o respectivo pagamento não for satisfeito no prazo de 15 dias, a contar da data da primeira publicação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1925. — *Mendes Campos*, chefe de secção.

Contadoria de Aguas e Esgotos

Numero da conta — Responsavel — Localidade — Numero do predio — Importancia devida

1. Albino Pinheiro, rua Professor Gabiso numero 258-A 15\$120

2. Emilia C. Maia, rua Simbú n. 127.....	1\$500
5. H. Costa & Comp., rua C. Leopoldina n. 150..	51\$280
6. Carlos Ferreira, rua America n. 56-A	9\$292
10. Manoel F. da Costa, Praia R. Saudoso n. 142.	12\$415
21. C. A. Fluminense, rua Gambôa n. 165	6\$117
23. Augusto G. de Aguiar, rua Emerenciana n. 54.	63\$480
27. J. J. M. Carneiro, rua G. Canabarro n. 191 ..	16\$525
28. Antonio Dantas, Avenida P. Souza n. 20	16\$284
29. O mesmo, Avenida Maracanã n. 19	18\$609
30. A. J. P. de Lima, rua Paulo e Silva n. 21 ...	19\$251
31. Antonio Moutinho, rua N. de S. Luiz n. 181.....	30\$705
32. Dr. Joaquim C., rua S. Januario n. 24	5\$669
33. Sociedade A. L. C., rua S. Furtado n. 61	72\$384
35. J. C. P. do Lago, rua Cons. Olegario n. 25....	21\$459
36. A. N. Junior, rua Cons. Olegario n. 33	21\$459
37. H. Silveira Costa, rua Amelia n. 117	18\$814
38. Francisco Losso, rua Matoso n. 87	12\$630
39. E. T. de Mello, Praça Argentina n. 34	59\$501
40. J. M. Montalvão, rua União n. 28	6\$417
41. S. C. da Misericórdia, Praça Pinto Peixoto numero 14	49\$680
43. J. A. Martins, rua Coronel Brandão n. 12 ...	29\$417
44. J. F. da Fonseca, Praia Zumbi n. 85	2\$219
45. Pedro Dut Val, rua T. Cerqueira n. 95	4\$979
46. C. A. da Fonseca, Campo de S. Christovão n. 124.	6\$417
48. A. S. O. Junior, rua C. F. de Mello n. 395 ...	9\$625
49. J. F. da Fonseca, rua T. Junior n. 23	27\$876
50. José P. da Costa, Avenida Maracanã n. 441-B.	16\$284
52. Secundino Alvares, rua S. Luiz Gonzaga n. 443.	9\$625
53. Luiz Quintas, rua General Bruce n. 228	47\$092
54. E. C. Amorim, rua Dr. Sá Freire n. 49	30\$955
55. J. F. Guimarães, rua P. Barroso n. 118	9\$625
56. M. de M. Pereira, Praia das Pintangueiras n. 29.	13\$650
565. J. F. da Silva, rua das Pedrinhas n. 7	15\$295
567. Dr. Luiz Paixão, rua G. de Souza n. 36	18\$825
569. A. Magalhães & C., Praia da Guanabara n. 237 ..	24\$575
570. A. J. B. de Fontoura, rua Pereira Lopes numero 484	25\$898
571. A. Cunha Gaio, rua Amelia n. 56	23\$132
575. S. Duarte Avila, rua Tuyuty n. 43	26\$151
576. Antonio F. de Souza, rua Bomfim n. 474	12\$834

Contaduría de Aguas e Esgotos, em 25 de abril de 1925. — *Jesse Tavares*, contador.

Inspeccoria de Aguas e Esgotos

De ordem do Sr. Dr. inspector, interino, convido os proprietarios constantes da relação annexa, a virem pagar na thesouraria desta inspeccoria, á rua do Riachuelo n. 287, as contas por que são responsaveis, sob pena de serem as mesmas remettidas á cobrança executiva, si o respectivo pagamento não for satisfeito no prazo de 15 dias, a contar da data da primeira publicação.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1925. — *Mendes Campos*, chefe da secção.

Contaduría de Aguas e Esgotos

Numero da conta — Responsaveis — Importancia devida

S. S. A. du Gaz de Rio de Janeiro	8\$458
40. Joaquim Bezerra de Andrade	1\$470
48. R. de J. City Improvements C.º	13\$530
49. R. de J. City Improvements C.º	13\$503
74. R. de J. T. Light & Power C.º	39\$819
75. Alvaro Francisco Gomes	13\$105
77. Custodio Dias Nogueira	20\$516
79. R. de J. City Improvements C.º	11\$297
84. Manoel Gaspar	9\$397
85. Augusto Martins	7\$192
97. José da Silva Veiga	4\$800
100. Antonio Cabral Junior	23\$983
111. André Belixe	17\$388
112. Francisco Maria da Conceição	12\$290
115. Antonio Vieira de Oliveira	37\$227
117. Companhia B. de Immoveis e Construção	13\$491
118. Luzes & Comp.	28\$637
128. João Apolinario da Silva	10\$368
130. Henrique Lote	12\$342
131. José Abreu Macedo	11\$297
132. Hebert Bandeira	20\$037
133. Anna G. Moraes Valle	13\$161
134. Domingos dos Santos	16\$371
135. Angelina Tise Aor	17\$008
136. Manoel Gonçalves Moja	30\$847
137. Juvenal de Azevedo	11\$297
138. Nair Bandeira	13\$045
140. Manoel D. Brandão	14\$568
141. Gracinda Martins	31\$327
143. Augusto Monteiro Meirelles	30\$465
144. Nilo A. Lopes C. Torres	7\$261
145. Manoel Antonio de Oliveira	15\$113
147. Antonio Maximino Faria	4\$983
148. João Cesar de Aguiar	13\$774
150. Julio Botelho do Amaral	16\$127

Contaduría de Aguas e Esgotos, 24 de abril de 1925. — *Jesse Tavares*, contador.

Inspeccoria de Aguas e Esgotos

De ordem do Sr. inspector, interino, convido o proprietario do predio abaixo a vir cumprir a intimação e a pagar as multas por que é responsavel.

Rua das Mangueiras n. 8, propriedade de David Rodrigues de Almeida.

Secção de Expediente da Inspeccoria de Aguas e Esgotos, 28 de abril de 1925. — *A. Campos*, chefe da secção.

Inspeccoria de Aguas e Esgotos

De ordem do Sr. Dr. inspector, interino, convido os proprietarios constantes da relação annexa a virem pagar na thesouraria desta inspeccoria, á rua do Riachuelo n. 287, as contas por que são responsaveis, sob pena de serem as mes-

ma remettidas á cobrança executiva, si o respectivo pagamento não for satisfeito no prazo de 15 dias, a contar da data da primeira publicação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1925. — *Mendes Campos*, chefe da secção.

CONTADURIA DE AGUAS E ESGOTOS

(Primeiro districto)

Numero da conta — Responsaveis — Importancia devida

20. José Pacheco de Aguiar	30\$233
22. Oscar Nogueira da Silva	26\$594
25. Germano José Ribeiro	13\$227
28. S. A. du Gaz de Rio de Janeiro	5\$996
29. Urias Coelho de Souza	8\$480
41. Antonio Ferreira	8\$125
43. S. A. du Gaz de Rio de Janeiro	11\$634
44. Maria Rosa de Carvalho	6\$038
45. S. A. du Gaz de Rio de Janeiro	6\$377
49. Franklin Pereira Nunes	10\$194
52. Milton de Albuquerque Souto Maior	41\$337
64. Nalans Henrique de Souza	11\$310
66. Lydia Montenegro	5\$446
77. Esperidon David	3\$117
79. José Pereira	4\$971
82. Trajan Cardoval	45\$160
83. José Leonardo Teixeira	3\$147
93. João Rosa	5\$592
95. Candido Ignacio da Silva	6\$420
102. Maria de Lima	12\$532
106. Antollho de Carvalho	6\$274
113. Joaquim de Moraes Pinheiro	60\$039
116. José Luiz Peixoto	15\$160
122. João de Almeida Cardoso	8\$799
124. Arnaldo Fonseca	9\$377
127. José Luiz da Costa	39\$059
130. Manoel Francisco Ferreira	35\$843
139. Leocadia Rodrigues	11\$531
142. Almeida Irmão	8\$404
146. José da Silva Moreira	11\$250
149. Manoel Mamede da Silva	23\$395
150. Delfim Pereira de Azevedo Bouças	15\$837
152. Francisco José de Moraes	17\$781
153. J. Ferreira	7\$615
166. Antonio da Costa Rosa	8\$248
173. Francisco Telles de Moraes	6\$689
175. Leocadia Rodrigues da Silva	6\$275
176. Luiza de Mello Ferrandes	5\$963
179. Ernesto Braga	4\$974
182. Antonio da Cunha	5\$446
183. Antinio Lopes dos Santos & Irmão	32\$173
186. Ernani Cardoso	8\$593
187. Francisco de Souza Costa	10\$567
188. Manoel Joaquim Felipe	5\$528

Contaduría de Aguas e Esgotos, em 24 de abril de 1925. — *Jesse Tavares*, contador.

MINISTERIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

Directoria de Meteorologia

INSTITUTO CENTRAL

Faço publico que na secretaria desta directoria serão recebidas no dia sete (7) do mez de maio corrente, propostas para reforma da installação de luz electrica existente e estabelecimento de nova installação de campainhas na torre meteorologica, de accordo com o edital publicado no *Diario Official* de 3 do mez corrente.

Directoria de Meteorologia, 2 de maio de 1925. — *Sampaio Ferraz*, director.

MINISTERIO DA FAZENDA**Imposto sobre a Renda**

Em obediência ao decreto n. 16.581, de 4 de setembro de 1924, modificado pelo decreto n. 16.838, de 24 de março de 1925, a Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda iniciou no Distrito Federal e nos Estados o recebimento das declarações que tem de servir de base para o lançamento dos contribuintes daquele imposto, no corrente anno.

De accordo com o que dispõe o capitulo XIII do regulamento que baixou com o decreto n. 16.581, de 1924, modificado pelo decreto n. 16.838, de 1925, todos os Srs. presidentes, directores ou gerentes de sociedades anonymas, chefes de firmas commerciaes, gerentes, superintendentes de estabelecimentos industriaes ou commerciaes de qualquer especie, directores, inspectores geracs ou chefes de empresa de viação de qualquer natureza, fluvial, maritima ou terrestre, directores de repartições publicas, presidentes, directores ou gerentes de cooperativas, syndicatos, clubs sportivos ou outros, são obrigados, sob pena de multa, a remetter a esta repartição a relação nominal de todos os seus subordinados que exerceram qualquer cargo remunerado, sob qualquer denominação, no anno de 1924, discriminando na informação o nome, cargo, residência e rendimentos recebidos durante o anno. Não é necessario, porém, incluir nas relações os pagamentos menores de réis 10:000\$ feitos a operarios e pessoal de serviço domestico.

Todos quantos tenham percebido, em 1924, a qualquer titulo, rendimento classificavel n'alguma das categorias regulamentares (arts. 1 e 2), são obrigados a apresentar declaração.

Nestes termos, convido os Srs. commerciantes, industriaes, capitalistas, empregados, enfim, todos os que exercerem uma profissão ou viverem de economia propria, a virem a esta repartição receber as fórmulas impressas, onde serão feitas as necessarias declarações.

Estas fórmulas, depois de completadas pelo contribuinte, serão entregues pessoalmente ou remetidas pelo Correio a esta repartição, até o dia 1º de junho proximo.

Caso os Srs. contribuintes encontrera difficuldade em preencher as fórmulas que receberem, devem dirigir-se a esta repartição, que lhes prestará os esclarecimentos de que precisarem, diariamente, das 14 ás 16 horas.

Findo o prazo para a entrega das declarações, será feito o lançamento *ex-officio*, sendo imposta tambem a multa de 60 % sobre a importancia do imposto.

Quando se verificar que o contribuinte fez declaração falsa, será rectificado o lançamento e imposta a multa de 75 % sobre o imposto a pagar.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1925, 103ª da Independencia e 36ª da Republica. — *Amadeu do Amaral Penfado*, secretario.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta

repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentarem-se no prazo de 15 dias para providenciar a respeito.

Armazem n. 1—Dia 27 de abril de 1925—Navio «Ayuruoca», atracado em 24 de abril de 1925:

1 sacco de feijão, JG, sem numero, pesando 61 kilos, roto.

1 dito, idem, idem, pesando 55 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 74 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 62 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 72 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 75 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 55 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 60 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 50 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 68 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 55 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 50 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 75 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 65 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 50 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 52 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 55 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 84 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 52 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 85 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 34 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 44 kilos, idem.

Armazem n. 3—Dia 27 de abril de 1925—Vapor sueco «Pacific», atracado em 25 de abril de 1925:

1 caixa, M&C, sem numero, pesando 33 kilos, repregada.

1 dita, BFSC, n. 78, pesando 139 kilos, idem.

Armazem interno n. 5—Dia 27 de abril de 1925—Navio belga «Keltier», atracado em 24 de abril de 1925:

2 caixas, LC, ns. 7.781 e 7.788, pesando 53 e 138 kilos, repregadas.

1 dita, idem, n. 7.790, pesando 150 kilos, idem.

Armazem interno n. 5—Dia 27 de abril de 1925—Navio hollandez «Gelria», atracado em 27 de abril de 1925:

1 caixa DOC, n. 3.290/13, pesando 113 kilos, avariada.

1 dita, idem, n. 3.290/5, pesando 76 kilos, idem.

Armazem n. 6—Dia 27 de abril de 1925—Navio «Westfalen», atracado em 23 de abril de 1925:

1 caixa, BFH, n. 48, pesando 50 kilos, repregada e avariada.

2 ditas, PS: ns. 7.117 e 7.116, pesando 375 e 375 kilos, avariadas.

1 dita, V, n. 18.739/1 B, pesando 65 kilos, repregada e avariada.

Armazem interno n. 8—Dia 27 de abril de 1925—Navio norueguez «Kamfjord».

1 caixa, ACLC, n. 103, pesando 310 kilos, avariada e repregada.

1 dita, idem, n. 121, pesando 342 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 103, pesando 339 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 106, pesando 323 kilos, idem idem.

3 ditas, idem, ns. 110, 101 e 104, avariadas.

1 ditas, idem, ns. 103, 118, 111 e 114, idem.

4 ditas, idem, ns. 102, 103, 120 e 122, idem.

3 ditas, idem, ns. 117, 112 e 107, idem.

1 barrica, FJ&C—CASA AUSTRIA, numero 102/39, pesando 123 kilos, avariada e repregada.

1 dita, idem, n. 102/3, pesando 217 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 102/21, pesando 110 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 102/35, pesando 124 kilos, idem idem.

1 caixa, JT&C—CASA AUSTRIA, numero 22k.131/36, pesando 163, avariadas.

1 dita, idem, n. 220.131/35, pesando 163 kilos, idem.

30 ditas, CASA GARIBABDI, idem.

17 ditas, CASA CLAUDINO, idem.

1 engradado, EFCB, n. 691/11, avariado.

7 caixas, JCMC, idem.

200 ditas, TC&C, idem.

Armazem n. 9—Dia 27 de abril de 1925—Navio norueguez «Cubano», atracado em 14 de abril de 1925:

25 caixas, DIA, avariadas.

16 ditas, JBC, idem.

1 dita, RAIO, n. 9.470, pesando 23 kilos, repregada e avariada.

Armazem n. 9—Dia 27 de abril de 1925.

Navio nacional «Ayuruoca», atracado em 17 de abril de 1925.

1 caixa, BBT DN, n. 23, pesando 29 kilos, repregada e avariada.

1 dita, idem, n. 26, pesando 37 kilos, idem.

3 ditas, idem, avariadas.

1 dita, BBT TP, idem.

9 ditas, BBT Abrolhos, idem.

11 ditas, BB Cabo Frio, idem.

10 fardos, FB, idem.

23 ditos, LBT, idem.

11 ditos, 128, idem.

20 ditos, OM, idem.

10 bobinas, idem. idem.
Armazem n. 9—Dia 27 de abril de 1925.
Navio «Severne», atracado em 27 de abril de 1925:

Porto de carga Ilha do Vianna;

2 caixas, Bank London South America Ltd., ns. 1 e 2, pesando 138 e 32 kilos, repregadas e avariadas.

Armazem n. 16—Dia 27 de abril de 1925.
Navio inglez «Natia», atracado em 21 de abril de 1925:

2 caixas, V—M—&—C, us. 404 e 140, pesando 177 e 119, kilos, avariadas.

1 dita, idem, n. 178, pesando 221 kilos, idem.

1 dita, H—&—B, n. 791, pesando 241 kilos, idem.

1 dita, J—A, n. 109, pesando 250 kilos, avariada e repregada,

1 dita, Drogaria Berrine, n. 22, pesando 92 kilos, idem.

Armazem n. 16 — Dia 27 de abril de 1925
—Navio inglez *Natia*, atracado em 21 de abril de 1925:

1 caixa, BM&C, n. 36, pesando 156 kilos, avariada.

2 saccos, CSC—AB, us. 32 e 31, pesando 102 e 103 kilos, idem.

1 caixa, CJC, n. 3.151, pesando, 143 kilos, avariada e repregada.

1 dita, D. n. 8.292, pesando 256 kilos, idem.

2 ditas, ED&C—B, ns. 155 e 154, pesando 357 e 377 kilos, idem.

2 ditas, EAG, ns. 7.559 e 7.557, pesando 182 e 171 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 7.552, pesando 177 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 7.618, pesando 250 kilos, avariada.

1 dita, FBF—Rio, n. 21, pesando 175 kilos, idem.

1 dita, GS, n. 116, pesando 92 kilos, avariada e repregada.

2 ditas, KIC, ns. 294 e 295, pesando 250 e 250 kilos, avariadas.

1 dita, idem, n. 295, pesando 247 kilos, idem.

1 fardo, LS&I, n. 5.821, pesando 200 kilos, idem.

1 caixa, MJS&C, n. 1.205, pesando 253 kilos, idem.

2 fardos, MCC, ns. 196 e 195, pesando 246 e 248 kilos, idem.

2 ditas, idem, ns. 204 e 203, pesando 221 e 222 kilos, idem.

1 dito, idem, n. 202, pesando 226 kilos, idem.

1 caixa, S—C—64, n. 1.971, pesando 158 kilos, avariada e repregada.

1 dita, 8.322, sem numero, pesando 311 kilos, idem.

1 dita, 86, n. 272, pesando 164 kilos, idem.

2 ditas, 52, ns. 317 e 322, pesando 190 e 195 kilos, avariadas.

Dia 27 de abril de 1925 — Armazem numero 16 — Vapor inglez *Natia*, atracado em 21 de abril de 1921:

1 caixa, 53, n. 316, pesando 192 kilos, avariada.

1 fardo, S—L—64, n. 1.132, pesando 346 kilos, avariado.

1 caixa, idem, n. 3.268, pesando 231 kilos, avariada.

1 dita, idem, n. 1.948, pesando 176 kilos, idem.

1 dita, 52, n. 314, pesando 194 kilos, idem.

1 dita, 68, n. 1.565, pesando 227 kilos, idem.

1 dita, 155—WM, n. 107, pesando 76 kilos, idem repregada.

2 fardos, SCFC, ns. 105 e 104, pesando 307 e 300 kilos, idem.

2 caixas SM—IA, ns. 119 e 111, pesando 206 e 211 kilos, idem.

1 fardo, JCSC, n. 736, pesando 273 kilos, idem.

2 caixas, SMC, ns. 105 e 112, pesando 203 e 211 kilos, idem.

1 dita, JCSC, n. 205, pesando 283 kilos, idem.

1 dita, VM&C, n. 433, pesando 238 kilos, idem.

1 dita, UNIMARO, n. 17, pesando 212 kilos, idem.

1 dita, VP, n. 811, pesando 17 kilos, idem.

1 dita, WEBECO, n. 6.074, pesando, 273 kilos, idem.

20 latas, (IPC), vasando.

Armazem interno 17 — Dia 27 de abril de 1925—Navio americano «Western World» —Atracado em 23 de abril de 1925.

1 caixa, Bibliotheca Nacional, n. 1.450, pesando 64 kilos, repregada.

1 amarrado de caixa, (Conteville), n. 6, pesando 27, kilos, idem.

1 caixa, EC, n. 3, pesando 43 kilos, idem.

1 dita, GE, n. 8.835, pesando 62 kilos, idem.

1 dita, RMZ TG, n. 101, pesando 133 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 103, pesando 98 kilo., idem.

1 dita, idem, n. 102, pesando 150 kilos, idem.

1 dita, USMC—(200), n. 8763/8, pesando 47 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 8763/10, pesando 50 kilos, idem.

3 caixas, ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL, ns. 2, 12 e 18, avariadas.

5 ditas, idem, n. 28, 31, 34 e 46, idem.

4 ditas, idem, n. 47, 38, 51 e 54, idem.

1 lata, HELIOS, vasando.

3 engradados, CTC, ns. 2, 3 e 4, avariadas.

2 caixas, I—(RIO)—R, n. 941031 e 941002, idem.

1 dita, WASHINGTON R. PEREIRA Cia., n. 300, idem.

Armazem interno n. 17—Dia 27 de abril de 1925.

Navio americano «Western World», atracado em 23 de abril de 1925:

1 engradado, Companhia Carbonifera de Araranguá, n. 1, avariada.

8 caixas, Estrada de Ferro Central do Brasil, ns. 2, 6, 9, 11 e 14, idem.

4 ditas, idem, ns. 19, 26, 30 e 33, idem.

4 ditas, idem, ns. 35, 42, 43 e 52, idem.

1 dita, GE, n. 1, idem.

5 engradados, idem, ns: 3, 5, 6, 7 e 8, idem.

3 ditas, idem, ns. 9, 10 e 11, idem.

2 bobinas, idem, ns. 45.631 e 45.682, idem.

2 ditas, idem, ns. 43.299 e 43.926, idem.

1 dita, NB, n. 150.100, idem.

1 caixa, Rio—R, n. 952.001, idem.

2 ditas, FM—MVC—SCO, ns. 30 e 31, idem.

1 engradado, USMC—200, n. 034.415/2, idem.

Armazem n. 17—Dia 27 de abril de 1925.
Navio americano «Pan America», atracado em 9 de abril de 1925:

1 caixa, Companhia Metalurgica Ypiranga S. Paulo—AC, n. 8.925, pesando 203 kilos, repregada e avariada.

1 dita, GE, n. 3.772, pesando 72 kilos, avariada.

Armazem interno n. 17 — Dia 27 de abril de 1925.

Navio americano «Pan America» — Atracado em 9 de abril de 1925:

8 barris, NACCO—S. PAULO, rs. S 731 e 733, avariados.

2 ditas, idem, ns. S 767 e 768, idem.

2 timbores, idem, ns. 8.730 e 8.752; idem.

Armazem interno n. 18 — Dia 27 de abril de 1925.

Navio francez «Malle» — Atracado em 27 de abril de 1925:

1 caixa, M. G, n. 406, pesando 233 kilos, avariada.

1 dita, 1.125, n. 940r pesando 33 kilos, repregada e avariada.

1 dita, idem, n. 937, pesando 168 kilos, idem.

1 dita, 52, n. 4.815, pesando 176 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 4.810, pesando 25 kilos, repregada.

1 fardo, idem, n. 4.812, pesando 136 kilos, avariado.

1 caixa, RAUBERTAR, n. 4.436, pesando 64 kilos, repregada e avariada.

1 dita, R. S & C, n. 306, pesando 158 kilos, avariada.

1 dita, R. L. C, n. 7.033; pesando 93 kilos, repregada e avariada.

1 dita, S. C, n. 1, pesando 17 kilos, avariada.

Armazem interno n. 18 — Dia 27 de abril de 1925.

Navio francez *Malle*, atracado em 27 de abril de 1925.

1 caixa, DT, n. 1.777, pesando 150 kilos, avariada.

1 dita, EL, n. 1.732, pesando 115 kilos, repregada e avariada.

1 dita, EIA—4.103, n. 1, pesando 94 kilos, repregada.

1 dita, JLC, n. 1.058, pesando 216 kilos, avariada.

1 dita, idem, n. 1.057, pesando 213 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 1.062, pesando 213 kilos, repregada.

1 dita, JSC—LCC, n. 12.742, pesando 172 kilos, avariada.

1 dita, JLC, n. 1.033, pesando 230 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 1.072, pesando 105 kilos, repregada e avariada.

1 dita, JRK, n. 10.248, pesando 52 kilos, avariada.

1 dita, LEGEY, n. 170, pesando 53 kilos, repregada e avariada.

1 dita, idem, n. 1.083, pesando 132 kilos, repregada.

1 dita, LIC, n. 70, pesando 8 kilos, idem.

1 dita, LI, n. 1, pesando 93 kilos, repregada e avariada.

1 dita, LS&C—F, n. 505, pesando 303 kilos, idem idem.

1 dita, LHC, n. 491, pesando 250 kilos idem idem

1 dita, MFF, n. 8, pesando 34 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 5, pesando 38 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 21, pesando 59 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 35, pesando 55 kilos, repregada.

1 dita, MG, n. 401, pesando 175 kilos, avariada.

Armazem Interno n. 13 — Dia 27 de abril de 1925.

Navio francez «Malte», atracado em 27 de abril de 1925:

1 caixa, AF, n. 215, pesando 53 kilos, avariada.

1 dita, idem, n. 6.250, pesando 126 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 3.054, pesando 95 kilos, repregada.

1 dita, CP&C, n. 3 013, pesando 175 kilos, repregada e avariada.

1 dita, CLE, n. 270, pesando 207 kilos, avariada.

1 dita, CMR, n. 281, pesando 153 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 281, pesando 153 kilos, idem.

1 dita, CPBE, n. 6, pesando 133 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 8, pesando 104 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 1, pesando 163 kilos, idem.

1 dita, CLE, n. 267, pesando 177 kilos, idem.

1 dita, CMR, n. 290, pesando 217 kilos, idem.

1 dita, CLP, n. 891, pesando 320 kilos, idem.

1 dita, CLC, n. 722, pesando 60 kilos, repregada e avariada.

1 dita, CBC, n. 1.122/1, pesando 27 kilos, repregada.

1 dita, DC, n. 9.337, pesando 203 kilos, idem.

1 dita, DC-9.341, n. 2.851, pesando 140 kilos, repregada e avariada.

1 dita, DC-9.342, n. 2.851, pesando 135 kilos, idem idem.

1 dita, DC-9.343, n. 2.865, pesando 142 kilos, idem idem.

1 dita, DC-9.344, n. 2.865, pesando 156 kilos, idem idem.

1 dita, DC-9.330, n. 2.772, pesando 203 kilos, idem idem.

Armazem externo A — Dia 27 de abril de 1925.

Navio allemão «Westfalen», atracado em 20 de abril de 1925:

3 caixas, Cunha Pinto & Comp., pesando 17, 20 e 16 kilos, repregadas.

2 ditos, idem, pesando 19 e 16 kilos, idem.

1 dita, idem, pesando 5 kilos, vasia.

6 quintos, SVC, vasando.

2 ditos, CTC, idem.

1 ditos, Marques Ferreira & Comp., idem.

2 ditos, Honé, vasios.

5 ditos, BCC, vasando.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1925—O fil,
S. T. Lima.

Alfandega do Rio de Janeiro

Pela inspeccoria desta Alfandega se faz publico, para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta re-

partição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 15 dias para providenciar a respecto.

Armazem n. 1—Dia 25 de abril de 1925 — Navio italiano «Tomaso di Savoia», atracado em 24 de abril de 1925:

1 sacco de farinha, «Sultana», sem numero, pesando 29 kilos, roto.

1 dito, idem, idem, pesando 32 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 34 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 34 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, Preferida, idem, pesando 25 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 37 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 31 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 43 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 33 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 27 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 33 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 41 kilos, idem.

1 sacco de farinha, Gallia, sem numero, pesando 41 kilos, roto.

1 dito, idem, idem, pesando 41 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 42 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 37 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 38 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 35 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 36 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 41 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 32 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 43 kilos, idem.

8 ditos, idem, idem, pesando 40 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 42 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 41 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 43 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 5 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 38 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 38 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 32 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 37 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 39 kilos, idem.

1 dito, idem, idem, pesando 34 kilos, idem.

Armazem n. 1 — Dia 25 de abril de 1925. Navio Nacional *Victoria*.

1 caixa de alhos, B.C., sem numero, pesando 88 kilos, repregada.

1 dita, idem, idem, pesando 93 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 83 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 80 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 82 kilos, idem.

1 caixa de alhos, BS, sem numero, pesando 82 kilos, repregada.

1 dita, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 70 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 85 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 80 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 90 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 78 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 82 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 84 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 85 kilos, idem.

1 dita, AS, idem, pesando 85 kilos, idem.

1 dita, MSC, idem, pesando 75 kilos, idem.

1 dita, MPC, idem, pesando 82 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 87 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 85 kilos, idem.

1 dita, idem, idem, pesando 80 kilos, idem.

Armazem n. 2—Dia 25 de abril de 1925 — Navio inglez «Somme», atracado em 16 de abril de 1925:

1 caixa, A—P—C—Rio, n. 952, pesando 93 kilos, repregada e avariada.

22 barris, MC, vasando.

30 litas, MAIC, pesando 50 kilos, idem.

1 dita, C—N—N—C—23), n. 16, pesando 3 kilos, vasia.

Armazem n. 2—Dia 25 de abril de 1925—Navio inglez *Nasmyth*, atracado em 18 de abril de 1925:

1 caixa, E—C—G, n. 230, pesando 272 kilos, repregada e avariada.

1 dita, R—O—334 A—C—S, n. 40, pesando 28 kilos, idem.

10 amarrados torradores, AAA, avariada.

10 ditos, A—P—C, idem.

20 ditos, MD, idem.

Armazem n. 6—Dia 25 de abril de 1925—Navio *Westfalen*, atracado em 23 de abril de 1925:

1 caixa, A D.C.C., n. 4.803/4, pesando 182 kilos, repregada e avariada.

1 dita, Davico, n. 9.311, pesando 54 kilos, idem.

3 barricas, D.G.C.—12, ns. 125, 15 e 150, pesando 50, 52 e 52 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 52, pesando 53 kilos, idem.

1 caixa, Rico, n. 4.837, pesando 86 kilos, idem.

1 dita, Teive, n. 669, pesando 87 kilos, idem.

Armazem n. 7—Dia 25 de abril de 1925—Navio *Cetto Huyo Stunnes 9*, atracado em 9 de abril de 1925:

1 caixa, Dragão, n. 10.019, pesando 50 kilos, avariada e repregada.

1 dita, idem, n. 10.054, pesando 50 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 10.078, pesando 54 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 10.014, pesando 57 kilos, idem.

1 dita, idem, sem numero, pesando 50 kilos, idem.

1 dita, idem, n. 10.253, pesando 109 kilos, idem.

1 dita, idem, sem numero, pesando 103 kilos idem.

1 dita, idem, n. 9.754, pesando 110 kilos, idem.

Armazem interno n. 8—Dia 25 de abril de 1925 — Navio norueguez «Kampfard».

33 barricas, BS, avariadas.

73 caixas, Claudino, idem.

50 rolos de arame farpado, GM, idem.

121 ditos, HIME, idem.

220 caixas, JCMC, idem.

100 rolos de arame farpado, KNS, idem.

50 ditos, MMC, idem.

Armazem n. 9—Dia 25 de abril de 1925 — Navio «Ayuruoca», atracado em 27 de abril de 1925:

1 caixa, FA—223, n. 47, pesando 192 kilos, repregada e avariada.

1 dita, MW, n. 536, pesando 40 kilos, idem idem.

1 dita, SC, n. 2.670, pesando 17 kilos, idem idem.

8 ditos, SSC, avariadas.

Armazem n. 16 — Dia 26 de abril de 1925 — Navio ingloz «Natid», atracado em 21 de abril de 1925:

1 caixa, EAG, n. 7.553, pesando 175 kilos, avariada e repregada.

1 dita, idem, n. 7.554, pesando 165 kilos, idem idem.

1 dita, GS, n. 119, pesando 116 kilos, idem idem:

1 dita, KI&Cia, n. 296, pesando 297 kilos, idem idem.

1 dita, II, n. 3.300, pesando 194 kilos, idem idem.

5 ditos, MC&C, n. 485, pesando 292 kilos, idem idem.

1 dita, 703, n. 1.802, pesando 131 kilos, idem idem.

1 dita, 22.003 — M, n. 291, pesando 272 kilos, idem idem.

1 dita, S, n. 190, pesando 205 kilos, idem idem.

Armazem interno n. 17 — Dia 25 de abril de 1925.

Navio americano «Western World», atracado em 23 de abril de 1925:

2 barris, CCC, ns. 1 e 2, avariados.

7 caixas, Estrada de Ferro Central do Brasil, ns. 1, 4, 5, 7, 8, 10 e 13, avariadas.

5 ditos, idem, ns. 15, 16, 17, 20 e 21, idem.

5 ditos, idem, ns. 22, 23, 24, 25 e 27, idem.

5 ditos, idem, ns. 29, 32, 36, 37 e 38, idem.

5 ditos, idem, ns. 39, 40, 41, 43 e 44, idem.

3 ditos, idem, ns. 45, 50 e 53, idem.

3 barris, União—Juiz de Fora, ns. 103, 107 e 108, idem.

3 ditos, idem, ns. 109, 110 e 111, idem.

Armazem interno n. 17 — Dia 26 de abril de 1925.

Navio americano «Pan America», atracado em 9 de abril de 1925:

2 caixas, 2.005, Hoffman, ns. 1 e 2, avariadas.

1 dita, M&B, n. 9.920, idem.

2 ditos, PSNC, ns. 2.939 e 2.931, idem.

1 dita, Pedro Fongaro & Irmãos, n. 929, idem.

1 dita, O. tis & Pereira, n. 920, idem.

1 dita, Casa Pratt, n. 275, pesando 41 kilos, repregada e avariada

1 dita, GE, n. 33.258, avariada.

1 engradado, J. R. Camões & Comp., pesando 276 kilos, repregada.

1 caixa, ZIC, n. 11, pesando 120 kilos, avariada.

1 dita, 2.005—Hoffman, n. 8, idem.

1 dita, quebra, n. 3, pesando 261 kilos, repregada.

1 dita, R 19.587, n. 8.737, pesando 107 kilos, idem.

Armazem interno n. 18 — Dia 25 de abril de 1925.

Navio ingloz «Almanzora», atracado em 18 de abril de 1925:

1 caixa, ARP&C, n. 76, pesando 203 kilos, repregada e avariada.

1 dita, ELEKEIROS—S. Paulo, n. 463, pesando 139 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 459, pesando 117 kilos, idem idem.

1 dita, GP, n. 123, pesando 108 kilos, idem idem

1 dita, 213, n. 2.485, pesando 257 kilos, idem idem.

1 dita, 05, n. 115, pesando 185 kilos, idem idem.

1 dita, OP&C, n. 3.323, pesando 257 kilos, idem idem.

1 dita, idem, n. 3.321, pesando 250 kilos, idem idem.

Armazem externo A — Dia 25 de abril de 1925.

Navio belga «Keltier», atracado em 21 de abril de 1925:

1 caixa, BAC, pesando 5 kilos, vasia.

3 ditos, idem, pesando 16, 19 e 21 kilos, repregadas.

3 ditos, idem, pesando 14, 21 e 27 kilos, idem.

1 dita, idem, pesando 10 kilos, idem.

5 quintos, RSC, vasando.

55 ditos, CMC, idem.

12 ditos, Marques Ferreira & Comp., idem.

3 ditos, MJR, idem.

Armazem externo A — Dia 25 de abril de 1925.

Navio alemão «Westfalen»:

2 caixas, CTC, pesando (2 e 8) kilos, repregadas.

3 ditos, OLSC, pesando 28, 29 e 28 kilos, idem.

1 dita, Cunha Pinto & Comp., pesando 14 kilos, idem.

10 quintos, BCC, vasando.

6 ditos, CTC, idem.

3 ditos, DFL, idem.

12 ditos, Marques Ferreira & Comp., idem.

7 ditos, SVC, idem.

12 ditos, Hamé, idem.

5 decimos, SVC, idem.

Armazem externo C — Dia 25 de abril de 1925.

Navio ingloz «Almanzora»:

1 caixa, JARC, pesando 37 kilos, repregada.

Armazem externo C — Dia 25 de abril de 1925.

Navio americano «Western World»:

1 barril, BAL—241, pesando 200 kilos, com falta e vasando.

4 ditos, idem, vasando.

Armazem externo Rio de Janeiro — Dia 25 de abril de 1925 — Navio racional «Victoria», atracado em abril de 1925:

2 saccos, Campinera, sem numero, pesando 42 e 43 kilos, rotos.

2 ditos, idem, idem, pesando 43 e 43 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 43 e 41 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 38 e 43 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 42 e 42 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 37 e 33 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 42 e 41 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 40 e 40 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 42 e 28 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 42 e 40 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 42 e 42 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 42 e 33 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 40 e 41 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 39 e 42 kilos, idem.

4 ditos, IMPERIAL, idem, pesando 43, 42, 38 e 33 kilos, idem.

4 ditos, idem, idem, pesando 40, 40, 40 e 34 kilos, idem.

4 ditos, idem, idem, pesando 41, 42, 42 e 37 kilos, idem.

4 ditos, idem, idem, pesando 41, 30, 41 e 41 kilos, idem.

4 ditos, idem, idem, pesando 41, 40, 38 e 24 kilos, idem.

2 ditos, idem, idem, pesando 25 e 19 kilos, idem.

50 ditos, CAMPINERA, idem, avariados.

50 ditos, IMPERIAL, idem, idem.

Armazem externo Rio de Janeiro — Dia 25 de abril de 1925—Navio americano «Western World», atracado em abril:

2 saccos, BXS, sem numero, pesando 18 e 42 kilos, roto.

2 ditos, idem, idem, pesando 40 e 43 kilos, idem.

60 ditos, idem, idem, avariados.

1 caixa, Industrias Reunidas Alban, avariada.

1 tractor, 5.328 - BS, avariado.

Rio de Janeiro. 27 de abril de 1925. — O fiel, Manoel Ferreira Lima,

IMPRENSA NACIONAL

OBRAS QUE SE ACHAM A VENDA

AVISO

As encomendas de obras que não forem acompanhadas da importância destinada às despesas do porte e registro no Correio não serão atendidas, não se podendo aceitar, em pagamento de obras, ou de exemplares do "Diário Oficial", sellos do Correio, estampilhas do sello adhesivo, cheque ou ordem de pagamento. Deverão ser remetidas as importâncias em vales postaes.

As vendas superiores a 100\$ teem abatimento de 15 % (art. 42 do Regulamento).

As vendas que estão assignaladas com um — M — pertencem aos diversos Ministerios e não teem abatimento, excepto as "Leis Usuas da Republica", que teem o abatimento de 30 %, quando a aquisição fór de tres ou mais exemplares, em virtude do officio do Ministerio da Justiça n. 1.204, de 8 de agosto de 1904.

A

Ação Penal (Lei n. 623, de 28 de outubro de 1890, que amplia a ação penal por denuncia, e decreto n. 3.475, de 4 de novembro de 1899, que regulamenta o art. 5º da lei acima)	\$500
Accidentes do trabalho (Decreto numeros 3.724, 13.493 e 13.498) (M)	\$200
Agricultura (Cria o Ministerio da). Decr. n. 1.603, de 20 de dezembro de 1900	\$500
Agua (Decr. n. 3.056, de 24 de outubro de 1898). Regulamento para a concessão d'agua dos encanamentos publicos.....	\$400
Alfandegas (Relatorio apresentado ao Ministerio da Fazenda sobre fiscalização das), por Leopoldo L. Alencar.....	\$5000
Alfandegas (Consolidação das leis das)	\$5000
Alistamento Eleitoral (Lei numero 3.139, de 2 de agosto de 1916, e Decr. n. 12.493, de 6 de setembro de 1916) (M)....	\$500
Alistamento e eleições federaes (Decr. n. 3.421, de 19 de dezembro de 1917).....	\$500
Annaes do Congresso Constituinte da Republica (1º vol.).....	10\$000

Armazens Geraes (Regulamento para o estabelecimento de). Decr. n. 1.402, de 21 de novembro de 1903.....	\$500
Annaes do Congresso Constituinte da Republica (1º volume).....	10\$000
Anuario de Legislação de Fazenda, por Affonso Duarte Ribeiro:	
Anno de 1916.....	6\$000
Anno de 1917.....	10\$000
Anno de 1918.....	8\$000
Anno de 1919.....	8\$000
Anno de 1920.....	8\$000
Anno de 1921.....	10\$000
Autoraes (Lei de direitos). Leis ns. 490, de 1 de agosto de 1898, e 2.577, de 17 de janeiro de 1912.....	\$500

B

Brasil em Haya (O), por W. T. Stead, e dez discursos de Ruy Barbosa	12\$000
---	---------

C

Caixa de Amortização (Regulamento da). Decr. n. 6.711, de 7 de novembro de 1907.....	15000
Capitanias de Portos (Regulamento das). Decr. n. 18.197, de 31 de outubro de 1923.....	25000
Caixa de Aposentadorias e Pensões das Estradas de Ferro (Decr. n. 4.632, de 24 de janeiro de 1923).....	15000
Carta Geral da Republica, pelo Dr. Crockatt de Sá (M).....	10\$000
Cegues (Regulamento sobre a emissão de). Decr. n. 6.531, de 7 de agosto de 1912.....	\$500
Circumscrições judiciais (Consolidação das leis relativas aos limites das circumscrições judiciais do Districto Federal). Decr. numero 12.355, de 10 de janeiro de 1917 (M).....	8\$000
Codigo Civil Brasileiro (Lei numero 3.071, de 1 de janeiro de 1916, com as correções ordenadas pela lei n. 3.735, de 16 de janeiro de 1919) (M).....	2\$000
Codigo Civil Brasileiro (Trabalhos relativos á sua elaboração) (M):	
1º volume.....	10\$000
2º volume.....	10\$000
3º volume.....	10\$000
— Projecto (Trabalho de Commissão da Camara dos Deputados) — 8 volumes (M).....	20\$000
— Projecto (Commissão Especial do Senado), 1º volume — Parecer do Senador Ruy Barbosa (M).....	6\$000

— Pareceres sobre o projecto apresentado ao Senado, do proffesionaes e interessados (M)	2\$000
— Projecto do Dr. Antonio Coelho Rodrigues.....	3\$000
Codigo de Contabilidade da União (Lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, e Decr. n. 15.783, de 8 de novembro de 1922).....	5\$000
Codigo de Contabilidade (Indice remissivo).....	4\$000
Codigo de Processo Civil e Commercial do Districto Federal.....	3\$000
Codigo de Processo Penal do Districto Federal.....	3\$000
Contabilidade Publica (Decreto n. 13.745 de 3 de setembro de 1919). Da instrucções para o serviço geral de contabilidade publica, em face da lei numero 2.083, de 30 de julho, e Decr. n. 7.751 de 23 de dezembro de 1909.....	6\$000
Constituição da Republica.....	1\$000
Constituinte Republicana (A) — dous volumes — Agenor de Roure.....	30\$000
Consumo (Regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de). Decrs. ns. 11.048, de 26 de janeiro de 1921, e 14.693, de 25 de fevereiro de 1921, e alterações das leis numeros 4.440, de 1921; 4.625, de 1922, e 4.783, de 1923.....	3\$000
Collectorias Federaes (Da novas instrucções para o serviço das). Decr. n. 9.285, de 30 de dezembro de 1911.....	\$500
Collector Federal (Manual do). G. Catramby e Adolpho Curio	\$5000
Custas da Justiça Federal (Regimento). Decr. n. 3.422, de 30 de setembro de 1899.....	1\$000
Custas da Justiça do Districto Federal (Decr. n. 11.842, de 29 de dezembro de 1915).....	1\$000
Contrabando (Repressão de). Decreto n. 10.037, de 6 de fevereiro de 1913.....	1\$000
Contrabando e seu processo, por Alfredo Pinto de Araujo Corrêa	2\$000
Contas e facturas assignadas (Decr. n. 11.527, de 17 de março de 1915).....	\$300
Construção de casas (Regulamento sobre concessões de favores para construção de casas populares). Decr. numero 14.819, de 20 de maio de 1921.....	\$500
Construção de casas para funcionarios e operarios da União (Decr. n. 4.564, de 21 de agosto de 1922, e Decr. numero 15.846 de 14 de novembro de 1922).....	\$500

Conselho de Estado (Consultas Negocios Ecclesiasticos):	
Tomo 1º — 1869.....	2\$000
Tomo 2º — 1870.....	3\$000
Chorographia da Provincia do Ceará.....	1\$000
Contas assignadas (Commentario ao regulamento annexo ao decreto n. 16.041, de 23 de maio de 1923), pelo Dr. Lindolpho Camara	6\$000
Contrabando (A Repressão do), por J. Resende Silva.....	6\$000

D

Decretos do Governo Provisorio:

De março de 1890.....	2\$000
De maio de 1890.....	10\$000
De junho de 1890.....	5\$000
De outubro de 1890.....	7\$200
De janeiro de 1891.....	2\$000

Decisões do Governo (Collecções):

de 1892.....	3\$000
de 1893.....	3\$000
de 1890.....	3\$000
de 1890 (Gov. Prov., 1º e 2º fasciculos).....	3\$000
de 1890 (Gov. Prov. 3º e ultimo).....	2\$000
de 1890 (Gov. Prov., Additamento).....	1\$500
de 1891.....	4\$500
de 1892.....	4\$000
de 1893.....	2\$500
de 1894.....	4\$000
de 1895.....	3\$000
de 1896.....	3\$000
de 1897.....	3\$000
de 1898.....	2\$000
de 1899.....	3\$500
de 1900.....	3\$000
de 1901.....	3\$000
de 1902.....	3\$000
de 1903.....	4\$000
de 1904.....	4\$500
de 1905.....	4\$500
de 1906.....	4\$500
de 1907.....	5\$600
de 1908.....	5\$000
de 1909.....	5\$000
de 1910.....	6\$000
de 1911.....	4\$000
de 1912.....	3\$000
de 1913.....	3\$000
de 1914.....	4\$000
de 1915.....	5\$000
de 1916.....	7\$000

Desapropriação da União e Districto Federal (Lei e Regula-

mento). Decr. ns. 1.021, de 26 de agosto de 1903, e 4.956, de 9 de setembro de 1903.....

Decas, portos maritimos, etc. (Repertorio da legislação sobre), por Caetano Junior (M).....

Diccionario Geographico das Minas do Brasil, pelo Dr. Francisco Ignacio Ferreira.....

Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil (Do Instituto Historico) (M):

1º volume.....

2º volume.....

Diversões publicas (Regulamento das casas do). Decreto n. 16.590, de 10 de setembro de 1924.....

E

Ensino secundario da Republica (Decl. n. 11.530, de 18 de março de 1915) (M).....

Eleições Federaes (instrucções). (Decr. n. 16.310, de 8 de janeiro de 1924).....

Exercito (Uniforme do). (Decreto n. 16.035, de 11 de maio de 1923).....

F

Facturas consulares (Decr. numero 11.039, de 29 de janeiro de 1920).....

Fazenda Nacional (Organização dos serviços da). Decr. numeros 15.210, 15.218, 15.219 e 15.220, de dezembro de 1921).....

Formação Economica do Brasil, pelo Dr. Vitor Viana.....

H

Hydrographie du Haut Saint François, por Em. Liais.....

Hygiene Alimentar, pelo doutor Eduardo Magalhães (M).....

Historia Constitucional do Brasil, pelo Dr. Aurelino Leal (M).....

Historia Administrativa do Brasil, pelo Dr. Max Fleiuss (M).....

Historia da Divida Externa Federal, por Jacob Cavalcanti.....

Historico das Thesourarias da Fazenda e Delegacias Fiscaes, por Bellens de Almeida.....

I

Isenção de direitos aduaneiros (Decr. n. 8.592, de 8 de março de 1911).....

Instituto Nacional de Musica (Regulamento).....

Instituto Medico Legal do Rio de Janeiro (Regulamento do).....

Invalidez dos funcionarios publicos (Regulamento para os

exames. de). Decr. n. 11.447, de 20 de janeiro de 1915.....

Imprensa Nacional (Historico), por Francisco Miranda.....

Imprensa (Lei da). (Decr. numero 4.743, de 31 de outubro de 1923).....

J

Justica Federal (Completa e organização). Lei n. 221, de 20 de novembro de 1891.....

Jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal (Collecções dos accórdãos (M):

Anno de 1897.....

Jardim Botanico (Guia dos Visitantes) (M).....

Jóias e obras de ourives (Imposto de). (Decr. n. 16.042, de 22 de maio de 1923).....

L

Leis (Collecções de):

de 1808 a 1809.....

de 1810 a 1811.....

de 1812 a 1815.....

de 1816 a 1817.....

de 1818 a 1819.....

de 1821.....

de 1822.....

de 1823.....

de 1824.....

de 1825.....

de 1826.....

de 1832.....

de 1833.....

de 1834.....

de 1835 — 2 volumes.....

de 1836.....

de 1837.....

de 1838.....

de 1839.....

de 1840.....

de 1841.....

de 1842.....

de 1843.....

de 1844.....

de 1845.....

de 1846.....

de 1847.....

de 1848.....

de 1849.....

de 1850.....

de 1852 — 2 volumes.....

de 1856 — 2 volumes.....

de 1857 — 2 volumes.....

de 1858 — 2 volumes.....

de 1859 — 2 volumes.....

de 1860 — 3 volumes.....	10\$000
de 1861 — 2 volumes.....	5\$500
de 1862 — 2 volumes.....	5\$500
de 1863 — 2 volumes.....	5\$600
de 1864 — Additamentos....	\$500
de 1865 — 2 volumes.....	7\$500
de 1866 — 2 volumes.....	7\$600
de 1867 — 2 volumes.....	6\$000
de 1868 — 2 volumes.....	6\$000
de 1874 — 3 volumes.....	9\$000
de 1875 — 3 volumes.....	9\$500
de 1876 — 3 volumes.....	10\$000
de 1877 — 3 volumes.....	7\$500
de 1878 — 2 volumes.....	8\$000
de 1879 — 2 volumes.....	6\$000
de 1880 — 2 volumes.....	7\$000
de 1881 — 3 volumes.....	10\$000
de 1882 — 3 volumes.....	12\$000
de 1889 — 3 volumes.....	8\$000
de 1891 — 2 volumes.....	12\$000
de 1900 — 2 volumes.....	23\$000
de 1910 — 3 volumes.....	30\$000
de 1911 — 4 volumes.....	45\$000
de 1912 — 4 volumes.....	40\$000
de 1913 — 4 volumes.....	40\$000
de 1914 — 5 volumes.....	40\$000
de 1915 — 3 volumes.....	30\$000
de 1916 — 3 volumes.....	20\$000
de 1917 — 3 volumes.....	20\$000
de 1918 — 3 volumes.....	20\$000
de 1919 — 3 volumes.....	20\$000
de 1920 — 5 volumes.....	40\$000
de 1921 — 6 volumes.....	40\$000
de 1922 — 4 volumes.....	30\$000
de 1923 — 4 volumes.....	35\$000

Leis do orçamento:

de 1892.....	\$500
de 1895.....	\$500
de 1897.....	1\$000
de 1898.....	1\$200
de 1908.....	1\$000
de 1912.....	1\$800
de 1913.....	2\$000
de 1914.....	2\$000
de 1915.....	2\$000
de 1919.....	3\$000
de 1920.....	3\$000
de 1921.....	5\$000
de 1922 (Receita).....	2\$000
de 1923 (Receita).....	3\$000
de 1923 (Despesa).....	6\$000
de 1924 (Receita).....	1\$500
de 1924 (Despesa).....	3\$000
de 1925 (Despesa).....	2\$000

Legislação Brasileira, por Afonso Duarte Ribeiro:

1º volume — 1889 a 1900...	15\$000
2º volume — 1901 a 1910...	16\$000

Legislação Eleitoral (Decretos ns. 4.215 e 4.227, de dezembro de 1920, e 11.531 e 18.310, de janeiro de 1924 (M))..... 1\$000

Legislação Penal Comparada (O Brasil na). Franz Von List (tradução e colaboração de João Vieira de Araujo e Clovis Revilacqua) 3\$000

Legislação Ferroviária Federal do Brasil, por Alberto Paiva: (De 1828 a 1922 (M)):

1º volume.....	16\$000
2º volume.....	16\$000
3º volume.....	16\$000
4º volume.....	16\$000
5º volume.....	16\$000
6º volume.....	16\$000
7º volume.....	16\$000
8º volume.....	16\$000
9º volume.....	16\$000
10º volume.....	16\$000
11º volume.....	16\$000
12º volume.....	16\$000
13º volume.....	16\$000

Leis Usus da Republica dos Estados Unidos do Brasil, pelos Drs. Tarquinio de Souza e Cactano Montenegro (M).... 10\$000

Laboratorio Nacional de Analyses (Lei n. 4.050, de 13 de janeiro de 1920)..... \$500

Licenças (Decr. n. 4.061, de 16 de janeiro de 1926). Regula a concessão de licença dos funcionários publicos civis e militares, o Decr. n. 11.157, de 5 de maio de 1920, que dispõe sobre a execução do decreto acima) 1\$000

Licenças (Decr. n. 16.539, de 5 de agosto de 1924), regulando a concessão de licenças dos funcionarios publicos civis e militares \$500

Livro Verde (Documentos Diplomáticos do Brasil na Guerra da Europa (M)): 1º volume..... 5\$000 2º volume..... 5\$000

Limites (Questões de) — Minas Geraes versus S. Paulo). Professor M. de Assis Cintra.... 3\$000

Letra de cambio e a nota promissoria (Decr. n. 2.044, de 31 de dezembro de 1908, regula as operações cambiais). \$500

Licenças (Decr. n. 16.539, de 9 de fevereiro de 1924)..... \$500

M

Mercadorias e immoveis mediante sorteio \$500

Manual do Empregado de Fazenda: Anno de 1874..... 3\$000

Minas do Brasil (As e sua legislação), pelo Dr. Pandiá Calogeras (M):

2º volume.....	6\$000
3º volume.....	6\$000

Montepio (Decrs. n. 2.448, de 1 de fevereiro de 1897; n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e n. 8.901, de 16 de agosto de 1911)..... \$500

Municipal (Organização Municipal do Distrito Federal, Compilação das leis) (M).... 2\$000

Minas (Decr. n. 2.923, de 6 de janeiro de 1915) (Regula a propriedade das)..... 1\$000

N

Nova luz sobre o passado..... 10\$000

O

Operações a termo (Regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto sobre). Decr. n. 11.737, de 23 de março de 1921..... 1\$000

Obras d'Arte (Types), Album. Publicação da Inspectoria Federal das Estradas (M)..... 102\$000

P

Porto do Rio de Janeiro (Exposição do plano para a reutilização do melhoramento dos portos da Republica e projecto para o prolongamento das obras do porto do Rio de Janeiro (M))..... 5\$000

Pareceres:

(Do Director Geral de Directoria de Justiça — Annos de 1903-1913). Dr. Peleino Guedes (M)..... 6\$000

Propriedade Industrial (Decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923)..... 1\$000

Provimientos da Corte de Apelação:

(1916 — 1917) (M).....	1\$000
(1918 — 1919) (M).....	1\$000
(1920 — 1923) (M).....	4\$000

Prosadores e Poetas Latinos, pelo Dr. Cezar Zama..... 6\$000

Predios urbanos (Regula a locação dos). Decr. n. 4.403, de 22 de dezembro de 1921..... \$200

Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, de 1808 (M) 10\$000

Peculato e moeda falsa (Estabelece as penas para os crimes de). Decr. n. 4.780, de 27 de dezembro de 1923..... \$500

Pareceres do Consultor Geral da Republica:

1º volume (M).....	3\$000
2º volume (M).....	3\$000
3º volume (M).....	3\$000
4º volume (M).....	2\$000
5º volume (M).....	2\$000
6º volume (M).....	3\$500
7º volume (M).....	6\$000
8º volume (M).....	6\$000
9º volume.....	6\$000
10º volume.....	7\$000

Processo Militar (Decr. n. 15.635, de 26 de agosto de 1922)..... 1\$000

R

Repertorio Juridico do Mineiro. (Legislação das Minas), por Francisco Ignacio Pereira....	4\$000
Renda (Instruções para o lançamento).....	1\$000
Renda (Rendimentos derivados do Commercio e Industria — Declarações exigidas).....	\$500
Renda (Rendimento das Sociedades Anonymas — Como fazer as declarações).....	\$500
Renda (Regulamento do imposto sobre). Decr. n. 16.581, de 4 de setembro de 1921.....	1\$000
Renda (Regulamento para o serviço de arrecadação do imposto sobre a). Decr. n. 16.580, de 4 de setembro de 1921.....	1\$000
Recebedoria do Districto Federal (Decr. n. 11.162, de 12 de maio de 1920).....	1\$000

Registros Publicos instituidos peloCodigo Civil. (Decr. numero 4.827, de 7 de fevereiro de 1921).....

\$500

S

Saneamento (Regulamento da taxa de). (Decr. n. 14.428, de 1917).....

\$300

Sello Sanitario (Regulamento do). Decr. n. 14.713, de 19 de março de 1921.....

1\$000

Serviço Militar (Regulamento do). Decr. n. 14.397, de 9 de outubro de 1920.....

1\$500

Segurança, policia e trafego das estradas de ferro (Decr. numero 15.673, de 7 do setembro de 1922).....

1\$000

Serviço domestico (Locação de). Decr. n. 16.107, de 30 de julho de 1923.....

\$500

Sello (Decr. n. 14.339, de 1 de setembro de 1920, com todas as alterações posteriores até o presente).....

2\$000

Sello (Alterações ao decreto numero 14.339, de 1920 — sobre venda de estampilhas) (Decreto n. 16.020, de 25 de abril de 1923).....

\$500

T

Tarifa da Estrada de Ferro Central do Brasil.....

1\$500

Tribunal de Contas (Reorganização de 1918). Decr. numero 15.247, de 23 de outubro de 1918.....

3\$000

Tribunal de Contas (Collecção de actos legislativos e regulamentares), por J. B. Randalpho Paiva Junior (M).....

2\$000

Tribunal de Contas (Decr. numero 15.770, de 1 de novembro de 1922. *Modifica o regulamento do Tribunal de Contas*).....

1\$500

Thesouro Nacional (Altera a organização do Thesouro). Decreto n. 13.218, de 23 de outubro de 1918).....

1\$000

Tarifa Pratica das Alfandegas por Alfredo Seabra, um volume, acompanhado de diversos regulamentos.....

30\$000

U

Uniforme do Exercito.....

\$500

V

Vida do Marquez de Barbacena, por Antonio Augusto de Aguiar

5\$000

Vencimentos militares (Lei numero 2.290, de 13 de dezembro de 1910).....

\$500

Vehiculos (Regulamento da Inspectoria de). Decr. n. 15.611, de 16 de agosto de 1922.....

1\$000

Vendas Mercantis (Alterações). Decr. n. 16.489, de 29 de outubro de 1923.....

\$500

Vendas Mercantis (Decr. numero 16.041, de 23 de maio de 1923).....

\$500

Viação (Taxa de). Decr. numero 14.618, de 11 de janeiro de 1921

3\$000